



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO ACADÊMICO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

ALAN PEREIRA DIAS

**A EXPERIÊNCIA ESPACIAL DE PESSOAS QUE USAM CRACK E/OU SIMILARES
NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM-PA: territorialidade e lugaridade no espaço
público**

BELÉM/PA
2021

ALAN PEREIRA DIAS

**A EXPERIÊNCIA ESPACIAL DE PESSOAS QUE USAM CRACK E/OU SIMILARES
NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM-PA: territorialidade e lugaridade no espaço
público**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês.

BELÉM/PA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- D541e Dias, Alan Pereira.
A experiência espacial de pessoas que usam crack e/ou similares no Centro Histórico de Belém-PA : territorialidade e lugaridade no espaço público / Alan Pereira Dias. — 2021. xv, 200 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof^a. Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2021.
1. Espacialidade . 2. Uso de crack. 3. Geograficidade. 4. Territorialidade. 5. Lugar. I. Título.

CDD 301.22

ALAN PEREIRA DIAS

**A EXPERIÊNCIA ESPACIAL DE PESSOAS QUE USAM CRACK E/OU SIMILARES
NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM-PA:** territorialidade e lugaridade no espaço
público

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Data de aprovação ___/___/___

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês.
Presidente/Orientadora – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fabio Fonseca de Castro.
Examinador Interno – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Flávia Cristina Silveira Lemos.
Examinadora externa – PPGP/IFCH/UFPA

Prof. Dr. Wallace Wagner Rodrigues Pantoja.
Examinador externo – IFPA/UFPA

A todas as pessoas que re-existem e estabelecem heroísmos cotidianos. Aos que almejam, em conjunto com o outro, uma transformação do mundo e de si mesmo.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível e incoerente de minha parte não iniciar este texto agradecendo a minha família, em especial aos meus pais, Ana Lucia Pereira Dias e Almir de Freitas Dias, responsáveis pela minha criação e construção do meu caráter. Mas também, por um apoio incondicional, sem o qual eu provavelmente não teria conseguido trilhar esse caminho. Agradeço também a minha irmã Erika Pereira Dias, companheira e amiga, que sempre confiou em mim e contribuiu com as leituras do trabalho. A minha madrinha e segunda mãe Vera Lucia Pereira da Silva, aos meus avós, tios e primos, que sempre me apoiaram e incentivaram na jornada acadêmica, desde cedo me ensinando o valor da educação, sobretudo meu primo Prof. Me. Carlos Alberto Saldanha da Silva Jr., por seu exemplo, incentivo e preocupação.

Agradeço a minha namorada Rayanne de Souza Carvalho, parceira de estudos e companheira na vida, que me acompanha desde a graduação, contribuindo não só nos aspectos afetivos e emocionais, nos momentos de alegria e angústia, mas também com suas leituras, revisões e sugestões para o trabalho. Por me acompanhar em campos e em atividades solidárias. Além disso, por aturar meus constantes devaneios e digressões acerca da pesquisa.

Agradeço a minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês, pelo apoio incondicional. Por suas contribuições para realização deste trabalho, onde, através de sua metodologia, ensinou-me a ser autônomo, gerando incertezas, mas sempre me instigando a aprofundar mais e mais os estudos e a prezar pelo rigor e qualidade da pesquisa.

Agradeço também aos professores integrantes da banca de qualificação e defesa da presente pesquisa, a Prof^a. Dr^a. Flávia Cristina Silveira Lemos, o Prof. Dr. Wallace Wagner Rodrigues Pantoja e o Prof. Dr. Fabio Fonseca de Castro, por suas riquíssimas contribuições e indagações.

Faço aqui um agradecimento a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), por suas provocações e inspirações, responsáveis pela paixão e amor que construí para com a ciência, docência e o diálogo interdisciplinar.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelos quase dois anos de bolsa de mestrado que permitiram uma dedicação exclusiva à pesquisa e tranquilidade para a escrita.

Agradeço aos amigos que me acompanham desde a graduação Paulo Dias de Lima, Erick Afonso Santiago Ramos (que também foram meus colegas de turma no mestrado), Eryck Batalha, Luiz Gustavo Barbosa de Oliveira, Matheus de Moura Correa, Karina Pimentel dos Santos, Jose Henrique Silva Pompeu, Loren Willott Pereira, que me ajudaram tanto em conversas relativas ao mundo acadêmico, mas também dividindo momentos de afeto e lazer. Aos professores do curso de geografia da UEPA que além de grandes inspirações e incentivadores ao percurso acadêmico, se tornaram amigos, Prof^a. M^a. Léa Maria Gomes da Costa, o Prof. Dr. Luiz Augusto Soares Mendes e, sobretudo, ao Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto, que na graduação me induziu a temática no meu trabalho de conclusão de curso, além de ser um grande incentivador da realização do mestrado no PPGDSTU.

Aos amigos que me acompanham ao longo da vida, Murilo Foinkinos Vieira Lopes, Wendel Hall Paiva, Márcio Roberto Ribeiro Rodrigues, Marciel Ribeiro Rodrigues, Yuri José Castro da Cruz, Jéssica Bezerra da Silva, Marcelo A. M. Menezes, Peterson Ribeiro Monteiro, Higor José Martins Matos, Jhoey de Souza Hall, Suelayne Mayumi Moraes de Souza, Irlene Correa Nogueira e Sidney Hermesson dos Anjos Moreira, que mesmo não tendo contribuído no trabalho em si, estavam presentes nos momentos de lazer, descanso e distração, importantes para a continuidade da pesquisa.

Agradeço aos “Amigos em ação” e aos companheiros do MAPSRUA, sobretudo, Thaian Gabriel Barra Graim e Alberto Castro de Moraes, amigos do ensino médio, que não só contribuíram com doações, mas também me acompanharam em campo. Agradeço também a todos que ajudaram com doações de roupas, calçados e alimentos para as pessoas em situação de rua.

Faço um agradecimento especial aos parceiros que encontrei em minhas andanças nas ruas do “velho centro”, em especial “Junior”, “Buarque”, “Manuel” e “Jonas”, que desde o primeiro encontro me respeitaram e acolheram, permitindo não só a realização da pesquisa, mas também que eu acompanhasse suas vidas, compartilhando comigo suas intimidades, trajetórias, afetos e angustias.

Enfim, a todos, que mesmo não citados aqui, direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado!

“[...] A droga, o estupefaciente é um invento tão primitivo quanto o mais antigo. Tanto, que não é coisa clara, por exemplo, se o fogo se inventou para evitar o frio - necessidade orgânica e condição *sine que non* - ou antes para embriagar-se. [...]”

(ORTEGA Y GASSET. Meditação da técnica, 1963)

RESUMO

O uso de crack e/ou similares tem evidenciado novos desdobramentos na problemática das drogas, devido a sua grande visibilidade em espaços públicos de diversas metrópoles brasileiras. O presente trabalho tem por objetivo compreender o sentido da microterritorialidade de pessoas que usam crack e/ou similares no espaço público do Centro Histórico de Belém (CHB), visando compor uma apresentação dos sujeitos envolvidos na constituição das cenas de uso da droga, uma descrição de suas formas de sociabilidade, assim como dos afetos e tensões em torno de suas práticas, as tipificações e imagens que configuram lugaridades e territorialidades, a partir de um estudo de caso com inspirações oriundas da fenomenologia existencial e etnografia, envolvendo diversos procedimentos: revisão bibliográfica, trabalhos de campo, compondo notas em diário, e entrevistas em profundidade. Ao longo da pesquisa identificamos que os sujeitos que integram as cenas de uso de crack e/ou similares no espaço público estão imersos em contextos de vulnerabilidade e desfiliação, onde o uso problemático de tais substâncias e tensões familiares catalisam impulsos para a rua, uma evasão do lar. Diante de tais circunstâncias, suas lugaridades são caracterizadas por um embaralhamento de imagens topofílicas e topofóbicas, agregando a euforia fugaz da droga, com um ressentimento em torno de seu uso. Já a microterritorialidade se evidencia a partir do encontro entre sujeitos que estabelecem usos prejudiciais da droga, em processo de “exílio”, ou em plena situação de rua, visando compor espaços onde possam estabelecer suas práticas, convergências intersubjetivas, com o emprego de sistemas de tipificação limitados. Assim, a pessoa que faz uso de crack e/ou similares apresenta uma peculiaridade espacial em sua desfiliação, visto que não só se descolam de suas realidades familiares, sociais e econômicas, há um desmembramento de seu próprio espaço existencial.

Palavras-chave: Espacialidade. Uso de crack. Geograficidade. Territorialidade. Lugar.

ABSTRACT

The use of crack and/or similar drugs has shown new developments in the problem of drugs, due to its great visibility in public spaces in several Brazilian cities. The present work aims to understand the sense of microterritoriality of people who use crack and/or similar in the public space of the Historic Center of Belém (CHB), aiming to compose a presentation of the subjects involved in the constitution of the scenes of drug use, a description of its forms of sociability, as well as the affections and tensions surrounding its practices, the typifications and images that configure placeness and territorialities, from a case study with inspirations from existential phenomenology and ethnography, involving several procedures: bibliographic review, fieldwork, composing diary notes, and in-depth interviews. Throughout the research we identified that the subjects that integrate the scenes of crack and/or similar use in the public space are immersed in contexts of vulnerability and disaffiliation, where the problematic use of such substances and family tensions catalyze impulses to the street, an evasion home. Faced with such circumstances, their placeness are characterized by a shuffling of topophilic and topophobic images, adding to the fleeting euphoria of the drug, with a resentment around its use. Microterritoriality, on the other hand, is evidenced by the encounter between subjects who establish harmful uses of the drug, in the process of “exile”, or in homeless situation, aiming to compose spaces where they can establish their practices, intersubjective convergences, with the use of limited typification systems. Thus, the person who uses crack and/or the like presents a spatial peculiarity in their disaffiliation, since not only are they detached from their family, social and economic realities, there is a dismemberment of their own existential space.

Keywords: Spatiality. Use of crack. Geographicity. Territoriality. Place.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Entorno do antigo prédio da Receita Federal em 2019.....	113
Fotografia 2 – Entorno do antigo prédio da Receita Federal em 2017.....	113
Fotografia 3 – Loja em frente à Pç. das Sereias	114
Fotografia 4 – Esquina da Av. Alm. Tamandaré com Av. 16 de Novembro	115
Fotografia 5 – Usuário de crack realizando trabalho informal	116
Fotografia 6 – Instrumentos para o uso de crack e/ou similares: cachimbo e isqueiro	143
Fotografia 7 – Croqui com a localização da SEJUDH.....	161
Fotografia 8 – A "casa de papelão"	175

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do Centro Histórico de Belém e sua Zona de Entorno	19
Mapa 2 - Localização das cenas de uso de crack* no Centro Histórico de Belém em jul. de 2019.....	118
Mapa 3 – Localização grupos de parceiros no Centro Histórico de Belém em mar. de 2020	123
Mapa 4 – Circuito MAPSRUA	127
Mapa 5 – Trajeto do Centur a “Santo Antônio”	156

LISTA DE ABREVIÇÕES

Alm. – Almirante

Av. – Avenida

Blvd. – Boulevard

Com. – Comandante

ed. – Edição

etc. – *Et coetera* (e as outras coisas)

h – Hora (s)

jul. – Julho

Km – Quilômetro (s)

m – Metros

Mal – Marechal

mar. - Março

min – Minutos

nº – Número

Pç. – Praça

Pe. – Padre

Pres. – Presidente

Prof. – Professor

Prof^a. – Professora

R. – Rua

S. – São, Santo (a)

Trv. – Travessa

TV – Televisão

LISTA DE SIGLAS

ALEPA – Assembleia Legislativa do Estado do Pará
BBTD – Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CAPSAD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
Centro-POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
Centur – Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves
CHB – Centro Histórico de Belém
CID-10 – Classificação Internacional de Doenças
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPAOR – Capitania dos Portos da Amazônia Oriental
DCM – *Diagnostic and Statistical Manual*
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
GO - Goiás
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPSRUA - Movimento de Acolhimento a População em Situação de Rua
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Estado do Pará
PPGDSTU – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
SciELO – *Scientific Electronic Library Online*
SEJUDH – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana
TCE – Tribunal de Contas do Estado
UEPA – Universidade do Estado do Pará
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 UMA GEOGRAFIA FENOMENOLÓGICA DO SER EMBRIAGADO: EXPERIÊNCIA ESPACIAL E USO DE DROGAS	34
2.1 A perspectiva fenomenológica: do reencontro com o fenômeno à vida cotidiana	35
2.1.1 Intersubjetividade e cotidiano: a analítica do <i>Dasein</i> e o mundo da vida	37
2.1.2 A experiência do estado alterado de consciência: o ser embriagado e a vulnerabilidade existencial.....	48
2.2 Geografia e experiência espacial: a geograficidade e as essências espaciais	52
2.2.1 O lugar e a imagem: do habitar a lugaridade	58
2.2.2 O território e a alteridade: limite, poder e territorialidade	65
2.2.3. A microterritorialidade: sociabilidade, espaço e diálogo	72
3 USO DE CRACK E/OU SIMILARES NA METRÓPOLE: DO “DESVIO” À DIFERENÇA NO ESPAÇO PÚBLICO	80
3.1 A metrópole e a subcultura das drogas: do “desvio” à diferença social	81
3.1.1 Práticas “subterrâneas” na cidade e a região moral	85
3.1.2 A construção do “desvio” e o encobrimento da alteridade: controle social e diferenciais de poder	89
3.2 As “cracolândias” em metrópoles brasileiras: visibilidade pública e desfiliação social	96
4 A MICROTERRITORIALIDADE DOS USUÁRIOS DE CRACK E/OU SIMILARES NO CHB	110
4.1 O uso de crack e/ou similares em meio à paisagem do “velho centro”: sujeitos e formas de sociabilidade	110
4.1.1 Aproximações em cena: pequenos grupos de “parceiros” e seus locais.....	120
4.1.2 O “usuário” de crack e/ou similares: diálogos e trajetórias	134

4.1.3 O “fissurado” e o “viciado”: formas de uso, padrões de controle e a territorialidade.....	142
4.2 Além do tracejado da droga, a pessoa e sua espacialidade cotidiana.....	151
4.2.1 Do “exílio” ao habitar a rua: o espaço telúrico e as provações corporais	164
4.2.2 A “casa de papelão”, a materialidade e o refúgio imaginário.....	170
4.2.3 Euforia e ressentimento: o crack e a lugaridade fugaz.....	176
5 CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	185
APÊNDICE A – DADOS A SEREM OBSERVADOS EM CAMPO	199
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PESSOAS QUE USAM CRACK E/OU SIMILARES NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM-PA.....	200

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a territorialidade de pessoas que usam crack e/ou similares no espaço público urbano, ocupações precárias de pequenos fragmentos da cidade onde grupos estabelecem não só cenas de uso de drogas, mas também outros tipos de interação, meios de obtenção de renda e, em alguns casos, utilizam como local de repouso. Tais microterritorialidades, denominadas no senso comum como “cracolândias”, são entendidas a partir da experiência espacial cotidiana dos sujeitos, suas formas de sociabilidade, relações de identidade e alteridade.

Tendo em vista esse intento, partimos da tese de Holzer (2013), buscando a territorialidade a partir da lugaridade, de maneira a desvelar o que Dardel (2005) denomina de *geograficidade*, uma relação concreta que liga o homem ao seu espaço, como modo de sua existência. Com inspirações teóricas da fenomenologia de Heidegger (2005, 2008), Schutz (1979), Bachelard (1974) e Merleau-Ponty (1974, 2006), compondo uma profundidade ontológica e seus enlaces ônticos. Quanto à investigação concreta nos aportamos no método etnográfico (PERLONGHER, 1987; CRAPANZANO, 1989) e microssociológico (GOFFMAN, 1980, 2002; BECKER, 2008), de maneira a imergir em um universo de alteridades interditas¹ e captar significados, assim como seus desdobramentos que promovem o sentido de uma microterritorialidade (FORTUNA, 2012; TURRA NETO, 2013). Uma abordagem interdisciplinar, na perspectiva de uma colaboração e diálogo de conhecimentos para a composição da investigação (URIBE, 2012).

O crack é droga estimulante obtida a partir da mistura da pasta base de coca ou cocaína em estado sólido, sendo popularmente conhecida como “pedra”. Seu uso possui uma grande visibilidade em espaços públicos de diversas metrópoles brasileiras, com a constituição de cenas públicas de uso de crack, espaços de uso e venda do entorpecente, “cracolândias” como são denominadas pejorativamente no senso comum (ARAUJO, 2017). Como expõem Cavalcanti e Frúgoli Jr. (2013), a famosa cena da cidade de São Paulo foi precursora deste fenômeno, de onde emerge a nomenclatura, porém o termo “cracolândia” passou a se tornar comum,

¹ Aqui faço referência à fala do Prof. Dr. Wallace Pantoja (22 de novembro de 2019, fala proferida no momento de qualificação do projeto de onde emerge a presente pesquisa. Informação verbal). Mas também direciono a perspectiva de “diferença intensa” de Néstor Perlongher (1989).

inclusive sendo usado no plural em algumas cidades, o que exige uma significativa atenção quanto à sua polissemia, evitando um possível excesso de significados.

Os similares do crack são a pasta base, merla (ou melado) e o óxi, que também derivam da folha de coca e possuem a mesma composição básica. Além disso, são comprados na forma de pedra e geralmente fumados com o auxílio de cachimbo, variando apenas com relação aos diversos produtos químicos utilizados na sua preparação. Estas outras drogas compõem a rotina de pessoas que usam crack, visto que na ausência de exames toxicológicos e se tratando de um mercado ilegal, muitas vezes as denominações se confundem e/ou se sobrepõem (BASTOS; BERTONI, 2014a). Segundo Araujo (2017), análises feitas por peritos químicos da Polícia Federal revelaram que o óxi não é uma nova droga, na verdade trata-se de formas diferentes de apresentação típicas da cocaína e em geral se tratam de crack.

Apesar do uso de crack se evidenciar desde o fim do século passado, este entorpecente só viria a ter uma expressividade no cenário brasileiro nos primeiros anos do século XXI, com um “novo surto” do uso de crack, vinculado à participação recente do país no processamento da pasta de cocaína, levando a um aumento nas apreensões e no consumo de cocaína e crack, tanto nas metrópoles brasileiras como nas cidades médias (MACHADO, 2014).

Segundo Bastos e Bertoni (2014a), é diante de um cenário de uma “epidemia” do uso de crack, propalado sobretudo pela mídia, que o Governo Federal implementou o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas e encomendou a primeira pesquisa em âmbito nacional acerca desta problemática, a “Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?”, realizada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

A pesquisa estimou no ano de 2012 um total de 370 mil usuários de crack e/ou similares nas capitais brasileiras, correspondendo a 35% dos consumidores de drogas (BASTOS; BERTONI, 2014b). A maioria são adultos jovens com idade média de 28-30 anos, que fumam em média 13 pedras por dia, imersos em situações de vulnerabilidades: 81% não completaram o ensino médio, 39% moram na rua, 88% não têm trabalho regular. Dados que implicam diretamente na forma de obtenção de dinheiro, sendo que 65% realizam trabalho esporádico ou autônomo (os “bicos”), 12,8% pedem esmolas e 7,46% relatam a prática de sexo em troca de

dinheiro/drogas. Os indivíduos também relatam atividades ilícitas, uma representação minoritária no quadro geral, onde 6,42% relatam prática de tráfico de drogas e 9,04%, furtos/ roubos e afins (BASTOS; BERTONI, 2014c).

Ainda que apenas uma pequena parcela tenha relatado práticas ilícitas para a obtenção de dinheiro, a pesquisa expõe, quanto ao histórico criminal, que quase metade dos usuários de crack e/ou similares (48,80%) já havia sido presa pelo menos uma vez na vida². É importante explicitar que este não era objeto central da pesquisa e não se estabeleceu uma relação do motivo da prisão com o uso, ou seja, se já faziam uso de drogas, se iniciaram na prisão ou após a saída (BASTOS; BERTONI, 2014c).

Além disso, Bastos e Bertoni (2014c) expõem que quanto à raça/cor, 79% dos usuários se declararam como “não-brancos”, abarcando as categorias “preto” e “pardo” utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os autores relacionam esta informação com a população geral do Censo 2010 do IBGE, onde pretos e pardos correspondiam a aproximadamente 52% da população brasileira, de maneira a evidenciar uma representação sobreposta de pretos e pardos em contextos de vulnerabilidade social, como nas cenas de uso de crack. Informações que de certa forma corroboram com a fala de Bokany (2015), ao apontar o fato da criminalização das drogas sobrepor e encobrir processos de exclusão social e da reprodução de dinâmicas de discriminações de classe e raça no Brasil, onde a violência e criminalização geradas pelo tráfico de drogas atingem, sobretudo, jovens negros e pobres.

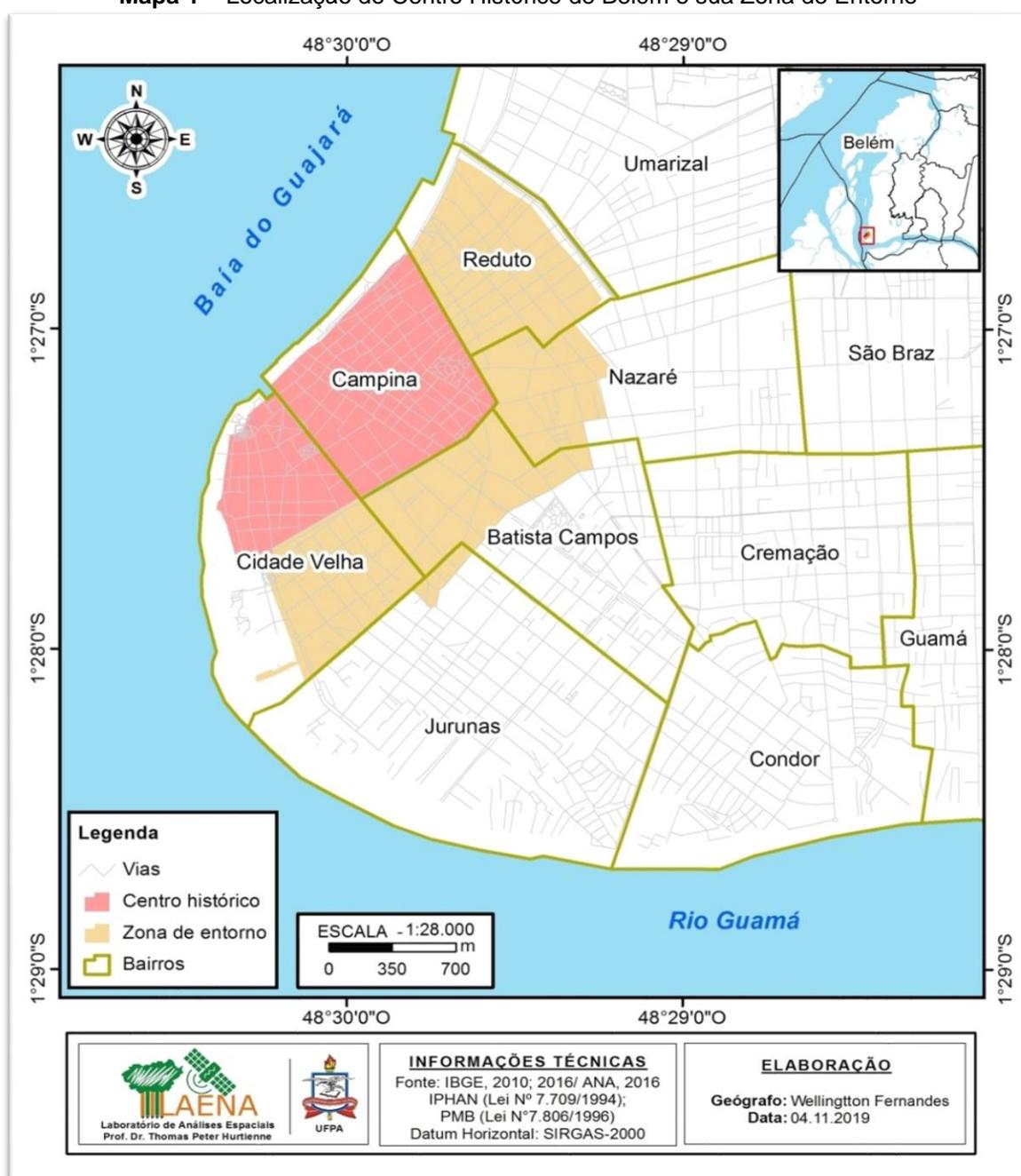
O objeto empírico da pesquisa são os processos que se verificam no Centro Histórico de Belém (CHB). Matérias jornalísticas³ apontam a existência de cenas de uso de crack na cidade a partir da segunda década do século XXI, com a

² Informações que podem estar relacionadas ao comentário de Bokany (2015) acerca das medidas legislativas no Brasil de combate ao tráfico de drogas, sobretudo a “Lei de Drogas no Brasil” (Lei 11.343/2006), que distingue o tráfico do consumo pessoal e que em certa medida despenaliza o porte e cultivo de drogas ilegais para uso próprio. Porém, na realidade, acaba por enquadrar o tráfico e o consumo de forma arbitrária levando ao aumento das taxas de encarceramento no país. Segundo Araujo (2017), esta lei é um dos principais fatores responsáveis pela explosão da população carcerária brasileira verificada na década seguinte a sua criação, pois usuários são condenados como traficantes, dificultando o acesso a medidas alternativas à prisão. Romano e Ribeiro (2016) ressaltam que a lei em questão não estabelece uma quantidade específica de entorpecente que diferencie o tráfico do uso, essa distinção fica sob a discricionariedade da autoridade policial, que inicialmente apreende o suspeito e posteriormente, a autoridade judiciária que julgará o caso.

³ Matérias como: “Centro de Belém cede espaço para a cracolândia” (DIÁRIO ONLINE, 2013), “Ruínas de incêndio viram “cracolândia” no comércio” (FURTADO, 2016) e “Cracolândias se espalham por ruas e bairros de Belém” (O LIBERAL, 2017).

constituição de “cracolândias” na área central, em particular nos bairros Cidade Velha e Campina (conhecido popularmente como “comércio”), bairros antigos com funções comerciais, portuárias, de serviços, residencial e de importância turística, que compõem o Centro Histórico de Belém (CHB), como representado no Mapa 1. Estes bairros geralmente são retratados como deteriorados no discurso político, justificando intervenções pontuais no intuito de requalificação, com base em processos de gentrificação do consumo e de frequência (TRINDADE JR; SANTOS, 2010).

Mapa 1 – Localização do Centro Histórico de Belém e sua Zona de Entorno



Meu interesse inicial em estudar a temática acerca do uso de crack em Belém começou a tomar contornos de pesquisa em fins de 2015, ao preparar o trabalho de conclusão do curso de licenciatura em geografia, por sugestão do Prof. Aiala Colares de Oliveira Couto. Em conjunto com Rayanne Carvalho, escrevi a monografia intitulada: “Território e territorialidade dos usuários de crack no bairro da Campina em Belém” (DIAS; CARVALHO, 2017), desenvolvida ao longo de 2016 e 2017. Trabalho que gravitava em torno das dinâmicas territoriais de pessoas que usam crack, contando com incursões a campo, entrevistas estruturadas e conversas informais com usuários da droga, vigias, policiais, vendedores e moradores do bairro estudado. Mesmo com as limitações de um trabalho de graduação, fora rico em experiências e diálogos com as pessoas que faziam uso de drogas, porém muitas situações não foram desenvolvidas e aproveitadas no trabalho final, por falta de maturidade de pesquisa, sobretudo no lidar com dados sensíveis e ambíguos, que extrapolam a objetividade de relatórios “lineares”. Das inquietações que permaneceram e com interesse em aprofundar o estudo, emerge a presente dissertação.

A relevância de se pensar o fenômeno do uso de crack e/ou similares em Belém, mais especificamente em seu centro histórico, se revela a partir de determinados elementos que compõem a própria realidade em questão, os quais não só atraem os sujeitos para o local, mas também possibilitam suas formas de existência, ainda que a partir de permanências eivadas de tensões: 1) relação do tráfico de drogas com o centro; 2) obsolescência de pontos do CHB e “esvaziamento” de alguns espaços públicos; e 3) possibilidade de anonimato e certa “invisibilidade”. Os elementos destacados, como explicitaremos ao longo do trabalho, estão imbricados e relacionados a diversas contradições, onde os significados só podem se desvelar e encontrar sentido ao se imergir no universo dos sujeitos em questão.

A relação do tráfico de drogas com as áreas centrais se mostra relevante para se pensar a microterritorialidade de pessoas que usam crack e/ou similares, pois, como aponta Souza (2005) acerca do “Quadrilátero do Crack” na área central paulistana, ali se estabelecem formas de territorialização mais sutis dos traficantes por se tratarem de espaços públicos, além de haver muitos usuários revendedores, com um tráfico de pequeno porte, diferentemente do que se observa em favelas e loteamentos ilegais. Nas áreas centrais não se estabelece a mesma disciplina do

narcotráfico, como nas territorializações de traficantes em bairros periféricos, morros, ou tal qual nas “baixadas” belenenses, retratadas por Couto (2014, 2018).

Segundo Couto (2018) no cotidiano do narcotráfico, em sua escala intraurbana, se evidencia uma norma imposta por narcotraficantes nos territórios controlados, que visam disciplinar os corpos dos sujeitos envolvidos e/ou afetados pelo tráfico, que devem manter determinadas condutas, disciplinar-se no tempo e no espaço. Tais condutas são diferenciadas para cada sujeito e de acordo com o grau de envolvimento. Por exemplo, para o morador, deve-se respeitar a “lei do silêncio”, ou seja, não denunciar os traficantes. Para os usuários de drogas, estes não podem praticar furtos e roubos no território, assim como é proibido o uso em determinados pontos deste limite. Desrespeitar tais normas implica em castigos, ações violentas por parte dos traficantes. O que configura para o autor, inspirado nas proposições de Michel Foucault, um poder disciplinar exercido por narcotraficantes.

Esta distinção da disciplina do narcotráfico (COUTO, 2018), no que tange áreas centrais, permite margens de atuação para os sujeitos aqui abordados, visto que estes podem estabelecer práticas que não são permitidas ou podem ser conflituosas (muitas vezes sendo resolvidas com violência e até com a morte) nos espaços influenciados pelo tráfico, tais como: praticar furtos, usar drogas em locais públicos, ou seja, atitudes que podem causar atritos com a comunidade, que chamem a “atenção” da polícia para o local. Isso não significa que estes indivíduos não tenham problemas com os narcotraficantes e narcomilícias⁴ ou que a violência do tráfico não os alcance em espaços centrais⁵. Além disso, pessoas que fazem uso de crack e/ou similares têm que lidar com outros atores, como os moradores, os consumidores e trabalhadores que frequentam os bairros centrais, assim como o Estado, tanto na atuação da polícia, mas também com os aparatos de saúde e de assistência social.

Assim como outros centros principais no Brasil, o que hoje é o CHB, também passou por processos de deslocamentos de atividades e grupos sociais na segunda

⁴ Grupos formados por agentes (ou ex-agentes) de segurança pública que se utilizam do aparato estatal para obter benefícios sobre o narcotráfico. Realizam extorsões, execuções por encomenda e distribuição de drogas para serem comercializadas (COUTO, 2018).

⁵ Como expõe Couto (2018), a atuação do tráfico de drogas na cidade de Belém tem implicado no aumento da violência e homicídios com *modus operandi* de execução, tanto nas áreas periféricas, como no centro, configurando a necropolítica do narcotráfico.

metade do Século XX⁶ (BRITO, 2007). Como expõem Trindade Jr. e Amaral (2006), a criação de rodovias na Amazônia em meados da década de 1970, foi elemento importante para o enfraquecimento de antigas centralidades urbanas vinculadas ao transporte fluvial. Tal processo desembocou na perda de importância da própria paisagem beira-rio, com o esvaziamento de certas atividades e de determinadas formas espaciais. Porém, os autores ressaltam que não se trata de “espaços vazios”, na verdade são novos usos, funções, assim como novas territorialidades a se expressar cotidianamente. As quais são consideradas por agentes privados produtores do espaço urbano (e por vezes pelo Estado), imbuídos por um planejamento estratégico, enquanto esteticamente e funcionalmente indesejadas.

Ainda que o “discurso de deterioração” encubra um sentido ideológico vinculado a interesses imobiliários em torno dos antigos centros (VILLAÇA, 1998), é inegável um certo “esvaziamento” dos logradouros públicos do CHB, o que não significa em nada corroborar com os motivos apresentados por discursos e concepções estratégicas de gerenciamento da cidade. Como evidências desse esvaziamento, podemos elencar, em primeiro lugar, a existência na área de um grande número de imóveis abandonados e desocupados, alguns em situação de ruínas. Avaliação do grau de ociosidade imobiliária apontou que em 2010 havia 982 domicílios não ocupados⁷ no CHB (MERCÊS; TOURINHO; LOBO, 2014). Em segundo lugar, a situação dos espaços públicos, pois, ainda que no início do século XX o Governo do Estado tenha realizado intervenções no CHB, estas foram pontuais (TRINDADE JR.; AMARAL, 2006), com a criação de “novos” espaços públicos ou semi-públicos⁸ de lazer, que não permitem o pleno estar, usufruir e circular da população, “guetos turísticos” (FIGUEIREDO, 2008).

O grau elevado de ociosidade de imóveis e a constituição de tais “guetos turísticos”, também contribuem com processos de esvaziamento (sobretudo pela

⁶ Fazendo um balanço geral no Brasil, Villaça (1998) expõe que são processos vinculados a uma nova mobilidade territorial por parte de classes altas, com o advento dos automóveis a partir da década de 1970, em conjunto com o esforço do capital imobiliário em promover novas frentes imobiliárias, conseqüentemente criando novos centros e levando à obsolescência dos antigos. O autor resalta que há um sentido ideológico nos discursos acerca da “decadência” do centro, pois na verdade o que se evidencia é o abandono do antigo centro pelas classes dominantes e sua tomada por camadas populares.

⁷ Sendo 580 domicílios não ocupados no bairro da Campina e 402 na Cidade Velha. Dados que revelam o baixo dinamismo demográfico dessa área.

⁸ Com o termo “semi-”, o autor visa evidenciar o fato de que locais, tal qual a Estação das Docas, permitem a entrada de todos, porém é cercado e altamente regulado, o que inibe a espontaneidade inerente ao pleno espaço público (FIGUEIREDO, 2008).

noite) e obsolescência⁹ de alguns pontos específicos no CHB, evidenciando a configuração de espaços públicos anêmicos, com um encolhimento de margens de manobra, desgaste da sociabilidade e da civilidade, restrições ao exercício da cidadania, o que leva ao “abandono”, ou a diminuição das visitas, podendo também apresentar o “cercamento” e “monitoramento” dos mesmos (SOUZA, 2008). É importante ressaltar que essa questão não se reduz a uma deterioração de determinadas estruturas e equipamentos, na verdade faz referência também a uma perspectiva mercadológica da cidade, com a ausência de estímulos a usos populares e práticas espontâneas, sejam culturais, sociais, políticas e educacionais, que promovam uma ocupação cotidiana em diferentes momentos do dia.

Em trabalho anterior (DIAS; CARVALHO, 2017), já havíamos identificado uma relação entre as territorialidades dos usuários de crack e os espaços públicos anêmicos no bairro da Campina, quanto mais esvaziado o local, mais estáveis eram as cenas de uso da droga, sobretudo pela noite quando comércios fecham as portas, permitindo a ocupação de calçadas, mas também pelo menor número de pessoas circulando no entorno. Tais elementos “anêmicos” do espaço público são identificados no bairro Cidade Velha também, de acordo com Lobo, Tourinho e Coelho (2019) que, ao investigarem cinco praças desse bairro, destacam o fraco desempenho de atividades de lazer, devido a aspectos físicos e restrições preservacionista, assim como precária manutenção. Outro elemento ressaltado é a relação entre o crescente abandono do espaço público e a elevação da sensação de insegurança, o que apela para a importância da vitalidade do entorno em diferentes períodos do dia e de um policiamento adequado.

O número de imóveis ociosos no CHB, em conjunto com os espaços públicos anêmicos, proporcionam uma diminuição do movimento pela noite, reduzindo o número de “olhos para rua”, de “olhos atentos” (JACOBS, 2000). Elementos que possibilitam as pessoas que fazem uso de crack e/ou similares a ocuparem

⁹ Aqui fazemos referência ao entendimento da “área de obsolescência”, que como expõe Corrêa (1995) era concebido pela Escola de Chicago como “zona periférica do centro”, ou “zona de transição”. A última denominação se fundamentava na expectativa de proprietários de imóveis de que o núcleo se expandiria horizontalmente englobando partes residenciais e substituindo-as por prédios comerciais. A partir desse entendimento não era rentável reformar os imóveis e os mesmos eram alugados a populações de “baixo *status* social”, configurando espaços deteriorados e estigmatizados. Porém, ao pensarmos o CHB, não temos a pretensão de enquadrá-lo em tais termos lineares por dois motivos: 1) evitar a simplificação de um discurso ideológico de “deterioração”, em geral atrelado a concepções de consumo e seus projetos estratégicos; e 2) por considerarmos um caráter mais pontual, em vez de zonal. Uma pontualidade de locais e horários que estes “esvaziamentos” se expressam.

determinados pontos e estabelecerem permanências, ainda que precárias e eivadas de instabilidade. Quanto ao direcionamento dos sujeitos para o local, certamente há uma importância da atração inerente à centralidade, mas devemos atentar também para a possibilidade de anonimato, tanto em meio à multidão diurna, quanto no “esvaziamento” noturno. Além disso, a pessoa que faz uso da droga encontra outros que compartilham a mesma experiência, podendo amenizar possíveis sentimentos de culpa e estigma em relação ao uso da droga.

Ainda que na cidade de Belém existam proposições de assistência social para esses indivíduos, como o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSAD), o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro-POP) e com o município aderindo ao projeto “Crack, é possível vencer” em março de 2015 (PEREIRA, 2016); os usuários de crack e/ou similares também são implicados por dispositivos de repressão do Estado, situações como a desencadeada pela “Operação Miriti” em 2016. Como expõe a matéria de Beckman (2016), “Operação deteve 78 pessoas no centro comercial”, esta teve por objetivo retirar do CHB indivíduos em condição de foragidos da justiça, os critérios para condução foram: “situação suspeita” nas ruas e ausência de qualquer tipo de documento de identificação pessoal. Do total de pessoas encaminhadas para verificação na Seccional do Comércio, 70 não respondiam por nenhum crime e foram liberadas. A partir dos critérios utilizados pela operação, nos parece manifesto que os alvos eram pessoas em situação de rua e em vulnerabilidade, dependentes de drogas ou não, visto que habitam logradouros públicos e em geral não portam documentos.

A importância social desta pesquisa, portanto, se funda na necessidade de encararmos a realidade desses sujeitos na cidade de Belém, que são ressaltados e visíveis pelo uso de drogas ilícitas, como um problema social, ao mesmo tempo em que são “invisíveis”, circundados por uma série de situações de vulnerabilidade e desfiliação. Ainda que não intentemos avaliar a “qualidade”, ou impacto de políticas públicas e não tenhamos o intento “técnico” de sugerir um formato de assistência social, imergir no cotidiano dos sujeitos, em seu espaço de existência, que envolve não só suas relações com o ambiente, mas também com os outros, propicia conhecimentos oriundos do lugar, que podem inspirar outros horizontes e possibilidades nas intervenções para melhorar a qualidade de vida destes indivíduos, mas que lhes designem autonomia e protagonismo, partindo das

dificuldades enfrentadas por esses sujeitos, assim como de suas aspirações a uma situação melhor, a um “mundo melhor”, não somente dando-lhes voz, mas exercitando o “estar-com” e o “fazer-com” (GONÇALVES, 1999).

A territorialidade ou, mais precisamente, a visibilidade pública dos usuários de crack e/ou similares nas cidades e sua espacialidade têm sido abordadas, ainda que de maneira coadjuvante, em diversas pesquisas no Brasil. Visando compor o estado da arte dos trabalhos nessa temática e apreender as diferentes perspectivas de análise, objetivos e metodologias (CRESWELL, 2010), realizamos levantamento de artigos, teses e dissertações buscando a partir deste quadro geral evidenciar as possibilidades de contribuição na temática, assim como a relevância da presente investigação. Dos 66 estudos que levantamos sobre o tema, selecionamos 21 que, em nosso entendimento, podem ser tomados como representativos do estado da arte na temática. Esses estudos podem ser agrupados em 4 categorias, de acordo com seus objetivos.

Na primeira categoria, estão agrupados os trabalhos que abordam a realidade dos usuários de crack, tendo como elemento comum as políticas públicas, o controle social e gestão de populações que incidem nos territórios identificados como “cracolândias”. Estes trabalhos tem como centralidade a análise das implicações e possibilidades de melhorias das políticas de saúde/cuidado/redução de danos, ou segurança pública/repressão/autoridade. Em geral abordam o plano do governo federal intitulado “Crack, é possível vencer” e seus desdobramentos em conjunto com programas estaduais e municipais. Quanto às estratégias de investigação, há uma recorrência do estudo de caso, com a utilização de procedimentos diversos de coleta de dados (SANTOS, 2014; SANTANA, 2015; PONTES, 2017).

Em sua dissertação, Santana (2015) realizou um estudo de caso visando refletir acerca do tratamento da dependência química do crack, com foco no cotidiano da atuação de um CAPS na cidade de Catalão (Goiás), destacando a importância da interdisciplinaridade na investigação da problemática. A autora destaca a fragilidade das modalidades de enfrentamento ao problema e a necessidade da ação pública em oferecer um tratamento digno aos dependentes químicos, visto que as famílias carentes são as mais afetadas e não podem custear clínicas particulares (SANTANA, 2013).

Já Pontes (2017) realiza uma pesquisa com uma abordagem distanciada do sujeito, visando uma totalidade do fenômeno a partir do materialismo histórico e

dialético. A autora enquadra a população da cracolândia na história da classe social apartada da terra e jamais absorvida pelo trabalho produtivo, lumpemproletariado. Argumenta que o “Plano Crack é Possível Vencer” não visa reduzir o consumo de crack, sim alavancar processos de acumulação e elevar o controle militarizado, funcionando também como mais um mecanismo de controle que impede (ou ao menos tentam impedir) à convulsão social do grupo em questão.

Em uma segunda categoria, agrupamos os trabalhos que tem por prisma o uso de crack e a constituição de identidade e estigma. Pesquisas que abarcam o contexto das cenas de uso da droga e a constituição de estigmas em torno dos locais denominados de “cracolândias”, assim como das pessoas que por lá estabeleçam permanências. Quanto às estratégias de investigação empregadas, identificamos o uso de pesquisa narrativa, etnografia, estudo de caso e uma pesquisa de inspiração fenomenológica (RUI, 2012; ROCHA, 2012; CARVALHIDO, 2014; ARRUDA, 2014; HERTZOG, 2015; MESSAS *et al*, 2016).

Rui (2012) realizou uma etnografia com pessoas que fazem uso de crack e/ou similares nas cidades de Campinas e de São Paulo, nos anos de 2008 a 2010. A pesquisa destaca que o corpo da pessoa que faz uso de crack, denominado no senso comum de “nóia”, radicaliza a alteridade na medida em que materializa um tipo social fundado a partir da exclusão. Uma vez nessa condição evoca limites corporais, sociais, espaciais, simbólicos e morais, bem como impulsiona a criação de gestões assistenciais e policiais que visam recuperá-lo, mas também eliminá-lo.

Já o estudo de caso desenvolvido por Arruda (2014) expõe que a categoria central para a compreensão do sujeito social que constitui a “cracolândia” em São Paulo é a questão social e não o uso de drogas ou crack, pois os que frequentam ou moram no local estão expostos a processos de empobrecimento e marginalização resultantes da reestruturação produtiva do capitalismo e da desproteção social.

Messas *et al* (2016) evidencia, a partir da psicopatologia fenomenológica, a relação entre temporalidade, exclusão social, uso/abuso do crack e os obstáculos psicossociais à pluralização e à diferenciação da identidade pessoal. A pesquisa expõe que a psicopatologia do usuário que habita as “cracolândias” reflete uma transformação da existência em um aprisionamento imutável e rígido dentro de um corpo social saturado, prescritivo e inclemente.

A categoria cotidiano e cultura do uso de crack agrupa os trabalhos que tratam centralmente do mundo da vida dos usuários de crack, que realizam imersões

profundas no cotidiano, na cultura que se estabelece em torno do uso da droga. Nesse sentido, possuem uma aproximação com suas territorialidades, abordando as redes de sociabilidade e tensões que se constituem no contexto desses indivíduos, assim como as ações de cuidado e repressão desenvolvidas nos ambientes de uso de crack. Estes trabalhos se utilizam em sua maioria da etnografia e observação participante como estratégias de coleta de dados (RAUPP, 2011; ALVES, 2015; COSTA, 2017; SILVA, 2017; TRINTA, 2017; MALHEIRO, 2018).

A tese de Raupp (2011) abarca os circuitos, comportamentos, práticas e significados relacionados ao uso e venda de crack, na região central de duas capitais brasileiras: São Paulo e Porto Alegre. A autora destaca que o cotidiano desses locais caracteriza-se por tensões e conflitos entre os diferentes atores que constituem os circuitos. Além disso, aponta que apesar da maioria dos usuários estabelecerem um padrão de uso compulsivo de drogas, especialmente de crack, alguns sujeitos empregavam diversas estratégias de autocontrole na administração da droga.

Já Alves (2015) investiga a importância do contexto social sobre o padrão intenso de uso de crack na cidade de São Paulo. A partir de uma etnografia com observação participante em cenas de uso, do programa “De Braços Abertos” e de times de futebol constituídos em sua maioria por usuários, o autor destaca que a alteração do contexto social possibilita uma severa mudança no relacionamento do usuário com a droga.

Por fim, temos a categoria de trabalhos que tem por centralidade a dimensão socioespacial do uso de crack e/ou similares no espaço urbano, apontando os sujeitos envolvidos na constituição de cenas de uso da droga, suas relações com os locais e as especificidades em diferentes cidades brasileiras. Nesta categoria evidencia-se uma menor produção de trabalhos, que possuem diferenças quanto a aproximação do sujeito e de seus contextos socioespaciais (ROCHA, 2013; CAVALCANTI; FRÚGOLI JR., 2013; TAVARES, 2014; VALVERDE, 2015; SALGADO, 2017).

Cavalcanti e Frúgoli Jr. (2013) empreendem um estudo etnográfico nas cracolândia(s) de São Paulo e do Rio de Janeiro. Visando dinâmicas relacionais e espaciais urbanas, os autores partem da noção de territorialidades itinerantes, ressaltando um caráter móvel da(s) cracolândia(s), resultante desses espaços se

constituem em tensão com outros grupos. Conflitos que envolvem tanto a repressão policial, quanto problemas com outros agentes.

Já a pesquisa de Rocha (2013) abordou a constituição de espacialidades relacionadas ao uso de crack por adolescentes, os quais integravam uma comunidade terapêutica em Ponta Grossa (Paraná). O trabalho aponta que as vivências espaciais dos adolescentes usuários de crack se configuram sempre em um estado de alerta e fuga.

A partir do panorama geral da produção acadêmica sobre o tema, confirmamos a necessidade de ampliar os conhecimentos acerca da experiência espacial dos usuários de crack e/ou similares, suas interações e vínculos com os ambientes, sobretudo no espaço público. No recorte das 66 produções levantadas, encontramos somente cinco pesquisas que ressaltam a dimensão espacial do fenômeno. Dessa forma, este trabalho pode contribuir para a ampliação do conhecimento acerca das pessoas que usam crack e/ou similares no espaço público, com destaque para a microterritorialidade cotidiana, compreendida a partir do método fenomenológico, evidenciando uma vital relação do ser humano com seu espaço de existência, que não é só utilitarista, mas envolve também intimidade, afetos e tensões. O trabalho realizado contribui também ao empregar uma perspectiva teórico-metodológica pouco expressiva no conjunto identificado dos estudos sobre o tema.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo geral compreender o sentido da microterritorialidade de pessoas que usam crack e/ou similares no espaço público do CHB. Seus objetivos específicos são:

- a) apresentar sujeitos envolvidos na constituição das cenas de uso de crack e/ou similares;
- b) descrever as formas de sociabilidade desenvolvidas pelo grupo;
- c) investigar os afetos e tensões em torno das práticas dos sujeitos no espaço público; e
- d) interpretar as tipificações e imagens constituídas na experiência espacial cotidiana de pessoas tracejadas pela droga, desdobradas em lugaridade e territorialidade.

Visando atingir tais objetivos, adotamos uma orientação qualitativa de pesquisa, compondo um processo emergente, onde os dados são alcançados no ambiente dos sujeitos, de maneira a evidenciar a subjetividade e a

intersubjetividade, próprias ao processo de interpretação do fenômeno (CRESWELL, 2010). Utilizamos o estudo de caso como estratégia de investigação, agregando “instrumentos” diversos para a coleta de dados (YIN, 2010), articulando inspirações do método fenomenológico e da etnografia, possibilitando uma imersão no universo investigado, assim como a apreensão de elementos da vida cotidiana, de ciclos individuais e de comportamentos.

Os procedimentos de coleta de dados (CRESWELL, 2010) utilizados na pesquisa são de três tipos: 1) pesquisa bibliográfica, 2) observação participante em campo e 3) realização de entrevistas em profundidade.

A pesquisa bibliográfica tomou por base o levantamento em periódicos científicos, repositórios e bibliotecas. Tal revisão bibliográfica auxiliou: a) na definição da abordagem e na composição do quadro de noções e conceitos utilizados para interpretar o fenômeno em questão; b) na identificação de elementos que configuram a cena de uso de crack e/ou similares; c) no conhecimento dos estudos sobre a realidade dos dependentes dessa substância no Brasil.

Acerca dos trabalhos de campo, compomos um roteiro de observação (APÊNDICE A) seguindo as proposições etnográficas de Perlongher (1987) focando em pequenos grupos, microunidades relacionais, práticas cotidianas, locais de ocupação e trajetos, mas visando também contornos dialógicos (CRAPANZANO, 1989), com imersão em cena, estabelecimento de interações com as pessoas que fazem uso de crack e/ou similares, conversas informais e entrevistas, com um grau de participação relativo e construção de laços de confiança com os sujeitos (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1987). As experiências com pessoas que fazem uso de crack e/ou similares, relatadas no trabalho, ocorreram ao longo de 2019 e início de 2020, com incursões mais intensas no segundo ano.

Devido à pandemia da Covid 19, iniciada em março de 2020, tivemos que nos retirar das ruas, ainda que já tivéssemos material suficiente para a realização do trabalho, algumas atividades foram interrompidas e laços importantes se perderam. Fizemos um último campo no dia 23 para nos despedirmos e sugerir aos sujeitos em situação de rua que se encaminhassem para os abrigos oferecidos pelo governo estadual e municipal.

A partir das primeiras incursões identificamos sete cenas abertas de uso de crack e/ou similares no CHB, de maneira que se estabeleceu um pequeno circuito em volta desses pontos, visando constituir laços de confiança com os sujeitos. Por

conta da espontaneidade própria das interações, nos aproximamos mais de dois grupos, que estão nomeados ao longo do trabalho como “parceiros da Santo Antônio” e “parceiros da Calçada da Farmácia”. Nessas microunidades, estabelecemos maior proximidade com quatro sujeitos, “Junior”, “Buarque”, “Manuel” e “Jonas”¹⁰. Nos campos, estive sempre acompanhado de meu diário de campo, anotando as situações, falas e detalhes, compondo notas de campo. Os dados obtidos pela observação foram confrontados e/ou complementados com as informações fornecidas pelos próprios sujeitos das ações por meio de “entrevistas densas” (GASKELL, 2008), em alguns casos diríamos “diálogos densos” (pois não seguimos uma formalidade de entrevista).

Além disso, não somente como estratégia de inserção (BECKER, 1993), mas também visando a construção de uma relação ética (LEVINAS, 1988), acompanhei o grupo “Amigos em ação” que realiza ações de doação de alimentos, água, roupas e calçados para pessoas em situação de rua. Ao mesmo tempo organizei com amigos próximos um grupo batizado de “MAPSRUA” (Movimento de Acolhimento à População em Situação de Rua) para fazer doações com caráter mais intimista, ainda que com uma abrangência menor, mas recolhendo pedidos mais específicos, como roupas e calçados de determinado número, oferecendo livros e até mesmo atenção, conversando com os que solicitassem e dando orientações acerca da malha institucional de assistência social. Compor tais grupos possibilitou não só conhecer os sujeitos da pesquisa, mas também me fazer reconhecido por eles.

As entrevistas em profundidade foram semiestruturadas, permitindo tanto aberturas para o sujeito falar, expor outros temas que pudessem vir a ser mais interessantes, assim como a manutenção de um direcionamento para temas mais relevantes (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1987). O roteiro de entrevista (Apêndice B) foi organizado a partir de tópicos e dividido de acordo com as suas especificidades, no que tange temas mais estigmatizados, com o uso e tráfico de drogas ficando por último, garantido uma gradação de acordo com a confiança estabelecida com os sujeitos. Os tópicos desenvolvidos nas entrevistas foram: a) motivos de estar naquele ponto da cidade; b) motivos para viver na rua; c) motivos para permanecer em grupo; d) significado do lugar, sob o efeito de drogas e nos

¹⁰ É importante ressaltar que seguimos orientações da Resolução nº 466/2012 do Ministério da Saúde, atentando para o respeito à dignidade e autonomia dos sujeitos, de tal forma que optamos por indicar todos os participantes da pesquisa, usuários de crack e/ou similares, ou outras personagens que habitam as ruas, a partir de pseudônimos.

momentos de sobriedade; e) como reconhecem e designam os locais; f) principais problemas e dificuldades; g) práticas cotidianas; h) principais conflitos em torno de uso de crack e/ou similares; i) estratégias de ocupação de espaços. Entendemos que estes tópicos permitiram captar as tipificações empreendidas pelos sujeitos, assim como as imagens referentes à experiência espacial.

As informações e dados obtidos a partir da observação em campo e das entrevistas em profundidade foram sistematizados com a “construção” e análise do *corpus* da pesquisa, a partir de etapas: a) selecionando preliminarmente; b) analisando a variedade; e c) ampliando o *corpus* de dados até a saturação (BAUER; AARTS, 2008).

No trato com os dados oriundos do campo, nos aportamos em Gaskell (2008) que destaca a necessidade de se ir além da seleção superficial de um número de citações ilustrativas, sendo essencial quase que viver e sonhar as entrevistas, possuir a capacidade de lembrar cada ambiente e os temas-chave de cada entrevista, ter capacidade de resgatar o tom emocional do entrevistado, mobilizando uma imaginação sociológica e criatividade no momento de interpretar os dados. Ainda que acompanhem sugestões relevantes de Gaskell (2008) e também de Bauer e Aarts (2008), ressaltamos que não tratamos de representações, na verdade os “temas” e construções sociais que emergem na pesquisa são entendidos enquanto tipificações no sentido proposto por Schutz (1979) e enquanto imagens (BACHELARD, 1974) referentes à experiência espacial cotidiana, qualidades que distinguimos em territorialidade e lugaridade.

Assim, de maneira operacional, tentamos captar a espacialidade dos sujeitos da presente pesquisa a partir da distinção de três grupos de imagens fazendo referência ao: 1) espaço concreto (ambiente): descrição das características dos locais ocupados, das atividades diárias e seus trajetos; 2) território (territorialidade): descrição do grupo e seu *ethos*, evidenciando a diferença propriamente antropológica, as sociabilidades e tipificações (a intersubjetividade), assim como as normas e tensões, tanto externas (sociedade geral), como internas ao grupo; 3) lugar (lugaridade): descrição das concepções e experiências particulares captadas, das falas de pessoas que integram o grupo, ou seja, a subjetividade.

Advertimos ao leitor que nos resguardamos na configuração de estudo de caso, ainda que inspirados em aportes fenomenológicos e etnográficos, pois há no trabalho certas fraturas, heresias para com essas tradições, sobretudo entre o

emprego da teoria e sua relação com o campo, assim como o próprio contorno da redação, o que certamente está relacionado à trajetória do autor, que emerge em sua constituição acadêmica a partir da tradição geográfica, forte potência teórica e de viés realista¹¹, de escritos que se ocupam com uma “objetividade” e “linearidade”. Isto não ressaltamos enquanto demérito, mas no sentido da particular dificuldade que se expressa em um mobilizar-se para a pesquisa em ciências sociais de cunho interpretativo, da passagem do que Merleau-Ponty (2006) designa de sobrevoo para uma profundidade, ou do realismo as imagens do devaneio, como nos alude Bachelard (1974).

Para além de elementos mais particulares ao autor, ressaltamos também que um “excesso” da literatura (no sentido de uma tradição fenomenológica e etnográfica) se faz também por outros dois pontos sensíveis: 1) explicitar como mobilizamos o diálogo interdisciplinar entre as “lentes” (conceitos, noções) geográficas, psicológicas, antropológicas e sociológicas, a partir da fenomenologia existencial, almejando pontos originários de contato; e 2) um cuidado que pensamos ser necessário, mais precisamente uma sensibilidade ética, para com o sujeito usuário de crack e/ou similares (muitas vezes em situação de rua), de maneira a possibilitar uma abertura empática do leitor à pessoa em sua complexidade, não se restringindo a uma imagem redutora, pois, como esboçamos ao longo desta introdução, tal temática é uma pauta delicada na sociedade brasileira, que muitas vezes é utilizada como argumento para interesses heterônomos, que desconsideram os direitos humanos.

A presente dissertação é composta por introdução, três capítulos e considerações finais.

No primeiro capítulo, “Uma geografia fenomenológica do ser embriagado: experiência espacial e uso de drogas”, apresentamos o referencial teórico, abordando alguns temas que nos auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa. Nele fazemos uma apresentação da concepção fenomenológica e as possibilidades de conexão com a geografia, a partir da geograficidade e dos conceitos de lugar e território, enquanto essências que possibilitam o desvelar de uma experiência espacial de sujeitos que se mobilizam no uso de crack e/ou similares, estabelecendo

¹¹ Mônica Sampaio Machado (2007) discute as influências de um viés realista na tradição da ciência geográfica. A autora resalta os aspectos positivos dessa relação, ainda que indique a própria confusão entre a geografia enquanto materialidade e a própria ciência.

diálogos e mobilização de referências de outras áreas disciplinares. O capítulo é dividido em dois tópicos: “A perspectiva fenomenológica: do reencontro com o fenômeno à vida cotidiana” e o segundo intitulado: “Geografia e experiência espacial: a geograficidade e as essências espaciais”.

No segundo capítulo, “Uso de crack e/ou similares na metrópole: do “desvio” à diferença no espaço público”, abordamos elementos que compõem a construção social do “usuário de crack e/ou similares”, uma apresentação da facticidade inerente à compreensão da pessoa que faz uso dessa droga, apontando também para uma abertura empática preliminar com os sujeitos da pesquisa, um movimento que se faz necessário, pois, para além da impossibilidade de uma “redução fenomenológica total”, há um “peso” moral e hegemônico que não só encobre a alteridade desse outro, mas o relega ao desvio, à patologia, elementos “estruturais” do fenômeno das toxicomanias. Por fim, apresentamos o contexto de uso de crack e/ou similares em metrópoles brasileiras. O capítulo está dividido em dois tópicos: o primeiro se intitula “A metrópole e a subcultura das drogas: entre o “desvio” e a diferença social” e o segundo, “As cracolândias em metrópoles brasileiras: visibilidade pública e desfiliação social”.

No terceiro e último capítulo, “A microterritorialidade dos usuários de crack e/ou similares no CHB”, fazemos a exposição e análise dos dados colhidos em campo, identificando os sujeitos que compõem as cenas de uso de crack e/ou similares no centro histórico e suas formas de sociabilidade, descrevendo o cotidiano das pessoas que se projetam em tais práticas, suas tipificações, imagens e tensões em torno das cenas de uso no espaço público. Estruturando os dados obtidos ao longo da pesquisa, em mediação com os interlocutores, assim como configurando uma interpretação da realidade tratada, divide-se o capítulo em dois tópicos: o primeiro denominado “O uso de crack e/ou similares em meio à paisagem do ‘velho centro’: sujeitos e formas de sociabilidade” e o segundo, “Além do tracejado da droga: a pessoa e sua espacialidade cotidiana”.

Nas conclusões expomos considerações acerca dos resultados obtidos a partir da pesquisa, as contribuições alcançadas no sentido dos objetivos almejados, apresentando também algumas indicações para possíveis desdobramentos do trabalho, pontos que emergiram ao longo da investigação, mas que não fora possível aprofundar, assim como algumas inquietações inerentes à proposta desenvolvida.

2 UMA GEOGRAFIA FENOMENOLÓGICA DO SER EMBRIAGADO: EXPERIÊNCIA ESPACIAL E USO DE DROGAS

O referencial teórico a seguir abordará alguns temas que nos auxiliarão no desenvolvimento desta pesquisa. Primeiramente trataremos da Fenomenologia enquanto filosofia e método, a partir das bases e noções desenvolvidas por Husserl (2006), e das heresias, reinterpretações e proposições de seus seguidores como Heidegger (2005) e Schutz (1979) explicitando, para além das diferenças, as possibilidades de composição de uma investigação do cotidiano de pessoas que fazem uso de crack e/ou similares, assim como de sua experiência espacial. Nesse sentido tecemos considerações acerca do estado alterado de consciência e da situação de dependência, mais precisamente o fenômeno da embriaguez, e sua expressão vivida, abordada pela psicopatologia fenomenológica (MESSAS, 2008, 2015), mas também em apontamentos da psicologia de inspiração fenomenológico-existencial, em especial no que tange a abertura existencial para a embriaguez (SIPAHI; VIANNA, 2001), o que Sodelli (2010) denomina de “vulnerabilidade existencial”, visando um enlace ôntico-ontológico.

Em seguida trataremos dos diálogos entre a fenomenologia e a geografia, a partir não só dos fenomenólogos citados, mas também dos trabalhos de Bachelard (1974) e Merleau-Ponty (2006), sobretudo as influências no trabalho do geógrafo Eric Dardel (2005) e a proposição da geograficidade, assim como as possibilidades do desvelar as essências do lugar e território, ou seja, a lugaridade e a territorialidade (HOLZER, 1997, 2013; SERPA, 2019). Por fim, apresentaremos a abordagem microterritorial, enquanto estilo de pesquisa geográfica, de diálogo interdisciplinar com a antropologia, microssociologia e psicologia social (TURRA NETO, 2013), a partir da etnografia de microunidades e suas respectivas redes de sociabilidade no espaço público da metrópole, porém ressaltando a necessidade de uma aproximação dialógica, superando a perspectiva da identidade contrastiva (PERLONGHER, 1987, 1993). Um diálogo que articule reciprocidade entre os interlocutores, em momentos de escuta e fala (GADAMER, 1999), mas sem a pretensão de se romper a distância que evidencia a transcendência do Outro, sua plena alteridade (LEVINAS, 1994).

2.1 A perspectiva fenomenológica: do reencontro com o fenômeno à vida cotidiana

A Fenomenologia é uma perspectiva filosófica que teve sua fundação na Alemanha em fins do século XIX e início do XX, possuindo uma memória que a insere no passado filosófico ocidental (BELLO, 2006). A fenomenologia parte das ideias de Edmund Husserl (1859-1938) e das heresias de seus seguidores, assim como a soma das variações no pensamento de Husserl (RICOEUR, 2009). Devido a isso, o questionamento acerca de uma definição da fenomenologia pode evidenciar respostas diversas, ainda que vinculadas a uma mesma fonte (DARTIGUES, 1973).

A fenomenologia husserliana parte da operação da consciência, de sua relação às coisas pelos signos, tais como elaborados por uma cultura oral. Onde o ato primário da consciência é uma ânsia pelo dizer, designar (*meinen*); distinguir a significação entre outros signos, elucidar as diversas maneiras dentre as quais uma presença intuitiva preenche uma significação vazia. Sendo tal movimento a própria descrição fenomenológica da significação (RICOEUR, 2009). Dessa forma toda vivência, ao ser levada a cabo, pode fazer-se objeto de um puro ver e captar, enquanto um dado absoluto (HUSSERL, 1986).

A característica principal da consciência é que ela nos apresenta objetos, a partir da intuição de “objetos reais” captados a partir da experiência, presentes no tempo e espaço, oferecidos à percepção ordinária em contato com o mundo. O mundo é o conjunto completo dos objetos da experiência possível, assim como do conhecimento possibilitado pela mesma (HUSSERL, 2006). O sujeito-objeto só se dá na intuição originária da vivência (*erlebnis*) de consciência, que contém muito mais que a si própria, permitindo acessar a essência daquilo que ela não é, o sentido mesmo do mundo. As essências só possuem existência no ato da consciência e a fenomenologia se torna a análise do dinamismo do espírito que dá aos objetos do mundo seu sentido (DARTIGUES, 1973).

Outro passo fundamental da abordagem husserliana é a redução fenomenológica, que põe entre parênteses o caso individual, retendo apenas o sentido (e a significação conceitual que o exprime), o que permitiria a exclusão de todas as posições transcendentais. Como ressalta Husserl, (1986, p. 29):

[...] o conceito de *redução fenomenológica* adquire uma determinação mais precisa, mais profunda e um sentido mais claro: não é exclusão do

verdadeiramente transcendente (por ex., no sentido empírico-psicológico), mas exclusão do transcendente em geral como de uma existência a admitir, isto é, de tudo o que não é dado evidente no sentido genuíno, dado absoluto do ver puro. [...] fica igualmente em suspenso todo o recurso a qualquer “saber”, a qualquer “conhecimento”: a investigação deve manter-se no *puro ver* (*im reinen Schawen*), mas nem por isso tem que fixar-se no imanente incluso; é investigação na esfera da evidência pura e, claro, investigação de essências (*Wesenforschung*). Dissemos também que o seu campo é o *apriori dentro do absolutamente dado em si mesmo*.

Na redução fenomenológica captamos o sentido do objeto, sentido que emerge a partir da percepção do que estamos em contato, através das sensações com o mundo físico, o que é percebido por nós. Sendo a percepção uma forma de ingresso, uma passagem para o sujeito, enquanto a redução fenomenológica (a *epoché*, o colocar entre parênteses) permite superar uma atitude ingênua e compreender a essência da experiência (BELLO, 2006).

Para Husserl (2006) a percepção põe existência, assim como uma essência (*eidós*), aquilo que se encontra no ser próprio de um indivíduo como o que ele é. A essência pura (*eidós*) pode evidenciar-se intuitivamente em dados de experiência, mas também em meros dados de imaginação, podendo ser apreendida a partir das intuições empíricas e de intuições não-empíricas, que não apreendem um existente. Bello (2006) comenta que para este filósofo, o mais importante não seria a existência, e sim a essência, o sentido. Ainda que o copo diante de mim seja um fato, não interessa tanto que ele esteja aqui, mas sim o problema do sentido. Assim, como expõe Cerbone (2012), a perspectiva husserliana é denominada de fenomenologia “pura” ou “transcendental”, de maneira a indicar o papel da redução fenomenológica como o passo inicial e indispensável no isolamento do fluxo da experiência consciente.

Segundo Cerbone (2012) os mais famosos fenomenólogos posteriores a Husserl (Heidegger, Sartre e Merleau-Ponty) são, com frequência, referidos como fenomenólogos “existenciais”, evidenciando uma postura diferente da fenomenologia pura ou transcendental. Como ressalta o autor, apesar das diferenças de proposições entre Heidegger, Sartre e Merleau-Ponty, o termo “existencial” aponta:

[...] uma suspeição partilhada concernente à legitimidade da redução fenomenológica, ao menos como entendida por Husserl. Talvez, diz essa suspeição, algo dê errado quando tentamos isolar a experiência dessa maneira, para atentar a ela sem ao mesmo tempo atentar para o modo como essa experiência está, de uma forma mais geral, situada; talvez necessitemos considerar a questão sobre aquele que experiência no sentido de um sujeito “concreto” da experiência, em vez de algo abstrato e anônimo (CERBONE, 2012, p. 62).

Heidegger intenta contra a tentativa de purificação e aponta que Husserl, entende mal e depois negligencia precisamente o que é mais crucial para a fenomenologia, a “atitude natural”, que a redução suspende. Aponta que não se trata de uma atitude, mas sim, de uma “maneira” natural de o ente humano experienciar e que não pode ser suspenso livremente. Já Merleau-Ponty, indica que a lição mais importante apresentada pela redução husserliana, é a impossibilidade de uma redução completa (CERBONE, 2012).

Outro elemento compartilhado por fenomenólogos posteriores a Husserl, seria o problema da intersubjetividade, sua experiência ingênua na obra do predecessor, que ainda que permitisse escapar de um certo solipsismo, ainda se apresentava idealista (RICOEUR, 2009). Na fenomenologia transcendental, é o sujeito (subjetividade) que vai conhecer e processar o mundo, sendo que a intersubjetividade se dá pelo diálogo de uma mente com a outra. Tal insistência de Husserl no fato de o outro só pode ser dado inicialmente como coisa percebida e não na vitalidade da ação corporal, que emerge a crítica ontológica heideggeriana. Assim como Heidegger, porém não de maneira tão radical, o problema da intersubjetividade na fenomenologia husserliana, também foi contestado por outros autores, levando a novos desenvolvimentos da “fenomenologia do mundo da vida”, com Aron Gurwitsch e Alfred Schutz, que viram em tal conceito um ponto de partida propício para superar o princípio da subjetividade (GADAMER, 2007).

2.1.1 Intersubjetividade e cotidiano: a analítica do *Dasein* e o mundo da vida

No presente item, nos encaminhamos para a possibilidade fenomenológica de captar a intersubjetividade, a partir de duas proposições distintas que iremos dialogar, visando articulações para uma pesquisa profunda de vivência cotidiana. Iniciamos com algumas proposições, provocações de Heidegger, mais especificamente de “Ser e tempo” e sua analítica do *Dasein*¹². Em seguida,

¹² Segundo Dastur (2005) o termo *Dasein* significa “ser-aí”, este foi utilizado pela filosofia alemã (posterior a Kant) para traduzir o termo latino *existentia*. Com o termo “ser-aí”, Heidegger visa expressar exclusivamente o ser do homem. Gadamer (2007) comenta que Heidegger propõe a noção de *Dasein*, visando se desvencilhar do ego transcendental de Husserl, da autoconsciência do neokantismo e autoconsciência histórica de Hegel. Ao descobrir um efeito secreto do conceito de autoconsciência e retirando sua validade, o filósofo desmonta toda uma função basilar que parte desde a ontologia grega até o idealismo transcendental alemão. Optamos aqui, por manter o termo “*Dasein*” em itálico e a tradução “ser-aí”, ainda que na tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback

passamos para o pensamento de Schutz e sua fenomenologia sociológica, suas indicações para abarcar o mundo da vida. Destacando algumas possíveis articulações, assim como os distanciamentos entre as perspectivas, de maneira a estruturar uma pesquisa que intente a compreensão da vida cotidiana, captando as sutilezas das práticas ordinárias, sem perder de vista a profundidade da meditação filosófica.

No clássico “Ser e tempo” (*Sein und zeit*) de 1927, Martin Heidegger (2005a) explicita o seu método fenomenológico como uma investigação que se orienta pela questão acerca do sentido do “ser”, tendo como ponto de partida o “ser humano”, mais precisamente o *Dasein* (em tradução literal: ser-aí). O autor tem por intento configurar uma ontologia fundamental que servirá de base para todas as ontologias, de maneira distinta da ontologia clássica embebida em metafísica. Como expõe Figueiredo (1994), o projeto heideggeriano busca revelar que em nosso lidar com o mundo, já estamos sempre imbuídos com uma prévia compreensão (pré-ontológica) implícita do que é o sentido de ser. Uma compreensão na qual fomos “jogados”, enquanto o contexto de uma tradição em que nos constituímos, com delimitações de nossas experiências e horizontes. O autor ressalta que:

[...] O método adotado é o da fenomenologia hermenêutica: trata-se de *interpretar* o que se mostra de forma a trazer à luz o que *está presente mas dissimulado e oculto* nas experiências. Há, portanto, uma dose de violência neste procedimento fenomenológico, já que o objetivo não é apenas o de descrever o visível, mas o de **desentranhar** o sentido do ser dos fenômenos que se dão a ver espontaneamente (FIGUEIREDO, 1994, p. 50-51, grifos do autor).

Esse “desentranhar” proposto por Heidegger, se efetua em dois caminhos de pesquisa: por um lado se dá à proposição de destruição da história metafísica, dos sistemas filosóficos ocidentais, visando resgatar as experiências originais, o sentido de ser que fundamenta a construção desses sistemas, mas que acabaram ficando escondidos sob a massa conceitual e especulativa. Por outro lado, se dá uma fenomenologia do cotidiano, uma investigação dos modos que se mostram os entes¹³ na cotidianidade, antes de qualquer teorização explícita (FIGUEIREDO, 1994).

(HEIDEGGER, 2005a), este seja traduzido como “pre-sença”, de maneira a abarcar as diversas variáveis: ser-aí, presença, ser-em, ser-no-mundo; utilizadas nas outras referências apresentadas ao longo da dissertação.

¹³ Além do *Dasein*, há outros dois tipos de entes principais: os instrumentos, entes “à mão”, ou o manual, como o martelo, lápis, computador, etc.; e os seres-simplesmente-dados, as meras coisas

Em sua fenomenologia hermenêutica, Heidegger propõe uma analítica existencial que abarcaria os existenciais que distinguem o ser-aí dos demais entes (FIGUEIREDO, 1994). Segundo Dastur (2005) o termo análise existencial em Heidegger expressa o intento de iluminar a articulação de estruturas determinantes do *Dasein*. O termo “análise”, não possui o significado científico moderno de recondução aos elementos, nem o freudiano de dissolução dos sintomas em elementos explicativos, porém faz referência ao sentido kantiano de recondução a uma unidade sistemática. A *Daseinsanalyse* não se trata de uma “análise”, na verdade é uma interpretação existencial do ser-aí. A autora expõe que:

[...] *análise existencial* ou *Daseinsanalyse* não se situa ao nível simplesmente “ôntico” do comportamento individual concreto, mas ao de uma explicitação temática da sua estrutura ontológica. A tarefa da analítica existencial consiste em distinguir e em analisar as modalidades de ser fundamentais do *Dasein*, os seus *existenciários*. A diferença entre “existencial” e “existenciário” deve ser claramente sublinhada: não há nível existenciário sem fundamento existencial, quer dizer, sem a compreensão que tem da sua própria existência um *Dasein* em cada caso singular. Mas a análise existencial, uma vez que não visa unicamente um *Dasein* particular, mas o *Dasein* como tal, constitui a *ontologia fundamental* que serve de solo a todas as ontologias regionais, que têm por tarefa elucidar o modo de ser dos entes diferentes do *Dasein*, daqueles que procedem, por exemplo, da região “natureza” ou “vida” (DASTUR, 2005, p. 3-4, grifos da autora).

Em sua analítica existencial, Heidegger (2005a) inicia distinguindo o “ente” e o “ser”, sendo o primeiro tudo o que há, seja entendimento, ou comportamento. Enquanto o “ser” se dá na validade da manifestação, o ser é sempre o ser de um ente, mas só o ente humano tem o privilégio ontológico de ser, visto que seu próprio ser “está em jogo”, ou seja, é no sendo da presença, que esta estabelece o seu próprio ser, no prosseguimento de seu projeto.

A existência¹⁴ é a maneira pela qual o *Dasein* pode se manifestar, sua escolha na possibilidade de ser ou não ele mesmo, no fato de ter que assumir o seu ser, sua determinação não pode ser realizada por meio da indicação de uma “virtude essencial”. Assim, a existência só pode ser esclarecida a partir do existir, havendo duas formas de compreensão: uma ôntica, a dimensão onde o ente humano tem seu próprio ser em jogo diante de possibilidades, e outra ontológica, que se refere às

que se apresentam no mundo de maneira “neutra”, podendo ser um ente natural, quando não fazemos uso, ou um artefato quebrado, sem utilidade (INDWOOD, 2002).

¹⁴ Para Heidegger a única característica do *Dasein* é ser, já a existência (*Existenz*) é o modo de ser do *Dasein*, sua responsabilidade de ter que escolher, de encaminhar o seu ser-como diante das possibilidades (INDWOOD, 2002).

características primordiais que compõe o ser-aí (HEIDEGGER, 2005a). Como ressalta Spanoudis (1981, p. 10):

A ontologia fundamental de M. Heidegger procura as origens genuínas que possibilitam a tudo manifestar-se e apresentar-se. Não procura conceitos ou essências primas e concretamente definidas, que seriam as causas supremas de tudo, e das quais o que quer que seja percebido e conceituado se deriva. Para Heidegger, tais essências fundamentais não constituem o *ontológico*, pois o *ontológico* é aquilo que possibilita as várias maneiras de algo tornar-se manifesto, presente, criado, produzido, atuado, sentido, etc. (grifos do autor).

A compreensão ôntica abarca os “existenciais” ou “existenciários”, características essenciais, estruturas que compõe a existência, enquanto a compreensão ontológica abarca o “existencial”, ou seja, a própria estrutura ontológica onde se relacionam e desdobram-se os existenciais. Os existenciais se evidenciam na compreensão da própria pre-sença no seu encaminhamento, em suas experiências concretas e ordinárias, na delimitação factual, do exercício de existir, apresentando-se em uma diversidade de singularidades, situações e épocas. O existencial se funda no questionamento da própria estrutura existenciária, no sentido de desdobrar o que compõe a existência, necessitando da teoria da estrutura ontológica, que abarque a “existencialidade” a característica do *Dasein* de ser-à-frente-de-si-mesmo, de sempre projetar-se (HEIDEGGER, 2005a).

Os existenciais, segundo Heidegger são, primeiramente, o tempo e o espaço, mas também: O ser-no-mundo, ou o ser dentro do mundo, que significa que o ser está em uma relação originária no mundo; o ser-com-outro, com um outro ou com os outros. O mundo já é sempre um mundo comum, ou seja, um *Mitsein*, literalmente um ser-com (CHAMOND, 2011, p. 5).

Além desses existenciais, Heidegger aborda também a “disposição” (*Stimmung*), ou o humor, os tons pelos quais somos afetados nas experiências de mundo, havendo também a “compreensão”, a “fala” e a “preocupação”. Chamond (2011, p. 5) ressalta que: “[...] para Heidegger, o ser é primordialmente temporal, espacial, ser-no-mundo, ser com o outro, afetado, compreendendo.” Indwood (2002) expõe que tais existenciais não tratam de aspectos isolados, na verdade estes estão sempre em relação, assim como o próprio uso de hífen nas palavras, visa indicar fenômenos integrados.

A intersubjetividade em Heidegger se expressa na estrutura triádica do “cuidado/cura” (*Sorge*)¹⁵, expressando a ansiedade em relação às projeções futuras, os caminhos a seguir, suas implicações internas e externas, sendo própria ao *Dasein*, onde está em jogo o seu próprio ser. O cuidado enquanto “cura” é o núcleo principal dessa tríade inseparável, que é composta também pela “ocupação” (*Besorgen*): o ater-se ao produzir, tratar de algo, o saber-como, ter em circunvisão tal qual o senso comum compreende. Focado no presente, no ser junto às coisas do mundo e suas atividades, ao instrumento, o manual. O último elemento desta tríade é a “preocupação” (*Fürsorge*) que abarca a solicitude, cuidado em relação às outras pessoas, própria do ser-com-outros, no seu ser-um-com-o-outro (INDWOOD, 2002).

Gadamer (2007) aponta que Heidegger exclui radicalmente o primado da subjetividade, a partir do cuidado e da preocupação. Havendo uma desconstrução do preconceito ontológico da fenomenologia e da pesquisa filosófica, pois o ser-aí também é ser-com. Nesta perspectiva, o *Dasein* é tão originariamente ser-com, quanto ele é ser-aí, ou seja, a verdade não está em mim e nem no outro, mas no fluxo dessa relação intersubjetiva. Além disso, o autor ressalta que a preocupação (*Fürsorge*) não se trata de um “cuidar” do outro, no sentido de satisfazer todas as suas necessidades, na verdade indica uma “preocupação liberadora”, onde se liberta o outro para o seu próprio ser-si-mesmo, permitir o encaminhamento de seu próprio cuidado/cura.

A cura refere-se à expressão do ser a partir de suas possibilidades de ser, não sendo apenas uma percepção de um “eu”, uma continuidade e coerência, mas faz o *Dasein* em seu próprio domínio e autonomia. De maneira concreta, a cura abarca a manifestação, assim como a caracterização de uma pessoa, como ela se percebe, uma imagem que não pode ser simplesmente “auto”, visto que sempre faz referência as suas atividades (ocupação) e a sua possibilidade tangível ante aos outros (preocupação) em sua proximidade (INDWOOD, 2002).

¹⁵ “(...) Heidegger usa três palavras cognatas: 1. *Sorge*, ‘cura (cuidado)’, é ‘propriamente a ansiedade, a preocupação que nasce de apreensões que concernem ao futuro e referem-se tanto à causa extrema quanto ao estado interno’ (...). O verbo *sorgen* é ‘cuidar’ em dois sentidos: (a) *sich sorgen um* é ‘preocupar-se, estar preocupado com’ algo; (b) *sorgen für* é ‘tomar conta de, cuidar de, fornecer (algo para)’ alguém ou algo; (b). 2. *Besorgen* possui três sentidos principais: (a) ‘obter, adquirir, prover’ algo para si mesmo ou para outra pessoa; (b) ‘tratar de, cuidar de, tomar conta de’ algo; (c) especialmente com o particípio passado, *besorgt*, ‘estar ansioso, perturbado, preocupado’ com algo. O infinitivo substantivado é *das Besorgen*, ‘ocupação’ no sentido de ‘ocupar-se de ou com’ algo. 3. *Fürsorge*, ‘preocupação’, é ‘cuidar ativamente de alguém que precisa de ajuda’, portanto: (a) o ‘bem-estar’ organizado pelo estado ou por corporações de caridade (...); (b) ‘cuidado, preocupação’ (INDWOOD, 2002, p. 26).”

O tempo em Heidegger (2005a) é entendido enquanto condição do *Dasein* dentro de um horizonte de temporalidade, pois é só no tempo que o ser-aí pode se projetar, tendo em vista a consciência do tempo e a certeza da morte, reencontrando o sentido de “ser”. A temporalidade desvela-se como o sentido da cura autêntica, onde a existencialidade refere-se ao futuro, a facticidade ao passado, e a decadência ao presente.

O futuro é o tempo no qual o homem se realiza, como ser transitório e precário, onde também encontra seu limite máximo: a morte. É em direção ao futuro que o homem caminha em busca de ser o que ainda não é. Porém, o futuro que se descortina enquanto possibilidades de ser, de vir-a-ser, ele próprio não é pré-determinado, não é fechado. O futuro é residência de todas as possibilidades, entre as quais estão aquelas que são vividas pelo *Dasein* como ameaçadoras, ou como convidativas, ou ainda como fim: a morte. [...] o futuro é aquele estrangeiro, aquele desconhecido. Enquanto desconhecido, é angustiante, porque contém em si as possibilidades e a promessa de não sermos mais o que somos [...] (SIPAHI; VIANA, 2001, p. 504).

O cuidado nesse sentido, pode se apresentar de maneira inautêntica, na decadência confortável no impessoal (*das Man*), o “a gente”, ou pode se estabelecer de maneira autêntica e libertadora, no sentido do caminhar com os “próprios pés”. A existência inautêntica ocorre com a perda do ser-aí na cotidianidade, em seus compromissos e afazeres do dia a dia, ou seja, na ocupação e no ser-com, esquecendo o próprio sentido de seu ser. Estando assim, lançado no mundo, o *Dasein* só consegue alcançar a autenticidade no movimento de questionar sua realidade a partir da angústia, que se apresenta enquanto desabrigo e estranhamento (HEIDEGGER, 2005a).

Segundo Heidegger é na angústia que o ser-aí se compreende enquanto finito, que seu tempo é limitado, vislumbrando sua “própria” mortalidade, não mais como uma expressão do impessoal, tal como: “morrer como todo mundo” (SAPIENZA, 2007). No modo de ser angustiado, o *Dasein* vislumbra o “nada” que envolve sua existência, assim como as possibilidades de seu poder “ser”, sua liberdade de escolher seu encaminhamento. Porém, a angústia pode levar tanto o *Dasein* a uma existência autêntica, um uso cuidadoso de sua temporalidade, assim como pode levar ao decaimento, sua fuga e absorção na cotidianidade (INDWOOD, 2002).

Entendemos que as indicações gerais aqui elencadas, acerca da analítica do *Dasein* (evidentemente limitadas, no que tange a obra de Heidegger), esboçam

caminhos para uma apreensão do cotidiano, assim como pontes que permitem delineamentos ontológicos acerca da intersubjetividade, manifesta na ocupação e preocupação, na decadência do ser-aí no a gente (*das Man*), no mundo do impessoal, da vida inautêntica. Ainda que o “argumento ontológico” da intersubjetividade – onde a mesma é anterior ao encontro factual entre o “eu” e o “outro” –, proporcione uma perspectiva que supere o solipsismo, ao romper o entendimento da “consciência isolada”, se estabelece também uma fragilidade nesse mesmo sentido. Como aponta Cerbone (2012, p. 83):

[...] Heidegger [...] tem pouca paciência com descrições de nossas relações uns com os outros que apelam à “empatia” ou à “projeção” como o meio pelo qual as relações com os outros são estabelecidas. Ele é igualmente impaciente com o problema cético padrão acerca das “outras mentes”, para o qual empatia e projeção podem ser oferecidas como soluções. A questão de como eu venho a conhecer ou estabelecer a presença de outros é falsa. [...] Heidegger, portanto, considera-se menos como estando a oferecer uma solução para o problema cético das outras mentes do que como dissolvendo a problemática inteira: não existe, ao fim e ao cabo, qualquer questão cética inteligível que necessite de uma resposta.

Zahavi (2019) também expõe essa fragilidade na perspectiva heideggeriana no lidar com encontro concreto, ao fincar a cotidianidade do *Dasein* no impessoal. Além disso, há uma negligência do “[...] significado constitutivo ou transcendental da transcendência do outro, e tal posicionamento hoje não é mais defensável.” (p. 98). O autor ressalta que o argumento ontológico é apenas um dos pontos de partida para a intersubjetividade, havendo outros no escopo da fenomenologia: argumento da “analogia/empatia”, da “subjetividade corporal e estrangeiridade interior” e da “transcendência do outro”¹⁶. Dessa forma, e, sobretudo pensando os sujeitos da presente pesquisa, faz-se necessário explorar estes outros caminhos, de maneira a compor não só a investigação “ôntica”, mas também atentando para as limitações éticas da argumentação ontológica¹⁷. Visando tais delineamentos, recorreremos então à sociologia fenomenológica de Alfred Schutz.

Inspirado no Husserl da “fase tardia” e nos trabalhos de Max Weber (MISSAGGIA, 2018), Schutz (1979a) visa compor uma sociologia fenomenológica

¹⁶ As duas primeiras argumentações foram desenvolvidas por Husserl, Stein, Schutz e Merleau-Ponty. O argumento da “transcendência do outro” faz referência as proposições do filósofo Emmanuel Levinas (ZAHAVI, 2019).

¹⁷ Aqui ressaltamos a crítica de Levinas (1988) e sua perspectiva de alteridade radical, onde não só propõe a transcendência do Outro em relação ao Mesmo (Eu, a identidade), mas constitui um projeto mais amplo de embate com o entendimento heideggeriano, desembocando em uma ética que prescinde a ontologia.

originária do mundo da vida (*Lebenswelt*), ou seja, da vida diária, de compartilhamento intersubjetivo com os semelhantes. Sendo o mundo historicamente dado, tanto como natureza, assim como sócio-cultural, onde os indivíduos concebem sua situação biográfica, agem sobre os outros e são afetados por eles. O autor foca nos pressupostos da estruturação da significação no senso comum, como estes são constituídos em situação, argumentando que os indivíduos estão mais no mundo que nos “sujeitos” (não estando fechados em si mesmo).

Schutz (1979a) aponta a intersubjetividade como o sentido sócio-culturalmente compartilhado na experiência no mundo cotidiano. É a partir dela que podemos captar as experiências e sentidos do fenômeno em um determinado grupo de indivíduos, onde a situação biográfica evidencia os termos do alcance real e potencial em torno do “Aqui” e “Agora” real (a facticidade), que formam o mundo historicamente dado do indivíduo. Nas palavras do autor:

[...] O mundo da vida cotidiana é a cena e também o objeto de nossas ações e interações. Temos de dominá-lo e modificá-lo de forma a realizar os propósitos que buscamos dentro dele, entre nossos semelhantes. Assim, trabalhamos e operamos não só dentro do, mas também sobre o, mundo. Nossos movimentos corporais – os cinéticos, os de locomoção, os de operação – afetam, por assim dizer, o mundo, modificando ou mudando seus objetos e seus relacionamentos mútuos. Por outro lado, esses objetos oferecem resistência aos nossos atos e temos de vencê-los ou de nos conformarmos com ela. Nesse sentido, pode-se dizer com certeza que um motivo pragmático governa a nossa atitude natural com relação ao mundo da vida cotidiana. Mundo, nesse sentido, é algo que temos de modificar, através de nossas ações, ou que modifiquem nossas ações (SCHUTZ 1979a, p. 73).

A situação biográfica expressa o indivíduo enquanto um entre-sujeito, ou seja, uma aproximação de identidade, o conjunto de experiências a partir das quais o indivíduo interpreta sua ação, visto que subjetivamente duas pessoas não podem vivenciar uma determinada situação de maneira igual. Mas, a partir da língua (sobretudo a vernácula) as pessoas em suas interações cotidianas, constituem uma espécie de pré-interpretação do mundo social, assim como podem receber significados adicionais e superpostos particulares a um indivíduo ou um pequeno grupo (WAGNER, 1979).

Na perspectiva de Schutz (1979b) há duas noções chave para a apreensão do conhecimento comum: “tipificação” e as “zonas de relevância”. A primeira consiste em um sistema de tipos que organiza a reserva de conhecimentos de que nós dispomos, sendo um dispositivo de interpretação, que remete ao que é estranho

e ao que é familiar. Esses tipos são formados principalmente por “outros”, predecessores ou contemporâneos, quando apropriados tem a finalidade de possibilitar uma harmonia com coisas e homens. Acerca das zonas de relevância o autor destaca que:

A zona das coisas tidas como pressupostos pode ser definida como o setor do mundo que, em conexão com o problema prático ou teórico do qual nos ocupamos num dado momento, não parece necessitar de maiores investigações, embora não tenhamos uma visão nem uma compreensão distinta e clara de sua estrutura. O que é tido como pressuposto é, até segunda ordem, acredita-se, algo simplesmente “dado”, e “dado como me aparece” – isto é, como eu ou os outros em quem confio o vivenciamos e interpretamos. É dentro dessa zona de coisas pressupostas que temos que encontrar nosso caminho. [...] (SCHUTZ, 1979b, p. 110).

Assim, ao lidar com os problemas cotidianos, o indivíduo estabelece subdivisões do conhecimento em zonas ou regiões de relevância decrescente. Havendo uma zona mais imediata que inclui elementos do “saber como”, das técnicas e habilidades, o conhecimento que têm de ser claramente compreendido para dominar uma situação em curso. Uma segunda zona, fortemente imbricada à primeira, que abarca os conhecimentos “prontos”, ordinários. E uma terceira zona, que abrange o conhecimento que entendemos não possuir relevância para resolver o problema em situação (WAGNER, 1979). As zonas de relevância evidenciam tudo aquilo que se torna importante de maneira contextual, no espaço de possibilidade da minha ação, uma disposição para o entendimento ou não (SCHUTZ, 1979b).

As distinções entre as diferentes zonas ou regiões de relevância em nosso cotidiano, assim como nossas diversas províncias de conhecimento, não possuem limites nítidos, na verdade são interligados, possuindo diversas interpenetrações com zonas imprecisas e sutis transições. Porém o autor aponta que há um sistema de relevâncias intrínsecas e outro imposto. O primeiro sistema resulta dos interesses escolhidos, decisão espontânea na execução de uma ação, mesmo que ainda tenha certa margem que escapa ao controle que nos submetemos. Já as relevâncias impostas, emanam de situações que não se vinculam a interesses próprios, sem ligação com nossa vontade e que não podemos modificá-las, somente transformá-las em intrínsecas (SCHUTZ, 1979b).

As tipificações e os sistemas de relevâncias estão imbricados, visto que somos incapazes de reconhecer o que é relevante e o que pertence aos domínios de relevância, sem o conhecimento de um sistema socialmente aprovado de tipificações. Os sistemas sociais de relevância abarcam a herança social de uma

comunidade cultural, com o estabelecimento de uma hierarquia de domínios específicos. O indivíduo ao atuar na resolução de seus problemas, se utiliza de relevâncias próprias e dos amplos domínios, como os referentes à ocupação religiosa e o conhecimento técnico (WAGNER, 1979).

Schutz (1979c) se inspira em Husserl ao apontar que o corpo do outro é desde o início dado a minha percepção original tanto como um corpo (objeto) material, posicionado no tempo e no espaço, assim como um sujeito imbuído de uma vida psicológica, uma presença originária. Porém, sua subjetividade não me é apresentada, mas apresentada a partir de seu corpo e seus movimentos, constituindo um sistema de apresentações de suas experiências e sua vida psicológica. Morais (2009) comenta que o autor não parte de um ego transcendental, mas sim de um “Tu” mundano, explicitando a importância da “presença corporal” e da “dação corporal”, envolvendo simultaneidade de tempo ou espaço na base das relações interpessoais.

Para se estabelecer situação face a face, os participantes precisam estar intencionalmente conscientes da confrontação, assumindo uma “orientação para o Outro”, ou para o “Tu” enquanto uma pessoa, de maneira a constituir o campo do “Nós”. Ainda que não possamos comparar uma experiência compartilhada, podemos apontar que ao participarmos de determinada situação, tanto o Eu quanto o Tu (o “Nós”), vislumbramos e percebemos o mesmo fenômeno, ou seja, há uma coordenação de uma série de experiências próprias com as do outro. Porém, é apenas uma correspondência geral entre minha experiência e a do outro, não havendo nenhum abarcar da experiência subjetiva, ou da maneira como foram estruturadas pelo outro. Aqui basta dizer que vivemos uma situação, a qual é passível de ser percebida por ambos (SCHUTZ, 1979c).

Como expõe Merleau-Ponty (2006) o mundo fenomenológico é o sentido que transparece no entrelaçamento de minhas experiências em relação com as do outro, no cruzamento entre as mesmas, onde a subjetividade e intersubjetividade são inseparáveis e conformam uma unidade entre experiências passadas e presentes, em conjunto com a do outro. Merleau-Ponty ressalta que é a partir do corpo que posso reconhecer a presença de outrem e me situar em relação aos outros e ao mundo. A co-existência é inescapável e a intercorporalidade evidencia a impossibilidade da consciência existir sem o corpo, pelo contrário, o que há é o sujeito encarnado, dotado de um corpo sensível (MORAIS, 2009)

A relação face a face, ou o relacionamento social diretamente vivenciado, prescinde uma consciência mútua e uma participação simpática da vida do outro, independente da temporalidade que se estabeleceu o “relacionamento do Nós” (SCHUTZ, 1979c). Sendo importante salientar que a empatia evidência uma simples abertura às vivências dos outros por analogia, já a simpatia indica o próprio “sentir com” e seus elementos ulteriores a primitividade do relacionamento com o outro (ZAHAVI, 2019). Segundo Morais (2009), ao recorrermos somente à analogia, podemos desconsiderar a plena alteridade do outro, pois a partir da percepção do corpo do outro como semelhante ao meu próprio, acabo por constituir conclusões à minha imagem e semelhança.

Bonomi (1974) expõe que quando pensamos na problemática do outro, problematizamos o próprio conceito de normalidade, havendo um duplo movimento necessário para não se abarcar a outra subjetividade, ou cultura, de maneira reduzida as nossas próprias coordenadas. Em primeiro lugar, devemos reconhecer a experiência do “outro” em sua “especificidade”, não sendo apenas uma manifestação rudimentar, ou errônea em relação a minha. Além disso, deve-se atentar para o que há de “comum” entre essas experiências, pois só assim terá um sentido para mim, enquanto um sujeito situado em um contexto, em uma cultura.

Schutz (1979c) destaca que além de não sermos capazes, também não devemos intentar a captação de todas as motivações, horizontes e experiências de outra pessoa, ou seja, sua situação única. Para a sua sociologia fenomenológica é suficiente reduções do ato do outro a motivações típicas. Para Zahavi (2019), este posicionamento evita o rompimento da plenitude do outro, ou seja, permite a singularidade do outro ao contrário das perspectivas de um anonimato radical, tal qual uma proposição que se limite a uma abertura originária ao outro.

Essa perspectiva da irredutibilidade da singularidade do outro é deveras importante para o presente intento, tanto em seu sentido mais amplo no lidar com outra pessoa, com sujeitos encarnados, mas também das particularidades do indivíduo usuário de crack, onde evidentemente se apresentam limitações por parte do pesquisador no imergir por completo nesse universo. Dessa forma, corroboramos com a proposição de Levinas (1988) de que a diferença é irredutível, pois a alteridade só é possível se o Outro permanecer plenamente outro, mesmo na linguagem, onde se estabelece a relação entre o Mesmo (Eu, identidade) e o Outro, há sempre uma transcendência em relação ao Mesmo. Assim, na perspectiva

levinasiana, nem mesmo a comunicação pode superar a distância entre o Mesmo e o Outro, pois é a própria distância que possibilita a comunicação. Nessa perspectiva a proximidade e distância devem caminhar juntas, em uma relação onde a alteridade não é rompida, nem pela dominação, ou na compreensão, pois o Outro em sua plenitude me desassossega¹⁸ (MORAIS, 2009).

2.1.2 A experiência do estado alterado de consciência: o ser embriagado e a vulnerabilidade existencial

Ao intentarmos imergir no cotidiano de pessoas que fazem uso de crack e/ou similares, para além delineamentos da intersubjetividade, temos de tecer algumas considerações acerca do estado alterado de consciência e da situação de dependência, mais precisamente o fenômeno da embriaguez, e sua expressão vivida, abordada pela psicopatologia fenomenológica (MESSAS, 2008, 2015)¹⁹. Visando um contorno ôntico-ontológico a partir de apontamentos da psicologia de inspiração fenomenológico-existencial, em especial no que tange a abertura existencial para a embriaguez (SIPAHI; VIANNA, 2001), o que Sodelli (2010) denomina de “vulnerabilidade existencial”.

A palavra “droga” possui significados ambíguos, a perspectiva farmacológica a define enquanto uma substância capaz de alterar o funcionamento do organismo, englobando remédios, chás e mesmo o açúcar. Porém, no senso comum a palavra droga é reservada para as substâncias que implicam no cérebro, afetando a percepção e o comportamento, restringindo-se a psicotrópicos ou psicoativos²⁰, imbuídos de uma forte carga negativa (ARAUJO, 2017). Nesse sentido, Silva (2013) expõe que o que se entende por “drogas” são as substâncias sujeitas a controle,

¹⁸ Segundo Morais (2009) não só em Levinas, mas também em Schutz e Merleau-Ponty, o encontro com o outro desassossega o “eu”, em confrontar que perturba sua ordem, que desestabiliza.

¹⁹ A psicopatologia fenomenológica é iniciada pelo psiquiatra Ludwig Binswanger – ainda que diálogos entre psicopatologia e fenomenologia tenham seus primeiros lampejos em Karl Jaspers –, ao estabelecer entrelaçamentos profundos entre esses conhecimentos, iniciando a *Daseinsanalyse* médica (ou psiquiátrica). O psiquiatra encontra em Husserl elementos para se desvencilhar do naturalismo de Freud, enquanto da perspectiva heideggeriana incorpora inspirações para fundamentar sua antropologia fenomenológica (DASTUR, 2005). Outros psiquiatras importantes no desenvolvimento da psicopatologia fenomenológica são Eugène Minkowski, Von Gebsattel e Medard Boss (MOREIRA, 2011).

²⁰ A medicina moderna caracteriza a droga como uma substância que possui a capacidade de atuar sobre um sistema do organismo, implicando em alterações de seu funcionamento. Quando essa alteração é provocada no sistema nervoso central, a substância é caracterizada como uma droga psicotrópica ou psicoativa (ONG, 2015).

consideradas de uso ilícito a partir de convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)²¹. Assim como a palavra droga, a dependência²² ou toxicomania²³, a demarcação do uso prejudicial, também possui significados ambíguos. Roazzi (1987) ressalta que as definições de toxicomania, mais precisas e satisfatórias, ocorrem por meio de convenções.

A partir da psicopatologia fenomenológica²⁴ estrutural, Guilherme Messas (2008) aborda o fenômeno do uso de drogas centrado na noção de “embriaguez vivida”, onde a dependência é entendida em primeiro lugar, como uma modalidade de vivência da alteração da consciência provocada pela embriaguez, pelo efeito de um psicoativo. O significado global da embriaguez varia de acordo com cada caso, assim como a concepção terapêutica. Já Sipahi e Vianna (2001), inspirados na fenomenologia existencial, argumentam que o sentido do uso e do abuso de substâncias psicoativas se origina na própria angústia do *Dasein*, onde se descobre responsável por sua existência, nas palavras dos autores:

É frente a angústia do futuro estrangeiro que se abre a possibilidade da dependência enquanto promessa de um viver mais tranquilo. No seu inacabamento, em sua provisoriedade, angustiado com o seu vir-a-ser, cabe ao homem cuidar de si, cuidando de se construir momento a momento. Tal tarefa não é simples e nem tão pouco sem dor. Assim, a dependência revela-se como uma das possibilidades de aliviar-se da tarefa do cuidar, na precariedade do viver (SIPAHI; VIANNA, 2001 p. 504).

Dessa forma, a abertura para a dependência se expressa enquanto promessa de amenizar o sofrimento de ter que suportar a própria existência. Ainda que vários motivos possam levar uma pessoa a fazer uso de drogas (diríamos em um sentido ôntico, ou seja, as diversas situações concretas), visando amenizar uma dor, interagir de maneira mais desinibida, fugir da realidade, etc.; a abertura para tal experiência é a possibilidade imediata de sensação de prazer ou ausência de

²¹ As principais substâncias específicas incluídas nos anexos dessas convenções são os opiáceos, canabináceos, a cocaína (agrupando as mais difundidas drogas de origem vegetal), as anfetaminas e as drogas sintéticas (SILVA, 2013).

²² Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a dependência é definida como um conjunto de sintomas fisiológicos, comportamentais e cognitivos que apontam o uso contínuo de substâncias, independente dos riscos associados à mesma. A dependência se caracteriza pela busca constante de prazer e/ou alívio para algum desconforto, assim como um comportamento compulsivo. Implicando em problemas fisiológicos e sociais. Ressalta-se que não há uma linha precisa para o diagnóstico da dependência, sendo o mesmo clínico (ARAUJO, 2017).

²³ Termo oriundo da abordagem psicanalítica, entendido enquanto uma busca exacerbada por prazer, assim como a fuga de um desprazer (ROAZZI, 1987).

²⁴ Messas (2008) ressalta que se trata de uma perspectiva ampla de fenomenologia, em termos mais gerais incorpora influências tanto de E. Minkowski, como de L. Binswanger, K. Jaspers e A. Tatossian.

desprazer (SIPAHİ; VIANNA, 2001). Sodelli (2010) denomina essa abertura, enquanto uma “vulnerabilidade existencial”, própria ao ser do homem, uma condição inerente e que não pode ser alterada. Uma busca do *Dasein* por um alívio a responsabilidade de ter que dar conta do seu próprio ser, experimentando o que o autor designa de “desligar automático” da tarefa árdua que é o cuidar de nosso próprio ser.

Sipahi e Vianna (2001) apontam que a situação de dependência se desenvolveria a partir da busca de um prazer “impossível”, já que nas primeiras vezes, o uso da droga e o prazer experimentado, aparecem como uma experiência nova, porém esse aspecto vai se perdendo com a repetição da prática, o que pode levar a doses mais potentes no intuito de resgatar a experiência primeira, a qual não é possível, pois já se tornou comum. Assim, a pessoa em situação de dependência se restringe apenas a busca do prazer previsto da droga, fechando-se as outras convocações do mundo, preso em um presente fugaz, um ciclo interminável e infértil. Não exercendo sua temporalidade de maneira cuidadosa.

Messas (2008) aponta que as alterações implicadas pelo fenômeno da embriaguez se expressam nas coordenadas vivenciais do indivíduo, em especial em três estruturas fundamentais: temporalidade, espacialidade e interpessoalidade; sendo que temporalidade e espacialidade são condições para a própria possibilidade para a aparição de fenômenos vivenciados na consciência, estabelecendo de maneira simultânea, uma sucessão temporal e um alargamento do espaço vivido, próprios a trajetória biográfica de um indivíduo. Em texto acerca das vivências de abusadores de crack, Messas (2015) argumenta que a essência da embriaguez é a redução da temporalidade ao instante, à permanência, onde há um estreitamento das “instâncias trinitárias” da temporalidade: presente, retenção (passado) e protensão (futuro), ao elemento presente. Ressalta que, ao contrário da embriaguez e sua força conservativa, centrada no instante, a plena existência é essencialmente um movimento pendular entre permanência e transformação.

Sipahi e Vianna (2001) apontam que outra implicação da dependência é a restrição do convívio com os outros, com vivências irregulares constantes, já que o dependente almeja uma vivência diferente da cotidiana, ou seja, não compartilha a mesma realidade das pessoas a sua volta. Messas (2008) aponta que a interpessoalidade figura como uma coordenada vivencial de extrema importância neste contexto, pois abarca o conjunto de vivências experimentadas na

reverberação do encontro com o outro, por onde se apresentam as possibilidades de alteração da situação de dependência. Messas (2015) expõe que a própria embriaguez é uma força exógena, que se projeta na existência, por isso o adicto necessita de outras influências externas²⁵ que possam ajudar a neutralizar tal efeito, o que inclui a atuação do psicopatologista, da família e amigos.

Segundo Sipahi e Vianna (2001) uma perspectiva de contraposição a dependência, não é a abstinência de drogas, mas sim o alcance da própria liberdade do dependente, sendo importante compreender como a pessoa experiencia sua situação no mundo, como se apresenta o seu “ser dependente”. Em convergência, Sodelli (2010) também se posiciona de maneira oposta as perspectivas proibicionistas ao uso de drogas, argumentando que as mesmas estão fadadas ao fracasso, visto que a vulnerabilidade existencial expõe o homem à experiência da embriaguez. O autor rejeita o entendimento do usuário de drogas como desviante e ressalta a necessidade de uma nova abordagem preventiva que leve em conta a singularidade de tal vulnerabilidade e indica a redução de danos como uma forma alternativa de prevenção, tendo por função a prevenção, a qual deve intervir na redução dos níveis de vulnerabilidade do uso nocivo de drogas. Não decidindo pelo outro, mas constituindo em conjunto possibilidades de escolhas mais autênticas,

Ao abordarmos a compreensão do fenômeno da embriaguez e dependência química, na psicopatologia e psicologia fenomenológico-existencial, não temos pretensões clínicas no lidar com os sujeitos da pesquisa, até mesmo pela ausência de formação na área de saúde. Na verdade, temos por objetivo agregar inspirações para enlances entre a pesquisa empírica e os aspectos ontológicos. Além disso, incorporar elementos que contribuam para uma sensibilidade ética (LEVINAS, 1988), no lidar com pessoas abusadoras de psicoativos (muitas vezes em situação de rua), pois mesmo não atuando como um terapeuta, o pesquisador também não é um membro da família, amigo antigo, ou um “parceiro” de uso; e no estabelecimento de relações de confiança, se apresentam diversos momentos em que só há duas pessoas conversando, onde não se expressam apenas “conteúdos” de uma pesquisa, mas outra existência, com seus anseios e sofrimentos. O que exige uma abertura sensível e responsável a tais vivências, desviando de uma neutralidade fria

²⁵ O autor expõe que pensar a questão do ponto de vista da vontade livre, que produz uma saída artificial de si mesma não é suficiente. Pois o poder da vontade, é justamente limitado ao se exercer a embriaguez. O estado de embriaguez é fruto de uma ação essencial que é externo à vontade, ainda que esta se aproveite da mesma (MESSAS, 2015).

e ao mesmo tempo respeitando a face do outro que não se reduz a uma compreensão “total”.

2.2 Geografia e experiência espacial: a geograficidade e as essências espaciais

Acerca da espacialidade em seu sentido ontológico, Heidegger (2005a) comenta que em uma primeira caracterização do ser-em, o ser-aí deve ser delimitado frente a um modo de ser no espaço²⁶, denominado de interioridade. Uma constituição do ser em si mesmo em relação com o que lhe circunda, pois o ente interior e o circundante são ambos simplesmente dados no espaço. Nas palavras do autor:

[...] O espaço que, no ser-no-mundo da circunvisão, descobre-se como espacialidade do todo instrumental pertence sempre ao próprio ente como o seu local. O mero espaço ainda se acha entranhado. O espaço está fragmentado em lugares. Essa espacialidade, no entanto, dispõe de sua própria unidade através da totalidade conjuntural mundana do que está à mão no espaço. O “mundo circundante” não se orienta num espaço previamente dado, mas a sua manualidade específica articula, na significância, o contexto conjuntural de uma totalidade específica de locais, referidos a circunvisão. Cada mundo sempre descobre a espacialidade do espaço que lhe pertence. Do ponto de vista ôntico, a possibilidade de encontro com um manual em seu espaço circundante só é possível porque a própria pre-sença é “espacial”, no tocante a seu ser-no-mundo (HEIDEGGER, 2005a, p. 152).

A espacialidade do *Dasein* se constitui em relação com uma manualidade do mundo, pois o próprio ser-aí é espacial. É a partir da circunvisão que a espacialidade se desvela, uma intenção de dirigir a atenção, de trazer à luz o que se oculta. Nesse sentido, o *Dasein* enquanto espacialidade se evidencia como um “ser-no-espaço”, um modo de ser, pois o mesmo está e é “no” mundo, onde sua espacialidade evidencia duas características: distanciamento e direcionamento, sendo motivadas de acordo com as intencionalidades e projetos estabelecidos (HEIDEGGER, 2005a).

A distância expressa o intervalo do *Dasein* e das coisas, sendo o mesmo capaz de remover a distância, trazer para perto. Heidegger ressalta que há uma

²⁶ Heidegger utiliza a palavra alemã *Raum* para se referir ao “espaço”, assim como o “lugar” (porém não um lugar pequeno, mas sim espaçoso). Do espaço (*Raum*), o filósofo apresenta o adjetivo “espacial” (*raumlich*) e o substantivo abstrato “espacialidade” (*Raumlichkeit*). Em torno do espaço, também se apresentam verbos como remover (*räumen*) esvaziar, dar espaço (*einräumen*), no sentido que em sua particularidade espacial o *Dasein* constitui, arruma, esvazia espaço visando suas possibilidades de ação (INDWOOD, 2002).

tendência essencial no *Dasein* para a proximidade. Já a orientação, ou direcionalidade, evidencia a habilidade geral de mobilização em torno de regiões²⁷ e correlações de instrumentos dispostos no mundo (INDWOOD, 2002).

Enquanto característica ontológico-existencial, o espacializar é anterior ao espaço matemático de mensuração, na verdade trata-se de uma experiência primordial, da qual emergem todas as possibilidades do *Dasein* aproximar-se ou distanciar-se de algo (SPANOUDIS, 1981). Assim, em essência o espaço já se encontra sempre constituído e só podemos compreendê-lo imbuídos de uma percepção situada no mundo, pois “ser” é estar situado. O mundo percebido é apreendido pela orientação e esta tem como referência um “aqui” (corpo), suas atividades cotidianas, uma espacialidade de situação, constituída por meio da experiência perceptiva, onde todos os sentidos são espaciais, proporcionam a abertura para o mundo e o contato primordial com o ser (MARLEAU-PONTY, 2006).

É importante ressaltar que em “Ser e tempo”, Heidegger tece poucas linhas acerca do corpo, mesmo sua perspectiva apresentando a existência enquanto um projeto de “exterioridade”, um *eksistir*. Ao tratar da espacialidade, o filósofo indica uma intimidade profunda entre a espacialidade e o “corpo”, porém é somente nos “Seminários de Zollikon”²⁸ que Heidegger busca trançar algumas considerações mais detalhadas acerca do corpo, ainda que não se trate de uma teoria completa acerca da corporeidade (PESSOA, 2015).

Heidegger (2009) aponta que o “aí” é determinado como o que está aberto, uma abertura que possui o caráter de espaço, sendo que a espacialidade faz parte da clareira, pertence ao aberto no qual nos demoramos como existentes. O autor expõe que o ser-no-mundo é um corporar, o qual já é sempre compreensão e remete a experiência do que está presente, ainda que a presença não restrinja ao comportamento do corporar.

A relação de intimidade entre o corporar e o si-mesmo não significa que o corpo “próprio” seja “interioridade”, na verdade a corporeidade é *ekstática*. Ao contrário do sujeito que possui um corpo, o ser-no-mundo é corporal. É a partir do corpo que o ser-aí tem acesso aos entes, no seu mobilizar interessado e relacional,

²⁷ É em acordo com a orientação do ser-aí que as regiões são especificadas, ou seja, do acima, abaixo, à frente, atrás, etc; estando sempre implicada em uma direção ou proximidade de algo em relação ao *Dasein*, podendo abarcar diversas escalas (INDWOOD, 2002).

²⁸ Tais seminários, onde Heidegger apresentou sua analítica do *Dasein* para psiquiatras e estudantes da psiquiatria, foram coordenados pelo médico psiquiatra Medard Boss. Estas conferências ocorreram ao longo de 10 anos na casa do psiquiatra em Zollikon (Suíça) (MOREIRA, 2011).

não de maneira indiferente em um espaço homogêneo. A corporeidade só é possível porque o *Dasein* é espacial (PESSOA, 2015).

Heidegger (2005a) denomina como “dar espaço” o deixar e fazer vir ao encontro constitutivo do ser-no-mundo, uma arrumação que consiste na liberação do que está à mão para a sua espacialidade, uma doação preliminar que descobre um conjunto de possíveis locais que são determinados pela conjuntura, que possibilita orientação factual de cada passo. Nesse sentido, Indwood (2002) comenta que o *Dasein* toma espaço, promove ação e verbo, no deslocar e arrumar.

Sapienza (2017) ressalta que somente em um sentido ôntico podemos fazer referência ao que é interno ou externo em relação a algo, pois na perspectiva ontológica o existir é sempre uma abertura compreensiva. Nesse sentido, Heidegger (2005a, p. 160) expõe que:

O espaço nem está no sujeito nem o mundo está no espaço. Ao contrário, o espaço está no mundo na medida em que o ser-no-mundo constitutivo da presença já descobriu sempre um espaço. O espaço não se encontra no sujeito nem o sujeito considera o mundo “como se” estivesse num espaço. É o “sujeito”, entendido ontologicamente, presença, que é espacial em sentido originário. Porque a presença é nesse sentido espacial, o espaço se apresenta como a priori. Este termo não indica a pertinência previa a um sujeito que de saída seria destituído de mundo e projetaria de si um espaço. Aprioridade significa aqui precedência do encontro com o espaço (como região) em cada encontro do mundo do circundante.

Dessa forma, uma experiência do espaço só pode ser descoberta a partir do mundo e em acordo com a espacialidade essencial da presença, sua constituição fundamental de ser-no-mundo, abarcando a circunvisão e regiões do mundo circundante, com suas circunstâncias específicas (HEIDEGGER, 2005a).

É a partir de tais inspirações heideggerianas e das proposições de outros fenomenólogos, que Eric Dardel (2005)²⁹ intenta formular uma geografia que supere as bases desenvolvidas ao longo século XIX, embebidas do espírito moderno ocidental, com sua inquietude metafísica voltada para a “Terra”, o “Espaço” e a “Matéria”, visando se instalar nas diversas dimensões do mundo exterior, através da medição, do cálculo e da análise, visto que:

[...] antes do geógrafo e de sua preocupação com uma ciência exata, a história mostra uma geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou busca por novos

²⁹ “O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica”, publicado originalmente em 1952 (DARDEL, 2005).

ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma *geograficidade* (*géographicité*) do homem como modo de sua existência e de seu destino (DARDEL, 2005, p. 1-2).

Dessa forma, o especialista não rejeita inteiramente a experiência primitiva com a Terra enquanto presença e participação geográfica no espaço concreto. Antes da medição e do cálculo, da racionalização, há o homem que visa desvelar a “face da terra”, na forma de desbravador, navegante, do imigrante, ou simplesmente o homem em sua mobilidade irregular pela Terra (DARDEL, 2005). A experiência geográfica é primeiramente colocar-se como presença efetiva, concebendo a singularidade de um lugar, a qual é imbuída de significado (BESSE, 2005).

Para Dardel (2005) a geograficidade expressa a relação do homem com a Terra, do homem enquanto presença insistente, pois o espaço geográfico é constituído de espaços diferenciados, que ganham sentido, singularidade a partir da mão do homem, como a cidade, a montanha, a floresta, etc.; o espaço geográfico tem nome próprio, horizonte, uma modelagem, cor, densidade, e de tal maneira, limita e resiste à ação do homem. Assim, ante a esta presença, a linguagem do geógrafo deve sem dificuldade dirigir-se a imaginação, ir para além do discurso objetivo do erudito, transformar-se na linguagem poética. O autor expõe que:

A geografia é, segundo a etimologia, a “descrição” da Terra; mais rigorosamente, o termo grego sugere que a Terra é um *texto* a decifrar, que o desenho da costa, os recortes da montanha, as sinuosidades dos rios, formam os signos desse texto. O conhecimento geográfico tem por objeto esclarecer esses signos, isso que a Terra revela ao homem sobre sua condição humana e seu destino. Não se trata, inicialmente, de um atlas aberto diante de seus olhos, é um apelo que vem do solo, da onda, da floresta, uma oportunidade ou uma recusa, um poder uma presença (DARDEL, 2005, p. 2).

A geografia, ao incorporar a poesia em sua escrita, perde a clareza do discurso objetivo, no entanto ganha em intensidade expressiva, devido ao estremecimento da existência que é dada pela dimensão temporal restaurada. Isso não significa que a ciência perde seu rigor ao permitir que sua mensagem seja constituída por um observador que saiba contemplar, admirar o mundo, e captar a imagem luminosa, que evidencie a presença. Na verdade se alcança uma fronteira que a ciência do laboratório não ultrapassará, onde uma geografia permanece latente (DARDEL, 2005). Nas palavras do autor:

Se a geografia oferece à imaginação e à sensibilidade, até em seus vãos mais livres, o socorro de suas evocações terrestres, carregadas de valores terrestres (*terriennes*), marinhos ou atmosféricos, também, sempre

espontaneamente, a experiência geográfica, tão profunda e tão simples, convida o homem a dar à realidade geográfica um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê sua experiência humana, interior ou social. [...] Mesmo desgastado pelo uso, o vocabulário afetivo afirma que a Terra é apelo ou confiança, que a experiência do rio, da montanha ou da planície é qualificadora, que a apreensão intelectual e científica não pode extinguir o valor que se encontra sob a noção. Medo, admiração, simpatia, participamos ainda, por mais modernos que sejamos, por um acordo ou desacordo fundamental, o ritmo do mundo circundante. Entre o Homem e a Terra permanece e continua uma espécie de cumplicidade no ser. [...] (DARDEL, 2005, p. 6).

Dessa forma, para Dardel em consonância com Heidegger, Bachelard e Merleau-Ponty, o espaço habitado transcende o espaço geométrico. A fenomenologia da imaginação não pode contentar-se com uma redução que transforma as imagens em meios subalternos de expressão. É necessário viver diretamente as imagens, numa cooperação entre o real e o irreal (SERPA, 2019).

Para Dardel (2005) o espaço geográfico é a imensidão que desafia as medidas e limitações do homem, é a matéria que compõe o infinito que nos cerca, de tal forma que:

Por toda parte o espaço geográfico é talhado na matéria diluído em uma substância móvel ou invisível. Ele é falésia, a escarpa da montanha; ele é a areia da duna ou a grama da savana, o céu morno e enfumaçado das grandes cidades industriais, a grande ondulação oceânica. Aérea, a matéria permanece ainda matéria. O espaço “puro” do geógrafo não é o espaço abstrato do geômetra: é o azul do céu, fronteira entre o visível e o invisível [...]. Há ainda algo aqui, uma extensão a atravessar ou a evitar, a areia que fustiga, as fornhalhas naturais, o vento que uiva. Uma resistência ou um ataque da Terra. Mesmo o silêncio e a desolação, é também uma realidade do espaço geográfico, uma realidade que oprime, uma realidade que exclui (p. 7-8).

O espaço material não é uma “coisa” indiferente, fechado sobre si mesmo, é matéria que acolhe ou ameaça a liberdade humana. Uma realidade que só é geográfica para o homem, como interesse, para seu uso, como utensílio. O que não se reduz a um utilitarismo, que expressa apenas uma concepção simples e genérica do homem (DARDEL, 2005). O espaço geográfico é:

[...] onde se desenvolve a existência, porque ela é, em essência, extensão, porque ela procura um horizonte, direções, existências que dela se aproximam, porque a vida lhe oferece percursos a seguir, fáceis ou acidentados, seguros ou incertos. Ali onde os termos não podem mais agarrar a uma realidade que resiste e que responde e não são mais do que cifras, é a geografia que, naturalmente, fornece seu vocabulário porque ele é concreto e qualitativo, próximo e claro. A rota às vezes impõe ao homem sua direção porque ele está propriamente “sem direção”. [...] (DARDEL, 2005, p. 13).

Assim, na perspectiva de uma geografia fenomenológica, o espaço geográfico é entendido como o mundo da vida, sendo animado pelas presenças, onde o ser se mostra. Para o geógrafo cabe investigar essa presença imediata da Terra em suas diversas modalidades (BESSE, 2005), de maneira a captar as essências que emergem da experiência espacial, da geograficidade, as quais permitem o entendimento das imagens e identidades dos lugares (SERPA, 2019).

A geograficidade evidencia a materialidade do espaço geográfico, como compartilhada nas vivências cotidianas, na experiência intersubjetiva, vivida como uma emoção. O geógrafo tem por missão compreender e elucidar a presença imediata da Terra em suas diversas modalidades (BESSE, 2005). A geografia deve considerar o ser-aí, a relação que se estabelece entre o “ser” e o “aí”, o “aí” configurando a experiência geográfica, o mundo enquanto possibilidade da presença. Nesse sentido, a geografia se evidenciaria como uma ciência de essências, de ontologias regionais, tendo como horizonte a existência humana e a sua experiência no mundo, uma ontologia regional da espacialidade humana, referida ao nosso mundo perceptivo (HOLZER, 2010).

Segundo Holzer (2013) é a partir da geograficidade, do espaço primitivo, que derivam todos os conceitos espaciais. Nesse sentido os conceitos de lugar e território seriam essências espaciais que evidenciam modos de ser-no-mundo, tanto em uma perspectiva introspectiva e solitária quanto interativa e compartilhada. Serpa (2019) também problematiza os conceitos de lugar e território, sua operacionalização, tendo a geograficidade enquanto fio condutor. Para o autor

[...] lugar e território, antes de tudo, remetem a experiências geográficas que por vezes se distinguem, por vezes se aproximam, experiências que, por seu lado, carregam em si a marca do espaço vivido, revelando também que os conceitos utilizados em Geografia são “modos geográficos de existência” (Marandola Junior, 2012), que se realizam nas situações cotidianas, posteriormente abstraídas em representações do espaço. [...] (p. 61-62).

Assim, Serpa (2019) ressalta que devemos nos indagar em que situações “somos”, nos manifestamos enquanto lugar e/ou território, quais as experiências primitivas que fundamentam o ser-no-mundo como lugar ou território. É no sentido deste intento que nossa exposição prossegue nos próximos itens, visando um aporte ôntico-ontológico para o lugar e o território, vinculado a espacialidade existencial, assim como as indicações que permitam orientar a investigação concreta.

2.2.1 O lugar e a imagem: do habitar a lugaridade

O conceito de “lugar” é fundamental para o estudo da geografia, no entanto foi relegado durante bastante tempo a um plano secundário, vindo a ser revalorizado e desenvolvido pelos geógrafos humanistas na década de 1980 (HOLZER, 1998). Souza (2013) ressalta que apesar dos diferentes sentidos da palavra “lugar”, o sentido que vem se afirmando no plano conceitual da geografia a partir da década 1970, é o lugar como um espaço vivido e dotado de significado, a partir do qual se desvelam sentidos de lugar e imagens de lugar.

O conceito de “lugar” é fundamental para o estudo da geografia, no entanto foi relegado durante bastante tempo a um plano secundário, vindo a ser revalorizado e desenvolvido pelos geógrafos humanistas na década de 1980 (HOLZER, 1998). Souza (2013) ressalta que apesar dos diferentes sentidos da palavra “lugar”, o sentido que vem se afirmando no plano conceitual da geografia a partir da década 1970, é o lugar como um espaço vivido e dotado de significado, a partir do qual se desvelam sentidos de lugar e imagens de lugar.

Holzer (2010) comenta que a concepção de “lugar” para os geógrafos humanistas é muito semelhante ao que fenomenólogos chamam de “mundo”. Ambas as concepções são constituídas pela consciência humana e por sua relação intersubjetiva com as coisas e os outros. Esta empreitada teve como pioneiros e principais representantes, resguardando as diferenças nas respectivas perspectivas, Yu-fu Tuan, Edward Relph e Anne Buttimer.

Em Tuan (1980) o lugar é entendido enquanto o ambiente familiar, com o qual se estabelece a toponímia, elo afetivo constituído a partir da experiência pessoal. A perspectiva experiencial, como ressalta o autor (TUAN, 1993), trata das formas como a pessoa constitui sua realidade, abarcando tanto os sentidos mais diretos e passivos: olfato, paladar e tato; como a percepção visual ativa e seu caráter indireto de simbolização. Podendo ser direta e íntima, assim como voltada para o mundo exterior.

Para Tuan (1993) é o movimento intencional e a percepção que possibilitam aos seres humanos um mundo familiar, com diferentes objetos no espaço, sendo o lugar um objeto de classe especial, um agregado de valor e no qual se poder morar. Ao vivenciarmos o lugar, estabelecendo permanências por um tempo considerável, constituímos sentimentos, valores e um conhecimento íntimo do mesmo. Assim,

para o autor tais caracteres do lugar têm sua formação e sentido a partir da pausa no movimento pelo espaço.

Inspirado nessas formulações, Souza (2013) aponta que o lugar é um espaço dotado de significado, um espaço vivido, que envolve identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, que constituem imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades. Sendo marcadas por “topofilias” e por “topofobias”. Não sendo o lugar uma “coisa”, não deve ser assimilado ao substrato espacial material, só se estabelecendo enquanto durarem as relações sociais das quais são “projeções espacializadas”, ou seja, as imagens e os sentidos.

Souza (2013) emprega o termo lugarizar para a prática de atribuir sentido a partir de algum tipo de vivência, que não precisa necessariamente ser direta, forte ou cotidiana. Apontando uma necessidade visceral psicológica de lugarização, de tornar familiares as porções do espaço com as quais mais interagimos, dotando-as de significados e afetos. Sendo a própria necessidade humana de construir um “lar”, mesmo nas situações mais precárias e improváveis, ressaltando que há “níveis de lugaridade”, de acordo com a posição do sujeito e sua mobilização. No mesmo sentido, Tuan (2018) fala de diferentes escalas de lugar providas pela experiência, desde que constituam centros de significado para o indivíduo e/ou para grupos.

Já Holzer (2013) intentando aproximações com a fenomenologia heideggeriana e inspirado pela geograficidade de Dardel, aponta para o vínculo do habitar e a constituição do lugar. Ao contrário de Yu-fu Tuan, entende que a essência do lugar é o movimento, pois ele outorga espaços na medida em que podemos nos locomover, variar nossa intencionalidade e nossas ações a partir da propriedade de nos deslocarmos no espaço, ou melhor, de o corpo criar espaço a partir de seu deslocamento. Isso não significa dizer que a pausa não influa nessa constituição, visto que a lugaridade (essência do lugar) expressa uma relação dialógica dos seres em movimento com lugares e caminhos, mobilidade e permanência. Sendo que é o movimento que nos permite mudar nossa intencionalidade e nossas ações.

Holzer (2010) comenta que os geógrafos humanistas, mesmo com críticas à ciência positivista, utilizam de maneira parcial os procedimentos fenomenológicos. Tanto Tuan quanto Relph estabeleceram atitudes instáveis em relação à fenomenologia. Havendo assim, a necessidade de se aprofundar as relações entre a geografia e fenomenologia. Para o presente intento, entendemos que as proposições apresentadas acerca do lugar, nos oferecem direcionamentos pertinentes para a

investigação em seu aspecto ôntico. Porém, ao se pensar na dimensão ontológica, faz-se necessário alguns enlaces que faremos a partir de dois elementos: da imagem e da experiência espacial, enquanto integrantes da espacialidade existencial, tendo por base as proposições de Gaston Bachelard (1974) da imagem poética e da noção de habitar em Heidegger (2008).

No livro “A poética do espaço”, Bachelard (1974) aborda a imagem poética em uma perspectiva filosófica, partindo de uma fenomenologia da imaginação, a qual visa o momento que a imagem poética emerge na consciência como um produto direto do ser do homem enquanto presença. A imagem poética emerge a sonoridade do ser, pois o poeta fala ao âmago do ser, não estando submetida a um impulso, ou de um eco do passado, na verdade possui um ser e um dinamismo próprio, advindo de uma ontologia direta. Segundo o autor:

[...] A imagem, em sua simplicidade, não precisa de um saber. Ela é a dádiva de uma consciência ingênua. Em sua expressão, é uma linguagem jovem. O poeta, na novidade de suas imagens, é sempre origem de linguagem. Para especificarmos bem o que possa ser uma fenomenologia da imagem, para frisarmos que a imagem existe *antes* do pensamento, seria necessário dizer que a poesia é, antes de ser uma fenomenologia do espírito, uma fenomenologia da alma (BACHELARD, 1974, p. 343).

Para Bachelard só a fenomenologia, a consideração da imagem numa consciência individual, pode reconstituir a subjetividade das imagens e medir a força da amplitude, o sentido de sua transsubjetividade (SERPA, 2019). Segundo Senicato e Silva (2016), Bachelard realiza uma fenomenologia hermenêutica da imaginação poética, que contém elementos e a dinâmica da matéria. Os autores advertem que o método empregado por este filósofo, não se faz nos moldes do pensamento de Husserl. Nesse sentido, Rodrigues (2005, p. 60) comenta que:

O termo fenomenologia para Bachelard tem um sentido próprio, porque esse não se insere diretamente na tradição fenomenológica dos herdeiros de Husserl, nem utiliza o vocabulário fenomenológico. Da fenomenologia, Bachelard mantém a idéia de estudar as imagens poéticas por si mesmas no momento que emergem na consciência, porém resiste a qualquer intelectualização das imagens, oriunda da análise fenomenológica. [...]

Um elemento essencial na perspectiva de Bachelard (1974) é a “repercussão” provocada pela imagem, a qual propõe sentido e enraizamento imediato no outro. Não é preciso conhecer o passado do poeta para se acessar tal repercussão, pois o poeta alcança o âmago do ser em sua fala. Em seu ser, a imagem singular é dotada de comunicabilidade, de significação ontológica, permitindo uma fenomenologia da

imaginação: “[...] estudo do fenômeno da imagem poética no momento em que ela emerge na consciência como um produto direto do coração, da alma, do ser do homem tomado na sua atualidade (p. 342).”

Bachelard (1974) ressalta que a imagem emergente da leitura de um poema, se constitui enquanto nossa, de tal maneira que a recebemos e podemos concebê-la e transformá-la em um ser novo de nossa linguagem, ou seja, a própria vivência de seu caráter transubjetivo. Assim:

Quando duas imagens singulares, obras de dois poetas que devaneiam separadamente, se encontram parece que estas se reforçam mutuamente. Essa convergência de duas imagens excepcionais oferece, de alguma forma, uma verificação de fatos para o estudo fenomenológico. A imagem perde sua gratuidade. O livre jogo da imaginação não é mais uma anarquia. [...] (BACHELARD, 1974, p. 393).

Para Bachelard (1974) a fenomenologia da imaginação poética deve realizar uma topoanálise, pois a imagem, a frase que a revela, o verso, ressaltam, formam espaços de linguagem, tanto do espaço feliz, quanto do espaço amedrontador (acerca deste o autor não realiza apontamentos). O autor comenta que os espaços amados pertencem à zona de análise da topofilia e mantêm fora as forças adversas, possuindo um valor de proteção no jogo entre exterior e intimidade. Aqui, não há muita diferença do que Tuan (1980) entende por topofilia, porém, poderíamos dizer que se estabelece uma evidente distância de caráter metodológico³⁰, onde o geógrafo intenta “linearidades” utilizando o aporte biológico e psicológico, afastando-se da poética, assim como de sua transubjetividade.

O termo topofilia associa sentimento com lugar. [...] O fato das imagens serem extraídas do meio ambiente não significa que o mesmo as tenha determinado, nem necessitamos acreditar [...] que certos meios ambientes possuem o irresistível poder de despertar sentimentos topofílicos. O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais. Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo a que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época (TUAN, 1980, p. 129).

Assim, o lugar em Tuan (1980, 1993) se restringe a subjetividade e a intimidade, que compõe imagens e sentimentos topofílicos. Já em Bachelard (1974)

³⁰ No livro “Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente”, Tuan (1980) faz poucas menções a Bachelard, citando apenas o livro “Psicanálise do fogo”. Já no livro posterior “Espaço e lugar: a perspectiva da experiência” (TUAN, 1993), o autor menciona “A poética do espaço” de Bachelard, utilizando-se da discussão do filósofo acerca do espaço íntimo.

a experiência espacial é abarcada pelo poder da imaginação³¹, sendo comunicada por imagens, por uma “poética do espaço” e sua transubjetividade, onde o fenomenólogo opera por meio do devaneio, o estado do “sonhar acordado”, uma contemplação da imagem tal como ela é, como o poeta a criou, ao mesmo tempo nutrindo-se dela, fazendo um bem próprio. Sendo importante apontar que Bachelard concebe tanto uma “imaginação dos olhos”, assim como uma “imaginação das mãos” (GOMES, 2017). Ferreira e Encarnacion (2013) expõem que em Bachelard a imagem possui uma feição interior e outra exterior, em um enlace das formas projetadas pela imaginação material e os “[...] possíveis “fantasmas” que habitam o mundo do sonhador (p. 96)”.

Ainda que Bachelard não tenha se restringido a fenomenologia de Husserl, realizando uma fenomenologia hermenêutica da imaginação poética (SENICATO; SILVA, 2016), o autor não propôs uma ontologia fundamental tal qual Heidegger e sua analítica do *Dasein*, assim como não estabeleceu diálogos com o filósofo alemão (FERREIRA, 2003). Assim, visando um apontamento do sentido ontológico da imagem (na perspectiva heideggeriana), recorreremos a Jean-luc Nancy (2016) que diz:

A imagem joga-me na cara uma intimidade que a mim chega em plena intimidade – pela vista, pela audição ou pelos próprios sentidos das palavras. A imagem, com efeito, não é somente visual: ela é também musical, poética e, ainda, tátil, olfativa ou gustativa, cinestésica, etc. Esse léxico diferencial é insuficiente, e aqui não há tempo de analisá-lo. A imagem visual assume seguramente um papel de modelo [...]. (NANCY, 2016, p. 100).

O autor ressalta que imagem (em seu ser-imagem) é distinta de seu ser-aí, pois não está aqui, e sim longe, em um distanciamento cuja “ausência” do assunto tornado imagem, é na verdade uma presença intensa. O teor ontológico da imagem em sua concentração é super-fície, ex-posição, ex-pressão. Isso se deve, pois a imagem remete ao sagrado, em seu sentido de “separado”, o que fica à parte, pois é em razão de sua separação e distanciamento que se estabelece uma ligação com o que não se pode tocar, mas não intocável, um intangível que o autor nomeia de “distinto”³². Este é o oposto de próximo, sempre está longe. A imagem possui uma

³¹ Bachelard (1974) ressalta que se trata de uma simplificação dizer que as imagens são geradas pela imaginação, porém é necessário retirar a imagem do campo da lembrança, pois em sua vitalidade a imaginação nos direciona para o futuro.

³² “O *distinto*, segundo a etimologia, é o que é separado através de marcas (a palavra remete a *stigma*, marca com ferro, picada, incisão, tatuagem): aquilo que um traço retira e mantém à parte [à

força íntima em sua forma e traçado, a qual extrai, retém e nos toca de tal forma que mesmo sendo destacada, ela mantém uma face oculta da qual não se descola (NANCY, 2016).

A imagem é a matéria do distinto, sua sedução se dá por sua disponibilidade, ou seja, sua possibilidade de alcance pelos sentidos, pelo estômago, ou mesmo pela razão. Assim, a imagem em sua plenitude, em sua clareza é uma evidência do distinto, em sua própria distinção, de maneira a tocar a presença invisível do distinto. Sem a evidência não há imagem, somente o mero enfeite ou decoração. O autor aponta que não submergimos até o fundo onde se mantém a imagem, na verdade, sem se desprender de seu fundo ela vem até nós, visto que não se mantém atada tal qual em uma rede ou tela (NANCY, 2016).

Ainda que imagem não se resuma ao objeto percebido em si, pois é a distinção que possibilita o comunicar, ela exige mais que a visão (NANCY, 2016), ou seja, evoca a própria percepção, ao espetáculo oferecido pelo campo integrado de sensações, a totalidade fenômeno-sensível (MERLEAU-PONTY, 2006). Tal relação entre percepção e imagem, nos permite aproximar a topoanálise de Bachelard (1974), com o próprio conhecimento pré-reflexivo que nos alude Merleau-Ponty (2006), de maneira a possibilitar a imagem poética que não vislumbre apenas uma filosofia literária, mas a própria apreensão fenomenológica.

Ao relacionar percepção e imagem, podemos pensar a imagem enquanto essência de dois conceitos de distintas ciências: a paisagem da geografia e o cenário (cena) referente sociologia e a antropologia. Ainda que em Dardel (2005) sua paisagem³³ explicita o sentido ontológico que propomos aqui para imagem poética, manteremos a segunda terminologia, visando uma conexão interdisciplinar. Nesse intento, ressaltaremos sua distinção ôntica apenas pelo foco em perspectiva, onde a paisagem é, em geral na geografia³⁴, o abarcar perceptivo tendo por foco

l'écart], marcando-o também com essa retirada. (...) o *traço distintivo* separa aquilo que não é mais da ordem do tocar, não exatamente um intocável, mas, sobretudo, um impalpável. Este impalpável se oferece, porém, sob o traço e pelo traço de sua separação [*écart*], por esta distração que o separa [*l'écarte*]. (...) (NANCY, 2016, p. 97-98, grifos do autor)."

³³ Como ressalta Dardel (2005) a paisagem não é para se olhar, mas abarca toda a implicação do homem, é uma convergência, momento vivido. Uma janela de possibilidades ilimitadas com a Terra. Segundo Besse (2005) na perspectiva de Dardel compreender um lugar é ver uma paisagem, da qual emerge um sentido bruto. O que nos indica uma clara referência a Heidegger (2009), onde "ver" tem dois significados, um ôntico, o ver em no modo sensorial óptico; e outro vinculado ao sentido de "compreender" (*Einsehen*).

³⁴ O geógrafo Gomes (2008) se utiliza do conceito de cenários para pensar a espacialidade da imagem.

relações sociais e sua relação com o ambiente construído ou “natural” (SOUZA, 2013), enquanto o cenário é o espaço de ação dos atores, de realização de cenas sociais (GOFFMAN, 2002). Porém, entendemos que toda paisagem comporta cenas sociais, assim como as mesmas ocorrem em meio à paisagem.

Ao fim do enlace ôntico-ontológico da imagem, seu sentido poético e sua relação com a percepção, passemos agora para o “habitar” enquanto fundamento ontológico da experiência espacial cotidiana. Heidegger (2008) argumenta que para se conceber o habitar faz-se necessário o construir, visto que só se habita o que se constrói. O construir tem o habitar como meta, ainda que nem todas as construções sejam habitações, já que o habitar não se resume simplesmente a posse de uma residência. O autor aponta que esse entendimento parte da linguagem, pois ela permite o acesso à essência de uma coisa, porém, isto só acontece quando atentamos ao vigor da linguagem, pois a mesma é senhora do homem, não o contrário.

O construir se vincula ao modo como o homem, ao se relacionar com seus horizontes de possibilidades de ser-no-mundo, modos de cotidianos de existir, constrói o mundo que o cerca enquanto o habitar constitui o ser do homem, é o traço fundamental do ser-homem. Construimos e chegamos a construir à medida que habitamos, o vigor essencial do habitar está no permanecer, “de-morar-se” permanecer em paz, a própria experiência desse permanecer. Sendo o traço fundamental do habitar é o resguardo, manter-se preservado do dano e da ameaça, o que perpassa o habitar em toda a sua amplitude (HEIDEGGER, 2008).

Nesse sentido, Dardel (2005) aponta que habitar uma terra seria aconchegar a subjetividade, a constituição de uma afinidade, confiar o sono. No habitar se constitui as referências mais profundas da existência. Argumenta que antes de toda escolha, existe esse “lugar” que não pudemos escolher. Necessitamos de uma base para assentar o ser, que se indica no habitar, construir, cultivar e circular. O que não se resume a um suporte material, mas enquanto “[...] condição de toda ‘posição’ da existência, de toda ação de assentar e de se estabelecer (*de posere et de reposer*). (p. 41)”.

[...] Assim, o lugar é compreendido pelo geógrafo porque ele faz parte de suas possibilidades de existência, porque no fundo ela desvela uma possibilidade de ser no mundo, com o qual o geógrafo se comunica “lateralmente”. Há uma simpatia originária e indeterminada com a Terra, que torna possível a compreensão das realidades geográficas as mais diversas,

tanto que elas são experimentadas como variações de um mesmo ser-no-mundo fundamental do homem, e que permite a consciência doura do geógrafo se comunicar interiormente com as formas ingênuas da presença da paisagem. [...] (BESSE, 2005, p. 133).

As situações do homem, suas experiências pelo mundo, supõe um “espaço” de possibilidade, movimento a partir do qual estabelece relações trocas de acordo com direções e distâncias, configurando o “lugar” de sua existência. Nesse sentido encontrar-se perdido é perder seu próprio lugar, ficar sem direção, impotente e em imobilidade (DARDEL, 2005).

A partir do percurso realizado até aqui evidenciamos alguns elementos referentes à espacialidade existencial, o lugar em um sentido ôntico-ontológico enquanto o próprio aqui referencial ao ser, o qual a imagem poética (BACHELARD, 1974), ou a paisagem (DARDEL, 2005) vislumbra ao apontar para o âmago de tal intimidade, o habitar enquanto traço fundamental do ser-homem, suas as estâncias (aqui) e circunstâncias (situação), movimento e permanência (HEIDEGGER, 2008). Em seu aspecto concreto, a lugaridade é o próprio aconchegar da subjetividade, a intimidade constituída a partir da experiência cotidiana com o ambiente, uma necessidade do sujeito de lugarizar, de tornar familiar o seu mundo (TUAN, 1993, SOUZA, 2013).

2.2.2 O território e a alteridade: limite, poder e territorialidade

Na geografia, o conceito de território possui uma trajetória que abarca desde perspectivas mais tradicionais tendo por referência o Estado e sua política – uma visão “hipostasiada”, se referindo as relações humanas com grandes porções do espaço –, assim como perspectivas contemporâneas, que abarcam as diversas territorialidades cotidianas, que não se reduzem ao nível institucional (SOUZA, 1995). Um debate essencial nessa trajetória é o aspecto absoluto ou relacional do território. Onde as abordagens de cunho absoluto abarcam um sentido idealista, como um *a priori* de visão de mundo (tal qual a perspectiva de espaço e tempo em Kant), ou um sentido de evidência empírica ou “coisa”, substrato material, tal qual um materialismo mecanicista dissociado de uma dinâmica temporal. Já o caráter relacional concebe o território enquanto completamente inserido dentro de relações social-históricas (HAESBAERT, 2012).

Segundo De Paula (2011) a perspectiva do território em um sentido relacional desenvolvida em fins do século XX, possibilitou abordagens que abarcam uma dimensão vivida, tal qual por comunidades, grupos e até mesmo no nível do indivíduo. Apesar das diversas concepções que orientam tais abordagens, a autora ressalta a ausência de diálogos com fenomenologia. Souza (2013) ressalta que diversas inspirações teóricas contribuíram para a concepção relacional do conceito, desde trabalhos de antropólogos até reflexões filosóficas, como as de Michel Foucault e a dupla Gilles Deleuze e Felix Guattari. No sentido de tais inspirações, o geógrafo Claude Raffestin (1993) entende o território enquanto:

[...] resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Já a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade, onde os homens “vivem”, simultaneamente, o processo territorial e o produto territorial. Esta vivência é intermediada pelo sistema de relações existenciais e/ou produtivistas, sendo estas marcadas por relações de poder. O território envolveria, então, uma interação entre sujeito (a) e sujeito (b), visando modificar uma relação dissimétrica, aliada a uma exterioridade, um lugar concreto, assim como um espaço abstrato, um sistema institucional, político ou cultural (RAFFESTIN, 1993).

Para Marcelo Lopes de Souza (1995, 2013) os territórios são antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos, de tal forma que estes podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se, de modo relativamente rápido, não sendo necessária uma escala temporal de séculos ou mesmo décadas, sendo mais instáveis que estáveis, não sendo estáticos, mas imbuídos de mobilidade. Assim, nas palavras do autor os territórios são:

[...] um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os *insiders*) e os outros (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (SOUZA, 1995, p. 86).

A perspectiva de Souza (1995) visa evidenciar as relações dos homens no espaço para além do material, no entanto sem ignorar o mesmo, o que o autor chama de “descoisificar” o território, onde fronteiras e os limites podem vir a mudar, sem que a “materialidade” seja alterada. Para o autor o poder é o elemento primordial do território, sendo o mesmo uma projeção espacial de poder. Em texto posterior o autor aponta que:

[...] [a] *noção intuitiva* de território. Ela tem a ver com limites, com fronteiras... enfim, com a projeção, no espaço, de um *poder* que se exerce e que demarca espaços bem diferentes: “meu (nosso) espaço” / “seu espaço (espaço de vocês).” Os fatores que estimulam essas demarcações (econômico, estratégico-militares etc.), a maneira como se chega a elas (argumentação, negociação, intimidação, imposição pela força) e o modo como elas são implementadas (menos ou mais excludentes, menos ou mais solidárias): tudo isso pode variar tremendamente. Assim como não há um único tipo de poder, tampouco há um único tipo de território. No entanto, uma coisa permanece: o território, mesmo sendo sempre considerado relativamente a uma porção material da superfície terrestre, *não se confunde inteiramente (ou propriamente) com ela* (SOUZA, 2013, p. 32-33, grifos do autor).

Assim, nesta concepção o poder define o perfil do conceito de território, ou seja, o aspecto essencial é sua “dimensão política”, a qual é entendida em sentido amplo de “o” político (*Le politique, das politische*). Porém, isso não significa que a cultura ou a economia não componham o território. A dimensão cultural-simbólica se destaca, sobretudo, ao se pensar o território de pequenos grupos, enquanto um espaço de afirmação de identidades ou reprodução de uma subcultura. Segundo o autor essas diferentes escalas e situações acerca do território nos propõem pensar o conceito em sua dimensão cotidiana, do mundo da vida (*Lebenswelt*). Importantes para superar a “visão de sobrevoo” ³⁵ preponderante na geografia, abarcando práticas espaciais que ocorrem em uma escala geográfica muito reduzida, que o autor denomina de “nanoterritórios” (SOUZA, 2013).

Já Rogério Haesbaert (2012) compreende o território em seu sentido relacional, mas enquanto uma mediação espacializada de poder, a qual resulta de uma interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, em sua

³⁵ Aqui Souza (2013) faz uma referência ao fenomenólogo Merleau-Ponty (2006) que comenta acerca do corpo próprio enquanto inserido no mundo, abertura para o espetáculo visível, de maneira a formar um sistema. O filósofo ressalta a diferença entre experienciar determinado objeto enquanto sujeito encarnado, de um “sobrevoo” objeto a partir da imaginação ou de uma representação. Ao usar o exemplo de seu apartamento, o autor ressalta que uma planta é uma “visão de cima”, uma perspectiva ampla, onde se resume as diferentes perspectivas, as quais não são possíveis sem a mediação da experiência corporal. O sujeito encarnado estando imerso no apartamento, ao se mobilizar pode visar o objeto de diferentes “ângulos” e de maneira alternada.

natureza política, simbólica e econômica, de maneira indissociável ao aspecto instituído (jurídico-político). O autor define sua perspectiva como integradora e não totalizante, pois o território não pode ser considerado a partir de uma única dimensão, na verdade, seria um híbrido entre o mundo material e ideal, entre natureza e sociedade. Dessa forma, o território e a territorialização devem ser entendidos a partir de suas múltiplas manifestações, tendo em mente os diversos poderes e sujeitos envolvidos, seu aspecto funcional e simbólico.

Tal qual procedemos no item anterior, acerca do lugar, entendemos que a perspectiva relacional remete aos aspectos ônticos do território, indicações que contribuem para a investigação concreta. Porém, insuficientes para se pensar o território em um sentido fenomenológico e existencial, aspecto que já fora ressaltado por alguns geógrafos como Holzer (1997, 2013), De Paula (2011) e Serpa (2019). O último autor aponta para a necessidade de superar uma convenção entre os geógrafos, de que lugar é espaço vivido e território é espaço de poder, o que leva a generalizações e simplificações que não são suficientes para desvelar como estes se manifestam existencialmente enquanto experiência, antes de um exercício intelectual ou representação teórica.

Holzer (1997, 2013) propõe pensar o território em um sentido fenomenológico atrelando-o ao lugar, apontando que a expressão mais visível da territorialidade é a lugaridade, que permite alcançar a essência do território. O autor aponta que a essência do território é o limite, a fronteira, pois estes demarcam o corpo em oposição a outros corpos e coisas, como campos de força, barreiras invisíveis, mais que visíveis. Ao compartilharem mundos comuns, as pessoas constituem lugares, esses são demarcados para outros grupos, que compartilham outros mundos. Nesse sentido os territórios se apresentam como expressão espacial de uma identidade, de um comum-pertencer de determinado grupo, ou mesmo de um indivíduo, a partir dos lugares.

O entendimento do “limite” em Holzer (2013) é inspirado na fala de Heidegger (2008), significando não onde algo termina, mas sim onde alguma coisa dá início a sua essência. O que é deixado ao limite de um espaçamento, do espaço, sendo resultante de uma arrumação. Uma perspectiva que parece se aproximar de Dardel (2005), para quem uma “fronteira” é oposição a uma liberdade humana, de maneira a afrontar ou de se sentir protegida por seus limites, onde um território só pertence a

um grupo se este tem consciência de sua diferença em relação aos outros e se os estrangeiros o enxergam como terra estrangeira.

Tendo em vista o papel do “limite” na proposição do território em um sentido fenomenológico, Serpa (2019) argumenta que pensar o ser território (assim como o ser lugar) também envolve pensar o poder, visto que seria impossível viver sem existência do poder, ou sem a experiência do mesmo. Porém, o poder deve ser retratado enquanto uma essência, um fenômeno vivido. Nesse sentido, são oportunas as indicações de Jochen Dreher (2011) acerca do poder em seu sentido fenomenológico. Inspirado em especial pelos trabalhos de Schutz, Berger e Luckmann, o autor destaca o papel do saber disponível ao sujeito e seus sistemas de relevâncias particulares, enquanto elementos importantes para a interpretação das relações de poder, visto que:

[...] no mundo-da-vida, nossa percepção e nosso pensamento são pré-constituídos por meio da socialidade, isto é, por meio de saber transmitido ao indivíduo através da socialização. Tipificações existentes dentro de um grupo social as quais determinam relações de poder e desigualdade social já se encontram, por essa razão, presentes em estruturas de consciência e influenciam a experiência de modo determinante. (DREHER, 2011, p. 480)

Assim, as experiências da desigualdade e, acrescentaríamos, da diferença e “desvio”, já se encontram relacionadas a tais estruturas, onde o sujeito em seus contextos interacionais percebe o poder na constituição de seu sistema de relevância (DREHER, 2011), pois como ressalta Schutz (1979a, p. 113):

[...] não somos somente centros de espontaneidade afetando o mundo e criando transformações dentro dele, mas também meros recipiendários passivos de eventos que estão fora de nosso controle, que ocorrem sem nossa interferência. [...]

Schutz aponta que o indivíduo, em sua abertura ao mundo, sempre experimenta a si mesmo enquanto inserido em um contexto que o apela por definição, esta resulta de dois componentes: um oriundo da estrutura ontológica do mundo pré-dadas e outro da situação biográfica do indivíduo, limitada a um estoque de saber específico. Sendo que a situação biográfica evidencia a espontaneidade do indivíduo no plano ontológico. Assim, ainda que a origem social do indivíduo defina sua estrutura de mundo, fornecendo um estoque de saber, os interesses constituídos no trajeto biográfico abrem possibilidade para voltar-se de maneira espontânea contra determinadas imposições (DREHER, 2011).

Na perspectiva fenomenológica do poder, é fundamental explicitar a subjetividade do indivíduo agente, como este percebe a situação, porém esta não pode ser considerada de maneira egológica, já que a constituição de poder só pode ser descrita como inserida no campo de tensão relacional e concreto, na dialética entre indivíduo e sociedade, a qual se explicita no enlace entre a liberdade do indivíduo, suas relevâncias intrínsecas, assim como as coerções impostas objetivamente (DREHER, 2011).

Para Serpa (2019) as relações que se estabelecem entre os agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes são marcadas pelo predomínio (instável) da igualdade e da diferença. É na dialética entre diferença e igualdade que vai se estabelecer o lugar e o território como modos geográficos de existência, expressando uma dialética entre interior e exterior, tal como em Bachelard. O autor aponta que os modos de ser território e/ou lugar se evidenciam no espaço público, a partir das diferentes estratégias e táticas de apropriação no cotidiano, as quais

[...] podem se manifestar de maneira centrípeta (para dentro) e/ou centrífuga (para fora) quando se trata de intersubjetividade e modos de existência frente ao diferente e/ou ao igual (a mim). A forma como agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes vão reagir ao outro é, enfim, o que “ser lugar” ou “ser território” manifestam enquanto essência nas mais diversas escalas espaço-temporais. Quando nos voltamos intencionalmente para dentro e nos colocamos entre iguais ou quando estamos voltados para fora e entre diferentes é possível perceber a constituição de momentos e princípios existenciais dialeticamente relacionados, mas distintos enquanto manifestações do ser-no-mundo (SERPA, 2019, p. 63).

Dessa forma, as essências de lugar e território estão imbricadas no mundo da vida, sendo um ponto de partida essencial a questão dos limites e das fronteiras, como estes se manifestam em nossas relações com o outro no cotidiano e nas mais diversas escalas (SERPA, 2019). A partir da proposição do autor, parece-nos que é a alteridade que está no cerne do território em seu sentido fenomenológico (assim como no relacional³⁶), ou seja, é a relação originária com o “outro” que proporciona os limites, assim a essência do território seria a própria alteridade.

Intentando sustentar nossa proposição, mas também precisar uma distinção entre território, lugar e espaço, em um sentido experiencial, nos inspiramos na estrutura trinitária da cura/cuidado (*Sorge*) de Heidegger (2005a). Entendemos que

³⁶ Sobretudo Raffestin (1977) já ressaltava, ainda que não em um sentido fenomenológico, que o elemento essencial para pensar a territorialidade é a relação com a alteridade. Para o autor a alteridade abarcaria tudo que é externo ao si mesmo, não se restringindo ao Outro, o semelhante.

enquanto um desdobramento da espacialidade ontológica, o lugar³⁷ evidencia a própria cura, ou seja, o núcleo principal da presença, o pólo do si mesmo. Já o espaço³⁸, se expressa na ocupação (*Besorgen*), o ser-junto ao manual, o manipular instrumentos, o produzir, o ser-em. E por fim, o território evidenciaria a preocupação (*Fürsorge*), o ser como co-presença dos outros, a solicitude, do ser-com (*Mitsein*) e para os outros (ser-uns-com-os-outros). Ressaltamos que tais elementos estão sempre em relação, compõe a mesma estrutura, ainda que distinguíveis em um sentido analítico.

Ao propormos o sentido ôntico-ontológico do território, tendo seu fundamento no ser-com, a sua indicação ôntica se vislumbra na relação espacial básica entre um “Eu” e o “Outro”, assim como os seus desdobramentos do “Nós” e “Eles”. Apontando para a dupla acepção etimológica do território, que segundo Haesbaert (2014) possui a conotação de *terra-territorium*, em alusão a terra, um sentido material, assim como de *terreo-terror* (terror/terrorizar), o que para autor remete a dominação sobre a terra e o uso do “terror” para tal fim, onde o medo (diríamos o temor, a topofobia) circunda os aliados da terra, externos ao *territorium*, porém os que o habitam, os internos, estabelecem uma identificação positiva (diríamos topofílica).

Ao propormos o sentido ontológico do território, apontamos também para a própria insuficiência do encaminhamento de Heidegger (2005a) da autenticidade, pois ainda que esta proposição permita a superação da “ditadura do impessoal”, que como comenta Spanoudis (1981) abriga o indivíduo a compelir-se em uniformidade e mediocridade, onde “ninguém” em particular é responsável, a responsabilidade recai sobre o “a gente”, todos perdidos de si mesmo; apontando para uma ética originária do si mesmo. Porém, em nosso entendimento “a questão do outro” se mantém na trilha do autêntico, havendo um apelo por uma mediação entre as “autenticidades”. Permanece em aberto a necessidade de uma ética que não se restrinja a responsabilidade sobre si – o que certamente é importante e sem a qual nenhuma

³⁷ Já em “Ser e tempo”, Heidegger (2005b) aponta que a de-cisão, modo privilegiado de abertura da presença, a situação do ser-no-mundo, inclui um significado espacial, onde a existência determina a cada vez o seu “lugar”.

³⁸ Aqui não nos referimos à totalidade do espaço existencial, mas sim ao mundo circundante, da relação com entes não dotados de caráter ontológico (HEIDEGGER, 2005a). Da materialidade, enquanto objeto manipulável, que demanda esforço, mas também oferece abrigo (BACHELARD, 2003). O ambiente em Schutz (1979), ou o substrato material em Souza (1995, 2013).

outra seria possível –, mas que proporcione uma verdadeira abertura ao outro, que não se resuma a uma “utopia do ser³⁹”.

Ao articular lugaridade e territorialidade, podemos conceber da imagem não só a intimidade (a subjetividade), mas também indicações intersubjetivas, que remetem aos atravessamentos entre interioridade e exterioridade, em suas convergências, mas também em suas tensões. Entendemos que, ao pensarmos a experiência espacial dos usuários de crack e/ou similares, tais tensões são imprescindíveis, visto que em suas permanências no espaço público, seu lidar cotidiano com o outro, é marcado por uma prática ilícita e uma série de interdições.

2.2.3. A microterritorialidade: sociabilidade, espaço e diálogo

Caminhamos até aqui, de maneira a relacionar a fenomenologia com a geografia, no intuito de constituir uma abordagem que apreenda a espacialidade cotidiana, porém é preciso se ater que para além de argumentações, de ideias e introspecções, há um desafio concreto que se estabelece na proximidade, no contato com pessoas “reais”, no mundo “real”. Ante a essa situação de aproximação com o grupo de pessoas que fazem uso de crack e/ou similares no espaço público, recorreremos a proposições que atuem nas fronteiras disciplinares da antropologia, microsociologia e psicologia social. Incorporando noções, caminhos e instrumentos imprescindíveis para lidar com as complicações e imprevistos inerentes a interação na vida diária do “outro”. Na geografia, essa temática aflora na discussão das “microterritorialidades”.

Ao longo de nossa explanação, caminhamos de maneira a relacionar a fenomenologia com a geografia, no intuito de constituir uma abordagem que permita imergir na espacialidade cotidiana dos usuários de crack e/ou similares. Porém é preciso se ater que para além de teorias e introspecções, há um desafio concreto que se estabelece no contato encarnado com os sujeitos. Na geografia, Turra Neto (2013) expõe que as abordagens de grupos sociais que possuem alteridades “invisibilizadas”, suas respectivas espacialidades, práticas e estratégias de uso e ocupação de pequenas porções do espaço urbano, integram a temática denominada

³⁹ Como expõe Nascentes (1955) a etimologia da palavra “Utopia” provém do grego: “ou” (não) – “topos” (lugar), ou seja, um lugar que não existe, país imaginário. Entendemos que na ausência do Outro na composição do espaço existencial, só podemos conceber um “não-lugar”.

de microterritorialidade⁴⁰. Ainda que recente e difusa, o autor estabelece três pontos e desafios centrais de confluência entre as diferentes perspectivas: 1) sua natureza interdisciplinar; 2) o significado da opção pelo conceito de território; 3) a questão da escala.

Prosseguiremos o nosso texto tendo por foco a questão da escala e a questão interdisciplinar (quanto ao segundo ponto, acreditamos já tê-lo esclarecido até aqui), não de maneira a corroborar com a proposição de Turra Neto (2013), mas tentando compor procedimentos para a pesquisa em questão, tendo em vista a interação concreta com os sujeitos. Pois a escala da relação face a face, o “micro” nos implica noções metodológicas próprias à fronteira entre antropologia, microsociologia e psicologia social.

Acerca da importância da interação, Georg Simmel (1983a) aponta que a sociedade não é apenas um conjunto complexo de indivíduos e grupos unidos numa mesma comunidade política, na verdade, esta se explicita em toda parte onde os homens se encontram em reciprocidade de ação e constituem uma unidade permanente e passageira. Segundo o autor, somente:

[...] quando transformam o mero agregado de indivíduos isolados em formas específicas de ser com e para um outro – formas que estão agrupadas sob o conceito geral de interação. Desse modo, a sociação é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidade que satisfazem seus interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou tecnológicos, formam a base das sociedades humanas (SIMMEL, 1983d, p.165-166).

Simmel (1983d) ressalta que a “sociedade” é genuinamente o estar com um outro, para um outro e contra um outro. A partir desse processo resultam formas, as quais são denominadas de sociabilidade. Segundo o autor

[...] a sociabilidade não tem propósitos objetivos, nem conteúdo, nem resultados exteriores, ela depende inteiramente das personalidades entre as quais ocorre. Seu alvo não é nada além do sucesso do momento sociável e, quando muito, da lembrança dele. Em consequência disso, as condições e os resultados do processo de sociabilidade são exclusivamente as pessoas que se encontram numa reunião social. [...] (SIMMEL, 1983d, p. 170).

⁴⁰ Acerca da abordagem dos microterritorialidade, é importante destacar que além da diversidade metodológica, há uma diferença na grafia, aqui se optou pela forma: microterritório/microterritorialidade (COSTA, 2012; HOLZER, 2013; TURRA NETO, 2013), por ser a forma mais presente nos artigos e eventos que tratam do tema. No entanto, Fortuna (2012), opta por (micro)território e Souza (2013) por nanoterritório, ambos constituem abordagens, que apesar das suas especificidades, se enquadram no debate mais geral do microterritório/microterritorialidade.

Enquanto categoria sociológica, a sociabilidade é uma forma autônoma ou lúdica de sociação, sua relação com a sociação concreta é semelhante à relação do trabalho de arte com a realidade, onde se adquire somente aquilo que pode usar das existências e dinâmica da vida, possuindo um caráter inventivo e lúdico (SIMMEL, 1983b). A sociabilidade explicita a habilidade e capacidade de nos relacionarmos, as formas de contato e interação social, habilidades e condutas específicas dos mais diversos grupos que compõe a sociedade (FRÚGOLI JR., 2007).

Para Schutz (1979c) a sociabilidade se constitui através de atos comunicativos em que um “eu” se volta para os outros, apreendendo-os como pessoas que também se orientam para ele, processo que permite a constituição do “Nós”, onde há a união de pessoas que possuam um sistema de relevâncias suficientemente aproximado. O autor comenta a necessidade de um compartilhamento de tempo e espaço para se estabelecer a plena orientação para o outro, ou seja, uma interação face a face.

Quanto à pesquisa etnográfica na cidade, nos são muito oportunas as proposições do antropólogo Néstor Perlongher (1987), que define sua investigação⁴¹ como exploratória, descritiva e qualitativa, com a observação de “microunidades relacionais”, de “microrredes relacionais”. Nas palavras do autor:

[...] a pesquisa antropológica no meio urbano centrar-se-à no nível *micro*; as relações interpessoais vão constituir, no dizer de Althabe, a “unidade local da etnologia urbana”. Aliás, esse nível *micro* é o lugar onde se processa a interiorização da “reprodução das relações sociais”, mas também pode funcionar como um lugar de resistência à ordem social dominante, onde se desenvolvem fenômenos irreduzíveis ao nível *macro*. Não haveria, entre ambos os níveis, uma relação de causalidade fixada com antecedência, mas uma dinâmica de tensão contínua. Correlativamente, não será pertinente considerar o campo empírico como um plano de constatação de hipóteses rigorosamente pré-estabelecidas, mas enquanto local de experimentação conceitual. Assim, as noções instrumentais tenderão a seguir os movimentos reais das práticas observadas virando, se for preciso, flutuantes [...] (p. 28, grifos do autor).

Visando evidenciar as tensões entre os níveis micro e macro da sociedade, o autor justapõe a ideia de identidade com a de territorialidade⁴², de maneira a evidenciar como os sujeitos representam suas práticas, onde a “identificação” do agente em determinado sistema classificatório-relacional irá exprimir o lugar que

⁴¹ “O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo” (PERLONGHER, 1987).

⁴² Perlongher (1989) fala de territorialidades marginais na cidade, espacialidades denominadas “desviantes”, nômades, vagabundagens, uma extensão superficial que alude a uma certa distribuição dos corpos, das matérias sociais no espaço. Um olhar que parte de uma pergunta pelo lugar, inspirando-se em Heidegger.

ocupa de maneira mais ou menos fluída na rede de sociabilidade. Ainda que a territorialidade não se resuma ao espaço físico, este é importante no delimitar de fronteiras difusas (PERLONGHER, 1987).

Como comenta Perlongher (1993), a antropologia enquanto ciência do outro, da alteridade, deve-se ater a distinção entre “discurso” e “diálogo”, pois no discurso a primeira condição para falar sobre o “outro”, é diferenciar-se dele, um estranhamento, uma composição de uma “identidade contrastiva⁴³”. Um movimento carregado por uma relação política de hierarquia, desigualdade e assimetria, tal qual na antropologia clássica, onde o acadêmico (civilizado) se posiciona de maneira “superior” em relação aos povos denominados “primitivos”. Além disso, ao se pensar na composição de uma antropologia urbana, ao voltarmos nosso “olhar” para a nossa própria sociedade, pode haver um ofuscamento da identidade contrastiva, o que não significa sua completa dissolução.

Segundo Crapanzano (1989) o diálogo se define cultural e historicamente enquanto um modo de conceber trocas verbais com uma potência retórica importante. Nas abordagens antropológicas, o diálogo aufere destaque em relação à “observação participante”, agregando o sentimentalismo da participação tradicional, sugerindo amizade e uma relação simétrica, porém ofuscando a angústia do pólo observador vinculada ao distanciamento próprio da prática, podendo criar ilusões de tal convergência, não necessariamente provenientes da má-fé, mas do deslumbramento da relação dialógica, onde o poder e o desejo vinculados a palavra falada, escrita e divulgada, são encobertos por um anseio de fraternidade. O autor ressalta que o diálogo é agonístico, vivo e dramático.

Para Gadamer (1999) o diálogo autêntico aponta para o entendimento sobre um tema, onde os conteúdos objetivos do diálogo são apenas um meio para conhecer o horizonte do outro. No diálogo o outro se torna compreensível em suas opiniões, a partir do momento em que se torna reconhecida sua posição e horizonte, sem que, no entanto, isso implique no fato de que chegamos a nos entender com ele. Para a plena conversação é necessário a estrutura de pergunta e resposta, pois como expõe Pérez-Estévez (2013), o diálogo prescinde reciprocidade no falar e

⁴³ “Essa marca augural da etnologia transparece, de certo modo, em alguns usos correntes modernos – não necessariamente científicos - da noção de identidade: fala-se de “identidade negra”, “identidade feminina”, “identidade Homossexual”, mas muito mais raramente de uma “identidade branca, ocidental, heterossexual e masculina” - é como se o dispositivo da identidade servisse para os dominadores reconhecerem e classificarem os dominados (PERLONGHER, 1993, p. 90).”

escutar, sendo que o segundo momento é o mais difícil de constituir-se, implicando atitude de humildade que subordina à palavra do outro, a solicitude da escuta que se entrega às palavras de outrem.

Gadamer (2007) aponta que é a expressividade do outro contra mim que desvela minha plena possibilidade de compreensão, o caráter limitador em relação ao outro deve ser superado no próprio âmbito das possibilidades do processo dialógico, uma necessidade do “eu” experimentar repetidamente seu caráter limitado a partir da réplica do outro. O autor ressalta que o diálogo visa uma relação que não se expresse em dominação e resistência, onde o outro não se reduza a contrainstância, uma restrição contra a qual as pessoas têm de se impor ou, como sempre, dominar.

A leitura e o diálogo são duas noções chave na perspectiva de Gadamer, onde o Texto é o todo produzido pelo homem ou objeto cultural, desde que haja possibilidade de descobrir um sentido. Uma leitura autêntica só se realiza a partir do diálogo, além uma relação intersubjetiva, é uma maneira de captar uma realidade exterior, coisa, sobre a qual as vozes devem pôr-se de acordo, pondo em contato diversos horizontes, a partir do que cada sujeito enfoca a coisa. Ao confrontarem-se tais horizontes em debate, vai criando-se um novo horizonte comum, resultante dos horizontes múltiplos. A partir desse novo horizonte se dá o desvelamento da verdade da coisa em torno dos dialogantes. A verdade da coisa é a própria razão ou essência do diálogo (PÉREZ-ESTÉVEZ, 2013).

Corroboramos com Gadamer (1999, 2007) acerca da necessidade do eu experimentar sua limitação na resposta do outro, da “lógica da pergunta” enquanto uma abertura para o diálogo e da estrutura da fala e escuta enquanto fundamento da reciprocidade dos interlocutores, elementos fundamentais para se pensar a plenitude da alteridade. Porém, entendemos a proposição de Pérez-Estévez (2013) de que o diálogo em Gadamer não supera o monólogo presente na tradição ocidental, sobretudo na proposição da “fusão de horizontes”, que indica uma aglutinação da alteridade, sobretudo quando pensamos no sujeito encarnado em uma conversação, não somente o vislumbre em um Texto.

Como propõe Levinas (1994) na plenitude dialógica se estabelece uma relação extraordinária e imediata que transcende a distância, porém sem suprimi-la, sendo uma maneira distinta do conhecer, um aproximar do próximo. Pois é precisamente pela distinção absoluta entre um eu e o tu, que se estabelece um

verdadeiro diálogo, onde os interlocutores se mantêm separados pelo segredo inexpressável da intimidade, onde cada ser é único. Assim, a potência do diálogo não é a síntese, onde um si mesmo se iguale com o outro, mas no “mais além de si”, no excedente da proximidade, mais rica que a coincidência de si, fruto da diferença que nos separa. O encontro, ou a socialidade não seria a mesma coisa que a experiência, pois permanece uma distância, uma alteridade absoluta de transcendência. Já o diálogo expressaria a própria transcendência, onde o dizer seria seu modo originário, é o “diá⁴⁴” do “diálogo”, o “através”.

Ao relacionarmos a perspectiva de Gadamer (1999, 2007) com Levinas (1988, 1994), encontramos posições mais equilibradas, que não irrompa nem na compreensão “total” enquanto aglutinação, mas também não caia em uma imobilidade, onde todo ato de compreender se expresse em um devorar (e ser devorado)⁴⁵. De maneira a indicar a doação e troca, dádiva entre o si mesmo e o outro. Concordamos com os autores de que o Outro e seu limite não se expressa somente como negatividade, havendo sempre uma tensão inerente à espontaneidade da face, antes do estabelecimento de uma relação recíproca há sempre a possibilidade de um acordo ou de um desacordo, ou seja, antes do conflito ou da amizade, há uma tensão inerente oriunda da imprevisibilidade que o outro me expõe.

Como expõe Merleau-Ponty (1974) o encontro com outrem ocorre inicialmente, de maneira “fácil”, mediado pela familiaridade de comportamentos, da língua e gestos comuns. Porém, outrem se revela verdadeiramente outro, na surpresa, na desorientação, onde se desvela a diferença. Onde se proporcione uma transformação em mim e no outro, onde a divergência torne-se sentido. Um processo que o autor compara ao confrontar-se com uma leitura, se o livro lhe ensina verdadeiramente algo, é preciso desorientação e a criação de um novo

⁴⁴ “Diálogo vem do grego *dialogos*. *Dia* é uma preposição que significa ‘por meio de’, ‘entre’, ‘através’, ‘por’ e ‘de’. É afim de *dyo* e *di*, ‘dois’. Como prefixo, *dia* sugere ‘passar através’, como em diatermia, ‘totalmente’ ou ‘completamente’, como em diagnóstico, ‘afastamento’, como em diálise e ‘de momentos opostos’, como em diamagnetismo. *Logos* vem de *legein*, ‘falar’. Também pode significar o pensamento tanto quanto a fala (...). Etimologicamente, portanto, um diálogo é um falar através, entre e por meio de duas pessoas. É uma passagem e um afastamento. Um diálogo tem tanto uma dimensão de transformação quanto de oposição, agonística. É uma relação altamente tensa (CRAPANZANO, 1989, p. 66).”

⁴⁵ Para Levinas a relação com o outro não é epistemológica, mas ética, e toda tentativa de acomodar ou explicar o outro dentro dos limites de minha experiência já constitui um rompimento dessa relação ética fundamental. O outro é precisamente aquele que não pode ser o objeto de minha experiência no sentido de ser completamente manifesto nela, e, assim, não pode ser interpretado de modo algum como um fenômeno. Sendo a fenomenologia da outridade um impasse (CERBONE, 2012).

significado, o qual se dará, evidentemente a partir de minhas próprias experiências. O autor ressalta que a fala é acompanhada da escuta, pois a palavra não esta nem no falante e nem no ouvinte, com ela o sentido é passível de comunicação, onde outro vislumbra minha singularidade e vice-versa. No movimento da palavra somos abarcados por uma significação que ainda não possuímos, em um movimento incessante de significação, onde somos circundados pela universalidade do sentir.

As microterritorialidades evidenciam alteridades na cidade, modalidades de sociação articuladas em torno a valores, subjetividades e afetos. Comunidades constituídas em torno de teias de relações que se expressam em ruas, praças e esquinas da cidade, micropoderes em tensão com o poder macro do Estado (FORTUNA, 2012). Uma espacialidade inerente às interações e a conformação de contextos próprios aos diferentes grupos e suas formas de sociabilidade, em especial no que tange o contato entre as diferenças (TURRA NETO, 2013), que como aponta Gilberto Velho (1986), se manifestam de diversas formas, em um complexo jogo de negociação da realidade, não se resumindo ao conflito, ou a fronteiras intransponíveis.

Destacamos que falar em microterritorialidades, não significa uma espacialidade incomunicável, ou de limites intransponíveis. Podemos pensar tais fronteiras como as províncias finitas de significado que nos alude Schutz (1979d), não se resumindo a estrutura de objetos em determinada realidade, mas fazendo referência a própria experiência. Porém, é importante dizer que o território em ato, sua travessia, não se exerce por simples transições de consciência, mas envolve o sujeito encarnado, tangível. Há sempre uma implicação no aproximar, um esforço para adentrá-lo, o qual pode expressar-se pela violência, ou pelo diálogo. Por diplomacias que não intentem o aniquilamento do limite, ou a dominação de seu “conteúdo”, mas ao menos “pontos de contato”, que possivelmente não alcançam a “convergências de horizontes”, pois o mesmo sempre transcende.

Assim, de maneira operacional, tentaremos captar a espacialidade dos sujeitos da presente pesquisa a partir da distinção de três grupos de imagens fazendo referência ao: 1) espaço concreto⁴⁶ ou ambiente físico⁴⁷: descrição das características dos locais ocupados, das atividades diárias e trajetos; 2) território (territorialidade): descrição do grupo e seu *ethos*, evidenciando a *diferença*

⁴⁶ O que Souza (1995, 2013) denomina de substrato material, o ambiente construído.

⁴⁷ O ambiente físico no qual se desenrolam os compartilhamentos sócio-culturais (SCHUTZ, 1979a).

propriamente antropológica, as sociabilidades e tipificações (a intersubjetividade), assim como as normas e tensões, tanto externas (sociedade geral), como internas ao grupo; 3) e por fim, o lugar (lugaridade): captar as concepções particulares, as falas de pessoas que integram o grupo, ou seja, a subjetividade.

Quanto ao último tipo, as imagens do lugar, há uma necessidade de um empenho dialógico, ou seja, mais que interações fugazes, é preciso o estabelecimento de uma relação do “Nós” (SCHUTZ, 1979c), entre o pesquisador e o sujeito. Além disso, e mais precisamente um engajamento de hospitalidade da subjetividade do Outro, atentando para a relação ética, que nos alude Levinas (1988; 1994). Neste ponto, acrescentaríamos que temos de ter ciência dos limites do “território” que é o lugar do Outro, de seu reinado de autenticidade, visto que necessitamos de sua “permissão” para adentrar e de responsabilidade no acolher de sua hospitalidade, respeitando seu lar, o qual será sempre seu e do qual nunca teremos o mesmo conhecimento, de seus cantos, profundidades e quartos escuros. É respeitando o lar do outro, sua transcendência, que denominamos de território a espacialidade de outrem. Se Holzer (2013) fala que temos que partir do lugar para chegar ao território, acrescentamos que em um processo dialógico temos que antes atravessar o território para se chegar ao lugar.

3 USO DE CRACK E/OU SIMILARES NA METRÓPOLE: DO “DESVIO” À DIFERENÇA NO ESPAÇO PÚBLICO

No presente capítulo pretendemos abordar alguns elementos que compõe a construção social do “usuário de crack e/ou similares”, visando uma apresentação da facticidade inerente a compreensão ôntica da pessoa que faz uso dessa droga, apontando também para uma abertura empática preliminar com os sujeitos da pesquisa, um movimento que se faz necessário, pois para além da impossibilidade de uma “redução fenomenológica total”, há um “peso” moral e hegemônico que não só encobre a alteridade desse outro, mas o relega ao desvio, à patologia, ou seja, o que Roazzi⁴⁸ (1987) denomina de elementos “estruturais” do fenômeno das toxicomanias.

No primeiro tópico ressaltamos a metrópole como personagem e palco do contexto de difusão o uso de drogas dessacralizado (PERLONGHER, 1992), inicialmente lícito, com a constituição de novas práticas e rituais em torno das substâncias psicotrópicas, formas subculturais rotuladas como “desviantes”, patologias a serem sanadas na cidade. Em seguida apresentamos proposições socioantropológicas que permitam romper com o binômio “normal” e “anormal”, visando aproximações com a diferença social, evidenciando as pessoas que fazem uso de drogas de maneira não estigmatizada, mas enquanto uma alteridade. No segundo tópico, apresentamos como estes elementos discutidos ao longo do texto reverberam na vida das pessoas que fazem uso de crack e/ou similares, que compõe as “cracolândias” em metrópoles brasileiras, marcadas por uma visibilidade pública estigmatizada que muitas vezes sobrepõe a sua própria situação de vulnerabilidade e desfiliação social, que não se reduzem a dependência química. Por fim, realizamos um último movimento de “sobrevoo”, ao tratarmos desse contexto no CHB.

⁴⁸ Roazzi (1987) em seu texto “Considerações sobre o significado ideológico das toxicomanias”, tece considerações críticas as abordagens teórico-clínica das toxicomanias de viés psicanalítica e fenomenológica, que desconsideram determinados aspectos fundamentais para a compreensão do fenômeno “toxicomanias”, que extrapolam o nível do sujeito e institucional, ou seja, os elementos históricos e conjunturais que envolvem a problemática das drogas, assim como seu significado ideológico. O autor ressalta que tanto a psicanálise, como a fenomenologia apresentam diversas abordagens, sendo sua crítica mais específica ao trabalho de Victor E. S. Bento, que se designava dessa forma no livro “Os componentes psicopatológicos das toxicomanias”.

3.1 A metrópole e a subcultura das drogas: do “desvio” à diferença social

Uma “personagem” que figura subtendida na história contemporânea das drogas é a metrópole, pois ainda que o uso sistemático de substâncias psicotrópicas seja datado desde a antiguidade no ocidente, é somente no século XVIII que a droga adquire três dimensões mais expressivas: 1) mercadoria – passando a ser objeto de relações jurídico-econômicas e fiscais; 2) lúdica e terapêutica – como meio de desinibição e fomento de convívio social, ou como tratamento médico; 3) objeto e causa de criminalidade – que viria a se tornar a mais significativa no debate internacional a partir da segunda metade do século XX (POIARES, 1999).

É na metrópole, espaço síntese da modernidade e do projeto de racionalização do mundo (HAESBAERT, 2013), que se configuram e difundem as novas formas e padrões de uso de drogas, atrelados a um aparato técnico científico (ROSA, 2014) e de maneira dessacralizada (PERLONGHER, 1992). Com o proibicionismo ao longo do século XX, a grande cidade passa a ser também o núcleo de desenvolvimento de sofisticadas organizações e redes do narcotráfico (SOUZA, 2005), ao ponto do fenômeno da droga figurar como uma problemática urbana, muitas vezes sendo relacionada ou sobreposta a outras manifestações de “patologia social”, como sub-habitação, delinquência, marginalismo, etc. (VELHO, 1973).

Segundo Dardel (2005) o século XX é marcado por uma urbanização crescente de homens, onde grandes populações nascem e se movem na grande cidade, quase que “desenraizados”, já que não possuem ligações duráveis com a terra ou com um horizonte natural. As metrópoles são cidades que constantemente estão se ampliando e desenvolvendo, evidenciando uma inquietude de construir e de abrir caminhos. Imensas aglomerações, imensidões quase que monstruosas, vislumbram uma impressão de vertigem ao homem, de desmesura.

Em uma primeira apreensão, o espaço urbano de uma metrópole capitalista se evidencia como um complexo conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, uma organização espacial que é fragmentada e articulada simultaneamente, a partir de relações de fluxos de pessoas e mercadorias (CORRÊA, 1995). Além disso, é um local onde as pessoas interagem e se organizam com base nos mais diversos interesses e valores, formando grupos de afinidade e de interesse (SOUZA, 2003).

Acerca do modo de vida metropolitano, Georg Simmel (1973) em seu texto de 1902 “A metrópole e a vida mental”, argumenta que o habitante desta realidade é marcado por alternância brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores. Visando preservar sua vida subjetiva, o homem metropolitano passa a evidenciar uma orientação fundada predominantemente na intelectualidade, pois reagir com a cabeça, ao invés de com o coração, seria uma forma de preservação mais eficiente ao intenso processo de estímulos. Assim, a mente moderna torna-se impessoal, mais calculista, vinculada à economia do dinheiro, marcada por relações de anonimidade, elementos que compõem a atitude *blasé* do típico habitante da grande cidade.

Em um trabalho publicado em 1915⁴⁹ e com fortes inspirações em ideias de Simmel, Robert Park (1973) expõe que a cidade não se resume a um mero mecanismo físico e artificial, sendo um “estado de espírito” que envolve processos fundamentais das pessoas que a habitam, sendo um produto da natureza humana. Nesse sentido a cidade estaria enraizada em um corpo de costumes e tradições, de sentimentos e atitudes, evidenciando uma organização moral, assim como uma organização física, havendo uma interação mútua nos processos de moldação e modificação.

Simmel (1973) enxerga a metrópole moderna com uma forte orientação para a produção e o mercado, evidenciando relações de compra e venda entre desconhecidos. Em Lefebvre (2001) a cidade capitalista é marcada por uma tensão entre duas formas de valor, a de uso e a de troca. Sendo que o valor de uso está vinculado a uma forma poética de habitar o espaço urbano, com suas expressões espontâneas e lúdicas, que compõe a própria cidade enquanto obra. Já o valor de troca evidencia a lógica da acumulação e os valores individualistas que corroem os sentidos de comunidade e de público. A história contemporânea evidencia o avanço cada vez maior do valor de troca sobre o valor de uso na cidade, constituindo novas formas de mercantilização, com o próprio espaço urbano vindo a ser uma mercadoria.

⁴⁹ Ensaio de abertura de Park, publicado pela primeira vez em 1915 no *American Journal of Sociology* (GELDER, 2007). Segundo Velho (1973) o trabalho Georg Simmel teria como um dos primeiros propagadores nos EUA, Robert Park, o maior expoente da “primeira geração” da Escola de Chicago. Park fundamentaria sua perspectiva a partir do pragmatismo americano, em conjunto com as ideias do sociólogo alemão. Evidentemente, ao contrário de Simmel, que tem como base vivencial a metrópole de Berlim, Park teria como laboratório para seus trabalhos as cidades americanas, em especial a cidade de Chicago.

É no sentido da cidade enquanto espaço da mercantilização, que Park (1973) aponta a origem do “vício comercializado” e dos estabelecimentos que ofereciam esse “produto”, onde se explora os instintos e apetites fundamentais da natureza humana. Da mesma forma, é neste espaço também que se iniciam os esforços contra essa prática, fazendo menção aos debates em torno da proibição do álcool nos EUA do início do século XX. Poderíamos acrescentar também as drogarias, que mesmo no âmbito lícito e não tentando explorar os “instintos” e “apetites” da natureza humana (muitas vezes tentando combatê-los), certamente mercantilizam estados alterados de consciência, que até o início do século XX contavam com uma venda sem muitas restrições⁵⁰ de fármacos provenientes da papoula e cocaína (ROSA, 2014).

Park (1973) ressalta que nas metrópoles, os indivíduos e grupos de indivíduos, com distintas práticas e costumes, vivem “juntos” sob condições de interdependência, com formas de associação mais casual e fortuita. Ao mesmo tempo, há também o estabelecimento de distâncias morais, com a constituição de pequenos mosaicos na cidade que se relacionam, mas não necessariamente se interpenetram. O cidadão experimenta nesse sentido, várias passagens rápidas e simples entre diferentes meios morais, o que pode provocar fascínio, mas também o perigo de viver ao mesmo tempo em mundos diferentes, contíguos e sedimentados. Nesse sentido, diferente de comunidades menores e tradicionais, há um abalamento da “ordem moral” (diríamos de uma “hegemonia”) na cidade, das formas de controle social e de vizinhança.

A cidade contemporânea é marcada por sua magnitude e importância no mundo capitalista globalizado, o que se evidencia nas suas formas, grandes arranha-céus, no espraiamento do tecido urbano e na intensidade de fluxos, de pessoas, informações e principalmente o dinheiro (OLIVEIRA, 2011). Haesbaert (2013, p. 93) acrescenta acerca da metrópole contemporânea:

[...] Além da grande diferenciação no tecido urbano, que cria espaços singulares, e da distribuição desigual dos equipamentos e serviços, e para além desta configuração física, há uma complexa rede de relações entre grupos que traçam laços de identidade com o espaço que ocupam, criam formas de apropriação e lutam pela ocupação e garantia de seus territórios.

⁵⁰ Segundo Silva (2013) as formas de controle e de combate ao tráfico dessas substâncias, só passaria a vigorar de maneira mais rígida a partir de 1936 com a “Convenção Internacional sobre a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas Nocivas”. Essa convenção internacional (primeira que o Brasil aderiu) visou à supressão do tráfico ilícito de drogas perigosas, estabelecendo punições severas para os comerciantes ilegais e mecanismos de colaboração entre Estados nesse processo.

Na sociedade moderno-contemporânea se explicita um fenômeno de multidimensionalidade do mundo real, em diferentes níveis e províncias de significados (nos termos de Alfred Schutz), que indicam processos de construção de identidades com pertencimento a vários grupos, redes e círculos sociais (VELHO, 2003). Para Fortuna (2012), essa complexidade distintiva nas metrópoles, faz com que não só não seja um espaço de intimidade, mas explicita um espaço de profunda fragmentação social, espacial e cultural. Até do ponto de vista sensorial, ao exceder a capacidade de percepção humana. Um contexto marcado por diferenças, modos de vida que se expressam enquanto (micro)territorialidades no espaço público, fragmentos na metrópole.

As formas de alteridade presentes na cidade, também expressam relações de ansiedade e medo entre os diferentes grupos. O geógrafo Yu-fu Tuan (2005), ao abordar o medo na cidade e suas paisagens, aponta a imagem popular da cidade como uma “selva” que pode referir tanto ao ambiente físico, o emaranhado de ruas, mas também à população perigosa e desorganizada ao longo delas. Segundo o autor:

De uma perspectiva aristotélica e sociológica, a cidade não são “paus e pedras”, mas uma complexa sociedade de pessoas heterogêneas vivendo perto umas das outras. Idealmente, pessoas diferentes procedências habitam em harmonia e usam seus diferentes dons para criar um mundo comum. Todas as vezes que isso acontece, a cidade é, durante esse tempo, uma soberba realização humana. Porém, a heterogeneidade é também uma condição que incentiva o conflito. Durante sua história a cidade tem sido oprimida pela violência e pela ameaça constante do caos [...] (p. 251).

O autor cita alguns exemplos desta ameaça a “ordem” na cidade, como: conflitos entre os cidadãos poderosos e os pobres, o perigo e ansiedade em relação aos estrangeiros, aversão e medo dos pobres; elementos muitas vezes entendidos enquanto fonte potencial de corrupção moral e de doença (TUAN, 2005). Nesse sentido, poderíamos dizer que as “cracolândias”, sobretudo na imagem midiática, expressam uma versão contemporânea da paisagem do medo no Brasil. Evidenciando o medo de um perigo “físico e real”, da violência, da agressão, do furto e do roubo. Mas também da corrupção moral, da decadência de um espírito da ordem no urbano, ou como diria Valverde (2015) acerca da Cracolândia em São Paulo, medo da heterotopia que evoca a representação de um espaço imoral e marginal.

Visando a relação entre o medo e a cidade, Souza (2008) corrobora com Tuan (2005), que a preocupação com a segurança pública tenha acompanhado o histórico do fenômeno urbano. Porém ressalta que no século XXI, com a centralidade do urbano, o medo se apresenta como fator condicionante e estruturante de relações sociais, assim como da organização espacial. O medo e a cidade se entrelaçam, formando uma combinação que o autor denomina de “fobópole”, qualificando com essa nomenclatura as:

[...] cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil [...] (SOUZA, 2008, p. 9).

No caso das metrópoles brasileiras, esse fenômeno da fobópole estaria diretamente atrelado ao tráfico de drogas, sua relação com o aumento da violência, o medo da “bala perdida”, com o conflito entre a polícia e traficantes, entre facções pelo controle de enclaves territoriais em favelas. Havendo como reverberação alterações nas formas de sociabilidade e convivência, que implicam em uma anemia do espaço público. Além disso, o autor aponta processos de auto-segregação da elite e classes médias, e uma centralização das políticas do Estado em torno da segurança pública, o que o autor denomina de “militarização da questão urbana” (SOUZA, 2008).

3.1.1 Práticas “subterrâneas” na cidade e a região moral

Acerca dos estados alterados de consciência e sua relação com a metrópole, é interessante atentar para a observação de Adorno (2017) de que a própria metrópole provoca alterações nos estados de consciência. O autor se inspira no entendimento de Simmel (1973) do homem enquanto um ser que se situa a partir do estabelecimento de discriminações, e na realidade metropolitana tem seu estado de consciência diferente devido à multiplicidade de estímulos e informações oferecidas ao conjunto sensorial. Nesse sentido, Adorno (2017, p. 64) destaca que:

[...] [a] rua, ela, como espaço urbano, é também um espaço da diferença, da diversidade, do desfile, dos imponderáveis, da rua como um território de fuga e, ao mesmo tempo, de exposição. A rua é também um território de alteração de consciência, ideia que remete primeiramente a Georg Simmel [...].

Pensar a cultura de uso de drogas no espaço urbano, em especial nos parâmetros proibicionistas, é pensar na diferença, no “desfile dos imponderáveis” nas palavras de Adorno (2017). A ampliação dos mercados clandestinos e o uso recreativo de substâncias psicoativas tipificadas como ilegais, levaram a constituição de rituais e práticas dissidentes, “subterrâneas”, com convenções e valores próprios, ou seja, uma subcultura (GELDER, 2007), marcada por tensões entre o controle social, uma perspectiva de normatização e as rotuladas como desviantes (BECKER, 2008).

As subculturas se evidenciam de uma forma ou de outra há muito tempo nas cidades, expressando grupos com práticas dissidentes, “desviantes”, sempre atreladas a um imaginário, narrativas acerca das mesmas⁵¹. De maneira geral, as subculturas são avaliadas negativamente em termos de sua relação com o labor (*labour*) ou o trabalho (*work*), sendo “improdutivas”, ou “de lazer”, às vezes com o estabelecimento de “carreiras” subculturais, formas não sancionadas ou criminosas. Nesse sentido, apresentando um aspecto ambíguo em relação ao entendimento de classes sociais (GELDER, 2007).

Segundo Gelder (2007), as subculturas se caracterizam também pelo estabelecimento de reuniões fora da esfera doméstica e da família, em espaços que não são necessariamente propriedades (no sentido jurídico). Nas palavras do autor os grupos subculturais: “[...] territorializam seus lugares em vez de possuí-los, e é dessa maneira que seus modos de pertencer e suas reivindicações no local encontram expressão” (p. 3, tradução nossa)⁵². Isto evidenciaria uma “geografia subcultural”, com maneiras particulares de habitar lugares, onde se estabelecem laços de identidade e coesão, com um investimento de dimensões imaginárias e reais, as vezes utópico.

⁵¹ Para Gelder (2007) as subculturas já se evidenciam no “submundo elizabetano” da Londres do século XVI, com figuras como o desonesto (*rogue*) e o vagabundo (*vagabond*), que o autor identifica como protótipos subculturais (que serviriam de base para a visão posterior de Marx das subculturas do lumpemproletariado). O autor entende este momento como um marco histórico das subculturas, pois para além de práticas rotuladas como dissidentes, estão relacionadas a narrativas e imaginários. No contexto “elizabetano” houve a popularização de um gênero de escrita de panfletos identificados como “literatura desonesta”, que relatavam as atividades criminosas dentro e fora da cidade. Evidente que o crime não era uma novidade, no entanto a proliferação de narrativas imaginativas sobre essa prática, sim.

⁵² “(...) *territorialise their places rather than own them, and it is in this way that their modes of belonging and their claims on place find expression* (GELDER, 2007, p. 3).”

A subcultura de uso de drogas ilícitas se manifesta em um complexo jogo entre visibilidade e ocultamento na paisagem urbana. Como já dissemos o crime, a prostituição e outros comportamentos rotulados como desviantes, já existiam antes das metrópoles, no entanto passaram a ser mais “visíveis” com a urbanização, com a concentração desses fenômenos e permitindo uma “visibilidade” maior de determinadas práticas que se faziam “subterrâneas”. Atrelado a essa aglomeração, se tem o “anonimato” das ruas, onde diferente de comunidades menores, o controle sistemático da vida individual pela coletividade é menor, o que facilitaria o engajamento em atividades consideradas imorais e ilegais (MINSKOLCI, 2005).

Park (1973) utilizaria o termo “região moral” para retratar as práticas subculturais na paisagem urbana, ou nas palavras do autor os “meios” e “ambientes” morais. A região moral retratava os agrupamentos de indivíduos com semelhantes interesses, práticas, gostos e temperamentos. Encontros que ocorrem com certa regularidade temporal e espacial. Tais lugares não seriam necessariamente um domicílio, podendo ser um ponto de encontro e reunião. Segundo o autor:

Não é preciso entender-se pela expressão “região moral” um lugar ou uma sociedade que é necessariamente ou criminosa ou anormal. Antes, ela foi proposta para se aplicar a regiões onde prevaleça um código moral divergente, por ser uma região em que as pessoas que a habitam são dominadas, de uma maneira que as pessoas normalmente não o são, por um gosto, por uma paixão, ou por algum interesse que tem suas raízes diretamente na natureza original do indivíduo. Pode ser uma arte, como a música, ou um esporte, como a corrida de cavalos. Tal região diferiria de outros grupos sociais pelo fato de seus interesses serem mais imediatos e mais fundamentais. Por essa razão, suas diferenças tendem a ser devidas mais a um isolamento intelectual (PARK, 1973, p. 66-67).

Para a discussão aqui feita, focaremos na faceta de “zonas do vício”, a região moral em megalópoles que orbita em torno de perambulações em busca de diversões, prazeres e outros vícios próximos à ilegalidade (PERLONGHER, 1989). No intuito de compreender as forças que engendram esses ambientes na cidade, Park (1973, p. 65) busca inspiração na teoria “dos impulsos latentes”:

A verdade parece ser que os homens são trazidos ao mundo com todas as paixões, instintos e apetites, incontrolados e indisciplinados. A civilização, no interesse do bem-estar comum, requer algumas vezes a repressão, e sempre o controle, dessas disposições naturais. No processo de impor sua disciplina ao indivíduo, de refazer o indivíduo de acordo com o modelo comunitário aceito, grande parte é completamente reprimida, e uma parte maior encontra uma expressão substituta nas formas socialmente valorizadas ou pelo menos inócuas. É nesse ponto que funcionam o esporte, a diversão e a arte. Permitem ao indivíduo se purgar desses impulsos selvagens e reprimidos por meio de expressão simbólica. É esta a

catarse de que Aristóteles escreve em sua *Poética*, e à qual têm sido dadas significações novas e mais positivas pelas investigações de Sigmund Freud e dos psicanalistas.

Dessa forma as “regiões morais” se originam, em parte, devido às próprias restrições impostas na vida urbana. A terminologia empregada por Park (1973) é um tanto quanto ambígua, apresentando elementos “compreensivos” de tais práticas, ao dizer: “Devemos [...] aceitar essas “regiões morais” e a gente mais ou menos excepcional e excêntrica que as habita, num sentido, ao menos, como parte da vida natural, se não normal, de uma cidade (p. 66)”. Por outro lado, expressa também um certo viés acusatório e distanciado dos sujeitos que habitam as áreas do “vício”. Nas palavras do autor:

[...] segregação do pobre, do viciado, do criminoso e das pessoas excepcionais em geral é o fato, uma dimensão tão característica da vida citadina, de que o contágio social tende a estimular em tipos divergentes as diferenças temperamentais comuns, e a suprimir os caracteres que os unem aos tipos normais à sua volta. A associação com outros de sua laia proporciona não apenas um estímulo, mas também um suporte moral para os traços que têm em comum, suporte que não encontrariam em uma sociedade menos selecionada. Na cidade grande, o pobre, o viciado e o delinqüente, comprimidos um contra o outro numa intimidade mútua doentia e contagiosa, vão-se cruzando exclusivamente entre si, corpo e alma, de um modo que muitas vezes me faz pensar que aquelas extensas genealogias dos Jukes e das tribos de Ismael não teriam demonstrado uma uniformidade de vício, crime e pobreza tão persistente e tão angustiante a menos que estivessem adequadas da maneira peculiar ao meio em que foram condenadas a existir (PARK, 1973, p. 66).

Segundo Perlongher (1987) a noção de “região moral” estaria relacionada a uma concepção que reparte a cidade em círculos concêntricos, havendo uma faixa residencial, uma industrial e o centro. O último serviria como ponto de concentração administrativa e comercial, assim como lugar de reunião das populações vagantes que “expressam” naquele local os impulsos reprimidos pela civilização. O autor ressalta, ao abordar a contribuição de Robert Park, uma necessidade de superação de uma visão por vezes organicista da cidade, assim como um ranço moralista presente nos clássicos da Escola de Chicago.

Para Gelder (2007) os estudos da Escola de Chicago da primeira metade do século XX, já apresentavam um entendimento do “desvio”, das subculturas como “mundos” sociais, onde a não conformidade só se compreende em termos sociais. Ainda que enxerguemos alguns desses elementos, entendemos que a discussão acerca de um olhar da diferença, para além da perspectiva do desvio em restrições

dualísticas, só seria desenvolvida a partir de trabalhos posteriores⁵³, em especial dois trabalhos publicados em 1963, “*Outsiders: estudos de sociologia do desvio*” de Howard Becker (2008) e “*Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade*” de Erving Goffman (1980). Tais pesquisas desenvolvem perspectivas originais e apresentam importantes instrumentos estratégicos para abarcar a acusação de desvio, ou divergência (VELHO, 2002).

Ao pensarmos os usuários de crack e/ou similares, suas práticas e permanências no espaço público, que causam “desconforto” nos “outros”, por serem consideradas destoantes da normalidade, é importante ressaltar que estes não estão presentes, não se expressam apenas como alteridades, mas são tipificados como patológicos e desviantes. Nesse sentido, entendemos que, ao se abordar as territorialidades de tais indivíduos, temos que perpassar pelo debate entre as concepções de desvio e diferença, pois são categorias fortemente articuladas às formas de poder e seus diferenciais no cotidiano dos usuários de crack.

3.1.2 A construção do “desvio” e o encobrimento da alteridade: controle social e diferenciais de poder

Segundo Miskolci (2005) as fundamentações acerca do desvio ganham destaque em fins do século XIX, onde autoridades e intelectuais apresentavam um quadro similar e temerário acerca dos dados sobre criminalidade, prostituição, suicídios; problemas sociais que ganhavam novos contornos nas metrópoles européias e americanas como: Londres, Paris, Nova York, Chicago, Rio de Janeiro, São Paulo, etc. Esta perspectiva parte de uma visão biológica da sociedade, que fundamentou projetos de higienização social.

A “problemática dos desviantes” remete tradicionalmente a uma perspectiva de patologia, onde o indivíduo desviante emerge de uma dualidade médica, que distingue a pessoa “sã” da “não-sã”, o “normal” do “anormal”. Dessa forma alguns indivíduos apresentariam características e comportamentos “patológicos”, que expressam sintomas e desequilíbrios, os quais poderiam ser diagnosticados e tratados. Um entendimento que reverbera no senso comum e muitas vezes enfatizado por órgãos de comunicação de massa. No entanto, esta noção é

⁵³ O que alguns autores denominam de “segunda geração da Escola de Chicago” (MISKOLCI, 2005).

carregada de conotações problemáticas, pois a própria ideia de “desvio”, implica de certa forma a existência de um comportamento “médio” ou “ideal”, uma forma harmônica do “funcionamento social” (VELHO, 2013). Segundo Miskolci (2005, p. 10) para essa perspectiva

[...] A solução de questões sociais e históricas era vista como uma espécie de profilaxia que responderia à questão: por que tantos indivíduos caíam no crime, no álcool, prostituíam-se ou desenvolviam outras formas de comportamento consideradas doentias, mas cujo tratamento ainda não fora descoberto? A resposta mais comum era a de que esses indivíduos problemáticos não eram como a maioria. A solução dos problemas passava pela classificação de cada forma de anormalidade, ou seja, o enquadramento de cada um em seu desvio.

Para evidenciar a construção dessa perspectiva do “desvio”, as formulações em torno das tecnologias de poder, de Michel Foucault (2005) nos oferecem alguns apontamentos preliminares (estruturais). Para o autor podemos identificar tecnologias de poder que buscam domesticar os corpos e regular populações nas sociedades capitalistas. A primeira seria a tecnologia disciplinar do trabalho, técnicas que buscam implicações sobre os corpos, aumentando a força útil, com exercício e treinamento. Em conjunto com o poder disciplinar, temos a atuação do biopoder, que não se dirige apenas aos corpos, mas também a vida dos homens. Estas tecnologias de poder agem em escalas diferentes: a tecnologia disciplinar se evidencia nas fábricas, quartéis, escolas prisões, visando o controle e vigilância dos corpos; já a biopolítica atravessa estes núcleos abarcando populações, estando entre o corpo (indivíduo) e a sociedade.

Segundo Foucault (2005) entre as formas de poder disciplinar e regulamentador (biopolítico), circula a norma que se aplica a um corpo, no intuito de se disciplinar, ou a uma população que se busca regulamentar. A cidade é um dos principais campos de atuação dessas tecnologias de poder. Em especial o biopoder, ante a insuficiência do poder disciplinar em relação à magnitude das metrópoles. O biopoder lida com o que está no “meio”, entre indivíduo-corpo e a sociedade, assim como seu ambiente de existência, o habitat, o espaço geográfico das populações são importantes.

Estas tecnologias de poder (FOUCAULT, 2005) se evidenciam no espaço público enquanto sanções aos corpos, vigilância e controle sobre as práticas dos indivíduos (corpo) e/ou populações desviantes da norma. Porém, em consonância com Dreher (2011), entendemos que em uma perspectiva fenomenológica, esta

visão acerca do desvio se faz insuficiente, havendo necessidade de formulações que permitam abarcar as percepções dos “desviantes” em situação. Nesse sentido, visamos à teoria da rotulagem de Howard Becker (2008), sua pesquisa com indivíduos “desviantes” e o trabalho de Goffman (1980) acerca do estigma, a construção de identidades deterioradas, como possibilidade de captar a intersubjetividade construída em torno das práticas “desviantes”, a maneira como é interpretada pelos sujeitos.

Becker (2008) ressalta que o desvio é uma criação social, são os grupos sociais que criam desvio ao estabelecer regras, que se infringidas constitui-se um desvio, ou seja, ao rotularem os indivíduos que quebram determinada regra como *outsiders* (estranhos, ou “externos” a determinada normatividade). Nessa perspectiva, o desvio não é uma qualidade do ato cometido, mas é resultado da aplicação de regras e sanções a um “infrator”. Alguns podem ser rotulados de desviantes, sem ter infringido uma regra, assim como muitos podem escapar a detecção. Nesse sentido, a categoria carece de homogeneidade e deixa de incluir todos os casos, não sendo sensato esperar encontrar fatores comuns de personalidade ou situação de vida que expliquem o suposto desvio. Como ressalta o autor:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um *outsider*. (BECKER, 2008, p. 15)

Nesse sentido, o autor expõe que a pessoa rotulada como desviante, pode apresentar um entendimento diferente, não aceitando a regra pela qual está sendo julgada, considerando-a como “injusta”, enxergando os que a julgam como não competentes ou legitimamente autorizados a tal atitude, os que infringem a regra podem enxergar os juízes enquanto *outsiders*. O entendimento de que um ato é ou não desviante dependerá de como os outros reagem a tal prática (BECKER, 2008).

Becker (2008) ressalta que as regras podem ser formais, com uma imposição institucionalizada, com o poder de polícia do Estado. Porém, em outros casos, podem partir de acordos informais, impostas por sanções informais de vários tipos. Nesta pesquisa, importa-nos em especial, como estas sanções institucionalizadas,

no caso em relação ao uso de crack como prática ilegal, é interpretada no cotidiano e como se reconfigura em acordos informais de convivência, mais ou menos conflituosos.

Outro elemento importante para se pensar as práticas rotuladas como “desviantes” é o processo de estigmatização social. Em uma primeira aproximação o estigma pode ser entendido como a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena. Um significado que faz referência à criação do termo pelos gregos, que utilizavam para referenciar sinais corporais feitos com corte ou queimadura, que exprimiam algo mau ou fora do habitual no *status* social de quem o exibia. Podendo ser um escravo, criminoso, ou traidor, etc.; uma pessoa “marcada”, a ser evitada, em especial nos lugares públicos (GOFFMAN, 1980).

Visando superar um uso generalizado e fincado ao próprio “atributo” negativo, Goffman (1980) propõe um olhar que abarque alterações nos tipos de qualificação, focando na descrição das precondições estruturais do estigma e na linguagem de relações que compõe a manipulação da “identidade deteriorada”. O autor aponta que a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e os atributos considerados como comuns e naturais para os indivíduos integrantes das diversas categorias. São nos ambientes sociais que se estabelecem tais categorias, os “tipos” de pessoas com probabilidade de serem vistas em determinado local, devido às rotinas e interação social, um encontro com “outras pessoas” sem “atenção” ou “reflexão particular”.

Porém, cabe ressaltar que no pensamento de Goffman (1980), a construção da identidade não se dá somente nas interações, há também processos subjetivos. A identidade é marcada por uma dualidade entre uma dimensão social virtual (um “para o outro”) e uma identidade pessoal (um “para si”). A primeira vinculada às interações, enquanto a segunda é reflexiva e interna, exercida pela pessoa que tem sua identidade em jogo, que leva em consideração as categorias e atributos que entende “realmente” ter na vida prática. Porém os interesses que configuram a identidade pessoal estão sempre em relação com os “outros”. A identidade se dá em uma oscilação entre unidades e fragmentos do “eu”. Um “eu” enquanto uma “permanência” do ser (no processo reflexivo), em constante contato/confronto com as atribuições (rotulações) referentes aos diversos ambientes sociais.

Segundo Goffman (1980) é na configuração da identidade social virtual, quando as pré-concepções são transformadas em expectativas normativas, em

exigências acerca da pessoa que se apresenta, que podem se evidenciar atributos “negativos”, que a tornem menos “desejável”. Nas situações mais extremas, o indivíduo é reduzido por completo a aspectos negativos, em um processo que

[...] deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real [...] (p. 12).

Ao pensarmos no uso e dependência de drogas, direcionamos nossa atenção à forma de estigma⁵⁴ relacionada a uma culpa individual, percebida como vontade fraca, desonestidade, fraqueza moral. Uma forma de estigma que não é assumida como uma característica distintiva conhecida e/ou evidente, uma perspectiva do “desacreditável” (o autor fala também do “desacreditado” onde o estigma se vincula a uma característica perceptível, como uma distinção corporal). Na situação do desacreditável, pode haver o distanciamento tanto de pessoas próximas quanto de estranhos (GOFFMAN, 1980). No caso da dependência química, muitas vezes o estigmatizado busca primeiro esconder tal prática das pessoas mais íntimas, assim procura desenvolver suas práticas onde possa ser “anônimo”.

Segundo Goffman (1980), é no encontro face a face entre o estigmatizado e “normal”, que emerge a questão da “aceitação”, visto que o primeiro não consegue atender as expectativas da normatividade social, assim como os “normais” são incapazes de oferecer respeito e consideração aos seus atributos “positivos”. Ante a essa situação o estigmatizado pode tomar atitudes defensivas, tentando esconder ou disfarçar os atributos negativos, assim como pode ficar angustiado ao sentir que não sabe o que os outros “realmente” pensam sobre ele, podendo se sentir como um ser estranho em exibição, oscilando entre um retraimento e uma agressividade. Enquanto para os “normais” o esse “outro” pode parecer muito agressivo ou tímido. Acerca da reação da normatividade o autor prossegue:

[...] Provavelmente tentaremos proceder como se, de fato, esse indivíduo correspondesse inteiramente a um dos tipos de pessoas que nos são naturalmente acessíveis em tal situação, quer isso signifique tratá-lo como se ele fosse alguém melhor do que achamos que seja, ou alguém pior do

⁵⁴ O autor menciona três tipos de estigma nitidamente diferenciáveis, além do apresentado no corpo do texto, há o estigma vinculado as abominações do corpo, as diversas “deformidades”, diferenciações físicas. Outra forma são os estigmas tribais de raça, nação e religião, passíveis de ser passados através de linhagem e abarcar de maneira semelhante todos os membros de um mesmo grupo ou família (GOFFMAN, 1980).

que achamos que ele provavelmente é. Se nenhuma dessas condutas for possível, tentaremos, então, agir como se ele fosse uma “não-pessoa” e não existisse, para nós, como um indivíduo digno de atenção ritual [...] (GOFFMAN, 1980, p. 27).

De maneira geral ocorrem leituras não intencionais nas ações de ambas as partes, criando tensão e desconforto, realimentando distanciamentos. Para além das relações com os “iguais” (os que compartilham seu estigma), essas tensões só são amenizadas em interações com os “informados”, pessoas não estigmatizadas que possuem uma situação diferenciada, estando informados do “mundo” particular do estigmatizado, possuindo certa aceitação do grupo. Somente passando por processo de experiência pessoal arrependimento, o informado consegue alcançar o ponto de vista do estigma, além disso, ao expressar sua disposição, tem de aguardar a validação do grupo para sua aceitação (GOFFMAN, 1980).

Enquanto Goffman (1980) nos possibilita olhar as minúcias do estigma em ato, nas interações, Elias e Scotson (2000) abordam uma “sociodinâmica da estigmatização” e apontam para a importância dos diferenciais de poder para configuração do estigma, onde a estigmatização só pode se estabelecer na relação de grupos em interdependência, não sendo resultante de elementos da estrutura da personalidade de indivíduos. O estigma ocorre quando um grupo pensa a si mesmo (se auto-representa) como humanamente superior, uma auto-imagem normal em oposição a outros considerados inferiores, sustentado a partir de um diferencial de poder entre os grupos interdependentes.

Os diferenciais de poder se explicitam em aspectos figuracionais, no índice de coesão e integração de determinado grupo, que agrega um excedente de poder. Um grupo precisa estar bem instalado, em posições que o estigmatizado não tem acesso, sendo o próprio ato de afixar o rotulo de “inferior” ao outro grupo, uma das estratégias nas disputas de posições, onde estigma e a desonra coletiva costumam penetrar na auto-imagem dos *outsiders*, os enfraquecendo, fazendo-os acreditar em sua inferioridade. O equilíbrio instável do poder se apresenta enquanto elemento central do estigma, permitindo a eficácia de uma estigmatização (ELIAS; SCOTSON, 2000).

As perspectivas comentadas apresentam caminhos próprios e originais, ainda sim, são olhares complementares sobre a temática da construção social do “desvio”, os trabalhos de Goffman e Becker superam uma conformação dos estudos sociológicos a determinadas premissas e objetivos sociais de normalização e

controle. Mesmo não se aprofundando em uma gênese histórica do “desvio”, estas abordagens se inserem em um movimento de mudança de um olhar atrelado na norma (e seu par), para uma compreensão fundada na diferença (MISKOLCI, 2008). Segundo França (1998) a diferença aponta para um entendimento desatrelado de um código comum, não fazendo referência a um mecanismo de repetição e de um campo de estabilidade objetiva.

Velho (2013) ressalta que o “desviante” é um indivíduo que não está fora de sua cultura, na verdade, realiza uma leitura divergente, podendo estar sozinho, ou em um grupo pequeno. Esse entendimento implica um conceito de “cultura” menos rígido, onde o divergente não vê o código sociocultural como sem significado, mas sim um significado diferente dos “ajustados”. O “desvio” evidencia o caráter multifacetado, dinâmico e ambíguo da cultura, enquanto algo vivo, em constante construção, uma linguagem em permanente modificação. Perlongher (1989) aponta que as trajetórias marginais (poderíamos dizer “desviantes”), não tentam inverter os papéis normatizados, ou seja, a “normalidade”. Na verdade afirmam uma “diferença intensa”, uma configuração desejante distinta. O elemento unificador dessas distintas formas de sociabilidade marginais seria um impulso de fuga da mesma normatividade.

A perspectiva de Becker (2008) permite superar as concepções normativas que se incidem sobre a presença de usuários de crack no espaço público, pois ao olhar o desvio enquanto construção se constitui uma abertura para a proximidade com o outro, para a pessoa, além de sua diferença intensa. Já a temática da estigmatização em Goffman (1980) indica cuidados de aproximação com os sujeitos da presente pesquisa, assim como imbuir uma sensibilidade quanto a este aspecto que invade as dimensões profundas que muitas vezes mascaram preconceitos agressivos que marcam com angústia e sofrimento, que parecem invisíveis aos ditos “normais” ante ao distanciamento. Já Elias e Scotson (2000), ao ressaltar a importância dos níveis desiguais de poder para a constituição e manutenção do estigma entre os estabilizados e *outsiders*, nos apontam para uma abrangência dos sujeitos que não pode ser flutuante em relação ao contexto (facticidade).

3.2 As “cracolândias” em metrópoles brasileiras: visibilidade pública e desfiliação social

Não há registros precisos acerca de quando o crack passa a circular no Brasil, no entanto alguns estudos já apontavam o uso dessa droga em meados da década de 1990 na cidade de São Paulo. O termo “cracolândia” surge a partir da identificação cotidiana (com exacerbação midiática) de um espaço onde ocorria o uso e venda na cidade citada (BASTOS; BERTONI, 2014a). Quanto à expansão dessa droga nas maiores metrópoles brasileiras, Souza (2005, p. 76) aponta diferenças entre São Paulo e Rio de Janeiro:

[...] diferentemente do Rio de Janeiro, onde o *crack* tem sua entrada, ao que parece, bloqueada, pelo próprios traficantes de cocaína, em São Paulo esta droga é vendida e consumida em grande quantidade, tanto na periferia (especialmente zona sul e leste) quanto no próprio centro da capital. Em outras metrópoles brasileiras, inclusive na “cidade-modelo” Curitiba, o *crack* também tem marcado presença, se bem que nem de longe de maneira tão intensa e explícita como na metrópole paulistana, onde o *crack* é consumido abertamente a luz do dia na via pública. Quanto ao Rio de Janeiro, aparentemente os traficantes de drogas dessa metrópole, freqüentemente mais bem estruturados que seus colegas paulistanos no que concerne o subsistema varejo, bloqueiam a entrada do *crack* no mercado por duas razões: em primeiro lugar, porque o *crack* destrói o seu usuário muito mais rapidamente que a cocaína, tornando-o imprevisível e pouco confiável – e, tendo em mente, que atualmente, muitos traficantes são também viciados, o impacto do *crack* sobre a frágil estabilidade de uma quadrilha seria devastador; em segundo lugar, porque, justamente por levar a uma rápida deterioração física do usuário, o *crack* acaba por “matar a galinha de ovos de ouro”.

Adorno (2017) comenta que no centro histórico de São Paulo, onde posteriormente viria se configurar a “cracolândia”, era expressivo a presença de pessoas em situação de rua, em especial jovens e crianças, sendo que educadores de rua se dirigiam para a área e realizavam atividades lúdico-educativas com esse grupo. Até então as drogas utilizadas por esses sujeitos que se acolhiam nas ruas, eram as drogas inalantes, sendo as mais usadas a cola de sapateiro e o *thiner* (solvente para tintas e vernizes), tendo a chegada do crack provocado alterações naquele contexto, como ressalta o autor:

[...] A reação desses educadores à entrada do crack foi se retirar das ruas e limitarem-se às crianças que frequentavam as casas de acolhida, dizendo que o crack impedia o contato, a aproximação e o diálogo, que impedia a socialização. Eles manifestavam o temor de enfrentar os traficantes, considerados perigosos, o que não ocorria com os chamados “pais ou mães de rua” que intermediavam a venda dos inalantes (ADORNO, 2017, p.73).

Segundo Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010) a “cracolândia” em São Paulo, se evidencia enquanto uma representação do bairro da Luz, sobretudo veiculada pela mídia, que expressa um estigma de degradação e criminalidade relacionado à presença de usuários de crack, pessoas em situação de rua (tanto adultos quanto crianças) e profissionais do sexo. Para os autores, a “cracolândia” seria uma espécie de territorialidade itinerante – inspirados nas proposições de Perlongher –, que está localizada em uma determinada área urbana, porém podendo estabelecer deslocamentos devido formas de intervenção, assistencialistas ou repressivas.

Rui (2012) relata desconforto com o uso do termo “cracolândia”⁵⁵ devido ao seu aspecto estigmatizante, por outro lado, ressalta sua relevância para retratar a cena no bairro da Luz em São Paulo, pois os usuários identificam os espaços de uso dessa maneira, assim como outras personagens que estabelecem relações com esse contexto. Além disso, este termo vai extrapolando as imediações da Luz, passando a nomear outros cenários de uso de crack em diversas cidades do Brasil, sendo também utilizada em pesquisas, como a oficial sobre crack no país coordenada pela Fiocruz. Nesse sentido, o uso de crack e “cracolândia” passam a se tornar quase que sinônimos, evidenciando a configuração “[...] de um espaço-sede imaginário, edificado a partir daquilo que se fala sobre ela; trata-se, pois, de um lugar social e também de um lugar discursivo” (p. 198).

Cavalcanti e Frúgoli Jr. (2013) ressaltam que o termo “cracolândia” passou por um processo de generalização no Brasil, a partir da primeira década dos anos 2000, o que exige uma significativa atenção quanto à sua polissemia. Os autores abarcam o termo “cracolândia” enquanto uma categoria analítica, não se restringindo apenas a identificação do local de venda e consumo de crack, mas sim um espaço que se produz em seu reconhecimento como territorialidade específica por diferentes atores, que a elas dirigem práticas: de repressão ou de assistência; táticas para lidar cotidianamente com tais espaços, seja por parte do Estado, do tráfico de drogas ou de residentes de regiões onde se instalam “cracolândias”. Os autores utilizam esse termo para identificar contextos de uso de crack tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro.

Para além de um “sensacionalismo midiático”, o surgimento de “cracolândias” em outras metrópoles, se vincula a alterações da estratégia do mercado ilícito e

⁵⁵ Corroborando com o desconforto de Rui (2012), em relação ao termo “cracolândia”, que utilizamos o termo entre aspas, tal qual a autora em seu trabalho.

padrões de uso da substância. Em pesquisa com usuários de crack da cidade de São Paulo, Nappo e Oliveira (2008) identificam facilidade de acesso ao crack e que a pedra passou a ser substituída pelo farelo, uma forma adulterada que diminui custos, sendo mais rentável para os traficantes e mais prejudicial para os usuários.

Diferente da cidade São Paulo, o uso de crack e/ou similares em Belém, não consta de maneira expressiva em produções acadêmicas, porém, as cenas no centro histórico já são retratadas em matérias de jornais desde a primeira década do século XXI. Estas fornecem imagens referentes à perspectiva da imprensa, mas também da institucionalidade, em seu sentido assistencial e de segurança pública. Ainda que superficial, para os aspectos da reflexão acadêmica (e por vezes eivado de sensacionalismo), o “imaginário jornalístico” permite certa historicidade e contextualização do fenômeno no local.

Acerca do contexto socioespacial do CHB, como expomos no Mapa 1, este é composto por uma fração do bairro da Cidade Velha e a extensão completa do bairro da Campina (conhecido popularmente como “comércio”), sendo respectivamente o primeiro e segundo núcleo da cidade. Já em fins do século XIX, sobretudo na consolidação da economia da borracha, a Campina passaria a abrigar a centralidade mais importante da cidade (PENTEADO, 1968). Segundo Brito (2007) o núcleo histórico da cidade de Belém passou por um processo de deterioração/degradação a partir da década de 1950, quando ocorre um crescimento e expansão do espaço urbano, a partir de novas demandas do mercado imobiliário, por locais mais “modernos” e interessantes de se viver. Este processo levou a transferência de atividades comerciais, instituições públicas e a substituição de grupos sociais.

Já em fins do século XX se estabelecem políticas de tombamento do CHB, porém apesar de algumas ações de valorização, a paisagem do centro histórico ainda evidencia um aspecto de “abandono”, devido à deterioração de equipamentos, monumentos, alguns inclusive tombados (BRITO, 2007). Trindade Jr. e Santos (2010) apontam que intervenções pontuais no núcleo histórico visaram reforçar alguns setores nos bairros, oferecendo atrativos nos padrões do consumo cultural, serviços para um público-alvo com capacidade de consumo. Posteriormente, Trindade Jr. (2018) comenta que não há evidências expressivas de um processo “clássico” de gentrificação nos bairros citados, no entanto, o autor sugere - inspirado

na pesquisa de R. P. Leite⁵⁶ -, um processo embrionário de transformações de significados, com a criação de sentidos voltados ao lazer em forma de consumo induzido, vinculados a comportamentos e valores da classe média local e de turistas.

Dessa forma, o CHB apresenta um caráter complexo, onde diversos sujeitos, intencionalidades e contradições se apresentam. Sendo uma área de comércio popular, de concentração de uma série de prédios de órgãos públicos e também com diversos pontos turísticos, alguns espaços estruturados para grupos de classe média e turistas. Assim pela parte do dia atrai uma multidão provinda de toda a cidade, com os mais diversos interesses. No entanto, devido uma baixa densidade residencial e com a maioria dos serviços funcionando apenas no horário diurno, se estabelece um contraste expressivo entre a movimentação diurna e o silêncio noturno em alguns pontos da área. As calçadas, ruas e praças ocupadas por camelôs, transeuntes e outros trabalhadores durante o horário comercial, dão lugar a vigias de barracas, pessoas em situação de rua, indivíduos que atuam em atividades ilícitas e/ou mal-afamadas, assim como usuários de crack e/ou similares.

Em 2012 a matéria “Belém não tem cracolândia, diz polícia” expõe uma entrevista concedida pelo delegado Hennison Azevedo⁵⁷, onde o entrevistado expõe que o crack não era a droga mais consumida na cidade, mas sim o “melado” (também conhecido como “merla”, similar do crack), o qual é preparado a partir da pasta base de cocaína, mas de maneira dissolvida, não endurecida tal qual o crack. O delegado aponta a presença expressiva do óxi, que assim como o melado, era vendido em petecas que podiam custar entre 5 e 10 reais, porém ressalta que não havia “cracolândias” na cidade, ao menos não na mesma dimensão da cena paulistana (PIMENTEL, 2012).

Um ano depois, em “Centro de Belém cede espaço para cracolândia” (DIÁRIO DO PARÁ, 2013) é relatado que pessoas faziam uso de crack e outras drogas em espaços públicos da área central da cidade, havendo a formação de “cracolândias” nas ruas Riachuelo e Gaspar Viana, na calçada de uma loja em frente à Pç. das Sereias, nas praças da República e do Relógio⁵⁸. A matéria ressalta que a maioria

⁵⁶ Leite aborda alterações na área central de Recife, expondo que o processo de gentrificação implica diretamente na alteração de significados de um espaço histórico, em um produto do mercado, evidenciando como o fluxo de capitais se apropria da cultural local (TRINDADE JR. 2018).

⁵⁷ Até então diretor da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), unidade vinculada à Divisão de Repressão ao Crime Organizado (PIMENTEL, 2012).

⁵⁸ Ambos os pontos localizados no bairro da Campina.

dos usuários eram pessoas em situação de rua e em vulnerabilidade social, com crianças e mulheres grávidas habitando esses espaços.

Em 2016 a Secretaria Municipal de Saúde de Belém realiza um levantamento e identifica 24 espaços públicos onde havia aglomerações para uso de álcool e outras drogas ilícitas. Acerca dessa situação, o coronel Roberto Campos aponta que não se trata de um problema de segurança pública e sim de saúde. Além disso, comenta que os indivíduos procuram as áreas centrais, pois encontram prédios abandonados, que servem como abrigos e devido à presença de restaurantes, assim como de mercados que fornecem alimentação. São pessoas em situação de rua, que “agem como se (aqueles locais) fossem suas casas” (p. 1), migrando de endereço quando não se sentem seguros, seja devido à repressão da polícia aos traficantes, ou por causa de conflitos com moradores da área. Ressalta também que o cenário de Belém é diferente do contexto de São Paulo, utilizando o termo “pequenas ilhas”, pontos que agregam em torno de oito pessoas, onde há o consumo de crack, álcool e outras drogas acessíveis a essas pessoas, se estabelecendo um “tráfico da miséria” (PIMENTEL, 2016).

No mesmo ano, uma notícia retrata que ruínas de três lojas consumidas por um incêndio, no centro comercial de Belém (bairro da Campina), passaram a ser utilizadas por pessoas para fazer uso de drogas, ou mesmo como esconderijo para praticantes de delitos. O espaço foi nomeado por trabalhadores e moradores do entorno como “Cracolândia do Comércio” (FURTADO, 2016). Estas informações evidenciam como determinados termos oriundos da “cracolândia” paulistana, acabam por ser incorporados no cotidiano belenense, reforçando a ideia de Rui (2012) acerca do “espaço-sede imaginário” configurado na famosa cena de São Paulo.

Ainda que o “imaginário jornalístico” aponte certa simplificação, encontramos alguns rastros acerca do fenômeno do uso de crack em Belém e sua relação com o CHB. Além disso, é interessante notar determinados elementos “políticos”, tal como o fato dos jornalistas enfatizarem a palavra “cracolândia”, enquanto os representantes da segurança pública evitam ao máximo utilizar essa palavra, evidenciando a carga negativa de tais termos.

O estigma presente nas palavras “crack” e “cracolândia” reverbera também em meio às pessoas que usam crack e seus similares. Em trabalho anterior (DIAS; CARVALHO, 2017), ao conversarmos com pessoas que faziam uso de drogas e se

encontravam em situação de rua no bairro Campina, a palavra “crack” era quase que “proibida”, e quando era citada, por pessoas que falavam abertamente do uso de outras substâncias ilícitas (como: óxi, pasta e maconha), nunca ocorria “aqui”, sempre algo que acontecia “lá”, em outro lugar, sem muita referência no bairro, feito por “outros”. Apenas depois de uma certa confiança que as pessoas afirmavam fazer uso dessa droga. Um dos usuários chegou a dizer que o crack e o óxi eram a mesma coisa.

Acerca da relação do uso de crack com a “rua”, Adorno (2017) aponta para a midiática e estigmatização da cena pública de uso da droga no Brasil, onde

[...] a cena midiática e à distância do que ficou sendo chamada de “Cracolândia” passou a ser a “verdade” sobre usos e usuários de drogas – situação em que todo “drogado” é visto como tendo aquele corpo “abjeto” e misturado aos detritos e à sujeira e em que todo iniciante no uso de uma droga (leia-se as drogas ilegais) teria como destino a imagem da rua como o espaço da sujeira e da desordem (ADORNO, 2017, p. 62).

Alguns pesquisadores têm preterido o termo “cracolândia”, passando a utilizar “cenas de uso de crack” para tratar da cultura de uso de crack nas cidades, evitando a carga estigmatizante, assim como confusões com a cena mais “famosa” em São Paulo. A “cena”, enquanto um conceito sócio-antropológico visa retratar contextos de uso e venda dessa substância, a formas de sociabilidades que gravitam em torno disso, práticas e personagens que se distinguem das situações mais imediatas, no entanto seus aspectos de coesão são muito fluidos e sutis (BASTOS; BERTONI, 2014a).

Pfadenhauer (2005) aponta que a noção de “cena” ressalta uma fluidez, perdida no termo “subcultura”. Para a autora as cenas se formam a partir de um campo temático de interesse comum, onde os limites e critérios de filiação não são auto-explicativos (ao menos para os *outsiders*), se configuram a partir de semelhanças de identidades parciais, de localizações e de conteúdos, com uma negociação interna, não necessariamente vernal-discursiva. São os processos de comunicação e interação que (re)produzem a mesma, distinguindo-se de seus contextos imediatos por meio de sua tipologia: locais, sinais culturais e formas típicas de comunicação imediata. São caracterizadas por um modo de construção comunitária, sem se basear em um conhecimento mútuo.

Ao falarmos das cenas de uso de crack, das cenas abertas nas cidades, entendemos ser imprescindível abordarmos o espaço público e suas características.

Segundo Gomes (2008) a experiência da vida pública depende de um espaço material, com o estatuto público, com certo ordenamento da publicidade, ou seja, do que se apresenta, se mostra aos outros, do comportamento que se estabelece nesse espaço. Essa dimensão pública se expressa fenomenicamente enquanto uma “cena pública”.

O espaço público é o palco da cena pública, sendo o lugar do uso e do debate público, que não se resume a uma simples negação do privado, ou uma simples aglomeração de pessoas. Para o seu estabelecimento pleno, o espaço público deve se estabelecer com o mínimo de impedimentos em relação aos seus usos, havendo apenas leis e normas pré-estabelecidas na sociedade através de um contrato social. Nesse sentido, qualquer ação que modifique o caráter público do espaço é conseqüentemente um impedimento à cidadania (GOMES, 2012).

A acessibilidade expressa um elemento essencial ao espaço público, visto que estes espaços não podem conter barreiras físicas e/ou simbólicas, permitindo diversos usos, a presença da diferença. A acessibilidade está fortemente vinculada à alteridade, a copresença de diferentes grupos e usos em proximidade e entendimento (SERPA, 2007).

Para Pereira (2012) o espaço público é lugar por excelência das experiências de alteridade e identidades. Onde emergem diferentes formas de ser, o eu e o outro e, sobretudo, é nele que se declinam as práticas de dotação de sentido e de significado coletivo a essas noções. Também é aí que as interações sociais, uma intensa experiência de um “eu” com e contra tudo aquilo que o prolonga, ultrapassa, desvia, desdobra ou se perde e se apaga.

Nesse sentido, para Gomes (2012) o espaço público, em sua plenitude, deve expressar o encontro entre os diferentes e da diversidade, indo além de relações que se estabeleçam apenas a partir de uma única identidade, mesmo que se conceba o sentimento identitário enquanto um elemento importante para esse ambiente, não se pode haver uma sobreposição de determinada identidade. Por essa razão, o autor expõe que:

Os espaços públicos são [...] lugares onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é posta em cena. Ele constitui, por isso, uma arena de debates, mas também é um terreno de reconhecimento e de inscrição dos conflitos sociais. Por essa razão, esses espaços são marcadores fundamentais da transformação social (p. 24).

Dessa forma, o espaço público ressalta a relevância da espacialidade no fenômeno do uso de crack e/ou similares, visto que este é o meio de visibilidade, não só de alteridades, mas onde se afirmam “diferenças intensas” (PERLONGHER, 1989), onde se expressam e muitas vezes se classificam os “desvios”, as “margens” não normativas, ou seja, é no espaço público que se processam e comunicam os estigmas.

Além da relação com o espaço público, a visibilidade do uso de crack é marcada por uma relação com espaços centrais, como apontam Bastos e Bertoni (2014a), o destaque em torno do crack na agenda nacional, esta associada à diferença das práticas e comportamentos associados ao de outras drogas, mas também ao fato de muitas das cenas de uso de crack estarem próximas as áreas de trabalho e residência da classe média, não sendo restritas às “bocas de fumo” em comunidades empobrecidas.

No capitalismo moderno a centralidade urbana se atrela ao consumo, levando a um processo de desfiguração de centralidades tradicionais. As ruas e os espaços centrais, como praças, passam por intervenções, alterando os tipos de usos tradicionais, negando o uso múltiplo e popular, o afastamento de determinados grupos, visando disciplinar os usos dos espaços centrais, constituindo processos de dispersão e fragmentação urbana. (FRÚGOLI JR., 1995). Perlongher (1987) aponta que o centro da cidade resguarda um “núcleo lúdico”, o lugar da aventura, do acaso, da extravagância, das fugas. Ainda que com a descentralização urbana, os lugares de diversão e lazer também se dispersem, o centro antigo permanece resguardando uma notoriedade em relação a uma “vida noturna”. Estes elementos abarcariam o que Park (1973) denominava de “região moral”.

Ao abordar a presença de grupos divergentes no centro de São Paulo, Perlongher (1993) aponta para uma “conversão” diária do centro, onde a zona do poder e do comércio diurna passa a ser uma zona de vício e boemia pela noite. Uma “margem” (em sentido sociológico) passa a ser centro (no sentido ecológico). Nesse sentido, que as cenas de uso de crack, as “cracolândias”, expressam sua relação com as áreas centrais de metrópoles brasileiras.

Souza (2008) aponta que a “cracolândia”, o “Quadrilátero do Crack” se estabelece na área central paulistana (em partes do *Central Business District* e do entrono obsolecente), havendo um tráfico de pequeno porte, com muitos usuários-revendedores, sem um controle territorial tal qual em favelas e loteamentos

clandestinos, justamente por se tratar de espaços públicos e “legais”. Para Adorno (2017, p. 76) essa relação se deve, pois:

[...] a região central se destaca pela ambiguidade da própria exposição pública em áreas de fronteiras, pela existência de espaços urbanos nos quais historicamente conviviam a Polícia e as atividades ilegais. A visibilidade pública desses espaços construiu uma espécie de zona relativamente protegida em oposição às “quebradas” da periferia, onde os acertos de contas seriam menos visíveis. Assim, apreendi que os fatos ocorridos na região central da cidade acabavam por ter uma repercussão diferente dos ocorridos nas periferias onde as mortes são silenciadas, onde a referência ao poço se dá em uma geografia de galpões abandonados à margem da estrada de ferro, lugares insólitos e onde o atear fogo faz alusão a ataques que passaram a ser registrados nas últimas décadas a pessoas que viviam nas ruas e passaram a ter repercussão midiática.

A relação entre o uso de crack e região central se expressa para além da cena no bairro da Luz em São Paulo, havendo pesquisas abordando cenas de uso na região central de Porto Alegre (RAUPP, 2011), de Belo Horizonte (SALGADO, 2017) da cidade de Campinas (RUI, 2012), no centro da cidade de Salvador (MALHEIRO, 2018). Ambos os trabalhos ressaltam um contexto de uso de crack semelhante ao que identificamos no bairro da Campina (DIAS; CARVALHO, 2017), com a constituição de cenas em pontos de obsolescência, não havendo uma territorialização de traficantes, mas sim uma expressividade dos usuários, muitas vezes em situação de rua, com formas de ocupação sutis e instáveis no espaço público.

Evidentemente o uso de crack não se restringe as áreas centrais, ainda que este contexto resguarde singularidade no que tange o uso de drogas ilícitas no Brasil. A pesquisa de Rui (2012) expressa isso ao abarcar dois cenários distintos de uso de crack em Campinas, um prédio abandonado no bairro Vila Industrial, área central da cidade e as proximidades da linha de trem no bairro Jardim Paranapanema, que possui um intenso tráfico de maconha e cocaína. A autora argumenta que apesar de uma paisagem semelhante, com os mesmos signos e materiais, os contextos diferenciados implicam em formas de interação, territorialidades distintas. No primeiro cenário evidenciam-se interações entre os usuários crack e moradores, intervenções urbanísticas e operações policiais. Já o outro contexto é marcado por uma relação conflituosa entre os usuários e traficantes. Porém, em ambos os contextos, as diferentes interações são marcadas por uma abjeção em relação aos usuários de crack.

A partir dos elementos apresentados, podemos nos aproximar de um entendimento acerca da expressividade no debate socioespacial (para além do imaginário midiático) das cenas abertas, públicas de uso do crack e/ou similares. Porém, a visibilidade em torno desse uso expressa, também, a discussão acerca das distinções entre a intimidade e publicidade do uso de drogas. Segundo Adorno (2017) os usuários de drogas que conseguem proteger sua intimidade, podem administrar a “temporalidade do desejo”, podem realizar exercícios de si ou compartilhamentos a partir de sensações, reflexões, pensamentos, isolamentos e prazeres, dessa forma exercendo uma autonomia do seu uso, guardados das ações repressivas do Estado. Por isso, o uso público de crack expõe

[...] a rua, antes de ser um território do “abandono”, se mostrava como um território de atração e de refúgio, refúgio inclusive das famílias, das periferias, dos lugares com poucos atrativos e do intenso controle social onde bastaria se usar um boné para ser discriminado como um traficante. (ADORNO, 2017, p. 73)

A rua deixa em evidencia o uso desafiador e da resistência, uma cena que faz frente à repressão do Estado. As cenas de uso de crack no espaço público evidenciam, ainda que de maneira ambígua, como possibilidade de um modo de existência vinculado ao crack, atração e refúgio, mas também de exposição, de conflitos. Espaço de tensões entre os estabelecidos e os *outsiders*, de expressão de diferenciais de poder.

Adorno (2017) ressalta que a relação da pessoa que faz uso de crack com a rua expressa situações de estigma e de processos de exclusão. Questões complexas que envolvem acusação, encarceramento, formas de opressão, destituição de direitos e da própria humanidade, visando retirá-los da visibilidade.

Já apontamos na introdução, a partir do trabalho de e Bertoni (2014b, 2014c), um “perfil” social dos usuários de crack e/ou similares que habitam as “cracolândias” no Brasil. Em geral possuem uma escolaridade baixa, muitos em situação de rua, sem emprego, ou atuando em formas precárias de trabalho. Alguns exercem práticas desqualificadas como pedir esmolas, outros se prostituem, em alguns casos estes indivíduos praticam atividades ilícitas, como vender pequenas quantidades de drogas, praticando furtos e roubos.

A visibilidade em torno das pessoas que fazem uso de crack gravita em torno de uma gama de aspectos negativos, que em interseção formam um novo estigma, nos termos de Goffman (1980), “aprofundando” cada vez mais a inabilitação social

plena desses indivíduos. Segundo Rui (2012) o corpo do “nóia”, a imagem deteriorada do abusador de crack, radicaliza a alteridade ao materializar um tipo social fundado a partir da exclusão, havendo a constituição de “corpos abjetos” que evocam diversos limites, onde sua existência é “condicionada” na recuperação ou eliminação. Alves (2015) explicita essa situação de estigmatização e desumanização ao abordar a difusão da imagem do dependente enquanto “zumbi”, “mortos vivos”, por meios de comunicação.

Para Adorno (2017) a exacerbação da imagem do uso problemático de crack em cenas públicas, apresenta o crack como o iniciador da marginalização, encobrindo as situações de vulnerabilidade que muitos usuários já se encontravam antes da dependência. Rocha (2018) ressalta a necessidade de atentarmos primeiro para as “pedras vividas”, o contexto de exclusão, estigmatização, a negação de direitos e vulnerabilidade ante a “guerra às drogas”, para então pensarmos nas “pedras fumadas”.

Nesse sentido, adentrar o mundo das pessoas que fazem uso de crack é imergir em um contexto de carências, penúrias e sofrimentos. Tais cenários, os elementos que o compõe, têm sido abarcados a partir de diversos conceitos oriundos das ciências sociais, em especial: marginalização, exclusão e vulnerabilidade. Aqui optaremos pela noção de desfiliação de Robert Castel (1997), pois em nosso entendimento evidencia uma abertura para processos e mobilidades, para a apreensão do “embaralhamento” das dimensões “disciplinares” (sociológica, psicológica, econômica, geográfica...) no mundo vivido.

Ao abordar os jovens que se “perdem” no caminho à cidade e integram as tropas *lumpen*⁵⁹, Perlongher (1989) ressalta que há determinantes estruturais que alimentam tal conformação, no entanto uma leitura de inspiração marxista, não seria suficiente para interpretar as manifestações existenciais e seus delineamentos nômades de “fuga delinquencial” ou “marginal”. Segundo Haesbaert (2012) a noção de “exclusão social”, apesar de enfatizada nas ciências sociais em fins do século XX, resguarda uma série de indefinições, sobretudo a partir de um olhar estanque da

⁵⁹ Segundo Souza (2005) o termo *lumpenproletariado* era utilizado por Marx (e Engels) para designar a parcela da superpopulação relativa que não se enquadrava na classe trabalhadora, devido a problemas físicos e/ou psicológicos, ou em alguns casos, nem ao subconjunto de pobres respeitáveis, por envolvimento com atividades criminosas ou imorais. Sendo composto por um grupo heterogêneo como: mendigos, vagabundos, criminosos e prostitutas. O autor ressalta, também, que Marx e Engels evidenciavam um juízo de valor negativo em relação ao *lumpenproletariado*, devido a uma carga moral e a irrelevância econômica ou política.

noção de pobreza vinculada à questão da renda, considerada economicista. Martins (2008) parte do mesmo entendimento e fala de uma inclusão precária, explicitando que não há uma “exclusão total”, o que há são contradições internas ao próprio sistema hegemônico, que em seus modos de acumulação necessitaria de formas de agregação precárias, que “negadas” e ao mesmo tempo incluídas.

Castel (1997) enfatiza que não há como contestar que a miséria econômica é um elemento preponderante nas situações de marginalidade social, porém o autor destaca as limitações de se ater exclusivamente a essa dimensão. Propõe então o entendimento da marginalização enquanto um processo, que manifesta uma dinâmica da exclusão, com a agregação de elementos dessocializantes antes de se alcançar uma zona de desfiliação. Nas palavras do autor:

As situações marginais aparecem ao fim de um **duplo** processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. Todo indivíduo pode ser situado com a ajuda deste duplo eixo, de uma integração pelo trabalho e de uma inserção relacional. Esquematizando bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a **zona de integração** (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a **zona de vulnerabilidade** (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de **zona de desfiliação** para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional (CASTEL, 1997, p. 23, grifos do autor).

A noção de desfiliação aponta para o caráter dinâmico e dialético das situações de marginalidade social, evidenciando que sempre há algum tipo de inserção ou de filiação do sujeito individual ou coletivo, no interior de certas categorias e sistemas sociais (CARRETEIRO, 2001). Além disso, a perspectiva de Castel (1997) distingue uma “pobreza integrada” (trabalhadora), de uma “pobreza indigente”, abarcando indivíduos sem domicílio fixo, certos abusadores de drogas, jovens perdidos em subúrbios precários. A pobreza indigente também evidencia elementos de integração, com relações de dependência das ações assistencialista, ligadas à inserção comunitária. Porém, há também casos onde as ações de inserção comunitárias são negadas ou questionadas, que o autor identifica como a “indigência desfilada”.

A desfiliação permite um enquadramento mais abrangente ao entrelaçar a precarização de trabalho e o isolamento relacional, ou seja, processos de carência material e da perda de filiações. Evidencia a relação entre o subemprego e/ou

desemprego com o desprestígio social, uma escalada de estigmatização e desagregação social. É na situação limite da desfiliação, onde a pessoa não possui lugar nem na ordem do trabalho, nem na ordem comunitária, que aparece o “vagabundo”, expulso das redes de suporte familiar, de sua “proteção de proximidade”, estigmatizado por sua desocupação, mesmo que “apto” ao trabalho, por não apresentar uma dificuldade, ou carência “visível” (CASTEL, 1997).

A paisagem das “cracolândias” é composta por diversas pessoas em um movimento de desfiliação. Na visibilidade da cena de uso de crack, pode-se apresentar tanto o indivíduo em vulnerabilidade, em posição instável, como o indigente desfiliado. A segunda posição revelando o abusador da droga, que habita a rua de maneira errante: sem moradia, emprego e com laços familiares frágeis ou desfeitos; aí se expressa o “matável”, despossuído de humanidade e muitas vezes “invisível” à institucionalidade social, porém “visível”, enquanto a própria imagem que eclipsa as formas de “ser” usuário de crack, o “corpo abjeto” que nos fala Rui (2012).

Nesse sentido, ao nos reportarmos ao contexto das pessoas que fazem uso de crack, utilizaremos a palavra desfiliação para evidenciar uma complexidade social imersa em vulnerabilidade e no limite da margem social, mobilidade que visualiza as particularidades dos sujeitos e sua relação com a droga, mas que reconhece sua restrição em contextos de pauperismo, que abrange a materialidade em conjunto com o isolamento social e sofrimento existencial. Sujeitos que expressam uma relação ambígua entre visibilidade e invisibilidade social, compondo a paisagem do “bazar metropolitano”⁶⁰, que Telles e Hirata (2007) caracterizam como a porosidade das fronteiras entre o legal, informal e ilícito na cidade, onde populações vulneráveis se movimentam, ou utilizam de estratégias de sobrevivência entre essas porosidades, sem necessariamente se engajar em carreiras “criminosas”.

Dessa forma entendemos que os elementos discutidos até aqui, nos permitem uma aproximação com as pessoas que fazem uso de crack e/ou similares, de maneira a não reduzi-los ao desvio e a patologia, mas enquanto uma alteridade, ou mais precisamente uma diferença intensa (PERLONGHER, 1989). O que não

⁶⁰Telles e Hirata, (2007) utilizam a metáfora do “bazar metropolitano”, visando compreender o movimento do trabalhador nas fronteiras porosas do legal e o ilegal, entre o informal e o ilícito no contexto de São Paulo, metrópole situada entre processos globalizados em interação com contingências locais, elementos tradicionais e desigualdades. Esta metáfora foi desenvolvida originalmente pelos sociólogos Vincenzo Ruggiero e Nigel South, que visavam descrever as intersecções entre os mercados formais e informais, legais ou ilícitos no contexto metropolitano de países centrais.

significa uma negação dos sofrimentos implicados no contexto de tais práticas, mas tendo em vista movimentos compreensivos para com os sujeitos e suas formas de lidar com a vulnerabilidade existencial (SODELLI, 2010).

Ressaltamos que nossa posição não se direciona a uma apologia ou uma romantização das drogas, mas de um duplo movimento: primeiro da composição de uma sensibilidade ética (LEVINAS, 1988), tentando enxergar a pessoa, sem reduzi-la a sua relação com a droga; assim como uma “curiosidade crítica epistemológica”, não divinizando e nem diabolizando, mas espreitando de forma criticamente curiosa (FREIRE, 1996), tanto as praticas dos sujeitos, como as contradições em torno do proibicionismo.

Findando esta apresentação de sobrevoo do contexto a ser tratado aqui, passemos então para o que Adorno (2017) denomina de “exercício de rua”, a aproximação com os sujeitos e seu cotidiano, o estabelecimento de parcerias intersubjetivas.

4 A MICROTERRITORIALIDADE DOS USUÁRIOS DE CRACK E/OU SIMILARES NO CHB

No presente capítulo apresentaremos os dados obtidos ao longo da pesquisa, resultantes da observação em campo e de interações com os sujeitos, de conexões dialógicas estabelecidas por meio de conversas informais e entrevistas. Assim como, abordaremos descrições de situações vividas, tipificações e imagens de lugar, de maneira a compor desdobramentos interpretativos que permitam a compreensão do sentido da microterritorialidade dos usuários de crack e/ou similares no espaço público do CHB.

4.1 O uso de crack e/ou similares em meio à paisagem do “velho centro”: sujeitos e formas de sociabilidade

*De noite quando a cidade dorme
Anjos negros de asas sujas escuras
saem de suas tocas
E tomam conta das ruas
São os reis da diversão, do ódio e da
solidão
Não têm esperança
Nem de viver, nem de vingança
Não acordem a cidade! (2x)
(INOCENTES, 1986)*

Prólogo da pesquisa – A primeira vez que o “crack” chamou minha atenção foi por volta de 2010, na época eu ainda estava no ensino médio e tinha 16 anos. Uma reportagem jornalística passava na TV e falava da chegada de uma “terrível droga” na cidade de Belém, com a formação de uma “cracolândia” no comércio (parte comercial do bairro da Campina). A palavra “crack” só viria a atrair minha atenção novamente em fins de 2013, meu primeiro ano na graduação de Licenciatura em Geografia na Universidade do Estado do Pará (UEPA), momento em que eu estava no Rio de Janeiro para acompanhar o Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB). Estava hospedado na casa de familiares no bairro de Bangu e tinha

que seguir de trem até a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) onde era sediado o evento. Certo dia, enquanto viajava no trem, meu tio aponta para a janela e diz: “já viu os ‘cracudos’?”, lembro de olhar com estranhamento, não sabia o que a palavra significava. Então ele comenta que eram os usuários de crack, “zumbis”, que habitavam as linhas do trem.

Somente em fins 2015 o “uso de crack” começou a ter contornos de pesquisa para mim. Ainda incerto do tema do meu trabalho de conclusão de curso, o Prof. Aiala Colares de Oliveira Couto sugeriu uma investigação acerca da “cracolândia” na área central de Belém, a qual eu viria a abraçar. As ideias iniciais giravam em torno de um mapeamento dos pontos e uma perspectiva em torno de dinâmicas territoriais. Ainda na fase de projeto, viria a me juntar com a colega Rayanne Carvalho com quem compartilhei a autoria da monografia “Território e territorialidade dos usuários de crack no bairro da Campina em Belém” (DIAS; CARVALHO, 2017), desenvolvido ao longo de 2016 e 2017, contando com incursões a campo e entrevistas estruturadas realizadas com usuários de crack e conversas informais com vigias, policiais, vendedores e moradores do bairro da Campina. Um trabalho de certa maneira limitado em termos teórico metodológicos, mas, ainda assim, rico em experiências e diálogos com as pessoas que faziam uso de drogas. Porém muitas situações não foram desenvolvidas e aproveitadas no trabalho final, por cindir estatutos de objetividade, assim como o distanciamento entre o pesquisador e o sujeito.

As incursões decorrentes da presente investigação se evidenciam como um “retorno ao campo”, passados mais de dois anos entre a conclusão da monografia e o primeiro campo realizado durante o curso de mestrado, em 2019. Evidentemente, me refiro ao papel de pesquisador, visto que continuei frequentando alguns desses locais do CHB. Aqui, destaco minha relação com o lugar, ou o conjunto deles, que permeiam minhas vivências no “velho centro⁶¹”. Mesmo não morando na área central, desde criança frequento o comércio, as praças e pontos turísticos localizados nos bairros Cidade Velha e Campina. Já na graduação tinha o costume de ir ao Bar do Parque localizado na Praça da República, em frente ao Teatro da

⁶¹ Com o termo “velho centro” – que encontramos em Trindade Jr. (2019) –, visamos evidenciar o CHB não como um “conceito”, delimitação precisa, mas sim uma imagem potente de intersubjetividade da experiência urbana. Cenário da vida na metrópole, que evidencia processos próprios, a urbanização capitalista. Nesse sentido, usamos a imagem do velho centro, enquanto possibilidade de abertura ao leitor mais distanciado da realidade em questão, para a paisagem e as cenas referentes ao cotidiano dos sujeitos da pesquisa.

Paz, tendo uma visão do cotidiano noturno de grupos estigmatizados, usuários de drogas, pessoas em situação de rua, hippies, rapazes e mulheres “da noite”. Além disso, entre 2015 e 2018 fiz um curso no turno da noite nas imediações da praça, onde pude acompanhar a “reforma” por ela sofrida entre 2017-18 e suas implicações nas dinâmicas sociais que ali têm lugar. A paisagem do velho centro sempre permeou meu imaginário, com suas formas arquitetônicas de outros “tempos”, suas aglomerações e a inerente mistura de pessoas, uma espontaneidade e inventividade que sempre me causou fascínio.

Antes de passar para minhas primeiras incursões em 2019, é importante ressaltar que segui algumas orientações da Resolução nº 466 do Ministério da Saúde (2012), atentando para o respeito à dignidade e à autonomia dos sujeitos. Nesse sentido, sobretudo tendo em vista a situação de vulnerabilidade na qual os sujeitos da presente pesquisa estão inseridos, a intenção de anonimato por parte de alguns, assim como os possíveis riscos de terem seus nomes revelados, seja por retaliações em relação a denúncias de violência policial, miliciana ou de traficantes, mas também por relatarem crimes como: uso de drogas ilícitas e em alguns casos furtos, agressões; optei por indicar todos os participantes da pesquisa, usuários de crack e/ou similares ou outras personagens que habitam as ruas, a partir de pseudônimos.

No dia 21 de julho de 2019, cheguei ao Bairro da Campina por volta de 10h, desci em frente à Praça da Escadinha e me encaminhei para a Pç. Waldemar Henrique, que nos anos 2016 e 2017 (DIAS; CARVALHO, 2017) apresentava à noite cenas de uso de crack expressivas, além de, no período diurno, haver a permanência de algumas pessoas em situação de rua, usuárias de crack ou não. Minha primeira impressão nesse espaço foi de uma alteração material no entorno do antigo prédio da Receita Federal (após incêndio em 2012 que levou a sua desativação), que agora estava cercado por tapumes (Fotografia 1), implicando diretamente em um espaço apropriado pelos sujeitos da pesquisa, que o utilizavam para dormir à noite e durante o dia deixavam-no marcado com papelões que indicavam suas delimitações (Fotografia 2). No campo noturno, realizado em 26 de julho, observei que havia um agrupamento na parte de trás do prédio, na R. Gaspar Viana, na calçada do prédio da Caixa Econômica Federal.

Fotografia 1 – Entorno do antigo prédio da Receita Federal em 2019



Fonte: Alan Dias (2019)

Fotografia 2 – Entorno do antigo prédio da Receita Federal em 2017



Fonte: Dias e Carvalho (2017)

Ainda na Pç. Waldemir Henrique, tentei procurar rostos conhecidos, os sujeitos entrevistados em 2016-2017, porém não os encontrei.

Em seguida me encaminhei para a Pç. da República e seu entorno, da qual haviam sido expulsos os grupos que ali “moravam”, devido às alterações espaciais

resultantes de revitalizações empreendidas pelo Governo do Estado do Pará no fim do ano 2017 e início de 2018, que incluiu reforma do Bar do Parque. A Pç. das Sereias, contígua à Pç. da República, também tinha sido revitalizada, no entanto as pessoas em situação de rua, usuários de crack e/ou similares ainda permaneciam no espaço, utilizando os bancos e os pequenos cercados, para colocar seus utensílios. Em especial ficam na calçada de uma loja em frente à praça. Na Fotografia 3 evidencia-se uma abordagem policial neste local, no período noturno.

Fotografia 3 – Loja em frente à Pç. das Sereias



Fonte: Alan Dias (2019)

Já no dia 26 de julho de 2019, cheguei na Av. Pres. Vargas às 21h e, por se tratar de um percurso noturno, me detive mais aos espaços “luminosos”, próximos aos pontos turísticos. Percorri a Av. Blvd. Castilhos França, passando pelo Ver-o-Peso, na Pç. do Pescador, vi a presença de alguns indivíduos em situação de rua, no entanto não cheguei a interagir com eles. Depois me dirigi para a Av. Portugal. Na Pç. Dom Pedro II encontrei muitas pessoas em situação de rua e na calçada no lado oposto a praça, alguns usuários de crack e/ ou similares. Não me senti à vontade para conversar com as pessoas no local, então fiquei um tempo, só observando o movimento. Acabei seguindo pela Av. 16 Novembro e parei em um bar que fica na confluência desta avenida com a Av. Alm. Tamandaré. Neste ponto, encontrei alguns indivíduos em situação de rua, que utilizavam como espaço de

repouso a calçada de uma loja de colchões localizada na esquina entre as duas avenidas (Fotografia 4).

Fotografia 4 – Esquina da Av. Alm. Tamandaré com Av. 16 de Novembro

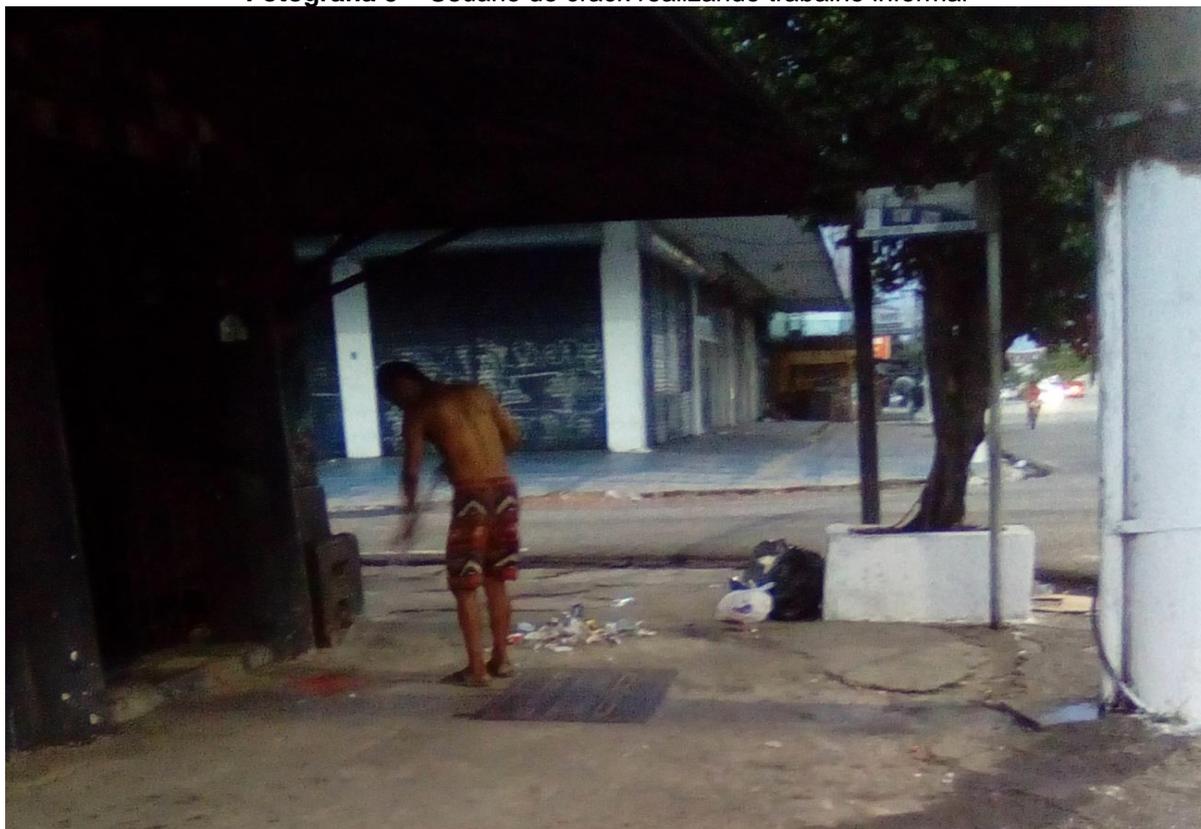


Fonte: Alan Dias (2019)

Um dos sujeitos que encontrei nesse ponto era o “Cantor”, um indivíduo usuário de crack que faz malabares e cospe fogo no sinal. Sempre muito falante, eu já havia interagido com ele no início do ano, não teve muito pudor em falar de sua relação com a droga. Em nosso primeiro contato ele estava acompanhado de mais dois rapazes⁶². Assim, iniciei nossa conversa, perguntando por esses outros. “Cantor” me responde que eles haviam sido presos em uma “batida” policial em uma “boca de fumo”⁶³. Nesse dia, conheci outro usuário de crack e/ou similares, “Calado”. Ele conta que saiu de casa devido a problemas com as drogas e passou a ficar ali no entorno da Av. 16 de Novembro com Av. Alm. Tamandaré. Tanto o “Cantor” quanto “Calado”, realizam pequenos “bicos” e pedem dinheiro nas ruas. Na Fotografia 5 podemos ver “Calado” fazendo um desses serviços, varrendo a calçada de um bar.

⁶² Lembro de conversar com um desses rapazes, “Gabriel” que relatou que os motivos de ir parar na “rua”, foram os conflitos com seu padrasto. Fugiu de casa aos 15 anos, mas voltou às vezes até entrar em contato com drogas ilícitas. Recordo que sua face me passava um ar de inocência, sofrimento e conformismo. Na situação ele tinha somente 25 anos, minha idade à época, porém seu corpo expressava a degradação da rua e das drogas, era esguio, lhe faltavam diversos dentes e havia marcas em seu corpo.

⁶³ Local de venda de drogas.

Fotografia 5 – Usuário de crack realizando trabalho informal

Fonte: Alan Dias (2019)

Inicialmente, pensei em focar meus esforços de pesquisa a este grupo, por sua relação com um local “acessível” e “luminoso”, aqui me refiro à perspectiva do “eu pesquisador”, pois eu já frequentava o local, o que facilitaria o estabelecimento de diálogos e possíveis entrevistas. Porém, essa “facilidade” também era um empecilho, visto que quando sentei em uma das mesas e estabeleci uma conversa com “Cantor”, o dono do estabelecimento logo lhe chamou a atenção, para que não “perturbasse” os “clientes”. Ainda que houvesse uma relação minimamente estável entre o dono do bar com “Cantor” e “Calado”, estes também tinham que seguir determinadas regras de convivência, como não incomodar os clientes pedindo dinheiro, pois ao fim da noite receberiam um pagamento para limparem a calçada. Além disso, nas proximidades do estabelecimento não há uma plena cena de uso da droga, ainda que em algum canto o uso solitário pudesse ocorrer⁶⁴.

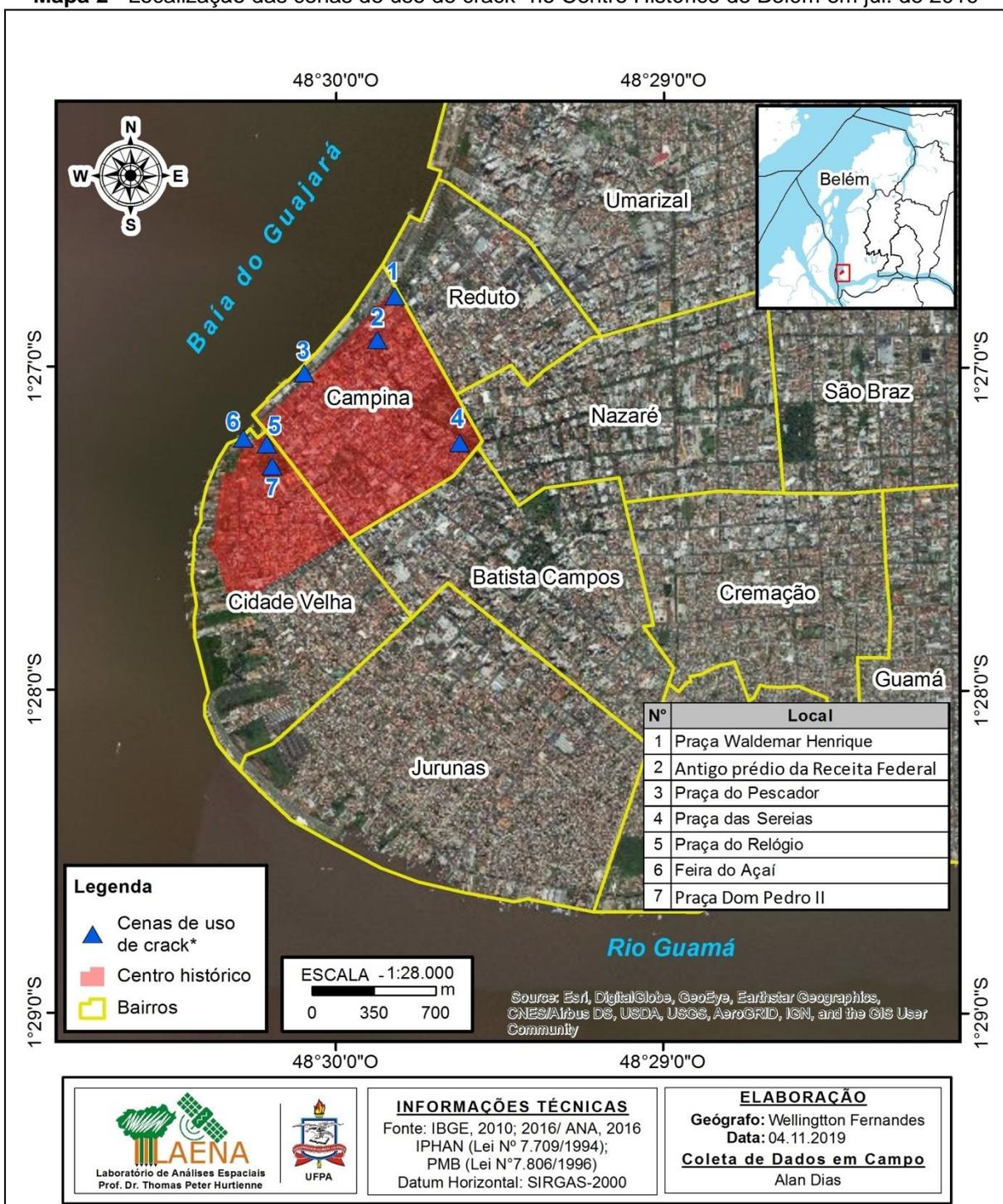
⁶⁴ Como veria posteriormente “Calado” fumando algo em seu cachimbo e sentado solitariamente em seu papelão. Ao contrário de “Cantor” que dormia com um pequeno grupo na “Calçada da Loja de Colchões” em frente ao bar, mais especificamente no lado da Av. Alm. Tamandaré, o primeiro dormia sozinho na frente de um prédio.

A partir dessas primeiras incursões, já foi possível identificar alguns pontos na paisagem do velho centro onde há uma expressividade maior do uso de crack e/ou similares e que me pareciam mais acessíveis, representadas no Mapa 2, sendo que no bairro da Campina identifiquei 5 pontos: 1) Praça Waldemar Henrique, 2) antigo prédio da Receita Federal, 3) Praça do pescador, 4) Praça das Sereias; Já na Cidade Velha: 5) Praça do Relógio, 6) Feira do Açaí e 7) na Praça D. Pedro II. Foi ao longo desses pontos, que gravitaram meus primeiros campos, no intuito de constituir conexões dialógicas. Porém, de acordo com as interações desenvolvidas o escopo foi reduzindo para alguns pontos específicos.

Para além de perigos que envolvem adentrar as cenas de uso de crack e/ou similares, há o desafio que se estabelece na própria constituição de um diálogo com as pessoas que ocupam tais espaços. Visando ampliar as possibilidades de estratégias de inserção (BECKER, 1993), mas, também, de estabelecer uma relação de sensibilidade ética (LEVINAS, 1988) com os sujeitos, busquei integrar um grupo que realizasse ações solidárias com pessoas em situação de rua, de maneira a complementar as idas solitárias ao campo, atentando que a própria chegada desses grupos altera a espontaneidade da cena, quando os usuários visam respeitar esses grupos, que são em geral de base religiosa⁶⁵.

⁶⁵ Já havíamos notado isso em Dias e Carvalho (2017).

Mapa 2 - Localização das cenas de uso de crack* no Centro Histórico de Belém em jul. de 2019



Passei a integrar o grupo “Amigos em ação”, que realiza mensalmente doações de refeição, água, roupas e conjunto de higiene pessoal. Ainda que em algumas ações não tenha ocorrido doação de produtos de higiene pessoal, em todas havia o oferecimento de refeição e água (atendendo cerca de 100 pessoas), com um punhado de peças de roupas e calçados. Também criei o meu próprio grupo de

ação, batizado de Movimento de Acolhimento a População em Situação de Rua⁶⁶ (MAPSRUA), com o qual intentei realizar uma proposição mais intimista, visando suprir não só necessidades materiais (com a doação de roupas, calçados e lençóis), mas também atividades que pudessem estimular a criatividade, afeto e dignidade; oferecendo livros e cadernos, assim como conversas. As doações eram realizadas às sextas-feiras. Além de levar as roupas semanalmente, distribuindo em determinados pontos, atuava com “pedidos”, garantindo certa pessoalidade, pois pegava o nome ou alcunha da pessoa e levava o item necessário e com um tamanho adequado⁶⁷. Com isso garantia não só um próximo encontro nesse universo fluído, mas principalmente a minha visibilidade no contexto, o que Goffman (1980) denomina de “informado”.

Mesmo nas sextas-feiras, agindo pelo MAPSRUA, em geral ia sozinho para o campo levando uma grande sacola na mão e minha mochila⁶⁸ – ainda que algumas vezes pudesse contar com a ajuda presencial de alguns companheiros⁶⁹. Devido a limitações mesmo corporais, acabei compondo um pequeno circuito rotineiro que fazia a pé, iniciando nas imediações da Pç. Waldemar Henrique, então ia seguindo pela Blvd. Castilhos França sentido Cidade Velha, atento a paisagem e as interações que se estabeleciam. Fazia uma parada no Ver-o-Peso, acompanhando o movimento na Pç. do Pescador. Então seguia para a Pedra do Peixe e findava na Av. 16 de Novembro, no perímetro da Pç. Dom Pedro II. Daí seguia⁷⁰ até as imediações da Praça das Sereias, onde findava o campo. Foi em torno desse circuito que comecei a afunilar minhas incursões aos pontos⁷¹ 1, 2, 4 e 7 do Mapa 2.

⁶⁶ As ideias iniciais foram formuladas em conjunto com a companheira Rayanne Carvalho e o nome foi sugestão do Prof. Aiala Colares de Oliveira Couto.

⁶⁷ As entregas ocorriam na sexta-feira, pois durante a semana recolhia as doações de roupas, calçados e lençóis. Inicialmente as doações eram oriundas somente da minha residência, mas posteriormente contei com a ajuda de familiares e amigos, que inclusive solicitaram para seus próprios círculos de convívio.

⁶⁸ Evidentemente, ao contrário de outros grupos, a atuação do MAPSRUA era mais qualitativa que quantitativa, com um circuito curto e se restringindo a um número menor de pessoas. Às vezes era bem precisa, pois levava um item do tamanho certo para a pessoa, assim como oferecia livros e cadernos, o que não é muito comum nas ações de outros grupos. De certa forma, o MAPSRUA complementava as demais práticas solidárias estabelecidas na região.

⁶⁹ Rayanne Carvalho, Thiam Grait e Alberto Castro.

⁷⁰ Algumas vezes retornava pela Blvd. Castilhos França e fazia uma parada na Estação das Docas, para realizar anotações e utilizar o banheiro, seguindo depois pela Av. Pres. Vargas. Em outras, já seguia pela R. 13 de Maio até a Av. Pres. Vargas.

⁷¹ As praças do Relógio e Dom Pedro II passariam por requalificações em fins de 2019, ambas sendo cercadas por tapumes, deslocando as práticas ali presentes.

4.1.1 Aproximações em cena: pequenos grupos de “parceiros” e seus locais

Acompanhei o grupo “Amigos em ação” pela primeira vez no dia 09 de dezembro de 2019. Nos encontramos por volta das 22h30 no bairro de São Brás, um grupo de 15 pessoas e cerca de 5 veículos para o transporte. Um dos veículos tinha carroceria e abrigava os itens para a doação. A ação iniciou no perímetro da Pç. Memorial Magalhães Barata e só depois iríamos seguir para o CHB.

Chegamos ao bairro da Campina por volta das 23h, passamos pela Pç. Waldemar Henrique e pelo antigo prédio da Receita Federal, mas não encontramos pessoas em situação de rua no perímetro. Seguimos pela Av. Pres. Vargas e fizemos uma parada na esquina com a R. Santo Antônio. Em frente à agência bancária havia um grupo de cinco pessoas deitadas e mais ao fundo, próximo a Pç. Dom Macedo Costa, havia outros indivíduos que se aproximaram para receber as doações. Ao longo da Av. Pres. Vargas encontramos um pequeno grupo dormindo em frente ao prédio dos correios, cerca de quatro pessoas; nas imediações da Pç. da República encontramos mais sete indivíduos, estes estavam mais dispersos e se aproximaram ao ver o carro parado; no entorno da Praça das Sereias, em frente a uma loja de departamentos, encontramos mais um grupo de pessoas. A atividade se encerrou na Pç. Dom Pedro II, por volta das 02h da manhã, quando terminaram as refeições que tínhamos levado. Estávamos estacionados na calçada da Av. 16 de Novembro, lado oposto da praça e fazíamos uma última conversa antes de irmos embora. Neste perímetro enxerguei um grupo de usuários de crack e/ou similares, só que bem rente à fachada dos estabelecimentos, cerca de 10 m de distância. Apesar da hora elevada, havia uma grande movimentação nas imediações da Pedra do Peixe, vários caminhões estacionados e um fluxo intenso dos estivadores que descarregavam embarcações. É importante ressaltar que muitos feirantes e estivadores também se encontravam deitados em papelões, nas proximidades de algumas barracas que vendiam refeições. Porém, ainda que evidenciando um mosaico diverso, eram perceptíveis algumas distinções em meio à paisagem, as pessoas em situação de rua, assim como os usuários de drogas se estabeleciam mais distante da movimentação e não necessariamente formavam um grupo coeso, mas pequenos trios, separados por pequenas distâncias de duplas ou indivíduos, uns sentados, outros deitados. Tal qual a copresença que se estabelece pelos ditos “normais” no espaço público (9 de dezembro de 2019. Nota de campo).

A partir dessa incursão, decidi colocar para frente a ideia do MAPSRUA, pois me parecia uma forma de aproximação mais “justa”, de maneira a contribuir de alguma forma na realidade dos sujeitos. Além disso, as ações nas proporções do “Amigos em ação” são muito dinâmicas e abarcam um grande número de pessoas, o que proporcionava interações interessantes, porém fugazes. Então comecei a esquadrihar um circuito de campo que pudesse percorrer a pé. É importante ressaltar que essa tática foi útil também, pois trata-se de sujeitos que não possuem equipamentos de comunicação, residência fixa ou trabalho, assim o próximo encontro era marcado apenas pela “palavra”, onde a menor das eventualidades (na rotina dos sujeitos ou do pesquisador) poderia arruinar uma reunião seguinte⁷². Porém, tendo um circuito, eu não perderia a “ida”, mas me encaminharia para outro local. A noite permitia encontros mais precisos, visto que em geral o sujeito tem seu ponto específico de repouso, mas não era o melhor momento para fazer diálogos mais prolongados, pois alguns estavam exaustos do dia e em outros casos, esse era o momento do uso da droga, não só o fato da minha presença poderia causar incômodo, como não me parecia ético fazer indagações na situação de embriaguez.

Ao longo das incursões e da espontaneidade das interações, passei a ter uma aproximação e vínculos mais intensos com determinados grupos e seus respectivos locais⁷³ de repouso. Aqui não se trata mais de pontos de sobrevoo, mas de grupos com os quais conversei, estabeleci uma aproximação, que identifiquei com o termo “parceiros”. Adianto então, uma tipificação própria às interações dos sujeitos, para denominar os semelhantes que dividem a mesma prática e às vezes o mesmo ambiente, a qual só viria a aparecer posteriormente em entrevistas. Ao perguntar para uma pessoa que faz uso de crack, em situação de rua, se ele tinha amigos no local, ele responde: “Como diz assim, tem parceiro assim, amigo não tem não. Só o ‘Buarque’. (informação verbal)⁷⁴”. De maneira semelhante “Jonas”, usuário de crack que permanece em outro ponto do CHB, expõe em sua fala que: “Eu diria assim,

⁷² Muitas vezes fui para o campo encontrar determinado sujeito, porém não o encontrava no ponto de encontro, em geral no local que usavam para dormir. Os parceiros, lá presentes, poderiam até indicar por onde estava a pessoa, porém mesmo sendo no CHB ou em seu entorno, era difícil de encontrar. Assim, para não perder a “ida”, ia procurar determinado sujeito e acabava por conhecer outras pessoas, realizava outras interações.

⁷³ Indicamos aqui o sentido exposto por Bollnow (2019), onde o local (*Ort*) é algo pontual, o que se pode apontar, um ponto fixo no espaço, sobre a superfície terrestre.

⁷⁴ Entrevista concedida por “Junior” em 28 de fevereiro de 2020. Sujeito que no período da pesquisa dormia nas imediações da R. Santo Antônio entre Av. Pres. Vargas e Trv. Frei Gil de Vila Nova.

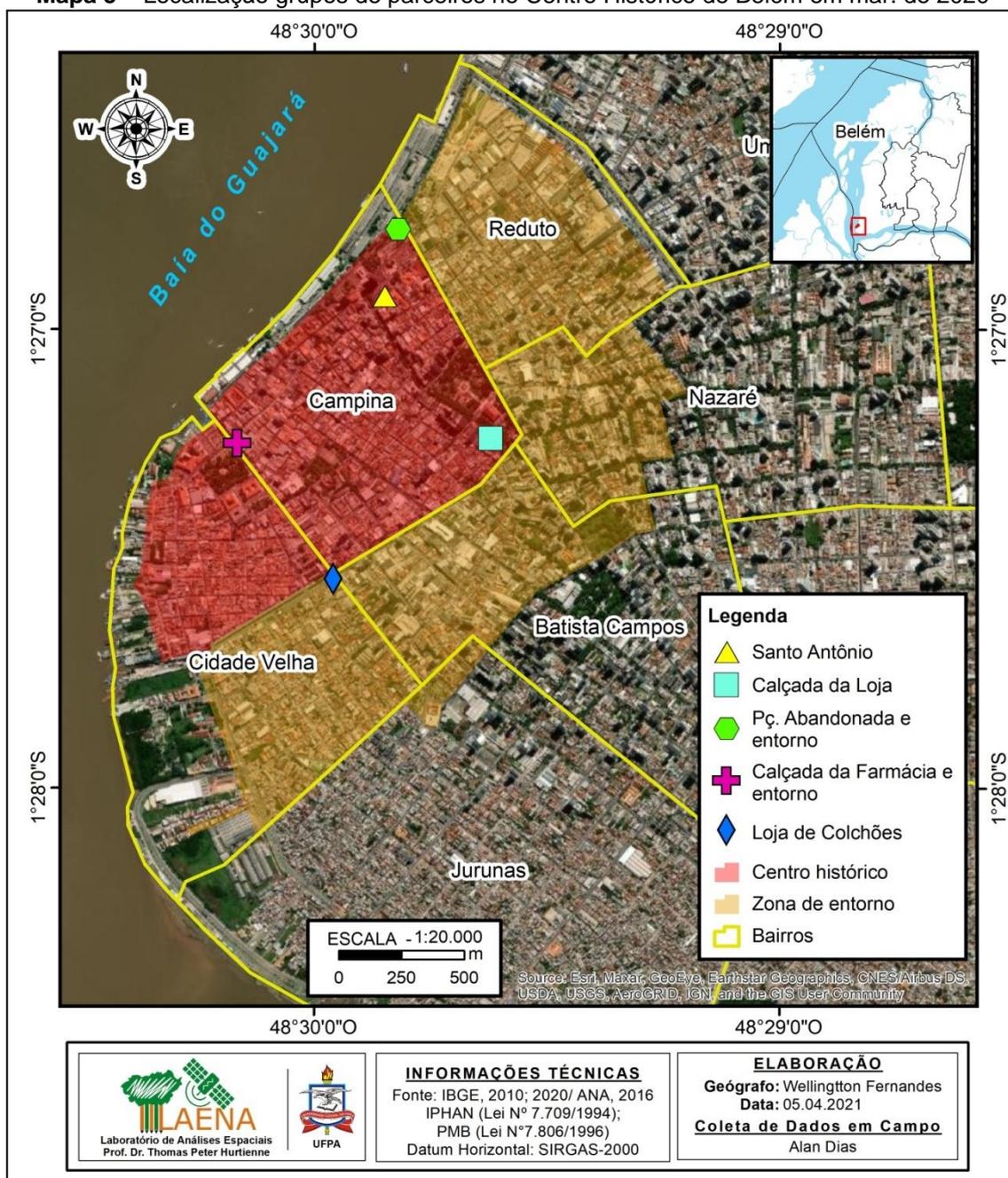
não chamaria de amigo, mas eu tenho os companheiros, aí eles me respeitam muito e eu também respeito eles. (informação verbal)⁷⁵.

No mapa 3 são representados 5 grupos de parceiros que interagimos ao longo da pesquisa e seus locais de permanência no CHB. Na legenda utilizamos a forma que os sujeitos tipificam os lugares que ocupam, sendo respectivamente os parceiros da: 1) “Santo Antônio”, estes tem por local de repouso a frente de uma agência bancaria na R. Santo Antônio, entre Av. Pres. Vargas e Trv. Frei Gil de Vila Nova; 2) “Calçada da Loja”, permanecem na calçada de uma loja de departamento em frente a Pç. das Sereias; 3) “Pç. Abandonada e entorno”, sujeitos que ocupam a Pç. Waldemar Henrique, sobretudo a sua concha acústica e os bancos da Pç. do Escoteiro; 4) “Calçada da Farmácia e entorno”, ocupam a calçada oposta a Pç. Dom Pedro II, em especial a frente de uma farmácia; e 5) “Loja de Colchões”, trata-se do primeiro grupo citado, que integram “Cantor” e “Calado”, no cruzamento da Av. Alm. Tamandaré com Av. 16 de Novembro.

Em relação ao mapa 2, elaborado com dados de julho de 2019 e tendo por referência cenas de uso de crack e/ou similares, não grupos de parceiros e suas tipificações. No mapa 3 acrescento o ponto da “Loja de Colchões”, que já conhecia, mas não me parecia uma cena de uso de drogas expressiva, assim como pontos que só conheceria posteriormente, como o da “Santo Antonio” e o da “Calçada da Farmácia”.

⁷⁵ Entrevista concedida por “Jonas” em 04 de março de 2020. Usuário de crack que se estabelece nas proximidades da Pç. Dom Pedro II, ficando na calçada da mesma pela tarde. Quando escurece atravessa para a calçada do lado oposto da praça, separada pela Av. 16 Novembro.

Mapa 3 – Localização grupos de parceiros no Centro Histórico de Belém em mar. de 2020



Conheci os “parceiros da Santo Antônio” na atividade solidária com o “Amigos em ação”, eles se estabelecem na R. Santo Antônio em frente a uma agência bancaria e ainda que não parecesse uma cena de uso de crack, os indivíduos presentes foram muito receptivos. Assim, retornei lá no dia 07 de Janeiro de 2020. Nesse dia fui acompanhado ao campo, com uma colega do MAPSRUA, levando algumas roupas para doar. Chegamos às imediações da Pç. Waldemar Henrique por volta das 22h. Inicialmente iríamos focar nessa praça, no entanto havia um ensaio de quadrilha junina, com uma aglomeração que tanto afastava as pessoas em

situação de rua e possíveis usuários de crack e/ou similares, ao mesmo tempo em que os misturava na multidão. Como nossa tática consistia em uma aproximação para doação de roupas e se possível o estabelecimento de diálogos, optamos por seguir para a R. Santo Antônio. Lá encontramos um grupo de sete pessoas, onde a maioria ficava na frente de uma agência de um banco e outros três estavam deitados na calçada do outro lado da rua.

Mesmo sendo nosso segundo encontro com os “parceiros da Santo Antônio” e se tratando de um local pouco iluminado e não movimentado, nos sentimos à vontade, visto que, diferentemente de outros grupos que encontramos naquela noite, neste ninguém fazia uso de drogas no momento, tanto lícitas quanto ilícitas. Todos estavam bem calmos e sendo muito gentis, ainda que nem todos aparentassem estar dispostos a conversar, ou à vontade com nossa presença. Não agiram de maneira agressiva, no máximo com ironia, fazendo graça quando perguntávamos se alguém gostaria de conversar. Nessa noite, havia sete pessoas lá. “Buarque” (apontado pelo grupo como “bom de conversa”) e “Marcos”, que atuam como flanelinhas e lavadores carros. Ao lado deles estava “Junior” (no momento me fora apresentado como “loirinho”) que preferiu não falar. Havia também o “Manuel”, deitado mais distante dos três já citados. Outro indivíduo presente era “Carlos”, que disse ser oriundo de Recife e pediu dinheiro para voltar para sua cidade natal. Já no extremo da calçada da agência bancária, havia um trio que nos cumprimentou, mas aparentavam estar incomodados com a nossa presença.

Já nesse encontro pude identificar alguns elementos que acabariam por se corroborar ao longo dos campos: 1) alguns dos indivíduos, duplas ou trios, aparentavam ter uma proximidade maior, assim como um certo distanciamento em relação a outros, mesmo naquela microunidade; 2) se houvesse uso de drogas lícitas ou ilícitas ali, essa prática não era constante, elemento que parecia uma especificidade de tal agrupamento. Ainda que “Junior” tenha preferido não falar, pediu aos seus parceiros que respeitassem a minha presença e da companheira do MAPSRUA, visto que alguns respondiam de maneira jocosa nossas indagações. Além disso, ressaltou que se levássemos uma calça e um par de sapatos, ele conversaria conosco.

Já no dia 10 de Janeiro de 2020, retorno sozinho ao campo para encontrar “Junior” e lhe entregar o que havia me pedido uma calça e um par de sapatos, pois iria tirar foto para um documento. Cheguei ao bairro da Campina à tarde, por volta

das 17h. Desço do ônibus nas imediações da Pç. da Escadinha, aproveito para observar o entorno, enquanto me encaminhava sem pressa para o “ponto da Santo Antônio”. Como era sexta-feira, as ruas estavam movimentadas e muitas pessoas circulavam pelas praças e se aglomeravam nas paradas de ônibus. Tanto na Pç. Waldemar Henrique, como na do Escoteiro, situadas uma ao lado da outra, havia um movimento de trabalhadores indo para as paradas, esperando suas conduções e, em número menor, alguns chegavam, se encaminhando para o trabalho, evidenciando o “balé das calçadas” (JACOBS, 2000).

A maioria dos indivíduos que repousavam nos bancos ou mesmo no chão, na grama das praças, mas também no entorno do antigo prédio da Receita Federal, eram os “homens ordinários” (CERTEAU, 1998), que atuavam como flanelinhas, lavadores de carro, vendedores de bombom, em alguns casos pessoas em situação de rua. Ao mesmo tempo, havia a presença de trabalhadores formais de escritórios, inclusive alguns “engravatados”, que iam buscar seus carros, que eram vigiados ou lavados pelos sujeitos que fazem da rua seu “lar”, em sua maioria utilizando os coletes laranja vibrante da associação dos flanelinhas.

Segui pela Av. Pres. Vargas, dobro a minha esquerda na R. Santo Antônio, mas não encontro ninguém na calçada em frente a agência do banco. Havia uma circulação de pessoas apressadas em direção às paradas de ônibus e flanelinhas atentos aos motoristas que fossem pegar seus carros. Segui até o fim da rua, onde há a Pç. Dom Macedo Costa, a parte de trás de um colégio e a Capela da Ordem terceira. Lá havia diversos carros estacionados, um dos flanelinhas parecia o “Carlos”, mas não consegui reconhecê-lo, ainda assim acenei. Continuei andando um pouco desnorteado no meio da confusão de pessoas, carros e vozes, procurando um rosto conhecido. Segui pela R. Gaspar Viana no sentido Av. Assis de Vasconcelos, talvez encontrasse alguém. (10 de janeiro de 2020. Nota de campo).

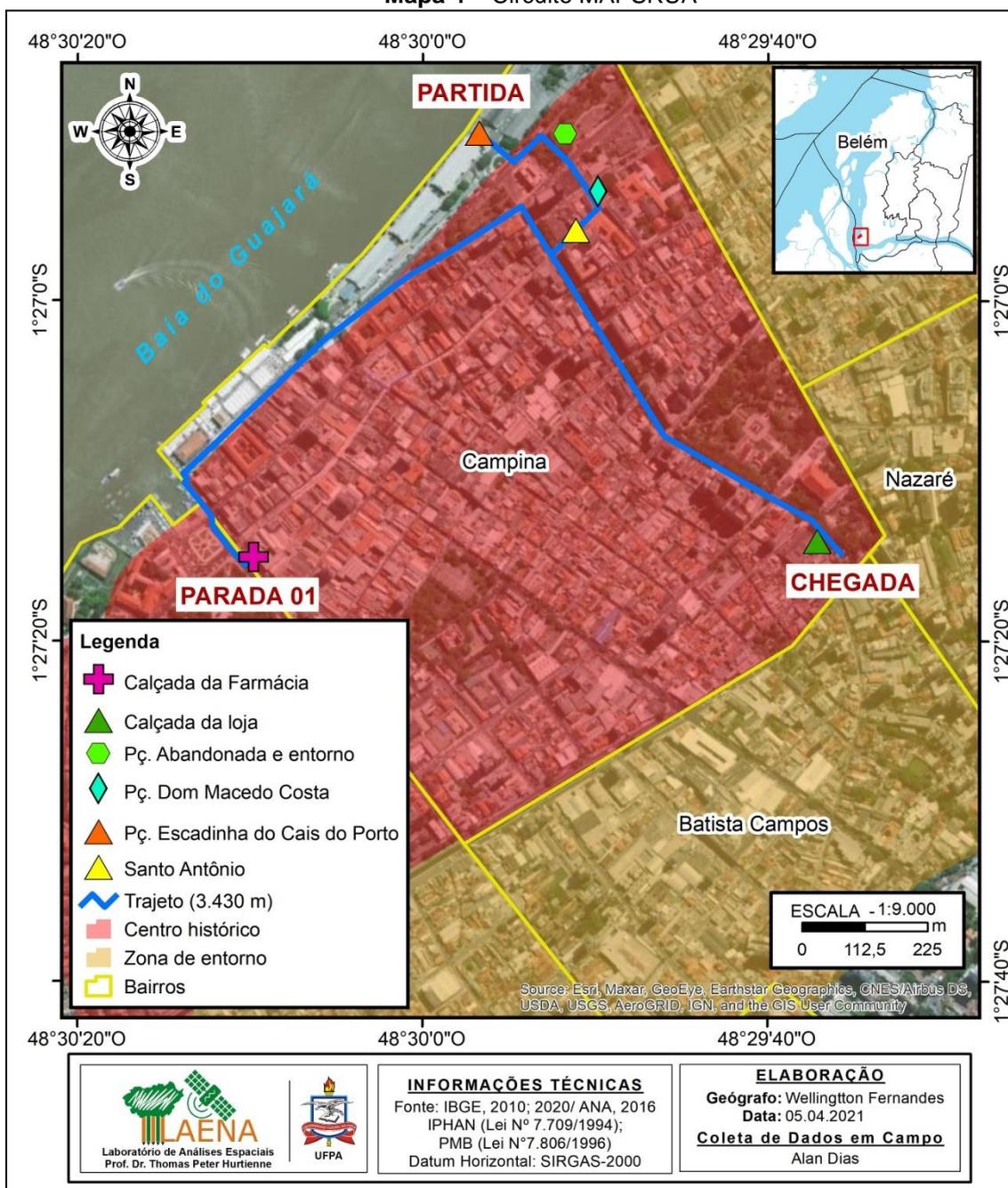
Este fragmento revela que as incursões a campo, sobretudo com os sujeitos em questão, envolvem muitos desencontros e longas caminhadas, caso se queira um bom aproveitamento. Nesse dia, eu ainda encontraria “Buarque”, logo após a situação de campo apresentada acima, na R. Gaspar Viana, no perímetro da Pç. Dom Macedo Costa, no lado oposto, passando alguns metros do prédio da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental (CPAOR). Lá havia um pequeno “abrigo” improvisado utilizado por flanelinhas, somente um telhado cobrindo um ponto da calçada, onde havia uns bancos. Na armação do teto tinha mochilas e roupas

penduradas. “Buarque” estava lá com mais duas pessoas. Fui cumprimentá-lo e perguntar por “Junior”. No início eu estava desconfortável, porque havia duas pessoas que não conhecia e não sabia se estava sendo invasivo, mas ocorrera tudo tranquilo, acompanhei algumas conversas estabelecidas entre eles. “Buarque” me diz que “Junior” estava no Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (Centur) atuando como flanelinha, mas que já estaria voltando, me indicando para esperá-lo. Porém como não estava totalmente confortável, preferi dar uma volta e observar outros pontos no CHB. Retornei às 18h horas, porém não encontrei ninguém, nem mesmo “Buarque”. O cansaço me abate e decido voltar para casa.

Só viria a encontrar “Junior” no dia 17 de janeiro, dessa vez cheguei ao “ponto da Santo Antônio” por volta das 21h45, estava com um amigo do MAPSRUA. Iniciamos na Rua Santo Antônio. Lá havia um grupo de nove pessoas, reencontrei “Marcos” e “Loirinho”, já “Buarque” não estava lá. Nesse dia entreguei a calça que “Junior” havia me pedido. Ele tinha nas mãos uma garrafa de “buchudinha” – termo popular para se referir a uma bebida alcoólica, em geral associada a pessoas em situação de rua –, estava levemente embriagado e alegre, me abraçou e disse que tínhamos que marcar nossa conversa.

Fora no dia 17 de janeiro que realizei pela primeira vez o circuito do MAPSRUA, onde em conjunto de amigos levava doações para pessoas em situação de rua e recolhia possíveis pedidos. Como se expressa no mapa 5, a saída se dava na Pç. da Escadinha do Cais do Porto, a caminho da “Pç. Abandonada” (Pç. Waldemar Henrique), onde eu buscava interlocutores, sobretudo dos que habitavam a concha acústica. De lá seguíamos para a Pç. Dom Macedo Costa e logo em seguida fazíamos uma parada na “Santo Antônio”, onde já tinha estabelecido contato. Partíamos então para a “Calçada da Farmácia”, fazendo uma parada. Então refazíamos o mesmo caminho, pegando a Av. Portugal e depois a Blvd. Castilhos França até a Av. Pres. Vargas, sobretudo devido ao movimento nessas vias. Encerrávamos o circuito na “Calçada da Loja” em frente a Pç. das Sereias. Evidentemente ao longo do trajeto, e a depender das doações que tivéssemos em mãos, éramos interpelados, assim como abordávamos pessoas em situação de rua pelo caminho, oferecendo doações e ouvindo seus pedidos.

Mapa 4 – Circuito MAPSRUA



No dia 23 de janeiro retornei à Santo Antônio por volta das 18h50, o movimento estava diminuindo na área. Na frente da agência do banco, ainda não havia nenhum dos parceiros, só os funcionários saindo. Vejo somente os vestígios, uns quatro papelões amontoados e um prato de quentinha em uma muretinha na frente do banco, visto que o piso da agência era um pouco mais alto que o da calçada, uma escada com quatro degraus ficava bem na entrada que tinha muretinhas em cada lado, utilizadas como espaço de dormir por alguns indivíduos.

Vou rumando para a Pç. Dom Macedo Costa, na Trav. Frei Gil de Vila Nova, vejo alguns carros estacionados na rua e no estacionamento do lado da praça, mas o movimento não está tão intenso, sigo caminhando pela praça me aproximando da R. Municipalidade observando a paisagem. Quando volto de meu devaneio, vejo três pessoas conversando em um banco a uns 8 m de mim. Ao me aproximar vejo “Junior” sentado no batente que separa a calçada do gramado da praça. Fiz um sinal com a mão e fui em direção a eles. (23 de janeiro de 2020. Nota de campo).

“Junior” me apresentou os outros sujeitos, um deles era o “Empresário” e o outro “Flávio”, que vive pelas ruas e recolhe latinhas para reciclar, inclusive havia duas sacolas cheias próximas ao trio. O “Empresário” era o responsável pelo espaço dos flanelinhas na R. Gaspar Viana, a pequena cobertura na calçada. Inclusive “Junior” deixava sua mochila lá. Descobri nesse dia que ele trabalhava com reciclagem, uma das sacolas com latinhas amassadas que havia visto era dele. Antes de me despedir, pergunto se podemos marcar um encontro para um diálogo mais prolongado, uma entrevista. Ele diz que tudo bem e enquanto tentávamos encontrar uma data, vou me deparando com mais elementos de sua rotina. Com exceção de terça-feira, ele fica percorrendo as ruas em busca de latinha, então teríamos que nos encontrar nesse dia. Não conseguimos definir um horário, mas me despedi e fui embora confiante.

No dia 28 de janeiro de 2020, fui tentar encontrar “Junior” para realizar a entrevista. Dessa vez desci na Pç. da República e segui pela a Av. Pres. Vargas para a Santo Antônio. Era uma noite chuvosa, ao longo do caminho percebi as implicações da chuva, os agrupamentos estavam mais concentrados nos pontos com cobertura. Cheguei ao ponto Santo Antônio por volta das 20h, porém a chuva estava forte e “Junior” pediu para eu voltar outro dia. Só conseguiria entrevistá-lo na terça-feira seguinte.

Como já ressaltai, as pessoas que se estabelecem em um mesmo local, não necessariamente possuem vínculos fortes, em geral, há uma dupla ou trio com uma proximidade maior, tal qual “Junior” e “Buarque”. Às vezes pequenas situações causavam desentendimentos, como quando fui levar umas mochilas para “Junior” e “Manuel”.

Ao chegar, vi um carro parado e pessoas entregando sopa para os que ali habitavam. Fui me aproximando do pessoal, logo vi “Junior” e “Manuel”, sentados um ao lado do outro. Fiquei aliviado, finalmente ia deixar as mochilas para eles.

Talvez “Junior”, o tivesse avisado, mas quando “Manuel” me vê chegando exclama: “Cadê minha mochila?”; com seu olhar tristonho e sua voz rouca. Junior então fala: “Calma, cara, deixa ele chegar.”; em poucos segundos ambos ficam aborrecidos, enquanto duas pessoas entregam sopas para eles. Então fico entre “Junior” (esquerda) e “Manuel” (direita), peço que fiquem calmos e que não precisa de confusão. Enquanto tento abrir a sacola com as mochilas, “Manuel” fala para “Junior” não se envolver, o segundo logo responde algo de volta. (29 de fevereiro de 2020. Nota de campo).

Nessa noite perguntei a “Manuel” se poderia marcar uma conversa com ele, que logo responde sim e avisa que está sempre por ali. Antes de ir, me aproximo de cada um, aperto suas mãos e peço que fiquem calmos e relevem a situação.

Estabeleci uma interação mais frequente também, com os parceiros que costumavam ficar na “Calçada da Farmácia”. No dia 14 de janeiro de 2020, intentei minha primeira aproximação com esse grupo que se estabelece no lado oposto da Pç. Dom Pedro II, separados pela Av. 16 de Novembro, ponto em que em geral via pessoas usando crack e/ou similares. Ao contrário do ponto da “Santo Antônio”, que não sabia ainda se era uma cena de uso de crack e/ou similares, este ponto era bem expressivo. Cheguei lá por volta de 19h40, a praça estava cercada por tapumes devido a uma reforma. No outro lado, na calçada em frente a uma loja de tecidos e artesanato, havia quatro indivíduos sentados. Bem próximo a eles havia uma viatura da polícia militar, acabei optando por ficar apenas observando a paisagem. Retornei ao local dois dias depois, para realizar minha primeira interação, que descrevo abaixo.

Em frente a uma farmácia vejo um pequeno grupo disperso, vou me aproximando de um homem que estava sentado em um papelão, com um olhar perdido, mas simpático. Apresento-me e digo estar fazendo doações. Enquanto apertamos nossas mãos, ele me diz seu nome, “Jonas.” Em volta dele vejo vários isqueiros, fósforos, suas mãos estavam bem escuras como se estivesse suja de carvão. Ele me pediu uma bermuda n° 40 e me disse que estava lá com mais duas mulheres. A sua volta havia mais umas três pessoas, que não se aproximaram muito. Um dos que se aproximou foi “José”, que estava claramente em estado alterado de consciência. Ele me pediu uma bermuda, informei que as roupas masculinas já haviam acabado e que só tinha uma sacola com roupas femininas em minhas mãos, mas que poderia trazer na semana seguinte. Ignorando minhas

palavras, ele começa a puxar a sacola de minhas mãos, até que a toma de mim. Nesse momento aparece outro rapaz e pega a sacola das mãos de “José”. Diz para ele respeitar nossa presença. Esta pessoa era “Jonathan”, que me devolve a sacola. Pergunto se ele estava precisando de algo, ele olha para mim e para o outro companheiro do MAPSRUA e diz: “eu queria só um abraço”. Nos prontamente o abraçamos, ele então se despede e some no horizonte. “José”, um pouco mais calmo, se aproxima novamente, pergunto o que ele precisa, me pede uma bermuda nº 38. (17 de janeiro de 2020. Nota de campo)

Ainda nesse encontro, antes de ir expliquei para “Jonas” que estava fazendo uma pesquisa e perguntei se poderíamos conversar algum dia, pois gostaria de escutar sua história, ele disse que sim. No meu retorno a este ponto ainda estava ansioso, cheguei lá por volta das 22h levando os pedidos da semana anterior, porém sem outras roupas para doar, pois já haviam terminado em pontos onde passei antes, em geral terminava meu circuito lá. Ao me aproximar da “Calçada da Farmácia”, vi um pequeno grupo de usuários de crack e/ou similares, todos empunhavam cachimbos. Ainda que relutante, sobretudo por não enxergar “Jonas”, me aproximei. Quando estava a alguns metros do grupo falo o seu nome, de maneira a indicar familiaridade e ele levanta a mão.

“Jonas” tinha um olhar apático, não aparentava se lembrar de mim, mas ainda assim foi amigável. Ao seu lado estavam “Sergio”, “Francisco” e “Cantor” (que fica na calçada de uma loja de colchões na Av. Alm. Tamandaré com a Av. 16 de Novembro). O “cantor” estava sob o efeito de psicotrópicos, aparentava êxtase, um olhar perdido e sorridente. Mal conseguia ficar em pé ou com o corpo rígido sentado. (24 de janeiro de 2020. Nota de campo).

“Sergio” e “Francisco” não aparentavam estar alterados, conversaram comigo e pediram doações. Por se tratar de um local em que sempre vejo pessoas fazendo uso de drogas, achava que eles poderiam ser mais relutantes e fechados ao diálogo. Porém, para a minha surpresa eles foram bem receptivos. Tirando o fato de que “Jonas” pouco notara minha presença nesse dia, eu me senti a vontade lá. O trio, “Sergio”, “Francisco” e “Cantor” riam e faziam brincadeiras, além disso, apelaram ao “Cantor” que demonstrasse seu dom e cantasse, ele fez jus a sua alcunha.

Já nesse encontro identifiquei alguns elementos dessa microunidade, além de ser uma cena de uso de crack e/ou similares mais expressiva, ali havia uma dispersão maior, uma aglutinação mais fluida que a do pessoal da “Santo Antônio”.

Era um pleno espaço de uso, mas não necessariamente de repouso. Tanto que só havia reencontrado “Jonas” nesse dia, apesar de ter levado “pedidos” para mais duas pessoas.

Em meu próximo retorno ao ponto da “Calçada da Farmácia”, no dia 31 de janeiro de 2020, encontrei um grupo de dez pessoas, só conhecia “Jonas”, não reencontrei mais ninguém das vezes anteriores. Dessa vez tinha duas mulheres no grupo, uma delas aparentava estar embriagada, era a “Joana”, estava afoita e às vezes era difícil entender o que falava. O resto do grupo estava um tanto aéreo, “Jonas” preparava a droga no cachimbo. Ao seu lado estava “Fernando”, que demonstrou interesse nas doações, mas não se levantou para pegar uma roupa, ficou atento às mãos de “Jonas”. Um homem com uma garrafa de “buchudinha” na mão, em estado de consciência alterado, me pede uma blusa, digo que já havia terminado, mas que poderia levar na outra semana. Ainda assim, ele puxa a sacola da minha mão e pega a blusa que eu tinha separado para “Fernando”. Mesmo que chateado, não fora o bastante para “Fernando” sair do lado de “Jonas”. Alguns segundos depois, o homem com a garrafa de bebida se aproxima novamente, pede desculpas a mim e “Fernando”, depois devolve a roupa.

Neste encontro, pude presenciar o momento do uso de crack e/ou similares, com “Jonas” pondo a droga no cachimbo e depois acendendo em nossa presença (estava acompanhado de um amigo do MAPSRUA). Nessas interações, já tinha tido contato com diferentes odores, alguns referentes aos ambientes, seja o do lixo no entorno, ou de urina em muros. Outros referentes a alguns corpos, odores de suor e ausência de banhos, mas ressaltando que muitos sujeitos mantêm uma rotina de higiene, mesmo estando em plena situação de rua. Porém, esse odor era novo, lembrava algo como borracha, ou plástico queimado, era oriundo da fumaça que emanava do cachimbo de “Jonas”. Aqui destacamos a fala de Cefai (2010) acerca da limitação do corpo, sua imposição de desafios. Visto que os abusadores de drogas, muitas vezes em situação de rua, se encontram doentes ou machucados, “marcados pelas circunstâncias”, exalam odores (das drogas lícitas e ilícitas, da ausência de higiene), estão cambaleantes e desgastados, de tal forma que, na proximidade, o primeiro desafio é o olfato, o sentir e ressentir, que nos envolve, desperta emoções violentas e o limite do suportável. Devemos, então, por entre

parênteses a repulsa em relação a tais odores⁷⁶. Ao contrário do olhar e seu distanciamento, o olfato, tato e o paladar são sentidos do contato.

Retorno a este ponto no mês seguinte. No dia 14 de fevereiro, cheguei por volta das 23h no perímetro da Pç. Dom Pedro II, era uma sexta-feira e havia bastante movimento nas ruas. Fui ao local com objetivo de encontrar “Jonas” para marcarmos nossa conversa. Logo vi um pequeno grupo de cinco pessoas na calçada em frente à farmácia. De início, devido à pouca claridade, demorei a reconhecer “Jonas”, mas ele estava lá em seu papelão. Sem camisa, usando uma calça preta e descalço. Em sua mão um cachimbo, ao lado sua bolsa preta com detalhes vermelhos, onde guarda seus poucos pertences. Nas proximidades havia outros grupos pequenos, com no máximo quatro pessoas, alguns empunhando cachimbo e outros com garrafas de “buchudinha”.

Ao alcançar “Jonas”, me inclino e aperto a sua mão. Pelo seu olhar nunca sei se ele realmente me reconhece, ainda que ele sempre sorria e demonstre confiança em seu olhar. Pergunto se ele está bem, se precisa de algo. Ele responde que sim, precisa de um par de sandálias. Nesse dia pergunto se poderia encontrá-lo em outro momento, para que pudéssemos conversar, ele responde que tudo bem. Me diz para procurá-lo pela parte da tarde, perto dos caminhões de gelo, no lado oposto de onde conversávamos. Enquanto falo com “Jonas”, outros sujeitos vão se aproximando, perguntam se temos roupas pra doar, pedem ajuda. Estávamos com sacolas cheias de roupas femininas e algumas doações específicas. Então se aproxima um casal e perguntamos para a mulher se ela não estaria interessada em alguma roupa. Então me volto para “Jonas” e me agacho para conversar, aproveitando que ele parecia mais disposto que na vez anterior. Neste momento se aproxima um homem, claramente embriagado e impaciente, de “olho” na mão de “Jonas”. Porém, o último continua atento a mim, aparentemente ignorando o homem que acabara de chegar e sentou-se ao seu lado esquerdo. Nesse momento sou interpelado por alguém que fazia pedidos, então me levanto para anotar. Enquanto atendo outra pessoa, olho para “Jonas” que agora estica seus braços para a direita,

⁷⁶ Cefaï (2010) comenta que muitas pessoas em situação de rua acabam por não sentir, ou se incomodar, com o próprio cheiro. Porém, o cheiro pode ser também uma maneira de ser notado, de ocupar um lugar. Já em outras situações, pode ser uma forma de resguardar fronteiras e distanciamentos intencionais, como no caso de mulheres que buscam evitar a violência de homens com ou sem teto, “O odor pode transformar um objeto de desejo em objeto de repulsa e, mais do que isso em objeto proibido (p. 81)”. Uma assinatura olfativa que marca seu território através da repulsa que provoca.

afastando o conteúdo em suas mãos do outro homem. Então os dois discutem, o rapaz se levanta, exclama algo para “Jonas” e logo segue em direção a outro grupo menor mais à frente (14 de fevereiro de 2020. Nota de campo).

Nesta noite não encontrei nenhum outro conhecido além de “Jonas”, até então só ele parecia manter uma constância naquele ponto. Como “Jonas” mostrava pouco interesse em conversar e havendo ainda algumas roupas femininas para doar, eu e o companheiro do MAPSRUA, nos despedimos do pessoal e seguimos para outro ponto. Porém, um pouco mais à frente o rapaz que discutiu com “Jonas” se aproxima, querendo conversar, nos chama de “irmãos”. Seu nome era “Carlos”, que justifica sua atitude, dizendo que fizera aquilo pois não gosta de falsidade. Diz também que a maioria das roupas que doamos são usadas para trocar por drogas. Respondo que não posso responder pelas atitudes dos outros e que pude presenciar muitos usando as roupas doadas. Ele rebate dizendo que estaríamos alimentando o vício das pessoas, só lhe respondo que tudo já estava ali antes de eu chegar. Apesar de sua postura “cética” com a nossa presença, “Carlos” evidencia um interesse em conversar conosco, diz que já tinha cinco anos que não conversava com alguém “decente”. Pergunto para o companheiro do MAPSRUA se tem problema de ficarmos ali mais um pouco, ele responde que tudo bem. Então nos sentamos no batente de uma loja, “Carlos” fica em pé e nos diz que não tem “máscara”, pois muitos “viciados” fingem, agem de outra forma na frente dos “irmãos”, fora por isso que discutira com “Jonas”⁷⁷.

“Carlos” aparentava ser jovem, nos seus “vinte e poucos”, porém sua aparência evidencia as experiências violentas do mundo em que atuava. Um corpo esguio, cheio de cicatrizes e ausência de dentes. Duas moças que estavam sentadas no batente de uma loja ao lado se aproximam e uma entrega a “Carlos” uma garrafa de “buchudinha”. Aproveitamos para lhes oferecer as roupas, uma aceita e a outra não. Lá também estava “Francisco”, que havia conhecido em uma atividade social anterior. “Carlos” termina a garrafa em sua mão e seu corpo cambaleia a nossa frente. Sua fala é um pouco enrolada, parece misturar aberturas sinceras e ressentimento. Ergue seus braços e nos mostra uma “loucura” (nas suas próprias palavras) que fizera, são duas tatuagens com o número “157”⁷⁸, em cada

⁷⁷ Ao que entendi “Carlos” se aproximou de “Jonas”, tentando um trago do crack em posse do parceiro. Porém, “Jonas” aguardava nossa saída para acender o cachimbo.

⁷⁸ Em referência ao artigo de mesmo número do código penal brasileiro.

braço. Ambas feitas no seu tempo preso, devido a pratica de assaltos (14 de fevereiro de 2020).

“Carlos” nos conta que era da igreja e que seu pai era pastor, mas se “desvirtuou”. Que é oriundo de uma cidade do interior, onde teve contato com as drogas. Ao ficar dependente começou a praticar assaltos para sustentar o vício. Ele pergunta de quais bairros somos, respondo que sou da Marambaia, ele fala que conhece a “bandidagem” do bairro. A conversa vai se tornando um monólogo, “Carlos” queria ser ouvido, às vezes falava coisas desconexas, quase que esquecendo nossa presença ali. Em determinado momento nos olha e diz que vai embora, então nos despedimos.

No dia 6 de março de 2020 retorno ao ponto da “Calçada da Farmácia”, inicialmente ia primeiro na “Santo Antônio”, mas devido a chuva intensa segui no ônibus e desci na Pç. Dom Pedro II, por volta das 21h30. Lá encontro “Jonas”, ele estava sentado no meio de dois homens preparando o cachimbo. Cumprimento os três, aperto suas mãos, eles respondem com leves sorrisos, mas depois ficam completamente apáticos com a minha presença, inclusive “Jonas”. Tento esboçar alguma interação, indagando onde poderia encontrar mulheres para doar as roupas, um dos companheiros dele responde que poderia encontrar no perímetro do Mercado de Ferro. “Jonas” está concentrado no cachimbo, amassando a pedra com um pequeno pedaço de ferro. Enquanto isso, uma pessoa chamada “Roberta” se aproxima, ofereci as roupas, alertando que pegasse só o que lhe coubesse. Nesse momento, a fala de “Carlos” me vem à mente e me pergunto se ela iria usar as roupas ou trocá-las. Quando “Roberta” termina de ver as roupas, pegando umas dez peças, me agradece e vai embora. Tendo percebido que “Jonas” e nenhum dos rapazes estavam interessados em conversar, também me despedi e segui pela chuva.

4.1.2 O “usuário” de crack e/ou similares: diálogos e trajetórias

Ao circundar por locais de uso de crack e/ou similares, não só observo de maneira neutra e “protegida” cenas de uma peça, ou tal qual num texto que leio. Evidentemente e inerentemente, sou corpo presente, me faço visível e sou interpelado por personagens do contexto, na espontaneidade e tensão próprias ao espaço público e ao contato frente a frente com o outro.

No dia 04 de fevereiro consegui realizar a entrevista com “Junior”, fui com uma companheira do MAPSRUA, para que pudesse me auxiliar no registro, caso ele não estivesse disposto a ter nossa conversa gravada. No dia anterior, deixei com ele um esboço do diário de campo, algumas páginas relatando nosso primeiro encontro na “Santo Antônio”. Nos encontramos na Pç. Dom Macedo Costa, por volta das 17h, ele estava lá no mesmo banco em que o encontrei quando lhe entreguei o tênis, acompanhado de “Buarque” e do “Empresário”. Depois de confirmar com ele a disponibilidade para o diálogo, fomos para outro banco mais afastado da rua. Iniciei nossa conversa, comentando informações sobre mim, apresentando a pesquisa de maneira simplificada e passei para o roteiro de entrevista, porém permitindo liberdade para ele desenvolver outros temas.

Peço primeiro para “Junior” apontar algumas informações de sua trajetória e dados biográficos. Ele expõe que já está na rua há 15 anos, que nasceu em Belém, tem 43 anos de idade, considera-se branco e estudou até o ensino fundamental. Antes de ficar em situação de rua, trabalhou vendendo brinquedos no interior do estado do Pará. Agora obtém sua renda a partir da coleta de latinhas para reciclagem. Quanto às motivações que o levaram para a rua, ele diz:

Eu vim pra rua porque, por causa das drogas, como já conversei com você. Por causa das drogas, vício de bebida, entendeu? E também assim, por causa da minha família, também, entendeu? Muita briga, aí... Começou assim [...], eu tinha 21 anos e o meu primeiro filho com minha ex-mulher morreu em Mosqueiro, afogado. Aí eu tive uma depressão, [...] cai nas drogas, comecei com 21 anos nas drogas, aí de lá pra cá não parei mais. Aí direto, continuando, bebendo. E assim, eu evito até de beber, pra mim não usar, porque se eu beber, eu uso. Entendeu? Quando vocês me verem bebido, é porque eu to usando droga, mas de vez em quando vocês não verem, é porque eu não usei nada, entendeu? Inclusive eu já to desde sexta-feira sem usar droga. (Entrevista concedida em 4 de Fevereiro de 2020. “Junior”, usuário de crack e/ou similares em situação de rua). (Informação verbal)

Pergunto para ele, qual droga ele usa quando consome bebida alcoólica.

É crack é. Da vontade de usar e é difícil de sair desse vício. É difícil mesmo, muito difícil. Não é só pra mim, que sou um morador de rua, mas pras pessoas de alto padrão, também é difícil, né. Muitas pessoas já foram até pra uma clínica, passou três, quatro anos e voltaram de novo para as drogas. Assim, eu, como diz assim, eu tenho dois filhos mais, um de dezoito, uma de dezoito (possível confusão na hora da fala, talvez fosse citar o filho falecido) e um de quatro, e faz uns oito meses já que eu não vejo eles. Por causa da minha situação financeira, assim, porque eu arrumo R\$ 10, 20, todo dia eu arrumo pra mim almoçar, entendeu? Aí na janta, eu já não me preocupo com nada, muitas vezes, muitas vezes as pessoas vão, ajudam a gente, uma sopa, um pão com suco, um café. A gente vamo levando a vida assim. Assim, porque tem muita gente, que olha pra gente

assim como se fosse um marginal, entendeu? Mas muitas vezes as pessoas não pensam que não só porque a gente tamo na rua, que a gente somos marginal, que somos ladrão. Porque eu nunca precisei mexer em nada de ninguém pra me sustentar, entendeu? Sempre corri atrás, catando latinha, fazendo frete, lavando carro. Pra mim ganhar o meu, entendeu? (Informação verbal)⁷⁹.

Pergunto para “Junior” quais são os principais problemas em habitar a rua, ele responde que é a violência, ressaltando que:

É assim, então, como eu digo pra vocês [...]. E aqui pra gente, aqui já ta se fechando, pra morar na rua já ta se fechando, porque tem esses milicianos que vão, dão porrada na gente, sem a gente fazer nada, entendeu? Somos revistados, inclusive eu to todo tempo andando com os meus documentos, porque todo o tempo a gente tamo sendo revistados, entendeu. Porque nos moramos na rua e eles pensam que nós somos marginal, somos ladrão. Mas muitas vezes também, as pessoas roubam e vão pra perto da gente. Como ontem, foi ontem que vocês vieram, não foi? Vocês acabaram de sair, veio um moleque correndo e deitou perto da gente, os policial chegaram e tacaram o “pau” nele e revistaram todos nós, entendeu?! Revistaram todos nós, eles tratam todos nós [...], porque um paga por todos, nos estamos no mesmo, estamos ali dormindo naquele ambiente e a pessoa vem, se deita, se embrulha tudo [...], isso era umas 2h, 3h quando ele fez isso, de lá pra cá eu não dormi mais. Eu vim pra cá pra frente da igreja, entendeu? Aí, já tenho até medo de ficar na rua. Eu tenho medo de ficar na rua já, por causa dessa situação. Aí, assim, agora o que eu to fazendo agora, tomei uma decisão séria na minha vida, desde sexta-feira, porque isso aí não é pra ninguém, Alan. Não é pra mim, nem pros meus amigos que estão na rua. (Informação verbal)⁸⁰.

“Junior” comenta que pediu a calça e o par de sapatos, pois quer tirar um documento para dar entrada no auxílio para a pessoa em situação de rua, para alugar um quarto e sair da rua, pois o dinheiro que consegue com as latinhas não lhe permite isso. Comenta feliz, que iniciou uma outra atividade, agora todos os dias depois do almoço vai para o Centur ver filme. Pergunto outros detalhes de sua rotina, ele me responde que almoça no “popular” (Restaurante Popular) que fica na R. Aristides Lobo, entre R. Pe. Prudêncio e Trv. 1º de Março, cerca de 650 m da Pç. Dom Macedo Costa, onde realizamos a entrevista. O café da manhã ele compra no entorno da praça, uma senhora vende café, pão e manteiga por R\$ 3.

Pergunto para ele como foi sua primeira experiência de dormir na rua e se tinha sido no ponto da “Santo Antônio”.

Não, primeiro eu cheguei em São Brás primeiro. Porque eu me separei da minha esposa, porque quando o meu filho morreu, passei uns dois anos mais com ela e ai, entendeu? Já comecei, passei a usar droga, entendeu? E ai já não deu mais certo, porque a droga numa família não presta. Quando um usa e o outro não usa, ai fica aquela briga, entendeu? Quando os dois

⁷⁹ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

⁸⁰ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

usam também não presta, né? Ai ela sempre me falou: “olha Junior, tu tem que parar com isso, se não a gente vamo se deixar, já não ta mais dando certo”. E eu não, só fui continuando, continuando. Só que eu tava fazendo mal pra mim, mas eu também tava fazendo mal, nem só pra mim, mas pra minha família também, entendeu? Aí, ainda tive a minha filha [...] entendeu? Aí de lá pra cá, perdi a cabeça minha totalmente, comecei a entrar no vício, a pessoa entrar no vício é ruim mesmo. É ruim... (Informação verbal)⁸¹.

“Junior” ainda passou quatro anos dormindo no perímetro do bairro de São Brás antes de ir para o CHB, onde está há oito anos. Ele ressalta que antes o local era melhor, pois havia uma seccional no prédio ao lado da agência bancária, então era mais seguro e os policiais já os conheciam, inclusive distribuía algumas refeições.

Outro sujeito, com quem estabeleci diálogos, foi “Buarque”, já no meu primeiro contato com os parceiros da “Santo Antônio”, ele me fora apresentado pelos companheiros como “bom de conversa”. “Buarque” tem 55 anos de idade, possui uma voz imponente e grave, se identifica como pardo e tem ensino superior incompleto. Não cheguei a entrevistá-lo formalmente, mas estabelecemos diversas conversas informais. Algumas das informações ele contou já na primeira vez em que nos vimos, no dia 7 de janeiro de 2020. Sentado em um papelão na frente da agência do banco, ele aponta para o prédio em frente e diz que trabalhou lá na década de 1980, exercendo uma atividade relacionada à informática. Aponta que foi devido ao desemprego que foi parar nas ruas, onde tem muitos amigos. Ainda que tenha relatado experiências com drogas ao longo de sua trajetória, estas não teriam influenciado sua ida para as ruas, mas sim a impossibilidade de manter um padrão de vida que possuía, assim como suas redes de relações, onde os antigos amigos se afastaram dele, por não possuir recursos.

“Buarque” ressalta que agora possui um “quarto” no bairro de Fátima, mora em um mesmo terreno onde tem duas casas, de dois irmãos e ao fundo fica o seu quarto. Sua renda é proveniente da lavagem de carros no CHB, ganhando R\$ 5 por carro lavado, atuando de segunda a sexta na R. Municipalidade, próximo do prédio da CPAOR, no ponto onde há um abrigo pertencente aos flanelinhas. Ele às vezes dorme na “Santo Antônio”, mas é por opção, se o ambiente estiver agradável. “Buarque” se mostrou bem aberto a conversar, nos contou várias histórias de sua juventude, ainda que não tenha deixado muito claro sua passagem de uma vida empregada para a sua desfiliação e estabelecimento nas ruas.

⁸¹ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

No dia 6 de março, compartilhei um pequeno trajeto e uma conversa sucinta com “Buarque”. Estávamos na “Santo Antônio”, por volta das 22h10, ele disse que já estava indo. Como já estava tarde, também me despedi e aproveitei sua companhia até outro ponto, onde ia entregar umas doações para o pessoal da Pç. das Sereias e da frente de uma loja. Nosso trajeto terminaria na Pç. da República, onde ele seguiria pela Av. José Malcher e eu iria ao encontro de outros parceiros.

Enquanto seguíamos pela Av. Pres. Vargas, nosso diálogo vai de conversas triviais, tais como lavar calças, que “Buarque” diz ter aprendido uma técnica mais eficiente com uma mulher que trabalha em lavanderias. Ele comenta também que nesse dia, um senhor em situação de rua havia caído de uma escada, ao ajudar a limpar a capela de Santo Antônio. Que tiveram que levar ele pro hospital. Pergunto se esta pessoa tinha a idade avançada, “Buarque” não tem certeza, mas acredita que este homem deve ter mais ou menos a sua idade, apesar do outro homem parecer mais velho. Então “Buarque” fala que seu aniversário seria no próximo mês, dia 29 de abril, quando completaria 56 anos. Comenta-me também, que ainda joga bola com um pessoal próximo da casa dele, que ele “ainda se garante”, mas deixa claro que a maioria tem uma idade semelhante, então “dá pra jogar”.

Chegamos à Pç. da República, estamos diante da R. da Paz que “atravessa” a praça, ao nosso lado direito temos o Teatro da Paz. Seria o momento de nos despedirmos para ele seguir rumo a Av. José Malcher. No entanto, continuamos uma conversa, ficamos em pé, como que protelando uma despedida. Agora “Buarque” trata de temas mais pessoais, me detive apenas em escutar. Ele comenta que está em uma fase relativamente boa da vida, pois tem mantido um maior controle sobre seus excessos, inclusive nesta noite de sexta ia voltar para casa (não ia ficar na “Santo Antônio”, onde teria uma possibilidade maior de usar drogas). Destaca, também, que teria cuidado para não ser visto por conhecidos que certamente estariam em um bar na esquina de sua casa. Comenta que são pessoas legais, que às vezes estão com instrumentos e ele canta músicas do Chico Buarque. Pergunto qual o motivo dele querer evitar, responde que se ele parar lá pode acabar perdendo o controle e terminar a noite usando drogas. Pergunto se o álcool estimula essa vontade, pois “Junior” havia comentado isso, ele responde que sim. “Buarque” expõe que agora tem uma companheira também, ela não mora com ele, mas tem uma chave do seu quarto, às vezes dorme lá.

Com “Buarque” sou levado para a experiência do dependente que possui um controle maior e que possui vínculos familiares fortes. Adentro, a partir de sua fala, nas angústias dos familiares, no sofrimento que seus parentes têm ao vê-lo sair e não saber se ele voltaria. As noites em claro de sua irmã preocupada. Ele comenta que como o seu quarto fica nos fundos da casa, nas noites em que saía, tinha que passar pela entrada da casa de sua irmã e às vezes o seu cunhado estava acordado usando o computador e percebia sua saída. Ele comenta que as noites eram difíceis, que tinha muita insônia e então saía em busca de drogas. Mas agora ele tem conseguido ficar em casa e fala com felicidade que seus familiares reconheceram isso, o que lhe dá muita satisfação. Por fim, me diz que tem lido um livro de meditação, que as mensagens ali lhe fazem bem. Ainda assim, ressalta a dificuldade de superação do vício, como o dependente precisa encontrar uma força para encarar a situação. No seu entendimento essa força é espiritual. Já se aproximava das 22h30, nos despedimos e seguimos em direções opostas.

É importante ressaltar que “Buarque” não se encontra em situação de rua, apesar de às vezes dormir na “Santo Antônio”. Inclusive ele e “Junior” possuíam uma amizade forte. Como expus no início do tópico, “Junior” diz que não há “amigos” na rua, apenas parceiros, porém “Buarque” possui uma casa e certa vez “Junior” ficou um tempo lá, o que nutriu um grande vínculo entre eles⁸².

Outro parceiro da “Santo Antônio” com quem mantive um contato mais direto foi “Manuel”, homem preto de 45 anos, de um olhar tristonho e uma voz rouca. O entrevistei⁸³ no dia 4 de março de 2020, por volta das 19h. Contou-me que acredita viver nas ruas por uns 25 anos e que não completou o ensino fundamental. Comenta que sua família é oriunda do bairro do Marco em Belém e que sua mãe faleceu quando ainda era criança, tendo apenas 12 anos. Então sua irmã mais velha passou a cuidar dele, porém ela se envolveu com um homem que batia nele. Quando adolescente “Manuel” fugira de sua casa pela primeira vez, porém ficava no Ver-o-Peso onde tinha parentes que trabalhavam como vendedores e por lá passou a fazer “bicos”. Ficava bastante tempo nas ruas, mas às vezes voltava para casa. Foi quando teve contato com as drogas que se afastou por completo da família. Relatou

⁸² Ainda que sutil, parece haver uma indicação de correlação entre rua–parceiros e casa–amigo.

⁸³ Infelizmente houve um problema com o equipamento de gravação, o que fora notado somente ao fim da conversa. Assim, acabei por perder muitos detalhes, ficando somente com o que lembrava e algumas anotações no caderno.

que quando era jovem, chegou a roubar algumas vezes, mas agora não fazia mais isso.

“Manuel” disse que passa o dia na rua, pede comida e faz alguns trabalhos e costuma dormir sempre no mesmo local, na “Santo Antônio” em frente à agência do banco no batente do lado esquerdo da escada. Expôs que faz uso de óxi, que adquire no Ver-o-Peso, porém não usa todo dia, em geral nos fins de semana. Atua lavando carros durante a semana para conseguir dinheiro. Às vezes almoça no Restaurante Popular, em outras vai a restaurantes que distribuem quentinhas ao fim do horário de almoço. Quanto às outras refeições, comenta que todos os dias algum grupo de ajuda passa por lá, mas reclama do cardápio, já que sempre é sopa.

Diferente de “Buarque”, “Junior” e “Jonas”, os laços de “Manuel” se resumiam, até o momento da pesquisa, apenas às pessoas com quem convivia na rua. Assim, ele destaca que costuma dormir sempre no mesmo local e em grupo por motivos de segurança. Destaca que se estabelece na “Santo Antônio” por causa da tranquilidade, ainda que a rua nunca seja segura, o pessoal seria mais calmo nesse ponto. Quando ele quer ficar sóbrio permanece por lá, porém quando decide usar vai pro Ver-o-Peso ou outros lugares⁸⁴.

Por fim, teve “Jonas” de 30 anos de idade, que se identifica como pardo e tem ensino fundamental completo. Também o entrevistei no dia 4 de março de 2020, antes de conversar com “Manuel”, por volta das 17h na Praça Dom Pedro II. Nesse dia, encontrei “Jonas” acompanhado de mais duas pessoas, estavam sentados na calçada da praça em seus papelões. O local estava cercado por tapumes e só os trabalhadores que atuavam na reforma podiam adentrar o centro do espaço. Por conta deste movimento imaginei que seria problemático entrevistá-lo ali, perguntei se poderíamos ir para outro lugar, mas suas coisas estavam no chão a sua volta, então não poderia se afastar muito. O máximo que conseguimos foi ir para a beira da praça, no perímetro da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), porém no lado oposto. Sentamos na calçada, perguntei se poderia gravar⁸⁵ a conversa e ele disse que tudo bem.

⁸⁴ Entrevista realizada com “Manuel” em 4 de março de 2020, por volta das 19h em frente a uma agência de banco na R. Santo Antônio, entre Av. Pres. Vargas e Trv. Frei Gil de Vila Nova.

⁸⁵ Por conta do ambiente a gravação acabou sendo prejudicada, tanto pelo barulho da obra na praça, passagem de veículos, como pelo próprio tom de voz de “Jonas” que falava calmo e com pouca entonação. Além disso, o próprio vento acabou causando muito ruído a gravação. Tais elementos acabaram levando a perda de alguns detalhes.

“Jonas” tem os olhos de um castanho bem claro, um olhar, que em todos os encontros me parecia aéreo. Tem uma fala bem mansa e às vezes com um volume baixo. Perguntei se ele já tinha usado algo no dia, ele responde que não. Depois, pergunto como fora o processo de chegar à situação de rua, ele me responde que:

Eu cheguei na situação de ir pra rua, porque um detalhe, eu tive uma briga em casa, minha própria casa mesmo, com minha esposa. Nos separamos, aí fui pra casa da minha mãe. Aí tive uma discussão, entre mim e meu irmão, uma briga em casa, e ele chegou a me ameaçar, entre eu e ele. Então, eu não tenho assim, mágoa com a minha mãe, decepção com ela. Eu uso... Meu pai também (apesar da fala atravessada, provavelmente se refere à ausência de mágoa, tal qual com a mãe), então eu preferi me afastar. Até menti pro meu pai, dizendo que eu ia voltar pra minha casa, casa que ele me deu... Então, meu pai pensa que eu to pra lá, mas não, to aqui na rua. Porque, por causa, devido a esse fato que aconteceu, entre eu e o meu irmão. (Entrevista concedida em 4 de Março de 2020. “Jonas”, usuário de crack e/ou similares em cena pública). (Informação verbal).

Assim, foram motivações familiares que levaram “Jonas” para a rua. Porém, ele expõe que volta para a casa da sua mãe por volta das 7h, 8h, onde almoça e realiza suas práticas de higiene. Já à tarde, ou de noite, retorna à rua, onde algumas vezes acaba ficando por mais tempo, uma rotina que já dura 3 anos. Destaca que não tem amigos no local, mas companheiros, parceiros que ele respeita e eles o respeitam.

Pergunto a ele quais drogas usa, responde que já tem uns 5 anos que usa crack. Questiono se foi isso que iniciou os problemas, ele responde que não. Diz-me que começou a usar crack antes de ir para a rua, ainda no seu antigo emprego como motorista de ônibus. Ao perguntar como ele se mantém financeiramente no momento, ele me diz que quando trabalhava como motorista sofreu um assalto onde foi baleado (inclusive me mostra a cicatriz na barriga), então passou a receber um benefício, que ele aponta não ser suficiente para ajudar sua mãe e seus dois filhos, ou para poder alugar um quarto para ele.

Ao perguntar a “Jonas” quais as principais dificuldades na rua, ele me responde que é a polícia, que os agride mesmo eles não fazendo nada, não mexendo com ninguém.

Apesar das motivações familiares que o impulsionam para rua, “Jonas” ressalta ainda ter um contato com seus parentes, um de seus irmãos guarda todos os documentos dele. Quanto a sua rotina na rua, ele me diz que fica com os companheiros, em geral umas sete pessoas, lá do outro lado (fazendo menção a “Calçada da Farmácia”), aguardando um lanche.

A partir dessa exposição, da trajetória de quatro sujeitos usuários de crack e/ou similares, “Junior”, “Buarque”, “Manuel” e “Jonas”, podemos identificar singularidades oriundas da situação biográfica específica a cada um, assim como compartilhamentos intersubjetivos, próprios à experiência com a droga e à relação com os logradouros públicos do CHB, ou seja, elementos que permitem classificações monotéticas, atributos concernentes a todos os sujeitos, assim como classificações politéticas, caracteres compartilhados por alguns membros, mas não necessariamente por todos (BERRIOS, 2008).

Enquanto “Manuel” iniciou o uso de drogas, já tendo uma relação forte com as ruas, os outros três já usavam outras drogas ilícitas antes de ir para a rua. Porém, todos compartilham problemas familiares como motivação para a saída de casa, sendo a droga um catalisador desse processo. Outro elemento que os distingue é a relação familiar, onde “Buarque” possui os laços mais fortes, em seguida “Jonas”, “Junior” e por fim “Manuel”; elemento que também indica suas relações com o próprio mundo “fora da rua”. Sobretudo, “Junior” comentou diversas vezes sua vontade de sair da rua, sempre ressaltando sofrimento, da mesma forma “Buarque”, ainda que tendo uma estabilidade maior. “Jonas” também resalta isso em sua fala. Porém, “Manuel”, ainda que querendo mudar de vida, aparentava uma calma maior, talvez por já ter vivido mais na rua do que em uma casa. Além de que, “Junior” e “Jonas” possuem filhos, sendo um elemento forte de apelo para a saída da rua e recuperação das drogas.

4.1.3 O “fissurado” e o “viciado”: formas de uso, padrões de controle e a territorialidade

Acerca dos usuários de crack (mas também de outras drogas) nas regiões centrais de São Paulo e de Porto Alegre, Raupp (2011) resalta que a grande maioria dos indivíduos apresenta um padrão de uso compulsivo de drogas, sendo que o cuidado de si e as outras atividades ficam em segundo lugar. Ainda assim, a autora identificou sujeitos que lidavam com formas diferenciadas de uso, empregando estratégias de autocontrole, visando uma administração da droga e sua sobrevivência. Quanto a esses elementos, também pude identificá-los na paisagem do CHB, ainda que a maioria dos usuários de crack e/ou similares no espaço público apresentasse um uso frenético, eram perceptíveis diferenças no que tange tanto os

modos de uso, mas também de autocontrole, sobretudo com as pessoas com quem tive maior aproximação.

Quanto à forma de uso, me atrelo a Becker (1977) abarcando tanto a dosagem, a quantidade, assim como o modo como a pessoa se utiliza para consumir a substância. No CHB identifiquei dois “modos” de uso, o mais conhecido que se utiliza do cachimbo, visto que o uso do instrumento permite a identificação visual do praticante e outro modo denominado de “mesclado”, onde a droga é utilizada em um cigarro feito de seda, podendo ser misturado com tabaco. Na fotografia 6⁸⁶, temos um modelo de cachimbo utilizado pelos usuários e um isqueiro, outro instrumento fundamental. Na “Calçada da Farmácia”, era visível no entorno dos parceiros um punhado de isqueiros e fósforos queimados pelo chão. Nesse sentido, esta era a forma mais utilizada pelo grupo. Sempre que ia encontrá-los, “Jonas” estava com seu cachimbo na mão.

Fotografia 6 – Instrumentos para o uso de crack e/ou similares: cachimbo e isqueiro



Fonte: Alan Dias (2017)

⁸⁶ Fotografia tirada em um posto policial no Mercado de Ferro no ano de 2017, onde o cachimbo e o isqueiro haviam sido apreendidos.

Já no ponto da “Santo Antônio”, ainda que tenha visto alguns indivíduos portando cachimbos, não era a maioria. No dia 28 de fevereiro estabeleci um segundo diálogo (entrevista) com “Junior”, onde ele me descreve o modo como ele usa crack, no caso o “mesclado”, o qual também era empregado por “Buarque”. Ele diz já ter experimentado a droga no cachimbo, mas não gostara, pois é muito forte. Já “Manuel” me dissera que utilizava a droga de ambos os modos.

Ao perguntar a “Junior” como se estabelecia seu ritual de uso, ele expõe que compra a pedra de crack por R\$ 10 e ressalta não utilizar o cachimbo, “Não, não uso cachimbo, difícil. Fumo mais mesclado. O mesclado é com o cigarro e tu mistura, entendeu? No cachimbo, o cara põe no cachimbo e fuma. Aí o cachimbo que é mais fissura. (Segunda entrevista, concedida em 28 de fevereiro de 2020. “Junior”, usuário de crack e/ou similares em situação de rua). (Informação verbal)”. Pergunto se tem diferença para ele, responde que, “Tem... pra todos, pra todos. Cara fica zumbi mesmo, fissurado (informação verbal)⁸⁷”. Ele ressalta que o efeito do crack e/ou similar no cachimbo é mais forte que no mesclado, devido à própria quantidade da droga usada. Então ele expõe que:

É, porque se tu for... Assim entre aspas, se for usar no cachimbo, tu vai dar só duas puxadas. Se tu usar no mesclado, vai dar uns 10, 12 pegas, ta entendendo? E tu vai fumar menos, mas vai sentir mais pressão, entendeu? Tu vai botar mais no cachimbo. Vai ficar aquele negócio, quando o sol nascer vai ficar aquele negócio puro, e já da uma puxada e fica... (Informação verbal)⁸⁸.

Ele expressa corporalmente a experiência de tragar o “negócio puro”, uma imagem de leveza e prazer. Então, prossegue dizendo que ao contrário, na “seda” (mesclado), pode dar até de 10 a 12 “pegas” (tragadas), comenta “Junior”. Dessa forma se usa mais vezes, porém a “liga” (o efeito) é menor. Assim, o estado alterado de consciência não é tão intenso e duradouro. Acerca do uso no cachimbo, “Junior” comenta que:

É mais demorado. Porque tu da um tiro, como os cara falo, um tiro e tu fica uns 10 minutos. Um tiro, e tu vai da dois tiros numa droga, né. Aí tu vai fumar uma, um baseado, tu vai dar 10 pega, mas tu vai ficar 5min ligado só. Ta entendendo? Aí com a droga que tu vai fumar no cachimbo, tu vai dar um tiro e vai ficar 10min ligado, ligado, porque é forte, vem forte na boca. Porque vai sair só a droga, a droga com a cinza. (Informação verbal)⁸⁹.

⁸⁷ “Junior”. Entrevista concedida em 28 de fevereiro de 2020.

⁸⁸ “Junior”. Entrevista concedida em 28 de fevereiro de 2020.

⁸⁹ “Junior”. Entrevista concedida em 28 de fevereiro de 2020.

Ele é enfático com a palavra “ligado”, a qual indica a embriaguez, um estado alterado de consciência intenso. Além disso, aponta que o “negócio puro” é a sobra da droga misturada com cinzas.

Findando esses elementos que compõem o modo de uso, sigo minha exposição, ainda acompanhando Becker (1977), mas ressaltando as formas de autocontrole empregadas pelos sujeitos. Visto que na estrutura social estabelecida pelo uso ilícito de drogas, o consumidor retém o controle sobre seu próprio consumo e do conhecimento acerca da substância, assim como de sua propagação. É o usuário que controla o momento, hora de uso e a dosagem, mesmo que possa se basear no conhecimento oriundo de outros usuários para constituir seu modo de uso e interpretar suas experiências; trata-se de um uso espontâneo e autônomo.

Antes de prosseguirmos para as tipificações dos sujeitos, é importante apresentar algumas tipologias médicas acerca do uso de drogas. Araujo (2017) expõe que o “padrão de uso” de determinada substância psicotrópica consiste na frequência de consumo realizado por um indivíduo. Acerca da classificação “usuário problemático”⁹⁰, o autor aponta que esta abarca três tipos de uso: a) “uso de risco”: padrão que traz riscos, mas não necessariamente danos ao usuário; b) “uso prejudicial” ou “disfuncional”, que agrega problemas de saúde ou socioeconômicos para o usuário; e por fim o c) “dependente”: onde o usuário atende determinados critérios clínicos do manual de diagnóstico da Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

Segundo Ong (2015) a “dependência” se trata de uma situação em que o usuário estabelece uma relação potente com a droga, onde é quase que “forçado” a usar, visto que não se trata mais do prazer proporcionado pela substância, mas sim de evitar o desconforto da privação, da síndrome de abstinência. No sentido psicopatológico, o autor ressalta que o uso nocivo⁹¹ revela uma tendência ao “abuso” e à “compulsão”, onde a pessoa é compelida a repetir à prática diversas

⁹⁰ Além do usuário problemático, o autor cita outras classificações utilizadas em levantamentos epidemiológicos dos tipos de uso: 1) Não experimentador; 2) Experimentador (fez uso apenas uma vez); 3) Usuário ocasional (usou mais de uma vez, porém sem recorrência, ou com uma temporalidade ampla entre os usos); 4) Usuário regular ou habitual (usa uma vez por mês) (ARAÚJO, 2017).

⁹¹ O autor relata também, com base no *Diagnostic and Statistical Manual (DSM) - IV*, outros modos de uso empregados pelo indivíduo, podendo ser “controlado”, onde há capacidade de manejo da quantidade utilizada. Em outros casos, podendo ser de “risco”, com pouca capacidade de controle da quantidade e conseqüentemente havendo uma vulnerabilidade maior. Por fim, há o uso “nocivo”, onde o indivíduo não possui mais controle sobre a quantidade que utiliza e sua frequência, havendo uma ampliação de danos à saúde (ONG, 2015).

vezes. O autor ressalta que há uma diferença entre a compulsão e a dependência, visto que a primeira é pontual, não havendo um prolongamento temporal. Além disso, a dependência pode apresentar também momentos de abstinência e uma certa tolerância à substância, enquanto a compulsão pode ocorrer sem tais sintomas.

Ainda que, evidentemente, não intente diagnósticos acerca dos sujeitos, a condição de situação de rua, os problemas familiares e a impossibilidade de empregos “formais”, indicam de maneira geral um uso problemático, disfuncional ou prejudicial e de dependência (ARAUJO, 2017), ou um uso nocivo como expõe Ong (2015). Quanto às tipificações dos sujeitos, “Junior” me apresenta uma distinção fundamental entre as pessoas que usam drogas, a de “fissurado” e a de “viciado”, que apontam as diferenças de autocontrole entre os usuários de drogas. Como já expus anteriormente, quando fui entrevistar “Junior”, não tinha certeza se ele era usuário de crack, inclusive comentei isso no momento da conversa, apontando que não só ele, mas os parceiros da “Santo Antônio” eram muito tranquilos, que aparentavam um certo controle. Ele diz que:

Tem o controle, tem o controle também, entendeu? Porque se você chegar, vamos supor, se vocês chegarem e a gente tiver usando, a gente vamo ter que parar de usar, porque se a gente usar, porque é falta de respeito também, já que vocês tão ajudando a gente, né? Vocês tão ajudando a gente e “pô não tem nada não”, “o cara é bacana”, “não, a gente vamo fuma”, tem que respeitar, pô. Entendeu, tem que respeitar, não só vocês, mas como as outras pessoas que passam também por aí (Informação verbal)⁹².

Quanto ao usuário de drogas “fissurado”, “Junior” destaca que: “o pior drogado que tem é o fissurado, que não se controla⁹³, entendeu? Se ele ta usando aqui, mas ele ta olhando pra tua bolsa, ele quer te roubar, entendeu. Esse que é o fissurado. (Informação verbal)⁹⁴”. Pergunto se ele se identificaria assim, ele responde que não, ele se considera um “viciado”, diferente do “dependente químico”, que usa a droga todo dia. Pergunto se os parceiros da “Santo Antônio” são “fissurados” ou “viciados”, ele responde que:

Não tem a fissura que os outros têm. Quando tem vez que outras pessoas venham fumar, desconhecido, aí os cara fala: “É rapa, esse aí é fissurado, não vai marcar pra ele, que ele vai te ratiar; porque “ratiar” é o rato, o rato com duas mãos, que rouba mesmo o cara, não pode marcar pra ele ali,

⁹² Entrevista concedida em 04 de fevereiro de 2020.

⁹³ Talvez haja aqui, uma aproximação entre a “fissura” e a “compulsão” que nos expõe Ong (2015).

⁹⁴ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

entendeu. Então várias vezes já perdi muita mochila, muita mochila já perdi, dormindo, fui acordar: “cadê minha mochila?”. Por isso que eu deixo na mão daquele senhor lá⁹⁵, a minha bíblia ta lá, a minha calça, sapato, já deixo, ando só com outro par de roupa, entendeu. Não to andando mais com mochila, que eu não quero perder de novo, entendeu? Já perdi muita mochila aqui. De eu ser inocente assim, deixar, não “ta só amigo”, mas vim outros pessoal que não são conhecido, todo mundo dormindo, né, pegar, levar (Informação verbal)⁹⁶.

“Junior” se identifica como “viciado”, mas ressalta que: “[...] tem o dependente químico também, entendeu. Que é já o doente entendeu, que já não quer deixar das drogas, não passa um dia sem usar a droga, todo tempo quer usar aquela droga (Informação verbal)⁹⁷”. No caso, ele já estava há quatro dias sem usar drogas. “Junior” aponta que quer se recuperar, mas que é muito difícil, sobretudo na rua, pois são algumas situações conflitantes, desentendimentos e chateações que desencadeiam sua vontade de beber e conseqüentemente de usar crack. Pergunto a “Junior” se tem usuários violentos, ele responde que tem, mas ressalta que eles “vem do Ver-o-Peso pra cá”, pois: “Lá são os zumbis lá, é dia e noite, dia e noite, não dorme pra nada (Informação verbal)⁹⁸”.

Já “Jonas”, que se estabelece na “Calçada da Farmácia”, me relata que chega a usar 20 pedras de crack em um dia, o que custaria R\$ 200, porém ressalta que não é sempre que tem esse recurso. Mesmo assumindo um uso diário e intenso, ele não se considera um “fissurado”, destaca que muitas vezes compra a droga junto com os parceiros, dividindo a mesma na hora do uso.

Em geral os sujeitos compram as drogas no CHB, ou em seu entorno, porém não necessariamente em espaços como as “bocas de fumo” controladas por traficantes fortemente armados, em geral são diversos indivíduos portando pequenas quantidades. Às vezes podendo ser usuários revendedores, ou pessoas habituadas a irem comprar em locais mais distantes e perigosos, que ao se arriscarem, ganham uma parte da droga ou usam em conjunto, mesmo sem contribuir financeiramente. Quando pergunto a “Junior” onde ele adquire a droga, ele responde que às vezes é no Ver-o-Peso, ou então na Vila da Barca (bairro do Telégrafo). Ele explicita que nunca vai comprar, sempre pede para outros, pois tem medo de ser pego. Comenta que eles juntam um dinheiro e entregam para um rapaz comprar.

⁹⁵ Aqui ele se refere ao “Empresário”.

⁹⁶ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

⁹⁷ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

⁹⁸ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

É muito difícil, só quando eu to doidão, aí da coragem, aquela bebedeira da coragem d'eu ir lá no traficante e pegar, entendeu. Mas eu tenho muito medo de ser pego, cara. Passar numa televisão assim: “olha fulano de tal”... Da minha família mesmo ver, né? Não é porque eu tô na rua, porque a minha família vai ligar pra mim, né, vou ser preso, né cara. Ser aquele... “Olha o ‘Junior’, ele ta preso. Pô, eu pensava que ele tava bem”, entendeu? A maioria da minha família, não sabe que eu tô na situação aqui, entendeu? Não sabe que eu sô vici... só as minhas irmãs e meus irmãos mesmo, minhas tias que moram em São Paulo, uma que agora ta na Bahia agora, não sabe que eu to em situação de rua (Informação verbal)⁹⁹.

Mais especificamente no CHB, um local de compra citado por três sujeitos, “Junior”, “Manuel” “Jonas”, ainda que não tenham me indicado algum ponto específico, é o Ver-o-Peso e seu entorno, talvez pelo próprio desenraizamento dos vendedores¹⁰⁰ da droga. Ao longo das incursões acabei tendo acesso a um desses pontos mais famosos a “feira da maniva”, como os sujeitos identificam um local onde sempre “tem alguém vendendo”. Mesmo sendo inspirado no espaço de mesmo nome da feira, aqui não se trata das delimitações do substrato material, mas sim da espacialidade dos vendedores de drogas, sua presença corporal.

No dia 14 de fevereiro me encontrei com um companheiro do MAPSRUA em frente ao Tribunal de Contas do Estado Pará (TCE-PA), que fica no bairro de Nazaré, a uma distância de um pouco mais de 1,5 km da Pç. Waldemar Henrique, uma caminhada de 25min. Chegamos à praça por volta das 22h, nos direcionamos para a concha acústica, deixamos algumas doações lá e então nos despedimos do pessoal.

⁹⁹ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

¹⁰⁰ Aqui evito o termo traficante de drogas, pois como já alertava Souza (2008), ao se pensar na problemática do tráfico de drogas, uma economia “capitalista criminal-informal”, é necessário distinguir os diferentes subsistemas e atores. O “subsistema varejo”, abarca os sujeitos que atuam nas “bocas de fumo”, em geral retratado na mídia como “os traficantes”, jovens de origem pobre e que não acessam grandes fortunas, sobretudo os “soldados” e “gerentes”, são mais uma espécie de assalariados. No máximo, os “donos da boca” conseguem almejar grandes investimentos, como casas, ainda que muitas delas localizadas em favelas. Mas mesmo assim, estão submetidos aos maiores riscos de morte e prisão, assim como os menores rendimentos. Outro subsistema apresentado pelo autor é o de “importação-exportação-atacado (IEA)”, onde se enquadram os grandes traficantes, as redes criminosas internacionais, seus sócios e facilitadores (agentes do Estado), que possuem contas em paraísos fiscais e muitas vezes são “intocáveis”. Para além dessas distinções (importantíssimas!), ressaltaria também a disparidade entre o pequeno vendedor de drogas (espécie de assalariado), do abusador de drogas revendedor, o que de maneira simplificada, levaria em conta a própria distinção realizada por Castel (1996) entre pobreza e pobreza indigente. O que cabe aprofundamentos acerca do tráfico drogas enquanto atividade comercial criminal-informal, que acompanha e incorpora formas próprias do capitalismo legal contemporâneo, tanto na organização, como nas “relações de trabalho”, onde muitas vezes o que se denomina “traficante”, esta muito mais próximo de um “vendedor” no esquema “*marketing* multinível”, do que de um “trabalhador assalariado” com um mínimo de integração em uma organização. O que quero atentar, não é um nível mais profundo de precarização, que é inerente ao tráfico, mas apontar como essa economia criminal-informal parece incorporar indivíduos no limite da desfiliação social.

Seguimos nos afastando da concha pelo centro da praça em um deslocamento diagonal no sentido da lateral paralela a R. Municipalidade. Procurávamos por “Joana”, “Maria” e “Cristiano”, levávamos seus pedidos, que incluíam roupas, duas bíblias e um caderno, que não fora pedido por “Cristiano”, mas ele demonstrara interesse no meu caderno de campo na visita anterior. Chegamos à parte de baixo da arquibancada da praça, onde é uma parada de ônibus também. Logo enxergamos cinco homens, três deitados em estruturas metálicas e retangulares, pequenos balcões para vendedores. Já os outros dois estão em pé conversando. Um deles é “Alexandre”, que conhecera na “Santo Antônio”. Eles perguntam se estamos doando roupas, respondo que só há roupas femininas. “Alexandre” pede roupas para a sua mulher (eu não sabia se ele estava sendo sincero, mas sempre temos um estoque desproporcional de roupas femininas, visto que a maioria das pessoas em situação de rua, sobretudo à noite, são homens). Deixamos uma sacola com algumas peças que ele avalia se são do tamanho de sua companheira. Aproveito para perguntar se eles viram Joana”, “Maria” e “Cristiano”, apontando para onde os encontramos na última sexta. “Alexandre” responde: “Joana”, gordinha? Ah, ela não tá aqui, acho que ela foi pra casa dela”. Pergunto novamente pelos outros dois. “Alexandre” não tem muita certeza de quem são eles, mas comenta que eles podem estar na “feira da maniva”, lá no Ver-o-Peso. Agradeço a ajuda e nos despedimos. (14 de fevereiro de 2020. Nota de campo).

Nesse dia, ainda passei na “Santo Antônio” para deixar doações e aproveitei para perguntar para “Junior” sobre a “feira da maniva”, se é seguro ir lá. Ele expressa um olhar de preocupação, meio que não aconselhando a ida e diz: “Olha, lá tem muito fluxo de usuário, mas tem polícia lá também”. Enquanto descemos a Av. Pres. Vargas, pergunto ao companheiro do MAPSRUA se está disposto a ir à “feira da maniva”, ele responde que tudo bem.

Chegamos ao Ver-o-Peso por volta das 22:50 da noite, as barracas que vendem importados estavam vazias, algumas pessoas dormiam sobre os balcões. Na parte de lanches era possível ver um movimento maior, atravessamos até a parte dos bares, que fica rente ao rio, em um piso superior. Sabíamos que o espaço que procurávamos era próximo ao setor de hortifruti do complexo, na parte onde vendem ervas e outros tipos de vegetais. Seguimos por trás do Largo da Beira (agora em reforma), próximo a parte de hortifruti, há uma mulher sentada em um caixote, com

uma pochete em sua cintura. Com as pernas balançando no ar parecia esperar calmamente por algo, a sua volta orbitavam algumas pessoas. Um rapaz sentado na escada de concreto, sem camisa e descalço. Mais próximo à mulher, havia outro homem, magro de olhar vazio. Fico olhando por alguns segundos, procurando “Joana”, “Maria” e “Cristiano”, logo desvio o olhar para não chamar atenção. Seguimos mais a frente, de certa forma sabendo que já havíamos encontrado o ponto. Paramos com um senhor que trabalhava e perguntamos onde fica a “feira da maniva”, explicando que levávamos doações para umas pessoas, ele responde e aponta para o local que acabamos de passar. Antes de irmos, ele nos alerta para ter cuidado. Voltamos e damos mais uma olhada, confirmando que quem procurávamos não estava lá. Preferimos não interagir com quem estava lá, pois sendo um ponto de drogas, poderíamos acabar gerando uma situação de risco (14 de fevereiro de 2020. Nota de campo).

A partir dessa breve exposição, evidenciamos as formas de uso, padrões de controle e alguns efeitos relacionados ao uso de crack e/ou similares, elementos que compõem a embriaguez vivida (MESSAS, 2008). As diferentes motivações e trajetórias dos sujeitos com as drogas apresentam as singularidades do “ser usuário de crack”, suas formas de lidar com a vulnerabilidade existencial (SODELLI, 2010).

Com a fala de “Junior”, podemos indicar alguns elementos acerca da relação dos sujeitos com o ambiente, não só em um contexto entre usuários de crack e/ou similares e não usuários (*insiders x outsiders*), há uma classificação interna entre “fissurados” e “viciados”, que também compõe um limite na relação do Nós a que nos alude Schutz (1979c). Um elemento que não é tão superficial quanto os aspectos temáticos da cena de uso da droga e sua fluidez na afiliação (PFADENHAUER, 2005), há um intento de “estabilidade” e “pertencimento” mesmo em tais condições, que compõe a própria territorialidade em seu sentido fenomenológico, onde a relação entre um “eu” e o “outro” possui gradações, assim como pontos de referência, bases inerentes à própria configuração da existência, onde uma alteridade sempre se estabelece com uma base, o que não significa fixação em um ponto, mas um apelo espacial.

Tendo em vista a proposição de Becker (1977) de que o contexto social do uso de drogas é fundamental para a compreensão das experiências com o uso, a distribuição do conhecimento em uma unidade social, a microterritorialidade evidencia-se como elemento essencial, visto que ela indica uma relação com a

“externalidade” de maneira integrada, ou seja, uma espacialidade que envolve o outro, mas aquele que compõe uma fronteira do “Nós”, por onde circulam conhecimentos, que certamente perdem profundidade ao atravessá-la. Visto que mesmo no compartilhamento da experiência de usuários de crack e/ou similares em situação de rua, os diferentes pontos de estabelecimento no CHB já resguardam diferenças, não só de sujeitos com trajetórias dispares, mas também das próprias formas de experiências possíveis de se estabelecer, o que certamente não se dá somente por movimento interno, mas também em contato, confronto e conformação com outras formas territorialidades.

4.2 Além do tracejado da droga, a pessoa e sua espacialidade cotidiana

*Sem rumo e sem teto
 Desde criança
 Ficou a esperança
 Distante de mim
 Mas eu to na minha
 E sento na praça
 Tranquila ameaça
 À falsa moral
 Marginal! Marginal! Marginal! (4x)
 (PAULO DINIZ, 1970)*

No tópico anterior enfocamos o “usuário” de crack e/ou similares, agora pretendemos realizar enlaces acerca da pessoa e seu cotidiano, visando contornos que extrapolem a cena de uso, a partir das falas e fragmentos vivenciados com “Junior”, “Buarque”, “Manuel” e “Jonas”, com quem consegui estabelecer conversas recorrentes e profundas. Partimos da concepção de Gadamer (2007), onde o termo “pessoa” evidencia o papel que cada ser-aí desempenha no “teatro do mundo”. A “pessoa” evoca a proposição de Kant, em que a liberdade da personalidade e sua imputabilidade, estão acima da subjetividade da autoconsciência.

Antes do “usuário” de determinada droga, há uma pessoa, com uma situação biográfica específica. Como afirmam Sipahi e Vianna (2001) os termos “usuário” e “dependente” indicam situações, ou seja, mobilizações de uma pessoa, que a partir

de sua (auto)compreensão atua “em-função-de” uma “possibilidade” na qual se projeta, no caso o uso de drogas. Nesse sentido, o ser “viciado” ou “fissurado” não é uma propriedade, ou “substância”, mas uma constelação de atividades e anseios. Não substancializar tal situação, não significa dizer que se trata de uma fácil mobilização. Ao longo do trabalho expomos as situações precárias em que os sujeitos estão inseridos, assim como o sofrimento em relação ao uso de psicotrópicos e a dificuldade de abandonar tal universo.

É tentando superar essa redução da pessoa ao estigma, que irei expor situações que extrapolem as cenas de uso de drogas, alguns trajetos, formas de lazer e momentos de conversa despreziosa. Ainda que não signifique uma evasão do contexto da droga, ou de um habitar tensionado, visto que todas as situações se deram em espaços públicos ou semi-públicos (Centur), mas abarcando contornos das pessoas com quem interagi, evidenciando o que Bachelard (1974) chama de “espiral do ser do homem”, suas diversas inversões, onde um enunciado sempre apela por outro, uma espiral que nunca alcança seu centro.

Ao longo de minhas interações com “Junior”, identifiquei ao menos três trajetos cotidianos (ou quase que). O primeiro se refere a sua obtenção de renda, onde faz uma longa caminhada para coletar latas de alumínio para reciclagem. Acerca desse trajeto ele expõe:

Eu vou, rapaz, eu ando bem, viu? Saio daqui, Batista Campos, Batista Campos, Nazaré, Nazaré, Brás de Aguiar, pela doca todinha, aí dou o balão e venho pra cá, chego 19h30min, 20h por aqui. Mas eu gosto mais de ir segunda-feira porque que da mais lata, entendeu? Porque eles bebem no sábado e domingo, os rico jogam mais as lata nos contêiner dia de segunda-feira, porque só passa o lixo dia de segunda-feira. Aí que eu cato mais, aí eu arrumo R\$ 30, 40, entendeu? Tem as vez que da preguiça e eu nem saio, mas eu gosto mais de segunda-feira. Inclusive, naquela vez eu pedi pra tu vim terça-feira (Informação verbal)¹⁰¹.

Além do trajeto para coleta de latinhas, “Junior” realiza outros menores, como o trajeto do almoço, em geral da Santo “Antônio” para o Restaurante Popular, que fica no CHB. Outro trajeto que ele havia iniciado não tinha muito tempo, era da localidade dos parceiros para o Centur, onde ia ver filmes. Ele disse frequentar quase todos os dias e ia junto com “Buarque”, lá havia também outros sujeitos em situação de rua, mas de outras localidades. Assim, no dia 10 de fevereiro de 2020,

¹⁰¹ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

decidi ir ao Centur para encontrar “Junior” e “Buarque”. Cheguei lá por volta das 15h, sem saber se os encontraria.

Deixei meus objetos no armário da biblioteca (segundo piso) e subi para o outro piso (terceiro). Quando passo pela porta encontro “Junior” e “Buarque” saindo, o segundo nem me viu, estava atento ao elevador que acabara de chegar. “Junior” me viu e parou pra conversar, com expressão de pesar, pois já tinham que ir embora. Então eu o acompanhei até a saída do Centur. Perguntei do curso, ele respondeu que só estavam vendo filme e que iriam estar amanhã de novo, frisando o horário das 11h30. Já no térreo encontramos “Buarque” sentado no banco, nos cumprimentamos, percebi que estavam com pressa então fiz questão de expressar que não havia problema deles irem. Perguntei para onde eles estavam indo, eles me respondem que iam pegar uma refeição na Batista Campos, em um restaurante (10 de fevereiro de 2010. Nota de campo).

Nesse momento se expressam as instabilidades próprias aos cotidianos dos sujeitos. Mesmo que atuassem em bicos de segunda a sexta, garantindo uma certa renda que lhes permitia almoçar no “popular”, muitas vezes iam atrás de outras refeições, doadas nos mais diferentes pontos, desde restaurantes a igrejas. Essas em geral não diárias, o que exige deles um mapeamento espacial e temporal para adquiri-las.

Alguns dias depois retornaria ao Centur tentando encontrar “Junior” e “Buarque”, caso não os encontrasse lá, iria andando para o CHB para encontrar “Jonas”.

Chego ao Centur às 15h24, me dirijo para o terceiro pavimento, para o espaço de audiovisual. Lá vejo umas oito pessoas vendo filmes, vou me aproximando e enxergo “Junior” em pé ao lado de uma TV de tubo, vendo um filme de boxe, três pessoas assistiam sentadas. Como “Junior” estava concentrado, me sentei em uma poltrona antes da área onde ficavam as televisões. Havia uma parede de vidro que separava da parte onde eu estava, mas não chegava a ser uma sala. Alguns minutos se passam e “Junior” me vê sentado, então acena para mim e eu vou ao seu encontro. Ele me convida pra ver o filme, pega uma cadeira para mim e põe ao lado da sua. Pergunto por “Buarque”, me responde que ele estava doente e que tinha ido pra casa dele. Estamos ao lado de um rapaz bem próximo a tela, sentado de pernas cruzadas e com a mão no queixo, expressando atenção ao filme.

Quando ele me vê ao lado de “Junior”, pergunta se sou filho dele, nós rimos e respondemos que somos amigos (28 de fevereiro de 2020. Nota de campo).

Ficamos acompanhando os filmes por alguns minutos. Em certo momento “Junior” me diz que vai pegar uma refeição na Pç. Batista Campos, eu pergunto se posso ir junto, ele responde que sim. Quando já estamos próximos à saída do Centur, ele nota que está chovendo e decide esperar passar. Falo para ele que tenho um guarda-chuva na mochila, mas ele explica que não está com fome, só estava indo acompanhar um amigo.

Sentamos em um banco, “Junior” estava com um lenço na mão e fungando, aponta para a mochila que carrega e diz que é do “Buarque”, pegou emprestada, visto que o amigo estava “baqueado”¹⁰², nem se alimentara direito. Comento que é o tempo chuvoso e ele responde que sim, tem pegado muita chuva, mas que não está tão mal porque se alimenta bem (28 de fevereiro. Nota de campo).

Enquanto esperávamos a chuva passar, aproveitei para entregar um lençol para “Junior”, comento que fico preocupado que chove muito e deve molhar o lençol dele. Ele fica feliz e me agradece. Indago sobre o pessoal que estava conosco assistindo filme, Ele responde que todos estão em situação de rua, me sugere que eu os entreviste. Nesse dia, começa a se evidenciar uma alteração na minha relação com “Junior”, visto que me apresentara como um “amigo” para “Davi”. Além disso, suas contribuições e sugestões começaram a inseri-lo na pesquisa não mais como um interlocutor importante, mas como um verdadeiro colaborador da pesquisa¹⁰³. Inclusive comentei com ele a possibilidade de realizar algumas atividades, como desenhos e a constituição de mapas mentais, se ele participaria, ele não responde de maneira precisa, digo que podemos ver isso outro dia. Antes de sairmos do Centur ainda subiríamos novamente e ficaríamos mais uns 15min vendo filme. Por volta das 17h seguimos para a “Santo Antônio”.

¹⁰² Expressão que indica que a pessoa está abatida, podendo ser por uma doença, trauma físico ou mesmo cansaço.

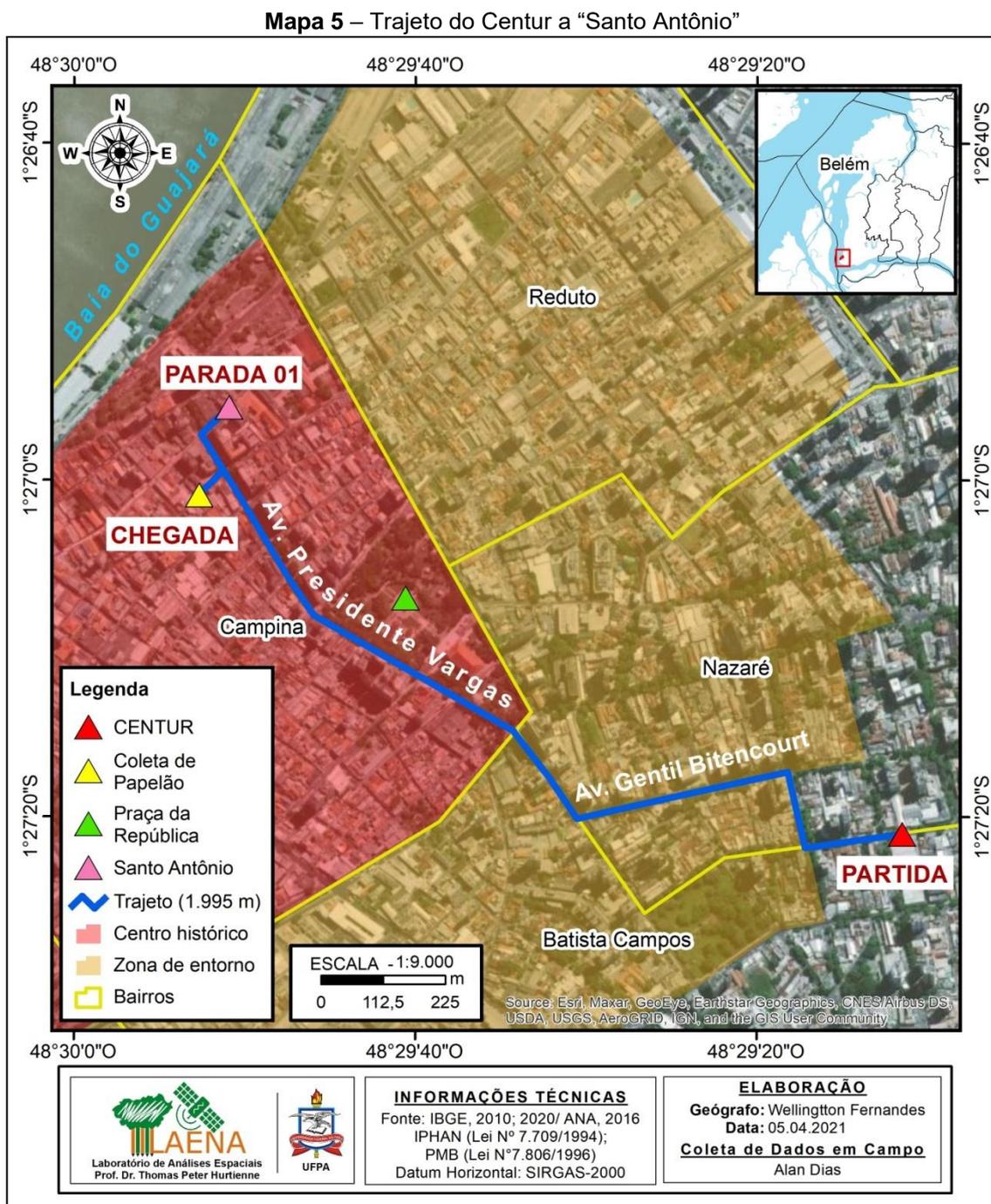
¹⁰³ Aqui aponto uma certa semelhança com situação descrita por Whyte (1990), onde o autor destaca uma alteração de seu relacionamento com Doc, uma pessoa que inicialmente era apenas um “informante chave” e também o protegia no campo (ressalto de antemão a distinção entre “informante” e “interlocutores”, como me alertou o Prof. Dr. Fabio Castro, pois tais termos aludem a configurações etnográficas diferentes, sendo respectivamente a observação participante e a dialógica). Na medida em que passavam mais tempo juntos o antropólogo deixou de tratar Doc como um informante passivo. Passando a discutir francamente o que estava tentando fazer, os problemas que o confundiam e assim por diante. Ele ressalta que Doc passa a ser um colaborador da pesquisa.

Saímos do Centur, mas ainda chuviscava, pergunto para “Junior” se não quer meu guarda-chuva, responde que não precisa. Ao nosso lado “Davi” abre uma sombrinha, eu olho para “Junior” e digo: “Ta vendo, tem que se proteger.”; ele ri e continua andando. Seguimos pela Av. Gentil Bittencourt e passamos a Trv. Rui Barbosa. Mais alguns passos e abro minha mochila, imponho o uso do guarda-chuva, “Junior” concorda, diz que a chuva ficou mais forte. Dobramos a direita na Trv. Benjamin Constant até a Av. Com. Brás de Águiar. Pergunto se ele já viu muitos filmes no Centur, ele responde que sim, já está frequentando há uns meses. Então indago como foi para ele chegar lá, ele diz que indo buscar a refeição de sexta em uma igreja, conheceu um rapaz que disse ir para lá ver filmes e que era legal. “Junior” relata que às vezes fica lotado lá. Comento que deve ser bom pra ele passar as tardes lá, ele responde que sim. No meio do caminho ele vê uma manga no chão, pega e diz: “ta bonzinha”. Continuamos caminhando até a Av. Serzedelo Corrêa, então pegamos a nossa direita, em poucos metros avistamos a Pç. da República (28 de fevereiro de 2020. Nota de campo).

Enquanto seguimos pela praça, converso com “Junior” sobre algumas pessoas que conheci no entorno, algumas ele diz “conhecer de vista”, falo sobre alguns indivíduos que gostaria de entrevistar, questões relativas à pesquisa. Comento, também, sobre as doações de roupas, que algumas pessoas trocavam por drogas, mas que outras precisavam. Então pergunto a ele como fazia para lavar roupas, ele responde: “na maré”. Pergunto se o banho também é na “maré”, ele responde que sim, caso não possa pagar para usar os banheiros públicos. Falo que já vi pessoas tomando banho nas torneiras que tem em espaços públicos. “Junior” diz que isso acontece nos domingos, quando não lavam carros, depois pondera que ao menos é assim na Pç. Magalhães Barata. Aproveito para perguntar como é que funciona a relação entre os flanelinhas e os que lavam os carros, “Junior” explica que quando um flanelinha não quer lavar um carro, ele oferece a outra pessoa e paga R\$ 5.

Atravessamos a R. Oswaldo Cruz, “Junior” começa a comer a manga, agora seguimos pela Av. Pres. Vargas. Ao ver um grupo em situação de rua, ele pergunta se já falei com eles, respondo que só com o grupo “Amigos em Ação”. Passando desse perímetro “Junior” fica atento as laterais das lojas e comércios, procura papelões para dormir a noite, como não encontra com facilidade, decide ir atrás mais tarde (28 de fevereiro de 2020. Nota de campo).

No mapa 5 é representado o trajeto que realizei com “Junior” em 28 de fevereiro de 2020, saindo do Centur até ao local de repouso na “Santo Antônio”, onde ainda tivemos uma conversa por alguns minutos. Depois fomos pegar papelão para “Junior” dormir na R. 28 de Setembro com Av. Pres. Vargas. Um percurso de quase 2 km.



Ao chegarmos na R. Santo Antônio, nos sentamos na escada da agência bancária. Ainda estava chovendo, pergunto se “Junior” vai atrás de papelão ele diz que ainda não, que vai esperar a chuva passar. Questiono se poderia fazer algumas perguntas que não havia feito da última vez, ele responde afirmativamente, me permitindo gravar também.

Abro o meu caderno de campo, procurando a página em que anotei detalhes do dia que entrevistei Junior, ele olha para o caderno e vê minha caligrafia e algumas anotações caóticas. Comenta que minha letra é igual à dele – apesar da dificuldade de ler sem os óculos, afasta o caderno –, “feia”. Eu solto uma risada e tento me justificar, comento que tenho que escrever rápido, às vezes em pé, andando. Aproveito pra explicar melhor o uso do caderno, pois mesmo tendo lhe entregue algumas anotações na entrevista, eu não tinha mostrado o caderno para ele, explico que as anotações mais caóticas são os pedidos feitos pelo pessoal e detalhes importantes que não posso esquecer, por isso feita de forma rápida. Depois mostro páginas que escrevi com calma, com uma grafia mais agradável (28 de fevereiro de 2020. Nota de campo).

Enquanto conversava com “Junior”, percebo que ele está atento a algo que ocorre no prédio à frente, os funcionários saíram com comidas, “Junior” murmura: “Olha, ta tendo aniversário”. Então “Junior” salta e vai ao encontro de uns parceiros sentados na mureta da agência bancária, um senhor com o colete dos flanelinhas levava uma bandeja com algumas comidas do aniversário. “Junior” me oferece algo, mas eu recuso e agradeço. Logo depois ele volta com um salgado na mão. Eu olho pra ele e digo sorrindo: “Não era tu que não estava com fome?!”; ele diz que é “olho gordo”, que não perde a oportunidade de uma refeição. Nesse dia, perguntei a “Junior” como ele gostaria de ser identificado na pesquisa, ele responde que poderia usar “Junior” mesmo, ele brinca dizendo que não tinha medo de seu nome aparecer em programas de TV policiais, já que não tinha feito nada de errado.

No dia 03 de março eu tinha um encontro marcado com “Junior”, porém não estava bem nesse dia e estava chovendo muito. No dia posterior acordei melhor e decidi ir ao campo, porém ia passar antes no Centur para ver se encontrava “Junior” e “Buarque”, caso não os encontrasse ia andando para o CHB. Chego ao terceiro piso do Centur por volta das 15h30, porém não encontro conhecidos. Sem uma ponte, fico apenas observando por uns 20min. Segui para a “Santo Antônio”, tomo cuidado para refazer o trajeto que fiz com “Junior” na última vez. Na caminhada

percebo que cometi um erro ao descrever o percurso no caderno de campo. Quando chego na “Santo Antônio” não encontro nenhum conhecido. Na Pç. Dom Macedo Costa encontro “Pedro”, com quem não tivera muita interação, mas já tinha sido apresentado. Ele estava atuando como flanelinha na R. Municipalidade e me diz que “Junior” fora pegar latinhas e que deve voltar umas 18h. Resolvi ir falar com “Jonas” lá na Pç. Dom Pedro e depois voltar.

O dia está ensolarado, mas agora está ventando como se precedesse a chuva. Quando me aproximo do Ver-o-Peso o sol parece mostrar sua força. Seguindo ao longo do mercado, enxergo umas 20 pessoas em situação de rua espalhadas na Pç. do Pescador, divididas em pequenos grupos, em meio a elas circulam pessoas que desceram no pequeno porto ao fundo, vendedores, trabalhadores e consumidores. Um grupo em situação me chama a atenção, eles meio que formam um círculo em torno de um caixote improvisado como mesa, em cima havia duas garrafas de “buchudinha”. (04 de março de 2020. Nota de campo).

Encontro “Jonas” por volta das 17h na calçada da Pç. Dom Pedro II. Após entrevistá-lo, me despeço e retorno para a “Santo Antônio”. Com o aproximar do fim da tarde, vou observando movimentos de lojas fechando, enquanto indivíduos vão se estabelecendo nas calçadas. Faço uma parada na Estação das Docas, para realizar anotações acerca do campo e usar o banheiro. Por volta das 18h sigo para a “Santo Antônio” e encontro “Manuel”, que estava com o cabelo cortado e barba feita. Comento sua aparência, ele diz que foi uma ação realizada em uma igreja evangélica. Nesse dia ele parecia estar muito bem. Pergunto se ele estava disposto a conversar comigo, ele responde que sim e me convida para sentar ao seu lado, na mureta da agência, onde habitualmente está seu papelão. Ele me mostra a mochila que eu havia entregado para ele. Então realizo uma entrevista, que ele me permitira gravar, porém houve um problema na gravação. Guardo então apenas alguns detalhes da conversa, até porque estava entretido em nosso diálogo. Ao fim de nossa conversa “Manuel” sai um pouco apressado, pois iria pegar uma refeição, antes me informa que “Junior” está “lá pra baixo”¹⁰⁴ (imediações da Pç. do Escoteiro), fora pegar a refeição do “soldado”¹⁰⁵.

Na Pç. do Escoteiro vejo um grupo de 15 pessoas em volta de um banco da praça, próximo a Av. Mal. Hermes. Vou caminhando em direção ao grupo,

¹⁰⁴ Como os sujeitos se referem às imediações das praças do Escoteiro e Waldemar Henrique.

¹⁰⁵ Refeição oferecida por pessoas que atuam na CPAOR.

procurando algum conhecido, então vejo “Junior”. Aproximo-me do grupo para cumprimentar “Junior”, logo depois vem “Buarque” em minha direção, o qual ainda não tinha visto. Assim como “Manuel”, “Junior” também estava com a barba feita e o cabelo cortado. Eles me mostram suas mochilas, “Junior” havia ficado com a mochila de “Buarque”, enquanto o mesmo ficara com a mochila que eu havia deixado com “Junior”. “Buarque” pega a mochila e me mostra que tinha costurado.

No começo fiquei nervoso com a quantidade de pessoas que estavam ali interagindo, esperando uma refeição, que não era a do “soldado”, mas de um grupo religioso que sempre leva sopa e utilizam uma Kombi. Lá havia gente de vários pontos do entorno, uns que ficam na concha da Pç. Waldemar Henrique, um casal que dorme na arquibancada da mesma praça, inclusive “Junior” me mostra o pequeno barraco improvisado. Algumas pessoas que ficam na Pç. do Escoteiro mesmo. Em poucos minutos, os que não me conheciam esqueceram a minha presença estranha e as conversas aconteciam de maneira paralela, eu no pequeno núcleo com “Buarque”, “Junior” e outros três. Conto que fui ao Centur procurá-los e de lá vim para a “Santo Antônio”, mas não os encontrei. “Junior” diz que já estava desde 17h30 na Pç. Dom Macedo, repondo que estava conversando com “Manuel”. Eles me dizem que estavam no Centur, mas foram ouvir discos, pois chegaram um pouco tarde e só estava passando filmes que eles já tinham visto. “Buarque” me conta empolgado, com sua voz grave, que estava ouvindo Chico Buarque e que “Junior” dormiu ouvindo Milton Nascimento. “Junior” se defende dizendo que lá é friozinho (04 de março de 2020. Nota de campo).

Fiquei ali apenas ouvindo os diversos assuntos que iam se desenvolvendo. Alguém comenta que mais cedo o “Daniel” e mais três haviam acabado de roubar uma mulher no perímetro. Então outro comenta que mais cedo o trio tinha roubado outras pessoas, que isso já estava ficando recorrente. “Buarque” comenta que já está demais e que eles roubam pra comprar drogas. Então diz: “deus que me perdoe, mas tem que pegar esses moleques e dar uma cossa neles” (Informação verbal)¹⁰⁶. “Buarque” explica que eles sujam a imagem do pessoal da rua, arrumam problemas para todos, pois depois a polícia sai revistando todo mundo. Comenta que “Daniel” é um cara violento e que vai roubar levando um facão. Em algum momento chega um casal, a mulher pega seu papelão e deita ao lado do banco,

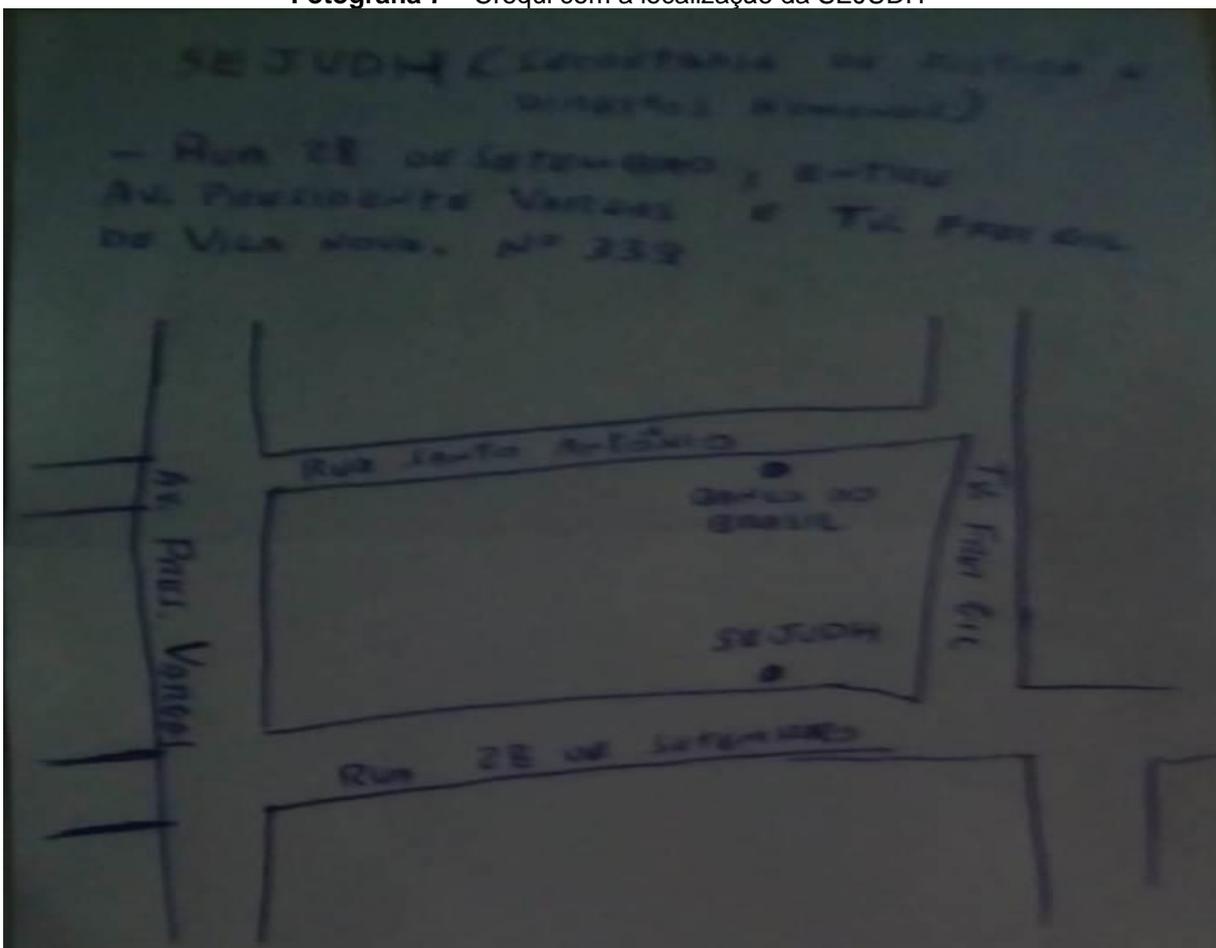
¹⁰⁶ “Buarque”. Conversa informal realizada em 4 de março de 2020.

enquanto o homem fica em pé. Ele começa a contar alguma história de “Junior”, parecia ser alguma situação de embriaguez. O grupo ri, “Junior” fica desconfortável, talvez fosse por eu estar presente. “Junior” levanta e me chama para outro banco.

Sentado no banco com Junior vou sendo apresentado a outros personagens. Um sujeito com duas crianças, que pede dinheiro durante o dia no CHB, mas ao anoitecer retorna para sua residência. Depois chega um rapaz descalço e sem blusa querendo vender alhos, “Junior” diz que não gosta, o outro retruca dizendo que é bom, afasta vampiro. O rapaz senta no banco e depois vai embora, esquecendo o alho lá. Nesse dia, ficara claro para mim um dos objetivos de “Junior”, que de certa forma, me envolvera desde que o conhecera. Quando ele pediu a calça e um par de sapatos, intentava tirar a segunda via de um documento, sua certidão de nascimento que fora roubada na sua primeira noite na rua. Ele me relata que esse era o documento que faltava para ele dar entrada no bolsa família para pessoas em situação de rua. Com esse dinheiro ia conseguir pagar um quarto e sair da rua. As 19h39, completamente exausto, me despeço e vou embora.

No dia 6 de março de 2020, chovera desde o início do dia até o cair da noite, ainda assim, decidi ir ao campo, sobretudo para avisar a “Junior” e “Manuel” sobre uma ação para retirada de segunda via de documentos, que iria ocorrer no próximo dia, em uma igreja no bairro do Guamá. Levava dois papéis com as informações do local dessa ação e com o endereço da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), onde também são oferecidos tais serviços. Inclusive o último local ficava bem próximo do ponto da “Santo Antônio”, aproveitei para fazer um croqui com sua localização (fotografia 7), pois pensava que o croqui poderia estimular alguns dos sujeitos a produzirem mapas mentais. Por conta da chuva, acabei seguindo no ônibus e descendo primeiro na Pç. Dom Pedro II, iniciando o circuito pela “Calçada da Farmácia”. Cheguei ao ponto da “Santo Antônio” por volta das 21h30, no momento havia somente um leve chuvisco. Lá encontrei “Buarque”, “Junior” e um o homem que tinha visto na Pç. do Escoteiro dois dias antes, “Hélio”. Eles estavam sentados em frete à agência do banco, só jogando conversa fora. Aceno de longe e vou me aproximando do grupo.

Fotografia 7 – Croqui com a localização da SEJUDH



Fonte: Alan Dias (2020)

Cumprimento todos ali presentes, então pergunto por “Manuel”, logo me corrigindo, ante aos olhares confusos, cito a alcunha dele. Eles respondem que ele estava lá pra esquina, que ele foi “endoidar” (usar drogas). Então falo pra “Junior” acerca da ação e entrego os papéis com as informações. Peço para que entreguem um dos papéis a “Manuel”. “Buarque” se interessa com as informações da ação no Guamá, que além de promover segunda via de documentos, também realizaria aconselhamentos jurídicos e negociações de conta de luz, ele fala que acha que a energia do seu “quarto” está vindo cara. “Hélio” conta que já tirou vários documentos na SEJUDH, e brinca dizendo que “Junior” não tem “jeito” com as pessoas (6 de março de 2020. Nota de campo)

“Hélio” tinha voltado recentemente para a “Santo Antônio”, “Junior” até brincava dizendo que ele não era do local, apesar de ele já ter ficado por lá, tinha ido para o bairro São Brás, porém não são citadas as motivações. Enquanto falamos sobre os documentos, “Hélio” relata que no Centro de Referência Especializado para

População em Situação de Rua (Centro-Pop) eles tiram documentos também. “Junior” e “Buarque” mais uma vez falam que há uma “panelinha”, que “eles só ajudam o pessoal de lá (do bairro de São Brás)”. Apontam que são poucas fichas para atendimento, que não conseguiram usar o armário. “Hélio” acende um cigarro, alguns minutos depois “Junior” pergunta se ele não vai oferecer. Somente os dois fumam.

Enquanto conversamos, dois homens em uma moto¹⁰⁷ param próximo da gente, fiquei apreensivo por uns segundos, mas logo os rapazes cumprimentam a dupla na moto, que para rapidamente, tira umas fotos do estabelecimento e então vão embora. O pessoal me explica que eles são vigias e que pela noite, de hora em hora eles passam lá para ver se está tudo certo e se não tem ninguém dormindo na frente (isso eu já ficara sabendo com Manuel, que era permitido dormir apenas no lado esquerdo da calçada). Mas eles ressaltam que o vigia em questão era “parceiro” e deixava que eles dormissem lá (06 de março de 2020. Nota de campo).

Após passar as informações para Junior, eu só fiquei lá em pé, pus minha mochila no chão e escutei eles contarem situações de roubos e invasões de comércios ali pelo CHB, de “bandidinhos viciados” que sem querer encontraram fortunas, mas em vez de fugir, ficaram escondidos por lá, em quartos de pensões, usando o dinheiro para abastecer o vício. Inclusive é relatada a história de porque o dono do comércio da frente não deixa ninguém dormir. Segundo os rapazes já tinha uns oito anos, que por volta das 3h invadiram o comércio, eles destacam que não fora ninguém que dormia ali no pedaço. No entanto, muitos acabaram se aproveitando para pegar algo, pois a porta ficou arrombada até a chegada de funcionários pela manhã. “Junior” resalta que quando ouviu o barulho e viu a situação, só se retirou do local, e exclama: “eu não gosto disso não, fui embora!” (Informação verbal)¹⁰⁸. Todos ali reconheciam que era compreensível a atual atitude do proprietário.

Outro tópico que surge, são as execuções no CHB. “Buarque” comenta com uma naturalidade que sempre estão matando gente ali. Aproveito pra perguntar das últimas execuções que tinha visto no jornal, uma que ocorrera em fins de 2017¹⁰⁹ na parte de trás do antigo prédio da Receita Federal. Nenhum dos presentes conhecia

¹⁰⁷ Minha apreensão se deve, pois os crimes com *modus operandi* de execução e relacionados à droga, são realizados em geral por duas pessoas em uma moto.

¹⁰⁸ “Junior”. Conversa informal realizada em 6 de março de 2020.

¹⁰⁹ “Dois homens são encontrados mortos na Pç. Waldemar Henrique, em Belém” (G1PA, 2017).

as vítimas, mas relatam que nesse caso apenas um estava devendo. O que se repetira em outra situação em dezembro de 2019, onde três flanelinhas foram executados¹¹⁰, nesse caso eles conheciam os rapazes e apontam que só um estava devendo, inclusive “Buarque” faz questão de ressaltar que “Xuxa”, um dos que fora assassinado no Reduto, era uma boa pessoa e que não tinha envolvimento com drogas. Outras histórias e situações foram relatadas, mas não me marcaram tanto a ponto de conseguir desenvolver. Mesmo estando cansado nesse dia, fiquei muito entretido e nem observei a hora passar. Às 22h10 mais ou menos, “Buarque” diz que vai embora para sua casa e começa a se despedir do pessoal, aproveito o ensejo e também me despeço.

Nos dias 4 e 6 de março de 2020, comecei a estabelecer interações mais “espontâneas”, como se fosse um estrangeiro que estava começando a me adaptar em um novo ambiente e também sendo acolhido. Minha presença já não era tão alienígena, já era minimamente reconhecido, não só por “Junior” e “Buarque” que sempre me respeitaram e acolheram, mas também por outras pessoas, que até então não interagiram comigo¹¹¹. Agora já não estava mais afoito por fazer perguntas, o que garantia uma leveza às interações. Estava aprendendo a simplesmente estar nos pontos aberto a interações.

Após esses encontros, fiquei duas semanas sem ir ao campo, devido às chuvas intensas ao longo do mês de março e porque adoeci. No dia 11 de março a OMS decreta pandemia do coronavírus, isso repercute no Brasil, sendo que no dia 17 de março ocorre a primeira morte no país. Na semana seguinte eu fiquei em casa pra me recuperar, avaliando como seria tratada a situação em Belém. No decorrer da semana foram se intensificando as medidas de restrição social, nesse sentido decidi pausar os campos – sendo que já pretendia encerrar a coleta de dados para a dissertação, ainda que fosse continuar as ações sociais –, mas antes teria que ir lá para avisar algumas pessoas, pois havia me comprometido com diversas situações. Além disso, ia orientá-los a ir para o estádio Mangueirão, que o Governo do Estado

¹¹⁰ “Três homens foram mortos a tiros no bairro do Reduto, em Belém” (G1PA, 2019).

¹¹¹ No dia 4 de março, ao interagir com o pessoal na Pç. do Escoteiro, fora a primeira vez que falei com “Márcio”. Quando “Junior” fala de ver filmes no Centur, “Márcio” se gaba dizendo que assiste filmes no “Cine Líbero Luxardo”, localizado no mesmo local, mostra uma carteirinha que lhe permite entrar de graça. Eu já vira “Márcio” desde a minha primeira vez na “Santo Antônio”, porém sempre com uma cara de “poucos amigos”. Inclusive, “Junior” me relatou que o apelido desse rapaz era “zangado”.

anunciara no dia 21 de março, como um local de acolhimento às pessoas em situação de rua.

No dia 23 de março de 2020, chego às 15h30 na “Santo Antônio”, mas não encontro nenhum conhecido. Havia pouco movimento nas ruas, sobretudo para uma segunda-feira. Desci até a R. Gaspar Viana, no espaço dos flanelinhas, onde encontrei “Buarque”, que me avista e pela primeira vez me cumprimentou falando meu nome. Lá estava também “Hélio” e o “Empresário”. Ao conversar com “Buarque” fiquei sabendo que “Junior” não dormia mais na “Santo Antônio”, que agora ficava próximo às imediações da Pç. Batista Campos, não consegui informações do porque. “Buarque” estava bem atualizado acerca das informações do coronavírus. Falamos sobre a situação no Mangueirão, ele comenta dos possíveis conflitos que podem ocorrer lá, por misturar pessoas de diferentes pontos. Não me demorei muito lá. Naquela tarde ainda fui atrás de “Junior”, porém não o encontrei.

4.2.1 Do “exílio” ao habitar a rua: o espaço telúrico e as provações corporais

Ao expormos as trajetórias de pessoas que fazem uso de crack e/ou similares no CHB, evidencia-se uma correlação intensa entre o uso contínuo da droga e a rua, tal como identificara Adorno (2017) acerca da cena em São Paulo. Ao longo das falas de “Junior”, “Jonas” e “Manuel”, se evidenciam motivações relacionadas a problemas familiares como fagulhas para o encaminhamento à rua, onde o contato com a droga catalisa tal engajamento que os leva a configurar um habitar a rua. De maneira a evidenciar as implicações no espaço existencial, identificamos esse processo com a palavra “exílio”¹¹².

Como expõe Dardel (2005), é próprio ao ser humano a necessidade de direções, de marcadores para se orientar, como a casa da família, locais de lazer, os trajetos cotidianos, ressaltando que o homem expatriado é um homem desorientado. Em nosso caso, certamente, para os “normais” fica a indagação acerca dessa força que “desvirtua” (palavras que não emprego com intenção moral) o caminho dos sujeitos, que os impede de retornar ao lar. Quais acontecimentos arrebatadores os carregam para esse “exílio”? Já no meu primeiro dia na “Santo Antônio”, recebo uma indicação a partir de uma fala sucinta: “A rua foi uma opção pra mim, pra proteger

¹¹² Como expõe Torrinha (1939), o “exilado” é aquele está ou vive no exílio, aquele que fora obrigado a deixar seu país.

minha família das drogas”. (Informação verbal)¹¹³. A partir do exposto, justamente por não ter sido desenvolvido, podemos inferir três situações, o sujeito segue para a rua, pois: 1) quer evitar os conflitos familiares; 2) não quer influenciar outras pessoas a usarem; e 3) passa a ter problemas com traficantes de drogas (dívidas, rixas, “mercado de morte”¹¹⁴, etc.).

Acerca dos sujeitos com quem conversamos no CHB, a primeira situação fora citada por todos. A segunda é apontada por “Junior” e “Jonas”, pois eles têm filhos e ressaltam que jamais se perdoariam caso os influenciassem a tal situação, evitando inclusive o contato com eles. Ambos apontam também, a vontade de encontrar os filhos novamente, enquanto motivação para abandonar as drogas. Quanto ao último caso, aparece somente em conversas relacionadas a sujeitos executados no perímetro.

De maneira geral, o que se evidencia no impulso para a rua são os elementos que compõem um padrão de uso de drogas “disfuncional” ou “prejudicial”, onde se estabelece implicações à saúde da pessoa, assim como problemas socioeconômicos, como conflitos familiares e a perda de empregos (ARAUJO, 2017). Ou podemos caracterizar, partindo de Castel (1997), como desfiliação, visto que o sujeito fragiliza dois elementos de coesão social, sua integração pelo trabalho e sua inserção relacional. Além disso, destacamos o protagonismo ao estigma do “desacreditável” a que nos alude Goffman (1980), relacionado a uma culpa individual, uma “vontade fraca” ou fraqueza moral, onde a pessoa busca esconder o uso de drogas, não somente de estranhos, mas também de familiares e amigos, o que entendemos motivar o movimento para a rua, sobretudo para os espaços públicos “esvaziados”, em busca de anonimato.

Ao fazer do espaço público, sobretudo de áreas centrais, ponto de estabelecimento de seu modo de existência, o usuário prejudicial de drogas passa a atuar e se inserir no contexto tal qual o “estrangeiro”, visto que, como resalta Simmel (1983c), essa forma sociológica agrega duas características, o movimento e a liberação de um ponto definido no espaço, onde os caracteres da proximidade e distância, próprios às interações humanas, são embaralhados, pois o estrangeiro

¹¹³ Fala de “Antônio”, usuário de crack e/ou similares em situação de rua. Conversa informal em 7 de janeiro de 2020. Fora nossa única interação ao longo da pesquisa.

¹¹⁴ Forma usada no senso comum para designar o indivíduo que é “penalizado” de morte por traficantes. No caso de usuários de drogas, em geral, se deve por descumprimento da disciplina do narcotráfico (COUTO, 2019), como furtar ou roubar em áreas controladas por traficantes, ou por conta de dívidas.

enquanto “corpo” está próximo, porém em sua condição social, distante. O não pertencimento do estrangeiro será determinante para sua posição na nova situação em que se estabelece, assim como ele inclui novos caracteres exógenos.

Simmel (1983c) aponta também que o estrangeiro em sua natureza, não é “dono” da terra, tanto em um sentido físico, quanto figurado. O autor destaca também que mesmo não estando “intensamente” vinculado, o estrangeiro se relaciona com o novo grupo, visto que a proximidade estabelece condições cotidianas comuns. A distinção estaria na amplitude da tensão que se estabelece entre os sujeitos, onde se revela uma intensidade maior no que se refere aos “internos” e o estrangeiro. Realizando algumas ponderações, tais elementos permitem analogias para pensarmos a condição do usuário de crack e/ou similares¹¹⁵ no espaço público.

Assim como o estrangeiro, a pessoa que faz uso prejudicial de drogas estabelece um movimento de “exílio” ao constituir permanências no espaço público, ao habitar a rua. Porém, a “distância” adquire uma configuração diferenciada, sobretudo por se tratar de extensões físicas e “culturais” curtas (com exceção do próprio ato de uso de drogas ilícitas), às vezes contando com movimentos pendulares, onde o indivíduo permanece dividido entre dois “mundos”, a casa e a rua (como evidenciamos em “Buarque” e “Jonas”). Assim, para o usuário prejudicial de drogas o movimento de “exílio” apresenta uma dupla tensão, visto que quanto mais se engaja nos ambientes públicos de uso, mais abalado retornará ao seu ambiente biográfico. Inspirados em Schutz (1979b), diríamos que o sujeito passa a ser um estranho em seu próprio ambiente familiar, já que seu sistema de relevâncias e tipificações anteriores são invadidos por novos, oriundos do contexto em que adentram (evidentemente, para além desses elementos “socioculturais”, há um fator bioquímico essencial nesse processo, ou seja, as implicações dos psicotrópicos no organismo do indivíduo, sobretudo na situação de dependência).

Ao fragmentar por completo o movimento pendular entre a casa e a rua, no pleno estabelecimento da situação de rua, o indivíduo passa a enfrentar novos desafios inerentes a essa nova forma de habitar e suas circunstâncias de vulnerabilidade e marginalização. O que tem implicações em sua espacialidade, visto que o “exilado” vivencia a potência telúrica do espaço desprovido de sua base,

¹¹⁵ O próprio Simmel (1983c, p.183) cita que a situação do estrangeiro poderia ser comparada a dos indigentes, assim como “outras espécies de inimigos internos”.

seu ambiente familiar. Como expõe Dardel (2005) o espaço geográfico não se reduz a superfície, mas abarca materialidade, profundidade, espessura, solidez e plasticidade, elementos que emergem da experiência primitiva, evidenciando uma potência telúrica, uma resistência que apela ao homem um esforço na afirmação de sua liberdade, um conhecer fundado no desbravamento do mundo e suas intempéries. Ao se tratar da pessoa em situação de rua, esses desafios são relativos à cidade, a floresta de concreto que envolve o homem contemporâneo em mistérios e temores. Mais especificamente nos logradouros públicos, onde os sujeitos configuram seus trajetos a pé, empunhando seus poucos pertences, assim como repousam em seu “desguardo”, sem proteção do sol e da chuva, ou mesmo dos riscos humanos.

Pensar a experiência telúrica do espaço em sua concretude, sobretudo acerca dos sujeitos em questão, é atentar para as provações corporais (CEFAÏ, 2010), de maneira a evidenciar que não só manipulamos o mundo a partir do esforço, somos afetados reciprocamente, o que permite a própria configuração de sentidos “à flor da pele”¹¹⁶. Ao desafiarmos o mundo, somos desafiados também e como ressalta Pessoa (2015), aludindo à ontologia heideggeriana, a morte também é um assunto corporal. Nesse sentido, as pessoas que habitam a rua, sobretudo as que fazem uso prejudicial de droga, possuem intensas provações corporais ante o espaço telúrico, porém estabelecem um habitar ausente de “construções”¹¹⁷, de um pleno abrigo onde possam repousar e restabelecer suas forças.

Em relação aos sujeitos com quem interagi ao longo do campo, essas provações corporais e potências telúricas se evidenciam, sobretudo, quando pensamos sua espacialidade cotidiana, visto que na maioria das vezes suas práticas não se estabeleciam na “beira da cama”, ou seja, dos locais onde dormiam. “Junior” percorre um circuito extenso a pé para coletar latinhas e compor sua renda, assim como sua atividade de lazer no Centur também exigia uma caminhada. “Buarque”, da mesma forma, percorria uma grande distância a pé de sua casa até o CHB para realizar sua atividade de guardador de carros. Tanto para os já citados, mas também no caso de “Manuel”, as refeições, sobretudo o almoço, dependendo do dia, poderia ocorrer nos mais diversos pontos da área central. Muitas atividades assistenciais

¹¹⁶ Nesse sentido, a ocupação em sentido amplo, não é só a manipulação do ambiente e seu resultado “construído”, mas envolve também a própria afetação recíproca, não de quem “constrói”, mas de quem experiencia.

¹¹⁷ Aqui aludimos tanto ao sentido proposto por Heidegger (2008), quanto ao sentido ôntico.

também exigem deslocamentos dos sujeitos, que têm como meio de transporte o próprio corpo.

Essas relações se expressam também nas dificuldades de habitar a rua, sobretudo dormir envolve não só o desconforto e a insegurança, mas também elementos naturais como o sol, ou a chuva. Como relata “Junior”:

Não, assim, dormir assim, nessa época assim de inverno é ruim da gente dormir, porque lá a gente não tem um teto pra dormir, porque quando chove, molha tudo lá e a gente tem que passar pro outro lado. E lá os pessoal da moto lá, que trabalham dentro do comércio, não deixam a gente dormir na frente das lojas, a gente tem que ficar em pé, ta entendendo? (Informação verbal)¹¹⁸.

“Junior” relata também que dependendo da intensidade da chuva, continuam deitados e apenas se embrulham, mesmo com o lençol encharcado. Ele acrescenta que muitos parceiros morreram de tuberculose, cita sete nomes. Inclusive cita que havia um rapaz na “Santo Antônio” com suspeita de tuberculose, o qual só vivia deitado. “Junior” expõe também que este rapaz não estava se tratando: “Não, porque devido às drogas que ele usa, ele não consegue, não consegue, é... como é? Ter força pra ir atrás da cura dele. Porque a tuberculose tem cura, né cara? Tem cura e se ele não for atrás, ele não pode se recuperar, ele não pode ficar bom, né. Então é isso (Informação verbal)¹¹⁹”. Assim, a própria relação com a droga também impõe provações particulares aos sujeitos.

Outra indicação da potência telúrica se dá a partir da fala de “Junior”, quando pergunto onde fica o Restaurante Popular, local onde almoça com certa frequência: “Não sei dizer, eu moro aqui há muito tempo, mas não sei o nome dessas ruas aqui nadinha. É verdade. Ele fica aqui, não tem a 1° de Março? Pois é, fica aí perto da 1° de Março (Informação verbal)¹²⁰”. As referências no direcionamento de “Junior” no CHB, sua orientação prática, não se aporta em definições oficiais ou nome de ruas, mas se dá a partir de seu esforço corporal, de suas caminhadas. Ainda que não possa comparar, minhas experiências em campo também abarcaram tais provações corporais, sobretudo ao realizar as ações do MAPSRUA, onde além de um circuito extenso a pé, carregávamos sacolas e mochilas com itens para doar. Além disso, enfrentei chuva e sol nos trajetos do Centur ao CHB. Porém, ao fim do campo, no

¹¹⁸ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

¹¹⁹ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

¹²⁰ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

cansaço que não era só “corporal”, mas envolvia o desconforto de estar sempre “exposto” na rua, tinha um abrigo para retornar e recompor minhas forças.

Como intentei evidenciar ao longo do trabalho, o espaço existencial envolve também a abertura ao outro, de tal forma que em um sentido ôntico, pensar a potência telúrica e a provação corporal é destacar o corpo do outro. Há um apelo ao toque do outro, que no confrontar, pode ser resistência também. Em relação aos sujeitos com quem interagi, se expressa uma precariedade fraternal¹²¹ não só devido ao distanciamento familiar, mas também própria ao contexto, indicada pela tipificação “parceiro” empregada de maneira preponderante em relação ao termo “amigo”. Como expõe Cefai (2010), no contato com o outro, o sentido do tato é fundamental, pois ser tocado é ser afetado. No caso da interação com pessoas em situação de rua, o autor aponta a importância de não ser invasivo, onde o aperto de mão é a melhor forma de iniciar a interação, pois este é um rito comum que indica disposições pacíficas de ambas as partes.

Sobretudo no caso da pessoa que faz uso de crack e similares, há uma peculiaridade espacial em sua desfiliação, os sujeitos não só se descolam de suas realidades familiares, sociais e econômicas. Há um desmembramento de seu próprio espaço existencial. São “exilados” de seus ambientes biográficos. Na ausência de pontos de referência, são de certa forma, atraídos pelo pólo de anonimato e mobilidade da cidade, suas centralidades. São como “estrangeiros”, embaralham os termos de proximidade e distância no contexto em que se inserem. Poderíamos dizer que são migrantes na escala intraurbana, ou mesmo micro, evidenciando não só uma insegurança, mas uma precariedade ontológica¹²². Ainda que tal vulnerabilidade seja de certa forma compartilhada com todas as pessoas em situação de rua, o uso de drogas, sobretudo ilícitas, é um elemento catalisador das forças fóbicas, onde não se explicita apenas o estranhamento de um ser “estrangeiro”, mas configura também as imagens do “inimigo interno”, dos temores urbanos “personificados” no “nóia”, o “cracudo”, “drogado”, etc. Todo momento em que se acende uma pedra no cachimbo, se estabelece um desafio silencioso à normatividade, estatutos jurídicos, ou seja, uma territorialidade desejante. Um

¹²¹ Em um sentido a “flor da pele” este elemento se evidencia em meu encontro com “Jonathan” em 17 de janeiro de 2020, que ao me ajudar em um momento de tensão, não me pede nada em troca, além de um abraço e depois segue seu caminho.

¹²² Aqui me inspiro em Marandola e Gallo (2010), em seus apontamentos acerca do ser migrante e suas implicações na segurança existencial, processos referentes à própria autoidentidade.

desafio inconsciente, pois como expõe Perlongher (1989), tais mobilidades marginais e desejanter não intentam nenhuma conversão da sociedade, porém afirmam uma diferença intensa.

4.2.2 A “casa de papelão”, a materialidade e o refúgio imaginário

Uma casa é tão fria
apenas, apenas uma moradia
sem amor (SALVADOR; MEDEIROS, 1971)

Faltavam apenas 13min para as 18h, termino minhas perguntas e paro o gravador. Ficamos em silêncio alguns minutos, então falo para “Junior” que já está na hora de eu ir embora (penso já ter ocupado muito o dia dele). Então “Junior” fala: “não quer ir lá comigo pegar o papelão antes de ir?”, respondo: “sim, claro!”. Então fomos atrás de papelão. Seguimos pela R. Santo Antônio até a Av. Pres. Vargas, atravessamos para o outro lado, onde há uma agência de banco e seguimos pela calçada até a R. 28 de Setembro, atravessamos e seguimos pela mesma rua, pela calçada da lateral de uma grande loja de roupas, que tem sua frente para a Av. Pres. Vargas. Nesta estreita calçada havia uma grande quantidade de papelões entulhados, que até impedia a passagem de pedestres, um amontoado que se estendia por cerca de uns 3 m de distância. No ponto onde paramos, tínhamos em nossas costas a lateral da loja, mas do outro lado, não era mais a lateral do banco, e sim a fachada de pequenos comércios, que já estavam fechados. Na calçada de um desses estabelecimentos havia papelões agrupados como um colchão, um homem alto estava próximo deles. Logo chega um senhor de blusa vermelha, ele cumprimenta o homem alto de maneira calorosa. Nos segundos seguintes, o de camisa vermelha vai se abaixando para pegar os papelões, enquanto isso, eu e “Junior” estamos na calçada do outro lado. Ele está na minha frente, meio que abaixado, escolhendo os papelões que vai levar. No outro lado, vejo um homem sem blusa, de estatura baixa e possuindo uma barba branca. De repente este homem sai correndo em direção ao de blusa vermelha, exclama que os papelões pertencem a ele e com muita agressividade empurra o outro. O homem alto se assusta, tentando entender o que acontece ao seu lado, e logo brada contra o senhor de barba branca. O homem de blusa vermelha e o de barba branca ficam se encarando e

empurrando, então o último puxa de seu short uma pequena faca de serra, com um cabo amarelo, eles continuam se encarando. Mesmo estando chateado também, o homem alto busca acalmar os ânimos e segura o de blusa vermelha, pedindo para relevar a situação. Os que estavam prestes a brigar bradam acusações um ao outro de estarem porres e de conseqüentemente ter provocado a situação. (28 de fevereiro de 2020. Nota de campo).

A cena descrita acima ocorre em questão de segundos, observei tudo do outro lado da estreita rua, com pequenas interrupções de carros que barravam minha visão. Em toda a situação “Junior” continuou sua busca, sem dar muita atenção, atravessava de um lado para o outro procurando os melhores papelões. Quando a “poeira baixa” e os carros param de passar, olhei para “Junior”, que me responde com um semblante de decepção, então diz: “ta vendo, é assim que é”. Pergunto se são esses tipos de situações que ele procura evitar, essas chateações provocadas por pequenas coisas, ele responde que sim. A cena relatada já nos entrega indícios que o papelão possui uma significação diferenciada para os sujeitos em questão. É a partir desses significados que intentaremos alguns contornos, que extrapolem os aspectos materiais e suas motivações “utilitaristas”, mas que desvelem profundidades constituídas no cotidiano e seus aspectos inerentemente oníricos.

Um pouco antes da situação descrita no início do item, tive um pequeno diálogo com “Junior”, onde perguntei o que significava o papelão para ele, que prontamente respondeu: “Minha casa. Minha casa, cara” (Informação verbal)¹²³. Ele ri ao responder e eu o acompanho.

Não tem condições de dormir no chão. Assim (agora sua fala fica enérgica), foi até essa semana mesmo, que eu peguei um compensado, tinha um monte de compensado ali. Como não tinha papelão, tinha chovido de tarde, de tarde até a noite todinha, botei um compensado grandão aqui. Só que saía a tinta e eu tava de camisa, ta até aqui a camisa preta, tava de camisa preta, ai ficou tudo na camisa, na costa, né? Eu não durmo muito... eu durmo mais de bruços, só quando eu to com muito frio que eu fico... Me acordei, pensando que ta tudo limpo a minha camisa, fui andando... que! Os caras começaram a tirar barato comigo (nesse momento solto uma risada em relação à história): “É vai tomar um banho tu é tudo sujo, pô!”. Olhei minha camisa, égua, tudo cheio de negócio de compensado, a tinta do compensado. Não tinha papelão mais (Informação verbal)¹²⁴.

¹²³ “Junior”. Entrevista concedida em 28 de fevereiro de 2020.

¹²⁴ “Junior”. Entrevista concedida em 28 de fevereiro de 2020.

Para além, da comicidade e inventividade da situação contada por “Junior”, é interessante notar a relação dos sujeitos com o papelão, a importância empregada para esse material que é descartado aos montes diariamente pelo comércio. O anoitecer sinaliza, não só para “Junior”, mas para todas as pessoas em situação de rua, a atividade de “preparar a cama”. Esta se inicia com a busca do papelão, um objeto à mão, como diria Heidegger (2005a), concernente à vida cotidiana, quase que automático, como o levantar e calçar as sandálias. Ao considerarmos todas as relações referenciais que constituem esse “à mão”, encontraremos uma dimensão normativa, visto que o papelão é utilizado para dormir, às vezes apenas para ficar sentado (o “para” indica um uso e propósito padrão). Evidente, que aqui neste grupo, há um “desvio de uso”, pois aos “olhos” dos outros o papelão tem outra função, sendo percebido com estranhamento ou indiferença acerca da forma que é empregado pelos sujeitos.

Na microunidade, no pequeno grupo de visibilidade, mesmo com constâncias instáveis, há um reconhecimento de ordenamentos das noites anteriores e o papelão, utensílio “à mão”, reforça isso ao ser um acessório demarcatório. Aos que ali habitam, sabem que é a indicação da “cama” de alguém, que não se deve pisar, nem sentar ou deitar sem permissão.

Como expõe Bollnow ao se pensar a casa e a coabitação, onde os espaços são divididos entre os moradores, a cama se evidencia como espaço centro individual. Lugar de onde o homem se ergue todas as manhãs, visando “enfrentar” o mundo e para onde retorna ao fim do dia, para repousar. Uma prática concerne a todos os seres humanos. “[...] Na cama, logo, fecha-se o ciclo, do dia como da vida. Aqui o homem chega ao descanso, no sentido mais profundo” (2019, p. 176).

Levinas aponta que o sono dissolve as relações usuais com as coisas particulares, nos convidando a concentrarmos sobre essa base, que é o lugar como suporte do Ser. Ao dormir nos encolhemos em um canto, nos abandonamos ao lugar, ele é nosso refúgio. Estabelece-se uma relação primordial com o mundo, as virtudes protetoras do lugar, pacto secreto com a Terra, expressa no repouso (DARDEL, 2005). Acrescentaríamos, inspirado em Bollnow (2019), que a cama seria esse centro mais específico, onde todos os desafios, os temores em relação ao mundo, se dissipam em um sentimento de abrigo, ainda que somente no durar da “noite” (o sono), retornando ao acordar. Certamente, quando pensamos nos sujeitos do presente trabalho, a “noite”, o sono é muito mais instável, porém o apelo ao

“repouso” (em sentido amplo, tanto o descanso deitado, quanto o permanecer) sempre subjuga a pessoa, ainda que de maneira precária e fragmentada, onde o temor não dissipa, mas talvez fique embaçado.

Ao repousar a pessoa fica em completa vulnerabilidade, uma entrega que se confia à cama, porém ela deve constituir um sentimento de abrigo, não se trata de uma simples referência à materialidade em si e seus atributos. Pois, como Bollnow destaca acerca do sentido da cama, ela é “[...] o lugar em que se adensa a confiável solidez da vida (2019, p. 180)” Já Dardel (2005) ressalta que o repouso, o vínculo com um lar, está além de um simples contato inicial com o solo, envolve relações mais profundas.

A vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, a confiança em que se apela o repouso, se expressa no relato de “Junior” sobre sua primeira experiência de dormir na rua, situação em que fora roubado enquanto dormia, onde levaram sua bolsa e todos os seus documentos. Ele destaca sua reação ainda desorientada e letárgica ao acordar, com a expressão “leso do sono”. Da mesma forma, “Manuel” em certo momento destacou que na rua ninguém dorme de verdade, ele sempre está com um olho aberto. Isso que me exigia cuidados redobrados na aproximação, sobretudo quando realizava os campos noturnos evitando assustá-los. Ainda assim, por diversas vezes vi sobressaltos de quem estava deitado. Além disso, como já apontamos também, há uma dificuldade de dormir, devido a elementos naturais, ampliadas no período chuvoso.

Ante a esse quadro, podemos visar o papelão em um sentido utilitarista, apontando que seu uso é importante, pois proporciona uma superfície mais confortável que o piso, que pode estar gelado ou molhado. Certamente concordaríamos também, ao avaliarmos os pormenores, que este utensílio pouco oferece de conforto em termos utilitários, pois não deixa mais macio o chão duro de concreto, mármore, ou qualquer outra superfície lisa e plana que se encontre pela rua. Esse objeto não os protege dos seres tipicamente urbanos atraídos pela noite, como baratas e ratos; nem dos humanos e sua barbárie. Também não protege de elementos naturais, da chuva ou do sol forte. Ainda assim, o papelão é essencial para o sono, uma marca expressiva do habitar desses sujeitos.

Intentando imagens mais profundas, poderíamos sinalizar que este utensílio é um fio de alento e intimidade ante o temor, essa disposição que se manifesta em ansiedades em relação aos perigos do mundo. Na “terra de estrangeiros” que é o

espaço público, o ambiente dos desconhecidos, o papelão é uma “marca” própria necessária, que permite o refúgio frente à escuridão do sono, o “dessintonizar natural”, não o da droga. Essa “marca” de segurança como já evidenciamos, não se dá apenas para os sujeitos da presente pesquisa, mas é própria ao ser humano, que habita espaços construídos com esse fim. A diferença é que para os que habitam a rua, isso é negado, ou se expressa precariamente, como no caso do papelão. Não é à toa que, quando entrevistei “Manuel”, ele estava sentado na mureta em frente à agência bancária na “Santo Antônio” e eu em sua frente. Certo momento ele olha para mim em pé com o caderno na mão, então aponta para o seu papelão e me convida para sentar ao seu lado. Tal como se abrisse a porta de sua casa e me permitisse entrar.

Ao longo dos campos pude visualizar diversas formas do habitar dos sujeitos, assim como formas criativas do uso do papelão. Em uma tarde de sábado fui ao campo levar umas mochilas para “Manuel” e “Junior”, sem muitas expectativas de encontrá-los visto que não havíamos combinado anteriormente. De qualquer forma aproveitaria para observar o movimento.

Início o campo na Av. Assis de Vasconcelos em frente à Pç. da República e vou descendo em direção a R. Municipalidade. A tarde estava agradável. Chego à Pç. Waldemar Henrique e vou andando pela calçada rente a rua. Não chego muito perto da concha acústica da praça, mas vejo um casal que abre uma sombrinha para acender um cachimbo. No escorregador, que tem na parte superior de sua escada a forma da “cabeça” do braço de violão, um homem pega roupas que estavam estendidas ao longo da estrutura. Vou seguindo para a “Santo Antônio”, lá encontro três pessoas dormindo, estava tudo muito tranquilo e silencioso, mas não noturno, havia algumas pessoas caminhando na rua. Na frente da agência do banco estava só “José” deitado, o rapaz que possivelmente tinha tuberculose. Na calçada do lado oposto havia três homens deitados, só reconheci “Alexandre” deitado em um papelão, que improvisava uma proteção lateral, que cobria parte de seu corpo (22 de fevereiro de 2020. Nota de campo).

A partir deste fragmento do campo evidenciam-se alguns elementos próprios às artes do fazer, as bricolagens a que nos alude Certeau (1998), os improvisos criados pelos sujeitos em sua ocupação de um espaço que não fora construído por e nem para eles. Gostaria de frisar, a forma que “Alexandre” utilizava o papelão nesse dia, ele estava deitado sobre um, mas também utilizava outros pedaços fazendo um

cercado em volta do seu rosto. No momento, não quis acordá-lo e não registrei fotograficamente respeitando sua privacidade. Porém, em uma atividade realizada com o “Amigos em ação”, também fora possível identificar esse uso mais elaborado do papelão (Fotografia 8), por uma pessoa em situação de rua no bairro de São Brás.

Fotografia 8 – A "casa de papelão"



Fonte: acervo “Amigos em ação” (2020)

Acerca dos elementos apresentados, chegamos até a imagem da “casa de papelão”. Intentamos aprofundamentos inspirados na contemplação do ninho apontada por Bachelard (1974). Segundo esse filósofo as “imagens do ninho”, provocam um paradoxo de sensibilidade, ao envolver ao mesmo tempo, a precariedade e proposições do devaneio da segurança. Ainda que passível de ser encontrado (visualizado), o ninho está sempre escondido em meio à folhagem, em um mimetismo do pássaro em meio à paz vegetal. No caso da espacialidade de pessoas que fazem uso de crack e/ou similares no espaço público, poderíamos dizer que o papelão é uma indicação de seu ninho, o qual se mimetiza em meio à “selva de pedras” que é a cidade. Porém não em sua “paz”, mas na instabilidade. Onde

não parece haver devaneios em sentido pleno, mas pontos de fugas, um último apelo à intimidade e sua segurança.

O ninho remonta a casa onírica¹²⁵, permanecemos na casa onírica com uma confiança inerente, vivemos a confiança e segurança de nossa primeira morada, onde a vida do homem se inicia de um sono tranquilo. Uma confiança que não necessita de razões materiais para ser vivida, na verdade está incrustada profundamente em nosso sono. Tanto o ninho quanto a casa onírica desconhecem o mundo hostil (BACHELARD, 1974).

Assim como Bachelard (1974) nos diz que uma concha vazia e o ninho indicam devaneios de refúgio, no caso dos sujeitos tratados aqui, o papelão também parece revelar este elemento. A relação entre uma proteção onírica e uma tangibilidade. Mais do que a localidade, esse utensílio resguardaria a profundidade de tal ocupação, assim como a precariedade inerente aos “exilados”, os migrantes intraurbanos, visto que tal qual o estrangeiro, não “pertencem” ao local, há uma tensão constante, o que demanda abandonos e reconstruções diárias (ou noturnas). O papelão indica tal qual o ninho, o último refúgio, uma indicação de estabilidade necessária à existência, ao mesmo tempo em que expõe a fragilidade inerente ao contexto.

Se nos ativermos ao devaneio, porém em meio ao centro da metrópole e sua multidão, sentado em um papelão na calçada, onde pernas passam pelo campo de visão, assim como os ruídos, sem pedir licença; certamente vislumbraremos não só a imagem da casa precária, ou do abandono, mas o próprio sujeito encarnado em situação de rua. Uma intimidade na sarjeta da selva urbana, em geral em completa mimese frente aos outros que o circundam com indiferença.

4.2.3 Euforia e ressentimento: o crack e a lugaridade fugaz

Ao longo do trabalho evidenciamos a partir das experiências de campo a capacidade de pessoas, não importando as adversidades, constituírem ou responderem ao apelo de uma permanência, uma ânsia de um lar e familiaridade, esse impulso que vem do cansaço e o inevitável repouso, e mais ainda na plenitude do dormir, uma situação radicalmente vulnerável, algo próprio ao ser-aí. Aqui,

¹²⁵ “Nossa casa, compreendida em seu poder onírico, é um ninho no mundo” (BACHELARD, 1974, p. 422)

porém, em tal situação concreta, a vida de pessoas imersas em relações com o crack e seus similares, em situação de rua, e todo o estigma e vulnerabilidade envolvida nessas ocupações, há um embaralhamento intenso entre os significados de orientação e desorientação, de intimidade e desabrigo. Quando pergunto para “Junior” o que significa o ponto da “Santo Antônio”, depois de oito anos lá, ele responde que:

Pra falar a verdade, pra mim significa nada, cara. Nada, nada, nada. Porque eu tento sempre sair da rua, mas eu não consigo, entendeu cara. Eu tento, mas não consigo. Eu não tenho assim, um emprego fixo pra mim alugar um quarto pra mim, entendeu? Porque eu arrumando R\$ 10, 20 por dia, não vai dar pra mim pagar um quarto de R\$ 300, 400 reais, entendeu? Então é assim, porque quando eu tava com a minha ex-mulher, eu tinha condições porque eu trabalhava, depois eu perdi a cabeça mesmo. Vim pras ruas, me joguei nas drogas, na cachaça. Como eu falei, nunca mexi em nada de ninguém, mas sempre, entendeu, usando droga, bebendo cachaça, o dinheiro que eu pegava era só pra droga, entendeu? Assim, então... (Informação verbal)¹²⁶.

Então pergunto o “porquê” dele estar naquele ponto em específico. Ele responde que: “Porque aqui eu acho mais seguro (Informação verbal)¹²⁷”. Ressalta que ao menos é mais seguro que São Brás. Na fala de “Junior” evidencia-se uma precariedade “ontológica”, onde se encontra uma completa tensão em seu habitar, onde sua autoidentidade, seu projetar aspira um outro contexto que parece não encontrar tangibilidade.

Já “Buarque” ao ser indagado sobre o que significa aquele lugar para ele, responde: “Dependendo dos caras, é satisfação de conversar, dividir um prato de comida. É isso que faz o lugar (Informação verbal)¹²⁸”. É na possibilidade desses fatores que “Buarque” pode ficar por lá, ou retornar para o seu quarto.

“Manuel” destaca que costuma ficar na “Santo Antônio”, dormindo no mesmo ponto e grupo por motivos de segurança. Porém, diz que é importante não confiar em todo mundo, pois é perigoso. Termina sua fala dizendo: “Na rua, ninguém dorme de verdade, a pessoa sempre fica com um olho aberto (Informação verbal)¹²⁹”.

Em outro ponto do CHB, pergunto a “Jonas” o que significa a “Calçada da Farmácia”, ele responde: “Aquilo ali... Aquilo ali, pra mim... eu acho assim, um lixo. (Informação verbal)¹³⁰”. Pergunto se tem interesse de complementar, ele ressalta

¹²⁶ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

¹²⁷ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

¹²⁸ “Buarque”. Conversa informal realizada em 7 de janeiro de 2020.

¹²⁹ “Manuel”. Entrevista concedida em 4 de março de 2020.

¹³⁰ “Jonas”. Entrevista concedida em 4 de março de 2020.

que acha o espaço uma “porcaria”, visto que tem “muita coisa errada ali”, as pessoas ficam em “meio ao lixo”, que sente muita vontade de sair dali, não só por ele, mas por sua família.

Como evidenciado acerca da “Santo Antônio”, tais lugaridades diferenciadas abarcam as próprias trajetórias dos sujeitos. Enquanto “Buarque” tem seu quarto, podendo retornar a ele, frente a situações adversas, resguardando as possibilidades de uma configuração topofílica em relação ao local, “Manuel” e “Junior” ressaltam uma ambiguidade própria do habitar a rua, onde topofilia e topofobia pouco se diferenciam, ou são precariamente diferenciadas. Sobretudo em “Junior” há uma implicação maior de sofrimento em suas falas, talvez pelo fato de ter mais referências anteriores e externas a situação de rua que “Manuel”.

Evidentemente, tais lugaridades precisam ser balizadas a partir das experiências com as drogas, tanto as ilícitas quanto as lícitas (sobretudo o álcool), visto que se apresentam como possibilidades de fuga do “aqui” topofóbico e conseqüentemente de um “si-mesmo”. Como expõe “Junior”:

Não sei das outras pessoas, porque eu sofro, quando eu uso droga eu sofro (agora sua fala fica agitada e um pouco ansiosa), no momento que a gente tamo usando droga, aquilo ali é uma, sabe? Uma diversão, mas depois quando passa aquilo ali, que a gente vamo refletir, 'pô, o que foi que eu fiz?', né? Perco roupa, perco, perco (sua fala gagueja) até a dignidade, que as pessoas veem a gente usando droga, a gente usa aí mesmo, entendeu? As pessoas vejam olha esse rapaz ta usando droga, num sei o que, num sei o que mais, assim, assim. Ficam falando, não só na nossa frente, mas por trás também, entendeu? E policiais pegam revistam a gente, quando a gente não tem nada, eles levam o único dinheiro que a gente tem, eles levam. Porque a gente tamo em situação de risco, né? Em situação de rua, eles pensam que todo mundo faz merda, entendeu? E eles levam, várias vezes eles já levaram o meu dinheiro, sem eu fazer nada, nada (Informação verbal)¹³¹.

Ainda que possamos questionar qual a validade das imagens oriundas da embriaguez ¹³², como expõe “Junior”, no momento de uso do entorpecente evidenciam-se imagens topofílicas, a congregação fluída da cena, uma familiaridade espacial conforme comenta Bachelard (1974). Como no dia 17 de janeiro de 2020, em que encontrei “Junior” alegre, inclusive me abraçou e disse que tínhamos que conversar. No momento achava que ele estava só sob o efeito do álcool, pois vi uma garrafa de bebida na sua mão, mas ele relatou posteriormente que havia usado

¹³¹ “Junior”. Entrevista concedida em 4 de fevereiro de 2020.

¹³² Se a embriaguez revela momentos de um “não-si” até que ponto há lugar? Até que ponto se apresenta sentidos plásticos?

crack. Identifiquei uma situação semelhante também, na “Calçada da Farmácia”, onde “Jonas” e seus companheiros pareciam confraternizar no momento de uso da droga, aparentando algum tipo de amizade. Porém, assim como o efeito do crack, de euforia e leveza momentânea culminando em um estado apático, as imagens da intimidade perdem sua força. Com uma brusca passagem de uma topofilia para o ar de estranheza, tal qual o que se expressa para os outros (*outsiders*, externos à prática), essas metamorfoses da intimidade para o estranhamento também se evidenciam entre os usuários da droga (*insiders*, internos ao grupo), pois a fraternidade e amizade eram substituídas por distanciamentos, próprios aos parceiros.

Acompanhado desse distanciamento, vem um ressentimento em relação ao uso (evidentemente que não são instantâneos), ambos os sujeitos entrevistados demonstravam interesse em largar as drogas, sempre expressando o sofrimento relacionado ao uso prejudicial, ainda que em intensidades diferentes. Talvez o distanciamento em relação ao parceiro não fosse só em relação a desconfianças e experiências ruins, mas esteja relacionado à culpa particular, que transborda aos outros que o acompanham, que compõe o contexto do uso. Acerca desse ressentimento em relação ao uso, “Junior” expõe que:

Pra mim, no outro dia é só arrependimento cara. Pra falar a verdade, é só arrependimento. Eu uso mesmo não sei por que, eu sinto vergonha mesmo. Porque eu só uso pra me arrepender no outro dia. Ta entendendo? Só uso pra me arrepender no outro dia. Eu não sou daquele cara de usar aqui e “ah, amanhã eu vou usar de novo”. Se eu usar um dia, amanhã eu to arrependido, moleque. Aí eu vou, vou, vou... “Não, eu vou parar com esse negócio”, eu tento parar, mas não consigo. Inclusive eu quero ir lá no CAPS lá, pegar umas pílulas que é a de ansia e pra dormir entendeu? E ontem eu tava lá, bem na frente, não deu... eu não quis entrar, porque eu tava com um sacão de lata. Aí, eu não quis entrar lá, entendeu? Não queria deixar minhas latas lá na frente. Mas qualquer dia vou tirar um dia pra mim ir lá. Mas é tratamento de drogas e álcool, lá no CAPS¹³³, sabe onde é né? 14 com a José Malcher, parece... uma coisa assim (Informação verbal)¹³⁴.

Ainda que “Junior” consiga estabelecer padrões de controle acerca do uso, sua fala evidencia a dificuldade de largar as drogas, sobretudo estando em situação de rua, em plena desfiliação. Ressalta mais de uma vez sua vontade de parar: “É cara, eu tô porque... égua, porque essa vida não é fácil não cara. Não é pra mim e não é pra ninguém, [...] porque é difícil, é difícil pra caralho... (Informação verbal).¹³⁵”

¹³³ Junior se refere ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSAD).

¹³⁴ “Junior”. Entrevista concedida em 28 de fevereiro de 2020.

¹³⁵ “Junior”. Entrevista concedida em 28 de fevereiro de 2020.

Apesar do uso do palavrão ao final da sentença, ele não exclama, não há raiva enérgica, apenas um lamento. Um silêncio paira entre nós (talvez uns 10s), nem os sons inerentes ao mundo público parecem nos atingir. Na ausência do que dizer a “Junior”, me expresso apenas pela face e pelo olhar, talvez em uma fuga, um movimento empático, um compadecer onde o olhar segue para o chão, como evitar o “olhar que julga”.

Nesse sentido, a lugaridade parece acompanhar um ciclo de euforia e ressentimento, um sentimento ruim pretérito que é re-sentido ciclicamente no uso disfuncional de drogas. Um enlace contraditório e demasiadamente tensionado, fundado por momentos de um “não-ser”, ou mais precisamente um “si-mesmo precário” pelo envolvimento com o crack. Onde o permanecer e demorar-se nessa circunstância, emerge de uma “exterioridade” que suprime pela força da abstinência, as possibilidades de um projetar-se “autêntico”. Em termos concretos parece haver uma impossibilidade do estabelecimento de uma intimidade com o cotidiano, as lugaridades são fugazes e imbuídas de ressentimento. Da mesma forma, as convergências de tais experiências, o “Nós” dos usuários de crack e/ou similares, se funda nessa contradição entre uma segurança e uma precariedade ontológica nutrida pela própria circunstância de habitar a rua.

5 CONCLUSÃO

Na presente pesquisa imergimos no cotidiano de pessoas que fazem uso de crack e/ou similares no CHB, intentando contornos dialógicos para além do tracejado “usuário de droga”, de maneira a “encontrar” o ser humano que se engaja nessa prática com seus diversos movimentos, aspirações e contradições, que inclusive escapam ao que fora apresentado aqui. Sujeitos encarnados que em geral se encontram em um contexto de vulnerabilidade que não se resume ao uso prejudicial da droga, mas de uma plena situação de desfiliação.

Ao caminhar pelo “velho centro”, sobretudo à noite, pude observar na paisagem diversos pontos onde se estabelecem cenas de uso de crack e/ou similares. Ocupações no espaço público, como praças, esquinas de ruas e mesmo calçadas, que envolviam tensões, mas também uma série de estabilidades em relação a outras práticas que lá se desenvolvem. Com redes de relação, que apesar de precárias, possuíam complexidade e envolviam não só os “usuários”, mas diversos sujeitos comuns e suas atividades informais e/ou populares.

Em interação com os sujeitos que compõem as cenas de uso da droga, pude identificar que em sua maioria estavam em condições de vulnerabilidade social, ainda que nem todos estivessem em situação de rua, se estabeleciam ou passavam boa parte do tempo no espaço público. Por conta do estigma relacionado ao uso de psicotrópicos ilícitos, muitas pessoas se portavam de maneira desconfiada, ou retraída, evitando falar muito. Isso me exigiu sensibilidade e frequência nos locais para conseguir estabelecer diálogos plenos, o que fora auxiliado pela composição de práticas solidárias ao lado do “Amigos em Ação” e com o MAPSRUA.

Por conta desses elementos, as formas de sociabilidade que compõem tais cenas, envolvem interações com laços frágeis e fluídos, que os sujeitos tipificam pelo termo “parceiros”, próprio às relações do habitar a rua e em oposição ao termo “amigo” que parece indicar um residir “fixo”. As parcerias se estabelecem em torno do ritual de uso de drogas – incluído as lícitas, sobretudo o álcool –, a compra e o consumo, mas podiam envolver outras atividades cotidianas como refeições, práticas para obter renda e de lazer. Porém, as relações entre os “parceiros” envolviam também distanciamentos e desconfianças, sobretudo envolvendo conflitos oriundos do momento de uso de entorpecentes, ou posteriores que agregam o ressentimento em relação a essa prática e seu contexto espacial e microinteracional.

No campo, sobretudo ao atuar pelo MAPSRUA, estabeleci circuitos recorrentes em sete pontos onde se configuravam diferentes grupos de parceiros que fazem uso de crack e/ou similares no CHB. Por motivos próprios à espontaneidade das interações, acabei me aprofundando em dois locais, “Santo Antônio” e “Calçada da Farmácia”, onde não só interagi, mas consegui estabelecer contatos prolongados com quatro pessoas, “Junior”, “Buarque”, “Manuel” e “Jonas”, desenvolvendo conversas informais e entrevistas que me possibilitaram desdobrar os dados obtidos em observação, assim como evidenciar as diferentes trajetórias dos sujeitos e distinções entre as formas de agrupamentos.

“Junior”, “Buarque” e “Manuel” integram os parceiros da “Santo Antônio”, se estabelecem em frente a uma agência bancária, utilizando durante a noite a calçada e as muretas do prédio para dormir, às vezes dormem na calçada do lado oposto. Neste agrupamento as cenas de uso de crack e/ou similares são menos expressivas, os integrantes em geral possuem formas de controle do uso mais eficientes, tendo laços precários, porém com uma certa estabilidade. Assim, essa territorialidade tem por cerne a convergência, atração de sujeitos tipificados como “viciados”, assim como um distanciamento dos “fissurados”, os quais são caracterizados por relações compulsivas com a droga. Já na “Calçada da Farmácia”, onde se estabelece “Jonas”, há uma cena de uso da droga mais expressiva e constante. Em todas as minhas visitas presenciei o uso de crack e/ou similares, que ocorria em diversos trios, os quais, ainda que próximos em distância física, não eram coesos. Além das situações de entorpecimento, não presenciei outras práticas compartilhadas, evidenciando laços mais frágeis entre os sujeitos, o que pode estar afeto ao próprio uso mais intenso.

Ao adentrarmos na biografia dos sujeitos, temos acesso às motivações que os levaram para o espaço público e em alguns casos à situação de rua. No caso das quatro pessoas com quem estabelecemos diálogos recorrentes, o crack não fora a fagulha inicial para a evasão do lar, que denominamos “exílio”, outras situações desencadearam os problemas familiares, porém a relação com as drogas ilícitas se evidencia como um catalisador desse processo, onde o usuário disfuncional se afasta, buscando esconder o uso ou evitar conflitos com entes mais próximos.

Ao estabelecerem permanências intensas no espaço público, os sujeitos enfrentam desafios, potências telúricas que lhes impõem provações corporais particulares, sobretudo em situação de rua, onde não possuem uma base de

intimidade onde possam recuperar suas forças, configurando-se um habitar precário e desguarnecido frente às adversidades naturais e humanas. Todos os sujeitos entrevistados, “Junior”, “Buarque”, “Manuel” e “Jonas”, citaram como principais problemas a violência, tanto por parte de usuários de drogas, de traficantes, ou mesmo pela polícia, e conflitos com donos de estabelecimento, ou moradores da área. Porém, pude observar também interações amistosas, redes de apoio de vários grupos que doam refeições e roupas e fraternidade entre as pessoas que fazem uso de crack, sobretudo a amizade de “Junior” e “Buarque”, assim como momentos de lazer, como as tardes vendo filme no Centur.

Acerca da experiência espacial dos usuários de crack e/ou similares, identificamos algumas imagens referentes às suas ocupações no espaço público, como a “casa de papelão”, que interpretamos como relação entre uma materialidade e um refúgio imaginário para os sujeitos, um apelo a uma “fixidez”, uma tangibilidade de permanência que denota seu pertencimento a um ponto, no qual configura um núcleo de intimidade necessário para o repouso e o dormir. Um último refúgio precário que necessita ser reconstituído diariamente, o que permite sua própria ocupação e “mimese” no espaço público da cidade.

Ante a tais circunstâncias, a lugaridade do usuário se expressa a partir da euforia e leveza proporcionada pelo uso da droga, a confraternização que proporciona imagens topofílicas. Porém as mesmas são fugazes, tal qual a duração do efeito da substância, sendo superadas por imagens topofóbicas de estranhamento e estrangeirismo em relação ao espaço público, imbuídas de ressentimento pelo uso da droga e suas conseqüências, havendo uma dialética profunda entre as experiências de si mesmo e de sua parcialidade no estado alterado de consciência.

Assim, o sentido da microterritorialidade de pessoas que fazem uso de crack e/ou similares no espaço público se evidencia a partir desse encontro entre sujeitos que estabelecem usos prejudiciais, em processo de “exílio”, ou em plena situação de rua, visando compor espaços onde possam estabelecer suas práticas. Estas se configuram a partir de convergências intersubjetivas, onde os sujeitos empregam tipificações limitadas, sobretudo devido à prática de uso de drogas ilegais, visando integrar uma microunidade onde possam estabelecer uma base de repouso e refúgio necessária à existência. A microterritorialidade expressando de maneira integrada mediações entre alteridade e espacialidade.

Ainda que ao longo da pesquisa, o uso de crack tenha se evidenciado em conjunto a outras drogas ilícitas e lícitas, em especial álcool, é inegável que esse psicotrópico e seus similares são marcadores, acompanham processos profundos de marginalização. Sobretudo no caso da pessoa que faz uso prejudicial dessa substância, se expressa uma peculiaridade espacial em sua desfiliação, visto que não só se descolam de suas realidades familiares, sociais e econômicas. Há um desmembramento de seu próprio espaço existencial. Elemento que precisa ser ressaltado e analisado com maior profundidade ao se pensarem políticas públicas para esse grupo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Rubens. Sobre drogas, rua e autonomia: entre razões repressivas e razões sanitárias. *In*: FIGUEIREDO, Regina; FEFFERMANN, Marisa; ADORNO, Rubens (org.). **Drogas e sociedade contemporânea**: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017. p. 23-32.

ALVES, Ygor Diego Delgado. "**Jamais fomos zumbis**": contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo, SP. 2015. 336 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAUJO, Tarso. **Guia sobre drogas para jornalistas**. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM-PBPD-Catalize-SSRC, 2017.

ARRUDA, Marcel Segalla Bueno. **A cracolândia muito além do crack**. 2014. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BACHELARD, Gaston, A poética do espaço. *In*: **Coleção Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 339-512.

_____. A terra e os devaneios do repouso: ensaio sobre as imagens da intimidade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane (Org.). O cenário do consumo de crack e o Inquérito Nacional sobre Crack, 2012. *In*: BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane (Org.). **Pesquisa nacional sobre o uso de crack**: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?. 1. ed. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014a. p. 11-22.

_____. Quantos usuários de crack e/ou similares há nas capitais brasileiras? Resultados da pesquisa nacional sobre crack, 2012. *In*: BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane (Org.). **Pesquisa nacional sobre o uso de crack**: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?. 1. ed. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014b. p. 131-146.

_____. Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Perfil sociodemográfico e comportamental destes usuários: resultados de uma pesquisa de abrangência nacional *In*: BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane (Org.). **Pesquisa nacional sobre o uso de crack**: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?. 1. ed. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014c. b. 45-68.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. *In*: BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. (editores).

Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 39-63.

BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

_____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. **Outsiders: estudo de sociologia do desvio.** 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECKMAN, Emily. Operação deteve 78 pessoas no centro comercial. **Diário do Pará**, Belém, set. 2016. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/zappzapp/noticia-380311-.html>>. Acesso em: 19 out. 2016.

BELLO, Angela Ales. **Introdução à fenomenologia.** Bauru, SP: Edusc, 2006.

BESSE, Jean-Marc. Geografia e existência: a partir da obra de Eric Dardel. *In*: DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica.** São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 111-140.

BERRIOS, German Elias. Classificações em psiquiatria: uma história conceitual. **Archives of Clinical Psychiatry** (São Paulo), v. 35, n. 3, p. 113-127, 2008.

BOKANY, Vilma. Apresentação. *In*: BOKANY, Vilma (org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça - proximidades e opiniões.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 7-28.

BOLLNOW, Otto Friedrich. **O homem e o espaço.** Curitiba: Editora UFPR, 2019.

BONOMI, Andrea. **Fenomenologia e estruturalismo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

BRITO, Lilian Simone Amorim. **Intervenção no centro histórico e a reorganização sócio-espacial do Bairro da Cidade Velha–Belém/PA.** 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

CARRETEIRO, Tereza Cristina. “A Doença como projeto”: uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. *In*: SAWAIA, Bader Burihan (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 87-96

CAVALCANTI, Mariana; FRÚGOLI, Heitor Junior. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, II, p. 73-97, 2013.

CARVALHIDO, Anna Luiza. **O estigma e o poder do conhecimento: um estudo sobre a operação centro legal de 2012.** 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em

Direito e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CEFAÏ, Daniel. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 79, p. 71-110, 2010.

CERBONE, David R. **Fenomenologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Editoras Vozes, 1998.

CHAMOND, Jeanine. Fenomenologia e psicopatologia do espaço vivido segundo Ludwig Binswanger: uma introdução. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 17, n. 1, p. 3-7, 2011.

COSTA, Benhur Pinós da. As microterritorialidades nas cidades: reflexões sobre as convivências homoafetivas e/ou homoeróticas. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p.257-271, jul/dez. 2012.

COSTA, Roberta Marcondes. **Mil Fitas na Cracolândia: amanhã é domingo e a Craco resiste**. 2017. 286 f. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) – Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **A geografia do crime na metrópole: das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém**. Belém: EDUEPA, 2014.

_____. **Do poder das redes as redes do poder: necropolítica e configurações territoriais sobrepostas do narcotráfico na Metrópole de Belém-PA**. 2018. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CRAPANZANO, Vincent. Diálogo. **Anuário antropológico**, v. 13, n. 1, p. 59-80, 1989.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia?**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

DASTUR, Françoise. **O que é a daseinanalyse?**. Tradução de Ana Falcato. Covilhã: LusoSofia, 2005. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/20050506-dastur_francoise_daseinsanalyse.pdf Acesso em: 5 set. 2019.

DIAS, Alan Pereira; CARVALHO, Rayanne de Souza. **Território e territorialidade dos usuários de crack no bairro da Campina em Belém**. 2017. 73 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado do Pará. 2017.

DE PAULA, Fernanda Cristina. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia. **GeoTextos**, v. 7, n. 1, p. 105-126, 2011.

DIÁRIO DO PARÁ. Centro de Belém cede espaço para cracolândia. **Diário online**, Belém, fev. 2013. Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/noticia-236445-centro-de-belem-cede-espaco-para-cracolandia.html>>. Acesso em: 30 set. 2016.

DREHER, Jochen. Fenomenologia do poder. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 474-490, set.-dez. 2011.

FERREIRA, Alvarez; ENCARNACION, Agripina. **Dicionário de imagens, símbolos, mitos, termos e conceitos Bachelardianos**. Londrina: Eduel, 2013.

FIGUEIREDO, Luís Claudio. **Escutar, recordar, dizer**: encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica. São Paulo: Educ/Escuta, 1994.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. Espaços públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. *In*: Figueiredo, Silvio Lima (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. 1. ed. Belém: NAEA/UFPA, 2008. p. 79-92.

FORTUNA, Carlos. (Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p. 199-214, jul/dez. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANÇA, Sonia Aparecida Moreira. Diferença e preconceito a efetividade da norma. *In*: AQUINO, Julio Groppa (Org.) **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. p. 203-214.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRÚGOLI JR, Heitor. **São Paulo**: espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.

_____. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

FURTADO, Victor. Ruínas de incêndio viram "cracolândia" no comércio. **O Liberal**, Belém, fev. 2016. Disponível em: <http://www.ormnews.com.br/noticia/ruinas-de-incendio-viram-cracolandia-no-comercio>. Acesso em: 20 fev. 2018.

G1PA. Dois homens são encontrados mortos na praça Waldemar Henrique, em Belém. **G1.GLOBO**, Belém, abr. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/dois-homens-sao-encontrados-mortos-na-praca-waldemar-henrique-em-belem.ghtml>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

_____. Três homens foram mortos a tiros no bairro do Reduto, em Belém. **G1.GLOBO**, Belém, dez. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/12/08/tres-pessoas-foram-mortas-no-bairro-do-reduto.ghtml>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. Subjetividade, intersubjetividade, sujeito e pessoa. *In*: GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva**, vol. II: A virada hermenêutica. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-27.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 64-89.

GELDER, Ken. **Subcultures: cultural histories and social practice**. Abigdon: Routledge, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

_____. **A representação do eu na vida de todos os dias**. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. Cenários para a geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny (org.). **Espaço e cultura: pluralidade temática**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 187-210.

_____. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012. p. 19-41.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto A territorialidade seringueira: geografia e movimento social. **GEOgraphia**, Ano 1, n. 2, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Territórios alternativos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo.** 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005a. (Parte I).

_____. **Ser e Tempo.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005b. (Parte II).

_____. Construir, Habitar, Pensar. *In:* HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e Conferências.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 125-142.

_____. **Seminários de Zollikon.** Petrópolis: Vozes, 2009.

HERTZOG, Lucas. **Abandono social e consumo de crack: um ensaio sobre o milieuo dos abandonados em Porto Alegre.** 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, v. 2, n. 3, p. 77-85, 1997.

_____. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI.** 1998. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. O método fenomenológico: humanismo e a construção de uma nova geografia. *In:* CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Temas e caminhos da geografia cultural.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 37-71

_____. Sobre territórios e lugaridades. **Revista Cidades**, v. 10, n. 17, p. 18-29, 2013.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia.** Lisboa: Edições 70, 1986.

_____. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica.** Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

INDWOOD, Michael. **Dicionário Heidegger.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. *In:* GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org.). **Teoria social hoje.** São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 127-174.

LAPERRIÈRE, Anne. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. *In:* POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 410-434.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 2001.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. El diálogo. **Nombres**, Córdoba, n. 5, p. 7-22, 1994.

LOBO, Marco. A. A.; TOURINHO, Helena; COELHO, Roseane Lima. **Turismo & Sociedade** (ISSN: 1983-5442). Curitiba, v. 12, n. 1, p. 82-109, 2019.

MACHADO, Lia Osorio. Tráfico de drogas ilícitas e território: o caso do Brasil. Rev. **Segurança, Justiça e Cid**, v. 4, p. 123-140, 2014.

MACHADO, Mônica Sampaio. Implicações do realismo na Geografia e no seu objeto de estudo, a geografia como materialidade, categoria da determinação do real. **Geo UERJ**, v. 1, n. 17, p. 25-69, 2007.

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. **Tornar-se mulher usuária de crack**: trajetória de vida, cultura de uso e política sobre drogas no centro de salvador, Bahia. 2018. 292 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MARANDOLA JR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista brasileira de estudos de População**, v. 27, n. 2, p. 407-424, 2010.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MERCÊS, Simaia; TOURINHO, Helena; LOBO, Marco. A. A.. Locação Social no Centro Histórico de Belém: Investigação introdutória. **Caderno CRH** (UFBA. Impresso), v. 27, p. 299-311, 2014.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O homem e a comunicação**: a prosa do mundo. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1974.

_____. **Fenomenologia da percepção**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MESSAS, Guilherme. As psicoses e o significado da embriaguez: uma contribuição fenômeno-estrutural. **Casos Clin Psiquiatria [online]**. 2008; 10:[15p.].

_____. A existência fusional e o abuso de crack. **Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea**, 4 (1), p. 124-140, 2015.

MESSAS, Guilherme *et al.* Por uma psicopatossociologia das experiências dos usuários de drogas nas cracolândias/cenas de uso do Brasil. *In*: SOUZA, Jesse (org.). **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016. p. 163-190.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/12**.

Disponível em:

<<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 10

Fev. 2020.

MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças. **Teoria & pesquisa**, vol. 47, jul/dez de 2005.

MISSAGGIA, Juliana. A noção husserliana de mundo da vida (lebenswelt): em defesa de sua unidade e coerência. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 41, n. 1, p. 191-208, Jan./Mar., 2018.

MORAIS, Susana. **Comunicação e estranheza**: contingências da intersubjetividade. Covilhã: Livros Labcom, 2009.

NANCY, Jean-Luc. A imagem - o distinto. **Outra travessia**, p. 97-109, 2016.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Livraria Francisco Alves editora, 1955.

OLIVEIRA, Lúcio Garcia de; NAPPO, Solange Aparecida. Crack na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso. **Rev Psiq Clín.** 2008, 35(6), p. 212-218.

O LIBERAL. Cracolândias se espalham por ruas e bairros de Belém. **ORM**, Belém set. 2017. Disponível em: <http://www.orm.com.br/noticias/regiaometropolitana/OTlyNg==/Cracolandias-se-espalham-por-ruas-e-bairros-de-Belem>. Acesso em: 23 dez. 2017.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: SANTOS, Milton. et al. (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 171-196, 2011.

ONG, Lucas Francis e Silva. **O uso de drogas na consumação da modernidade**. 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

PARK, Robert Erza. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 26-67.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará**: estudos de geografia urbana. Vol. 1 e 2. Belém: UFPA, 1968.

PEREIRA, Margareth da Silva. Dimensões da experiência: espaço público, alteridade e lugar. In: Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da (org.). **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 39-42.

PEREIRA, Igor. Prefeitura promove seminário que discute ações do projeto “crack, é possível vencer”. **Guarda Municipal de Belém**, maio. 2016. Disponível em: <http://guarda.belem.pa.gov.br/?p=702>. Acesso em: 10 ago. 2016.

PÉREZ-ESTÉVEZ, Antonio. **Hermenêutica dialógica**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2013.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

_____. Territórios marginais. **Papéis avulsos, Rev. da Escola de Comunicação da UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 6, 1989.

_____. Droga e êxtase. **Saúde e loucura**, n. 2, São Paulo, p.77-90, 1992.

_____. Antropologia das sociedades complexas: identidade e territorialidade, ou como estava vestida Margaret Mead. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 8, n. 22, p. 89-97, 1993.

PESSOA, Rodrigo Rizério de Almeida e. Sobre o problema do corpo em Heidegger. **Poesis**, v. 12, n. 1, p. 96-113, 2015.

PFADENHAUER, Michaela. *Ethnography of Scenes. Towards a Sociological Life-world Analysis of (Post-traditional) Community-building*. **Forum: Qualitative Social Research**, v. 6, n.3, Art. 43, p. 1-14, 2005.

PIMENTEL, Dilson. Belém não tem cracolândia, diz polícia. **ORM**, Belém, fev. 2012. Disponível em: <http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=576694&%7Cbel%C3%A9m+n%C3%A3o+em+cracol%C3%A2ndia,+diz+a+pol%C3%ADcia#.Wj03HdKnHhs>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Droga e álcool correm solto em 24 áreas públicas de Belém. **O Liberal**, Belém, jun. 2014. Disponível em: <http://www.ormnews.com.br/noticia/droga-corre-solta-em-24-areas-publicas-de-belem>. Acesso em: 30 set. 2016.

POIARES, Carlos Alberto. Contribuição para uma análise histórica da droga. **Revista toxicodependências**, v. 5, n. 1, p. 3-12, 1999.

PONTES, Marcela Maria Carvalho. **De braços abertos: o lumpemproletariado na rede neoliberal de controle**. 2017. 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. *Paysage et territorialité*. **Cahiers de géographie du Québec**. Vol. 21, n.53-54, p. 123-124, 1977.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAUPP, Luciane Marques. **Circuitos de uso de crack nas cidades de São Paulo e Porto Alegre: cotidiano, práticas e cuidado**. 2011. 209 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RICOEUR, Paul. Husserl (1859-1938). **Na escola da Fenomenologia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ROAZZI, Antonio. Considerações sobre o significado ideológico das toxicomanias. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 39, n. 4, p. 48-64, 1987.

ROCHA, Rosilene Oliveira. **A dinâmica do crack em Cachoeira/Ba**: da “guerra às drogas” ao processo de estigmatização. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2012.

ROCHA, Helder Leandro. **Espaço espiado**: o uso de crack instituindo espacialidades vivenciadas por adolescentes do sexo masculino em Ponta Grossa – Paraná. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

RODRIGUES, Victor Hugo Guimarães. Gaston Bachelard e a sedução poética: a criação de um filosofar onírico. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Volume 15, p. 79-41jul/ dez. 2005.

ROMANO, Pedro Machado de Melo; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Foi uso ou foi tráfico de drogas? A discricionariedade policial à luz da criminologia crítica. **Rev Med Minas Gerais**. Vol. 26, p. 345-350, 2016.

ROSA, Pablo Ornelas. Outra história do consumo de drogas na modernidade. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 22, n. 1SE, p. 161-172, 2014.

ROTHSCHILD, Daniela; CALAZANS, Raufin Azevedo. Morte: abordagem fenomenológico-existencial. KOVÁCS, Maria Júlia (coord.). **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992. p. 142-148.

RUI, Taniele Cristina. **Corpos abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. 2012. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SALGADO, Nayara de Amorim. **Cartografias da pedra**. Estudo sobre os circuitos de consumo de crack no bairro da lagoinha, Região Central de Belo Horizonte (Minas Gerais – Brasil). 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SANTANA, Maria Aparecida G. Silva. **Políticas públicas para enfrentar o crack em catalão (GO), no limiar do século XXI**: com CAPS e sem CREDEQ – entre dramas, reivindicações e expectativas. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, Catalão, 2015.

SANTOS, Anastácia Cristina Silva dos. **Crack e gestão municipal do Rio de Janeiro**: discursos e práticas. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SCHUTZ, Alfred. Fundamentos da fenomenologia. *In*: WAGNER, Helmut R (org.). **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979a. (Parte I). p. 53-71.

_____. O cenário cognitivo do mundo da vida. *In*: WAGNER, Helmut R (org.). **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979b. (Parte II) p. 79-122.

_____. O mundo das relações sociais. *In*: WAGNER, Helmut R (org.). **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979c. (Parte IV) p. 159-212.

_____. Reinos da experiência. *In*: WAGNER, Helmut R (org.). **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979d. (Parte V) p. 241-260.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987.

SENAD. Apresentação. *In*: BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane (Org.). **Pesquisa nacional sobre o uso de crack**: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?. 1. ed. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014. p. 9.

SENICATO, Renato Bellotti; SILVA, Luzia Batista de Oliveira. A fenomenologia hermenêutica de Gaston Bachelard: apontamentos esparsos. *In*: ESTRADA, Adrian A.; WENDING, Cléria Maria; ALVES, Fábio Lopes (org.). **PIBID pedagogia no cotidiano escolar**: experiências formativas. Porto Alegre: Evangraf, 2016. p. 10-20.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Luiza Lopes. **A questão das drogas nas relações internacionais**: uma perspectiva brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

SILVA, Selma Lima da. **A exposição e a invisibilidade**: percursos e percalços por Lisboa e São Paulo. As narrativas dos usos e dos controles do uso de crack. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-25.

_____. A natureza sociológica do conflito. *In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). Georg Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983a. p. 122-134.*

_____. Como as formas sociais se mantêm. *In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). Georg Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983b. p. 46-58.*

_____. O estrangeiro. *In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). George Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983c. p. 182-188.*

_____. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. *In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). George Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983d. p. 165-181.*

SIPAHI, Fabiano Matos; VIANNA, Fernanda de Camargo. Uma análise da dependência de drogas numa perspectiva fenomenológica existencial. **Análise Psicológica**, v. 19, n. 4, p. 503-507, 2001.

SODELLI, Marcelo. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 637-644, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, Iná Elias et al (org.): Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.*

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

_____. **Fobópole**: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPANOUDIS, Solon. Apresentação: a todos que procuram o próprio caminho. *In: HEIDEGGER, Martin. Todos nós... ninguém: um enfoque fenomenológico do social. São Paulo: Editora Moraes, 1981. p. 9-22.*

SAPIENZA, Bilê Tatit. **Do desabrigo à confiança**: Daseinsanalyse e terapia. São Paulo: Escuta, 2007.

TAVARES, Felipe Rangel. **Cristolândia**: representações e utopias na (re)produção e (re)apropriação do espaço urbano. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TEIXEIRA, Isabela Bentes Abreu. **Expurgos urbanos: epidemia e gestão penal na política de enfrentamento ao crack**. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

TELLENBACH, Hubertus. A Espacialidade do Melancólico (Parte II). **Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea**, v. 3, n. 2, p. 73-108, 2014.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos avançados**, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário português-latino**. 2. ed. Porto: Domingos Barreira, 1939.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 111, p. 73-103, 2006.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; SANTOS, Tiago Veloso dos. Para além da cidade: entre fragmentações e permeabilidades, os desafios do planejamento e da gestão urbana no espaço metropolitano de Belém. **Ateliê geográfico (UFG)**, v. 4, p. 20-50, 2010.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Um “skyline” em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21-1, p. 57-78, 2018.

TRINTA, Deborah Rio Fromm. **O “fim da Cracolândia” etnografia de uma aporia urbana**. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1993.

TURRA NETO, Nécio. Microterritorialidades nas cidades (apresentação). **Cidades**, Volume 10, Número 17, 2013.

URIBE, Consuelo. Interdisciplinaridad en investigación: ¿ colaboración, cruce o superación de las disciplinas?. **Universitas humanística**, 2012, n. 73, p. 147-172.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Cracolândia: a heterotopia de um espaço público. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 5, n. 2, 2015, p. 211-230.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. Becker, Goffman e a antropologia no Brasil. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 05-16, 2002.

_____. **O desafio da proximidade**. Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 11-19.

_____. Apresentação: o observador participante. *In*: WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 9-14.

_____. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. *In*: VIANNA, Hermano; KUSCHNIR, Karina; CASTRO, Celso. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 28-40.

VELHO, Otávio Guilherme. Introdução. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 7-10.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

WAGNER, Helmut R. Introdução. *In*: WAGNER, Helmut R. (org.). **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 3-54.

WHYTE, William Foote. Treinando a Observação Participante. *In*: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 77-86.

YIN. Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAHAVI, Dan. **Fenomenologia para iniciantes**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.

APÊNDICE A – DADOS A SEREM OBSERVADOS EM CAMPO

1. Práticas cotidianas dos sujeitos que usam crack e/ou similares, tais como formas de obter dinheiro e lazer;
2. Trajetos estabelecidos pelas pessoas que usam crack e/ou similares;
3. Interação e sociabilidade, nas cenas de uso de crack e/ou similares;
4. Interação dos usuários de crack e/ou similares com outros grupos sociais;
5. Os espaços públicos ocupados pelas pessoas que usam crack e/ou similares;
6. Os modos de ocupar o espaço público; e
7. Existência de conflitos em torno das cenas de uso de crack e/ou similares.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PESSOAS QUE USAM CRACK E/OU SIMILARES NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM-PA

1. IDENTIFICAÇÃO:

- 1.1 Nome:
- 1.2 Idade:
- 1.3 Local:

2. EXPERIÊNCIAS VIVIDAS PELAS PESSOAS QUE USAM CRACK E/OU SIMILARES NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM-PA

- 2.1 Você frequenta muito este local?
- 2.2 Caso esteja em situação de rua, quais os motivos?
- 2.3 Você tem amigos pelas redondezas?
- 2.4 O que você sente quando esta aqui?
- 2.5 Como você identifica este lugar?
- 2.6 Quais os principais problemas e dificuldades?
- 2.7 O que você faz durante o dia?
- 2.8 Quais suas atividades durante a noite?
- 2.9 Onde você dorme? Outras pessoas dormem no mesmo local?
- 2.10 O que você sente ao usar o entorpecente? O que sente em relação ao lugar?
- 2.11 O que você sente quando não usa? O que sente em relação ao lugar?

Quais os principais conflitos em torno do uso de crack e/ou similares? Com os moradores? Com a polícia?